

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

**Mestrado em Ciências Sociais**

**POPULISMO E CARESTIA**

**1951 - 1954**

**MIRIAN TEREZA M. G. DE FREITAS**

**SALVADOR - BAHIA**

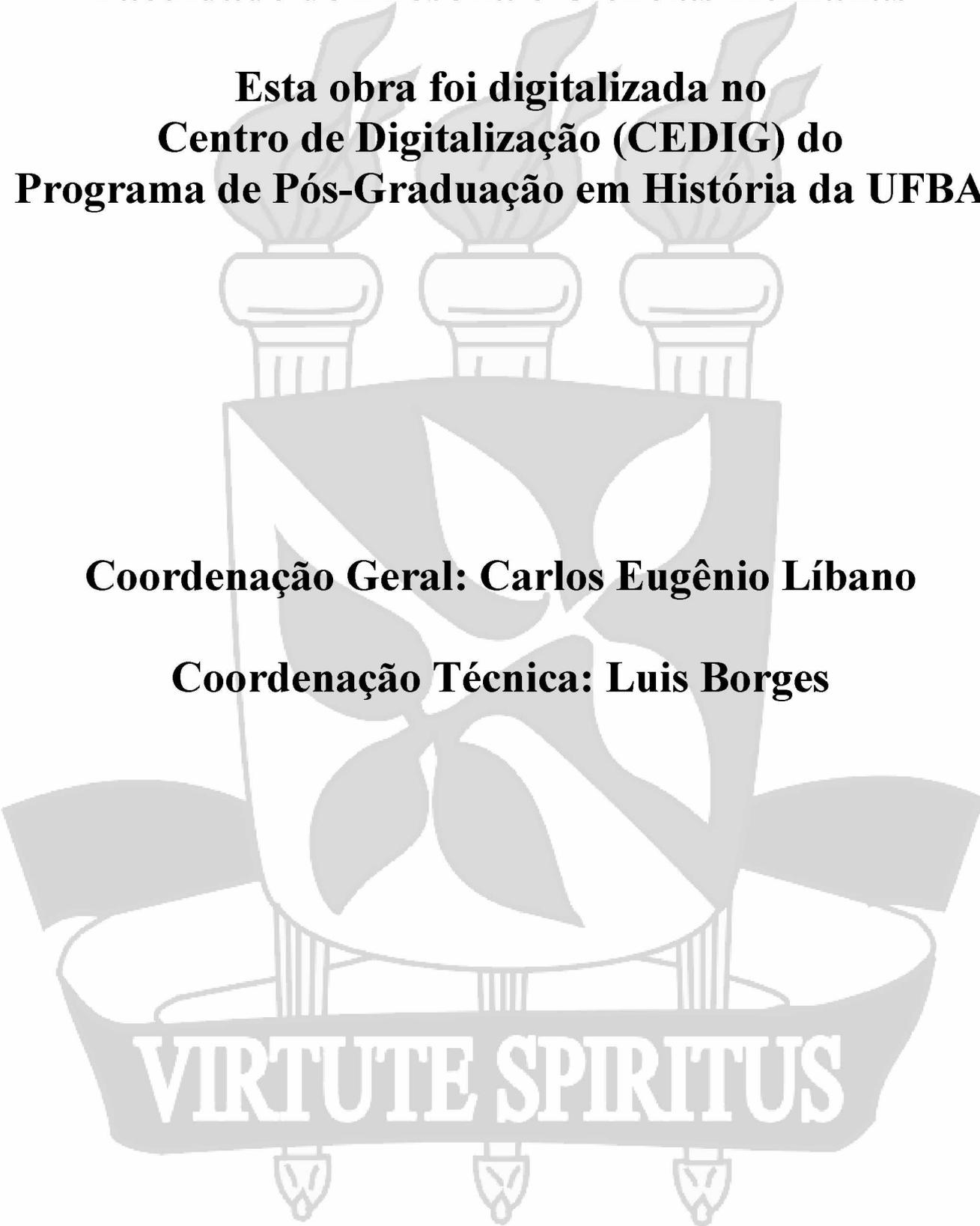
**1985**

**Universidade Federal da Bahia - UFBA**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**

**Esta obra foi digitalizada no**  
**Centro de Digitalização (CEDIG) do**  
**Programa de Pós-Graduação em História da UFBA**

**Coordenação Geral: Carlos Eugênio Líbano**

**Coordenação Técnica: Luis Borges**



**VIRTUTE SPIRITUS**

**2009**

**Contatos: [lab@ufba.br](mailto:lab@ufba.br) / [poshistro@ufba.br](mailto:poshistro@ufba.br)**

"... oxalã que este meu exiguo escripto sirva ao menos para chamar a attenção dos homens considerados do paiz sobre as nossas palpitantes necessidades, entre as quaes mais avulta a da alimentação do povo, pois com isso por muito bem pago me darei das minhas locubrações; é uma gota d'agua lançada no oceano da sciencia".

Sebastião Soares, 1860

À José e Maria da Glória,  
meus pais.

## S U M Á R I O

	Pág.
APRESENTAÇÃO	vii
INTRODUÇÃO .....	14
CAPÍTULO I	
URBANIZAÇÃO E SOBREVIVÊNCIA .....	21
1.1 - Salvador Com Ares de Metrôpole? .....	22
1.2 - Carestia e Padrão de Vida .....	34
1.3 - O Feijão de Cada Dia .....	65
CAPÍTULO II	
A LUTA CONTRA A CARESTIA .....	102
CAPÍTULO III	
A POLÍTICA DA CARESTIA .....	148
3.1 - Populismo e Carestia .....	150
3.2 - A Reação do Comércio .....	176
3.3 - A Imprensa e a Carestia .....	194
CAPÍTULO IV	
A GESTÃO DO ABASTECIMENTO .....	239
4.1 - Os Órgãos de Intervenção .....	240
4.1.1 - A Antecessora CCP/CEP.....	243
4.1.2 - A COFAP/COAP Em Funcionamento .....	250
4.2 - O Fenômeno Hélio Machado .....	277
CONCLUSÃO .....	302
BIBLIOGRAFIA E FONTES CONSULTADAS .....	307

## AGRADECIMENTOS

A realização desse trabalho foi fruto também de contribuições recebidas direta ou indiretamente de diversas pessoas.

Inicialmente, o maior agradecimento à Tiago e Tércio que entenderam as ausências, apesar de questionarem porque valia mais a pena ficar escrevendo, a passear no zoológico ou na praia, em suas companhias.

À Guerreiro, companheiro de "meia vida", pelo incentivo à participação no Curso de Mestrado em Ciências Sociais, pela revisão final dos textos escritos e por, sozinho, ter assumido, durante a redação do trabalho, tarefas domésticas que dividíamos.

Goinha, com a dedicação de sempre, foi ótima na transcrição de diversas fitas e aparições na Biblioteca Central para ajudar na coleta de dados. Gaída e Leal pela preocupação e força para superar prazos e pelas contribuições nas análises estatísticas. José Machado pelo treino para as futuras entrevistas, pelo depoimento e procura de novos depoentes. Gardênia pela revisão datilográfica desse trabalho. A todos eles o agradecimento, também, emocional.

Aos depoentes que enriqueceram e deram o toque da vivência dos acontecimentos, o reconhecimento pelas suas memórias: Ivan Fachinetti, Cid Teixeira, Jorge Calmon, Carlos Anibal B. Correa, Lucia Borges M. Melo, João Falcão, Francisco José Meireles, Maria Arlinda de Meireles e Margarida Maria da Silva.

À Superintendência Nacional do Abastecimento, em especial ao Coronel Mario Americano Junior, delegado da SUNAB

na Bahia, pela liberação parcial para frequentar o curso de Mestrado e fazer a pesquisa e a elaboração final do presente trabalho. Aos colegas que chegaram a compreender o valor e o esforço de participação no Mestrado e que, de alguma forma, torceram pelo resultado final.

Regina e Jonga aparecem como amigos que deram força e sempre acreditaram, o que permitiu a coragem do desafio. Nesse sentido, também o agradecimento a Ana Bianchi.

Aos colegas e professores participantes da Linha de Pesquisa "Estado e Movimentos Sociais" pelas discussões nos dois seminários apresentados sobre este trabalho. À Ana Afro e a Marina pela constante boa vontade em atender na Secretaria e na Biblioteca do M.C.S.

À Conceição Tourinho pela eficiência e presteza nos serviços de datilografia.

À UFBA e ao CNPQ pela ajuda financeira.

Finalmente, ao Professor Ubiratan Castro de Araujo, que foi uma das pessoas que mais estimulou a minha inscrição para a seleção do Mestrado em Ciências Sociais. A quem assisti o esforço na busca constante do aperfeiçoamento do curso e se transformou em orientador do presente trabalho.

## APRESENTAÇÃO

## Um Pouco De Crônica

O "povo" da antiga Salvador vivia os seus dias di  
fíceis de uma "massa explorada". Participante de uma sociedade  
que se marcara pelo estigma de vida harmônica. De saraus e eli  
tes, que se vangloriavam pela opulência da velha aristocracia e  
fineza cultural. Ah! Que bela oratória! De negros e dependen  
tes, que alguns, protegidos daquelas elites tornavam-se compa  
dres e visitantes amigos. Laços dessa meia história se perpetu  
aram. O verdureiro em 1951 passava e deixava além do que ven  
dia, o côco de presente ã velha freguesa. O Espanhol do arma  
zém do Pelourinho guardava o leite que começava a faltar, ao a  
migo especial, em que se transformara o freguês Chico.

Dessas formas de estabelecer o viver social, confu  
sões se geraram. A leitura conservadora que propiciava, con  
cluía pela passividade e harmonia de classes. Os favores troca  
dos pareciam aos olhos dos contemporâneos, que assim queriam  
ver, sinais de inexistência de antagonismos. A outra metade da  
história, a dos levantes e das revoltas populares, iam sendo es  
quecidas. Mas, enquanto a aristocracia decadente tecia suas re  
lações com as antigas famílias de ex-escravos e até de parentes  
negados frutos dessa relação; os coronéis procuravam manter o  
poder político do Estado e a defesa de seus interesses agrários,  
que se distanciavam da paisagem marinha da cidade do Salvador  
e, os ilustres burgueses juntavam aos nobres frutos da terra, o  
percurso marinho, passando pelo intermédio da vil moeda, os ve  
lhos marinheiros e Jubiabás recebiam novos companheiros que sur  
giam e vinham do sertão para o mar.

Salvador mudava. Era 1951. Além do seu perfil social, o seu espaço físico se expandia. As invasões se tornavam cada dia mais inevitáveis. Bocas exigiam mais alimentos e uma transformação no seu mercado e na sua oferta. A pobreza da cidade dificultava a circulação da riqueza, o emprego e o salário.

Os "podres poderes" continuavam a imperar. Os habitantes das invasões e outros bairros periféricos já enfrentavam as dificuldades dos bondes, a precária moradia e a difícil alimentação, na constante "ginástica" para "esticar" os rendimentos. Os doces, as abafabancas, a pamonha e o mingau também completavam a remuneração familiar, vendidos nas portas, nas esquinas ou nos mercados. A máquina de costura em casa viabilizava um pouco mais de dinheiro, ou a costureira se deslocava até as famílias da Graça, Barra, Campo Grande. A lavadeira carregava suas enormes trouxas. Mas nada disso afugentava a massa popular do 8 de dezembro, da colina do Bonfim, do 2 de Julho.

A festa e a dança, o profano e o religioso ficaram como herança, não importava que alienígenas ou contemporâneos eletistas ficassem incrédulos. Salvador soube assistir e comemorar as festas populares, a brilhante e comovente recepção ao novo Cardeal da Bahia e a emocionante chegada da consagrada mulher mais bela do mundo, que por duas polegadas a mais, perdeu o título.

A festa da Conceição, a homenagem a Iemanjá e o carnaval, entre outras festas, guardavam o temor dos que assistiam à distância, com medo da navalha, a alegria popular dos participantes. Estes, presentes em cada ano que passava.

A recepção a Dom Augusto em março de 1953, que acabara de ser sagrado cardeal pelo Papa possibilitou o feriado, o desfile em carro aberto ao lado do governador Regis Pacheco e

recebeu a "aclamação do Povo". O cais do porto já se mostrara, em foto, repleto desse povo religioso para receber o primeiro cardeal da Bahia. Escudos, bandeiras e luzes pela cidade. Uma comitiva em avião da FAB trouxera os ilustres representantes do povo: Oliveira Brito, Manuel Novais, Joel Presídio, Gama Filho, além do Ministro da Educação Simões Filho e autoridades eclesiais. Até a Câmara recebeu mensagem do Papa Pio XII, desejando votos de progresso ao Povo e à Cidade de Salvador. A alegria apossou-se da cidade. Na Câmara, sessão solene. No Palácio, o banquete. Para o povo, anunciava-se que com o saldo do numerário destinado às festas de recepção ao "bom" Dom Augusto, acrescido de doações do comércio e de famílias baianas, seriam distribuídos cinco mil presentes. 5.000! Em gêneros e roupas. A Bahia ganhava o seu cardeal, como já ganhara o seu governador em 1951... D. Augusto recebeu a púrpura cardinalícia, mas detestava o "vermelho": em 19 de maio de 1953, expedida, em contraste ao púrpuro recebido, um Mandamento, ordenando orações pelos países que sofriam a perseguição comunista.

Nova alegria foi dada à Bahia em 1954. Em junho, personalidades como Manoel Bandeira, Santa Rosa, Armando Fontes, Helena Silveira, Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos e Pompeu de Souza elegeram a Miss Bahia, a mais bela do Brasil. A "injustiça" da sua derrota para uma americana no título mundial era compensada pelo reconhecimento de favorita do povo e da imprensa. O poeta Manoel Bandeira alimentava o orgulho da Boa Terra: os americanos conheciam Carmem Miranda, agora Marta Rocha, "a Bahia, pois, mostrou que tem de tudo". Em outubro, a chegada da Miss. Grandes festas, inclusive nos clubes sociais. A TARDE confienciava que a bela Marta recusara fortunas, com saudades do Brasil e lhe declarara "essa gente da Bahia é o meu maior tesouro". Os políticos do P.S.P. (Partido Social Progressista)

anunciaram a candidatura do novo mito da beleza à Assembléia Legislativa, o que não foi concretizado.

Ao lado de tudo isto, que revelava o curioso da vida social de Salvador, fenômenos novos ocorriam, sem tintas tão alegres e coloridas. Se a alegria e a manifestação popular foram tão incentivadas nas festas, na recepção de Dom Augusto e Marta Rocha, o mesmo não ocorreu nos comícios, nas passeatas que protestavam contra a carestia.

O espírito "harmônico" da sociedade sem "antagonismos de classe", desaparecia se o poder era contestado, se a burguesia era criticada, se o lucro era questionado. Aos participantes dos protestos, ao lado dos comunistas ou insatisfeitos, Salvador oferecia a repressão policial. Desnudavam-se os antagonismos. Os interesses se delineavam. O Estado intervinha na defesa da classe aliada, a burguesia. O pacato Regis Pacheco cedia lugar ao temível Laurindo Regis, Secretário de Segurança Pública.

Um novo jogo travava-se em Salvador. No centro, as classes populares, eleitores e participantes de um novo momento político. Uma Nova República? Era o populismo. Em cores verde e amarela, crescia nos corações das massas urbanas a esperança no líder que prometia melhores dias. Os trabalhadores baianos participaram desse jogo. Fiéis à Vargas, pelegos, em homenagens e missas no Bonfim saudaram o líder populista. Era uma nova relação que se instituía com o poder político federal. Subiram as escadarias do Catete, em mãos do representante do trabalhismo, o delegado regional do Trabalho e sentaram ao lado do "Pai dos Pobres". Choraram e sofreram o holocausto do protetor. Em resposta, elegeram em outubro de 1954, candidatos que assumiram o "defunto", como Balbino ou se comportavam como o mesmo, nas promessas populistas, como Hélio Machado, e que lhes

serviram no governo que se findara no agosto de 1954.

Mas nem só o populismo se introduzia nas massas. Os comunistas, "os comedores de criancinhas", buscavam na clandestinidade manter a sua relação com as massas. Conscientes das dificuldades de sobrevivência, críticos do pacto populista até a morte de Vargas e postulantes de uma visão de vanguarda das massas, nas quais procuravam se apoiar para se oporem ao poder instituído. Incansáveis militantes, penetravam nos bairros, formavam Uniões e Associações que pudessem competir com os sindicatos pelegos, o apoio dos trabalhadores, das donas de casa, dos populares, dos funcionários públicos. As mulheres, participantes ativas dessa militância e da luta contra a carestia, organizavam congressos, faziam denúncias, convocavam suas companheiras a participar da "grita". Elas que iam à Água de Meninos, ao Mercado Modelo, que discutiam com o Espanhol do armazém, que esperavam a "carne virada", que faziam a mágica do rendimento na panela e que davam "mingau de cachorro" aos filhos menores.

Enfrentar os aparatos policiais, contestar as autoridades e participar dos movimentos liderados pelos assustadores comunistas, em uma conjuntura populista e tendo D. Augusto como Cardeal, era um grande desafio, que Salvador participava discretamente, sem a pujança do movimento desencadeado em São Paulo, em abril de 1953 ou no Rio Grande do Sul, em agosto de 1952. Mas a repressão ao movimento convocado por mulheres, deputados, Associações de trabalhadores e de bairro, de orientação comunista, em Salvador, em agosto de 1951, também revelou o medo e o caráter antidemocrático da política baiana. A bala na perna de uma operária tecelã, disparada pela polícia, era a prova mais evidente dessa situação. Mas a conjuntura também trazia uma grande perda para os opositores aos populistas, que não tinham como líder o "Pai dos Pobres", mas "um glorioso camara-

da". Em março de 1953, morria Stalin.

A burguesia não podia permanecer todo o tempo na arquibancada, assistindo o populismo e o comunismo disputando as massas populares. Ambos num discurso em que acusavam "tubarões do lucro extraordinário", como responsáveis pela carestia, e em que comunistas acusavam o governo como aliado desses "tubarões". Enquanto interesses dispersos impossibilitavam que a burguesia se opusesse como força hegemônica contra o populismo, as massas foram conquistando espaços e benefícios financeiros. A greve, o protesto, as passeatas, os discursos oficiais que defendiam a maior atuação para as massas foram mais fortes e impossíveis de serem aceitos. A oposição ao populismo se efetivou. A Bahia mais uma vez privilegiava o caráter elitista conservador do seu poder político e antes de agosto de 1954, já assumira o afastamento do Governo Vargas.

Enquanto os comunistas acusavam, sem qualquer discernimento, o governo como imperialista e feudal-burguês e este procurava neutralizar essa oposição, buscando a maior participação dos comunistas nos sindicatos, uma força maior já estabelecia o fim dessa conjuntura que permitiu, mesmo que antidemocraticamente em diversos instantes, o crescer e a afirmação desse novo agente social "as massas populares" e colocou como "inimigo" destas, o setor comercial.

Liderada pela burguesia comercial, a oposição à política populista se sagrou temporariamente vitoriosa. A classe média liberal antipopular; os militares anticomunistas, a exemplo do almirante Pena Boto (que O MOMENTO acusava de ter saído às pressas da Bahia, quando viera criar a cruzada anticomunista, por ter sido desmascarado na prática de atentado às "jovens, honestas mulheres", atraídas ao seu apartamento 701 do Hotel da Bahia, com o anúncio colocado em A TARDE, oferecendo

Cr\$600,00 para emprego de copeira-arrumadeira no Rio de Janeiro); o imperialismo americano já em plena guerra fria; a burguesia industrial e agrária foram os parceiros do golpe ao governo populista de Vargas, de 1951 a 1954, que contou com a participação da elite baiana.

Uma história a ser lembrada e ser contada.

I N T R O D U Ç Ã O

Estudar o populismo e a carestia na conjuntura de 1951 a 1954, foi uma escolha que refletiu, tanto uma preocupação mais geral com um problema de reconhecida importância para os amplos contingentes populacionais concentrados nas metrópoles urbanas contemporâneas, quanto uma preocupação específica, pessoal, de uma funcionária da Superintendência Nacional do Abastecimento - SUNAB.

Vivenciar o dia a dia em um órgão controlador do abastecimento, trouxe algumas indagações que pretendemos resolvê-las através de uma análise histórica de um organismo criado em 1962, para substituir a Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP). Entender o mecanismo de intervenção no abastecimento pelo estado, nos conduziu a uma análise dos antecedentes genéticos deste órgão. E essa intervenção só se efetiva realmente, em âmbito nacional voltada para o abastecimento e com caráter normativo, a partir do momento em que o estado assume o papel de interventor mais presente na vida econômica. Outros órgãos já haviam sido criados, em uma época em que o liberalismo dominou como ideologia e prática econômica ou mesmo no período de 1930 a 1945 (que foi um primeiro marco na ação direta do estado na economia), mas ainda não podiam ser entendidos como integrantes de uma administração federal que estabelecesse normas e diretrizes.

A criação da antecessora COFAP se deu em 1951 e, como a sucessora SUNAB, nasceu em um período rico da história social e política do país. Alguns dados conjunturais aproximavam as circunstâncias do surgimento dos dois órgãos. Ainda que não tenha sido possível um estudo comparativo dado à limitação natural da abrangência temática e da disponibilidade de recursos em uma dissertação de mestrado, o estudo da criação da COFAP, por si só, já constitui um primeiro passo para uma futura compara-

ção e desde já, traz à tona elementos fundamentais para a compreensão da atuação governamental no combate à carestia.

A escolha do período 1951 a 1954 refletiu também um interesse acadêmico que consideramos de especial relevância: a análise de alguns aspectos da política populista, ainda não devidamente abordados e sua manifestação em Salvador. A inexistência de trabalhos que se detivessem, naquela conjuntura, no Estado da Bahia é um vazio significativo na historiografia local. Por outro lado, a abordagem do segundo período Vargas na historiografia brasileira tem privilegiado os aspectos trabalhistas e desenvolvimentistas na política nacional populista. O tratamento que o populismo deu à carestia, que aliás era uma preocupação central das massas urbanas, tem sido esquecido.

O que privilegiamos nessa análise da conjuntura de 1951-1954 é a importância que a questão carestia assumiu na na aquele período, enquanto catalizadora das inquietações populares, ponto central da política populista e, constituindo-se até em bandeira de uma luta revolucionária, seguindo uma estratégia de de desenvolvida pelos comunistas.

Algumas variáveis pesaram para a importância do tema: 1 - formação das massas populares nos centros urbanos, não absorvidas pelo mercado de trabalho, com rendimentos eventuais ou salários sempre deficitários e destinados na sua maior parte a satisfação básica das necessidades alimentares, 2 - for talecimento da liderança populista de Getúlio Vargas que se ele geu com grande apoio popular e prometendo solucionar os problemas básicos das massas urbanas e 3 - ampliação da participação das massas populares como agente político, portadores de rei vindicações relacionadas às necessidades mais imperiosas da sobrevivência.

O governo populista, para atender os seus compro-

missos com o melhoramento do padrão de vida das massas populares, estabeleceu três políticas: a *política trabalhista* (legislação, previdência, sindicalização e aumento salarial), a *política de desenvolvimento econômico*, assentada em bases industriais, articuladora e subordinadora do setor agrário (geraria empregos e melhoraria as remunerações) e a *política de combate à carestia*, bifurcada na direção do aumento da produção de alimentos e da melhoria dos serviços e infraestrutura ligada ao abastecimento e na direção do combate às práticas especulativas do setor comercial.

O presente trabalho se detém na terceira política adotada pelo Governo Vargas e, mais precisamente, no combate à carestia através da responsabilização, fiscalização e até repressão direcionados para alguns segmentos do setor comercial, acusados da prática ilícita, da especulação e da ganância.

O tratamento do populismo e da política de intervenção do estado no combate à carestia não permitiu que o trabalho se limitasse a uma análise restrita à cidade do Salvador. Nesse sentido, essa se tornou um foco central de atenção, mas associando ao que se estabelecia como política nacional. Remetem-nos também às manifestações populares que ocorridas em alguns pontos do país traziam em seu conteúdo a expressão dos descontentamentos ocorridos em outros centros, que geravam respostas governamentais que repercutiam também sobre a cidade de Salvador.

Ficaria incompleto o trabalho se enfocasse o problema do combate à carestia pelo exclusivo ângulo das políticas governamentais e do desempenho das estruturas administrativas competentes. Foi tomada como variável central, a expressão do descontentamento da população urbana de Salvador, seja nas explosões episódicas, seja na tentativa de constituição de um mo-

vimento popular contra a carestia, e mesmo nas tentativas, frustadas ou não, de politização da questão carestia.

As fontes primárias utilizadas para este trabalho foram:

1. Atas das sessões da Comissão Estadual de Preços, do período de 16 de fevereiro de 1951 até 15 de janeiro de 1952, quando foi comunicada sua extinção. O material se constitui em um volume manuscrito, redigido pelo secretário da CEP e assinado pelos membros presentes.
2. Atas das sessões do Conselho Deliberativo da Comissão de Abastecimento e Preços da Bahia, desde a sua instalação em 30 de agosto de 1952 até 29 de dezembro de 1954. Este material encontra-se em três volumes manuscritos pelo secretário da COAP e assinado pelos membros do Conselho presentes em cada sessão efetivada ou sem quorum.

Recorreu-se também à tomada de depoimentos orais de variados informantes, tais como funcionários e membros do órgão de intervenção (COAP), jornalistas ligados ao jornal A TARDE e O MOMENTO, políticos da época e consumidores. Deste modo, foram tomados os seguintes depoimentos:

1. Ivan M. Fachinetti - ex-membro do conselho da COAP na gestão de Hélio Machado, ex-assessor do Instituto de Pecuária da Bahia, que o qualificava como estudioso das questões relativas àquela atividade econômica e portanto, especialista na fundamental questão do abastecimento da carne verde.
2. Cid Teixeira - professor de História, ex-secretário geral da COAP no período de janeiro a julho de 1953, nas gestões de Oscar Emerson do R. Falcão e de Salustiano

S. de Senna.

3. Jorge Calmon - professor de História e naquele período era deputado estadual e redator chefe do jornal A TARDE.
4. Carlos Aníbal B. Correa - deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).
5. João da Costa Falcão - fundador do jornal comunista O MOMENTO.
6. Lúcia Borges M. Melo - dona de casa, mãe de cinco filhos naquela ocasião e consumidora. Moradora da Faisca e esposa de um farmacêutico, gerente de vendas de uma empresa de produtos farmacêuticos.
7. O casal Francisco José Meireles e Maria Arlinda Meireles - morador de Itapagipe, tinha quatro filhos. Ele era carteiro e eventualmente exercia atividades suplementares para complementar a renda (no Estádio da Fonte Nova), no que era ajudado pela mulher que vendia doces e empadas em casa. Relatou as condições do sobrevivência, em especial a referente ao abastecimento alimentar.
8. Margarida Maria da Silva - dona de casa, moradora de Itapagipe, esposa de um servente do serviço público estadual. Não tinha filhos, mas criava cinco sobrinhos que tinham ficado órfãos de mãe.

Foram também utilizadas intensamente, as fontes impressas constituídas por jornais e periódicos baianos, com especial destaque para as seguintes séries:

1. A TARDE, o jornal vespertino e diário de maior circulação, que desenvolvia uma corrente de opinião conservadora, alimentava o apoio aos poderes constituídos. A série consultada cobriu todo o período diário de ju-

lho de 1950 a dezembro de 1954. O perfil do jornal encontra-se estabelecido no capítulo 3.

2. O MOMENTO - era o veículo de divulgação do Partido Comunista Brasileiro, na Bahia, que mantinha oposição aos governos de Getúlio Vargas e Regis Pacheco. Era também de circulação diária naquele período do estudo. Apesar da intenção de ser consultada toda a série de 1951 a 1954, isto se tornou impossível por só terem sido localizados (e consultados) os exemplares de janeiro a dezembro de 1951, agosto e outubro a dezembro de 1952 e outubro a dezembro de 1954. Os demais exemplares constantes do período não foram localizados no único arquivo que possui a série de O MOMENTO, que é a Biblioteca Central do Estado da Bahia.
3. O DIÁRIO DA BAHIA - foi utilizado como fonte complementar, tendo sido pesquisados os anos de 1952 e 1953. O jornal também era diário e era vinculado ao PSD.
4. O DIÁRIO DE NOTÍCIAS - também foi pesquisado como fonte complementar aos dois primeiros jornais. A coleta se limitou aos exemplares diários de janeiro a março e de julho a setembro de 1951.
5. Boletins Mensais da Associação Comercial da Bahia - foram consultados três volumes encadernados referentes aos anos de 1951, 1952 e 1953. Os boletins de 1954 foram perdidos, por ocasião de uma inundação na ACB. Neste material constam sínteses dos assuntos tratados por sessão da diretoria, artigos, relatórios da diretoria, atos do legislativo e do executivo de interesse para o comércio, estatísticas, mensagens do governador, pronunciamentos de representantes do setor e de autoridades dirigidos ao comércio.

CAPÍTULO I

URBANIZAÇÃO E SOBREVIVÊNCIA

## 1.1-SALVADOR, COM ARES DE METRÓPOLE?

Uma das variáveis definidoras do período em estudo foi o momento de transformação que estava a se operar no país. O projeto de industrialização começava a ser implementado através da política econômica do Governo Getúlio Vargas, trazendo concomitantemente a imposição definitiva do meio urbano em substituição à dominância do rural que se deu até os anos 30. Esse processo que se acentuará ao longo dos anos, como um marco representativo na década de 50 do presente século, trazia portanto novas variáveis no plano social. O crescimento das cidades dava espaço à uma massa urbana que se avolumava e à formação de uma classe operária, em especial nos pólos centrais do país. O movimento migratório para os centros urbanos, principalmente para as capitais, era um dado real e os problemas sociais básicos de moradia, alimentação e transportes se agravavam. Numa conjuntura marcada pelo populismo, estes eram dados que não podiam ficar ignorados e amenizá-los era uma condição fundamental para manutenção das bases políticas de apoio. O processo não se estabeleceu de modo uniforme pelo país, mas mudanças foram se estabelecendo em cada região. Importante se torna dimensionar as mutações que se operaram em Salvador.

A capital baiana também mudava suas feições, em especial, na década de 50. Apesar das bases agrárias do Estado, o projeto capitalista de desenvolvimento implementado era buscado pela Bahia e Salvador tornava-se palco de um novo cenário.

Do ponto de vista demográfico, a Cidade do Salvador representava cada vez mais em relação ao Estado como um todo. Se em 1940, seus 290.443 habitantes significaram apenas 7,4% do total de 3.918.112 recenseados para o Estado, em 1950 este percentual cresceu para 8,6% e alcançou 11,0% em 1960, conforme os resultados consignados na tabela 1, a seguir.<sup>1</sup>

TABELA 1  
POPULAÇÃO PRESENTE DE SALVADOR - 1940-1960

Discriminação	1940	1950	1960
Salvador	290.443	417.235	649.453
Bahia	3.918.112	4.834.575	5.918.872
Salvador/Bahia %	7,4	8,6	11,0

Fonte: IBGE - Censos Demográficos

Enfocando agora o crescimento populacional de Salvador sob outro ângulo, ressalte-se que entre 1900 e 1940 o seu efetivo demográfico permaneceu quase estável, passando de 205.800 para 290.400 no decurso de 40 anos, o que representou uma taxa média geométrica de incremento anual da ordem de 0,85%. A radical transformação na expansão demográfica de Salvador se deu justamente a partir daí: entre 1940 e 1950 essa taxa alcançou 3,75% ao ano e, não se detendo no seu crescimento, chegou a 4,45% ao ano no decênio seguinte (1950/1960). O confronto dessas taxas, com as equivalentes calculadas para o Estado da Bahia em conjunto, revelam sobretudo o processo acelerado de crescimento da capital, e a sua condição de pólo de atração demográfica. Entre 1940 e 1950, e na década seguinte de 1950/1960, as taxas anuais de incremento para o Estado da Bahia foram respectivamente 2,16% e 2,09%, resultados inferiores àqueles calculados para Salvador, revelando-se ainda um ligeiro declínio no segundo período.<sup>2</sup>

Os estudos feitos na época (IBGE, BNB/SUDENE, por exemplo) apontaram como responsável por esses aumentos, o processo de migração. Como variáveis determinantes estavam o êxodo rural; o surto industrial com predominância da PETROBRÁS (mais

sentido no final da década de 50); novos acessos à expansão da cidade; desenvolvimento da função universitária e de serviços; aumento da atividade exportadora.

Os problemas decorrentes desse crescimento urbano eram tratados e discutidos nos jornais locais. No editorial "O Crescimento da Cidade", A TARDE abordou os graves problemas decorrentes desse crescimento, em especial o abastecimento, a habitação e o transporte, explicando o aumento populacional pelo avanço da indústria e empobrecimento do Estado e reconheceu: "Aqui, a vida já se vai tornando insuportável ao homem comum".<sup>3</sup> Em 05/09/51, esse mesmo jornal, já havia feito uma reportagem sobre esta problemática, com o subtítulo "CASA, COMIDA E TRANSPORTE, as três maiores aflições da nossa população", com fotos da feira de Água de Meninos, de fila para obter empréstimos para aquisição de casa própria e de um bonde com a legenda "num desses bondes o menos que se perde é a goma da roupa e o lustro do sapato". A alimentação era apontada constantemente como problema número um, agravado pelas inevitáveis queixas da carestia e precariedade do abastecimento. Essas questões e eventos correlatos, com suas repercussões sobre a vida da cidade e dos seus habitantes serão tratadas mais detidamente no decorrer do trabalho.

Quanto aos transportes, ressaltou o vespertino baiano, que os bondes eram superlotados, lentos e impontuais, não acompanhando o progresso da cidade e distoando de um certo dinamismo que o ritmo de vida em Salvador já exibia. Os ônibus eram qualificados como perigosos e arriscados. O sistema de ascensores, ligando as partes alta e baixa da cidade, insuficientes para atender a demanda crescente e responsáveis pela formação de longas filas de espera. O aumento no número de automóveis, por outro lado, levou A TARDE a alertar que duas medidas

eram necessárias: uma, a proibição de importação de veículos, que reconhecia ser inviável e a outra, a construção de túneis, vales, ligações da cidade alta e baixa, praças de estacionamento.

Na habitação, o outro grave problema decorrente da urbanização, eram apontadas as péssimas condições existentes, em especial da usual casa de cômodos, definida como verdadeiros par dieiros. O aumento no número de domicílios era significativo, mas não suficiente para atender a demanda crescente. Segundo o trabalho do BNB/SUDENE, em 1940 havia em Salvador 66,8 mil domi cílios, passando para 79,7 mil em 1950 e quase 120 mil em 1960. Incrementos na ordem de 15% e 50%, respectivamente.<sup>4</sup> Abordando o crescimento urbano de Salvador, Walter Gordilho afirma que em 1920 a cidade possuía 39,7 mil prédios, passando para 88,3 mil em 1950. Como consequência do processo de urbanização, este começou a ser objeto de estudos já na década de 1940.<sup>5</sup> De acordo com dados coletados na Prefeitura, A TARDE informou que no ano de 1952 haviam sido construídas 1.035 casas, sendo 592 não proletárias e 443 proletárias e haviam sido feitas 235 reconstruções. Assustada, alertou para o crescimento das invasões que em quatro anos aumentaram em mais de 20 mil casas, número que continuava a elevar-se. Em editoriais, abordou a deficiência ha bitacional de Salvador, "onde o ritmo de construções é inferior ao que estariam a exigir suas necessidades de desenvolvimento",<sup>6</sup> e a carestia dos aluguéis, quando criticava a omissão do poder público para impedir as fraudes à lei do inquilinato, câmbio ne gro, luvas e outros abusos.

Um reflexo do problema habitacional residia nas invasões que cresciam. Os parlamentares, vereadores de Salvador, discutiam sobre o problema. Para Queiroz Muniz, a Prefeitu ra não podia ficar de braços cruzados, afinal estava em jogo a

propriedade privada e Osório Vilas Boas afirmava serem as invasões estimuladas pelos comunistas, mas alertava que a polícia estava atenta. A questão social, tratada como questão de polícia, voltava a se repetir. O jornal A TARDE, incorporando à sua postura conservadora, o seu papel de preocupada com a questão social, afirmou:

Se, em alguns pontos foram produtos da demagogia de renitentes perturbadores da tranquilidade coletiva, a serviço de ideologias contrárias à nossa índole, à nossa formação cristã, ao nosso regime político, em outros foram o resultado da crise em que nos debatemos...<sup>7</sup>

ao tempo em que denunciou a "indústria de loteamentos".

Raquel Mattedi, em estudo sobre a questão habitacional em Salvador, enfocou a importância que assumiu na história da cidade, no seu processo de urbanização, as invasões. Estas teriam se construído como alternativa mais viável, ao lado da ocupação de avenidas, pardieiros e bairros pobres tradicionais, para a população de baixa renda que se avolumava na cidade de Salvador. Já no final dos anos 50 instalava-se na cidade uma "crise habitacional generalizada".<sup>8</sup>

Sobre as invasões, Mattedi concluiu que

a despeito das mudanças verificadas na estrutura produtiva e na organização espacial de Salvador nas últimas quatro décadas, as INVASÕES, em todos os momentos, representaram a solução habitacional encontrada por parcelas significativas da população mais pobre da cidade.

.....

O surgimento das invasões sempre indicou a existência de uma parcela da população sem acesso a uma renda capaz de garantir a sua participação no mercado capitalista de bens e serviços de consumo, entre eles, o da habitação.<sup>9</sup>

A autora observou também que nas invasões que se efetivaram nas décadas de 40 e 50 estavam presentes, como moradores, pequenos funcionários públicos e operários, pela impossibilidade de concorrerem ao mercado capitalista de habitação, em função dos baixos rendimentos auferidos. As invasões ocorridas e consolidadas naquele período foram listadas pela autora: 1- terreno da fazenda do Coronel Massaranduba, onde se constituiu a primeira fase dos Alagados, em 1946; 2 - do Corta Braço, em Pero Vaz, 1946; 3 - vários pontos da Rua Lima e Silva, Liberdade, 1947; 4 - Gengibirra, próximo ao Largo do Tanque, bairro Guaranni, 1947; 5 - Meia encosta da Liberdade e Ramos de Queiroz, Calçada, 1947; 6 - Vila Rui Barbosa, Caminho de Areia, segunda fase dos Alagados, 1949; 7 - Linha Guinle, Liberdade, 1949; 8- vários pontos da cidade: Baixa de Quintas, Cruz do Cosme, Jacarê, Santa Rita, Barleta, Itapuã e Amaralina, 1951; 9 - Alto do Sobradinho, Federação, 1951; 10 - Rua Domingos Rabello, Porto dos Mastros, Itapagipe, 1952. Em 1954 houve a tentativa da invasão na Rua Visconde de Porto Alegre (IAPI), próximo ao conjunto residencial, mas reprimida pela polícia, não se consolidou e em 1952, foram demolidos mocambos, nas imediações de Ondina, no Bairro Santo Antônio. Estes são dados objetivos que revelam o processo de expansão da cidade numa alternativa encontrada pelas camadas populares, que se avolumaram nessa década de 50.

Ao lado do crescimento populacional, Salvador expandia suas atividades econômicas, em especial, a comercial, conforme tabela 2.<sup>10</sup>

A expansão física do comércio varejista foi mais acentuada do que a do comércio atacadista. No primeiro, a cidade de Salvador assistiu a sua multiplicação, tendo em 1960 mais do dobro de estabelecimentos que possuía em 1940. Este aumento implicou na absorção de maior número de mão de obra, inclusive

em percentual superior ao do incremento físico no período de 1940 para 1950, o que não ocorreu na década seguinte. De 1950 para 1960, o percentual de aumento no número de estabelecimentos varejistas foi maior do que o de pessoal ocupado. Em 1940, a média de pessoal por estabelecimento era de 2,3 pessoas por unidade física, aumentando para 2,8 em 1950 e reduzindo para 2,6 em 1960. Estes dados permitem constatar o reduzido tamanho da maior parte das unidades varejistas, que em média não atingiam três pessoas ocupadas em cada uma delas.

TABELA 2

COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA - SALVADOR  
NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS E PESSOAL OCUPADO  
1940 - 1960

ESPECIFICAÇÃO	Estabelecimentos			Total Pessoal Ocupado		
	01/09/40	01/01/50	31/12/59	01/09/40	1/01/50	31/12/59
Comércio Varejista	2.347	3.245	4.834	5.362	9.148	12.787
variação %	-	38	49	-	71	40
Comércio Atacadista	360	434	431	4.454	5.131	5.197
variação %	-	37	-13	-	15	1

FONTE: IBGE - Censos Comerciais

O comércio atacadista teve incremento no número de estabelecimentos de 1940 para 1950, em percentual praticamente igual ao verificado no comércio varejista, ocorrendo, porém, uma redução de 1950 para 1960. Esta redução física não implicou no decréscimo do pessoal ocupado, que se manteve nesse período (1950-1960) quase estabilizado, com uma pequena elevação. De 1940 a 1950, contudo, se observa que o aumento de pessoal o-

cupado se deu em proporção inferior ao número de estabelecimentos criados. Em 1940, a média de pessoas por unidade física foi de 12,4, em 1950 passou a 11,8 e em 1960 tinha a média de 12,1 pessoas por estabelecimento.

Infelizmente, nos censos comerciais não foram discriminados para Salvador os estabelecimentos no varejo e atacado por tipo de atividade. A observação dos dados obtidos para o Estado da Bahia (tabelas 3 e 4) permite, porém, afirmar que a maior parte dos estabelecimentos varejistas comercializavam produtos alimentícios, estimulantes e bebidas, os quais absorviam cerca de 61% do pessoal ocupado no comércio varejista. A diferença para os demais tipos de estabelecimentos era tão grande que em segundo lugar estavam os que comercializavam com tecidos, vestuário e armarinho, correspondendo a apenas 13% em 01/01/50 e 14% em 31/12/59.

No comércio atacadista, a participação de estabelecimentos que comercializavam gêneros alimentícios é menos acentuada. Juntamente com os que comercializavam produtos agropecuários e extrativos, totalizava a maior parte do comércio atacadista (73% em 01/01/50 e 78% em 31/12/59). Em 1950, os de gêneros alimentícios estiveram em segundo lugar, revertendo a posição no final da década, quando passou a ser o de maior participação. Da mesma forma, os estabelecimentos atacadistas do ramo de alimentos, absorveram em 1950 o segundo maior contingente de pessoal ocupado, passando a absorver a maior quantidade no final da década.

Os resultados referentes às atividades de serviços dos censos de 1950 e 1960 não podem ser comparados, uma vez que houve uma mudança na metodologia e também não constaram no censo de 1950 os dados discriminados para Salvador referentes às atividades auxiliares do comércio e de crédito, incorporados

TABELA 3

## COMÉRCIO VAREJISTA - BAHIA

Classe e Gênero do Comércio	Em 01-01-50				Em 31-12-59			
	Estabe- lecimen- tos	%	Pessoal ocupado	%	Estabe- lecimen- tos	%	Pessoal ocupado	%
Ferragem e material de construção	227	1,1	770	2,1	384	1,3	1.320	2,5
Maq. apar. uso domés- tico, inst. musicais discos, mat. elétrico	41	0,2	279	0,8	161	0,5	735	1,4
Veículo e aces.	77	0,4	426	1,2	200	0,7	776	1,5
Móveis e outros uten- sÍlios da habit.	102	0,5	449	1,2	308	1,0	936	1,8
Papel, impres. e art. escritório	61	0,3	234	0,7	119	0,4	449	0,9
Combust. lubrif.	225	1,1	426	1,2	278	0,9	1.021	1,9
Prod. quim., farm. e afins	509	2,4	1.555	4,4	873	2,9	2.098	4,0
Tecidos e artef. de tec., vestuário e armarinho	2.650	12,6	6.078	17,1	4.313	14,4	9.913	18,7
Prod. aliment., bebidas e estim.	15.584	73,6	21.847	61,3	21.440	71,5	32.096	60,4
Merc. em geral c/ gêneros alim.	1.254	5,9	2.394	6,7	1.340	4,5	2.348	4,4
Merc. em geral s/ gêneros alim.	286	1,4	908	2,6	330	1,1	730	1,4
Artigos diversos	90	0,4	265	0,7	237	0,8	583	1,1
Artigos usados	10	0,1	16	-	10	-	11	-
Total	21.116	100	35.646	100	29.993	100	53.016	100

FONTE: IBGE Censos Comerciais

TABELA 4  
COMÉRCIO ATACADISTA - BAHIA

Classe e Gênero de Comércio	Em 01-01-1950				Em 31-12-1959			
	Estabe- lecimen- tos	%	Pessoal ocupado	%	Estabe- lecimen- tos	%	Pessoal ocupado	%
Prod. Agrop. e ex- trativo	790	46,6	2.789	33,7	669	36,7	1.693	19,8
Ferragens e prod.me tal mat. de constru- ção	80	4,7	624	7,5	61	3,4	501	5,9
Máq. e aparelhos, mat. elétrico	33	2,0	268	3,2	39	2,2	563	6,6
Veículos e acessó- rios	10	0,6	73	0,9	12	0,7	191	2,2
Móveis e outros uten. da habitação	-	-	-	-	6	0,3	121	1,4
Papel impres., artigo de escritório	6	0,4	39	0,5	5	0,3	61	0,7
Prod. químicos, farma- ceuticos e afins	75	4,4	610	7,4	75	4,1	805	9,4
Combustível e lubri- ficantes	33	2,0	528	6,4	10	0,6	51	0,7
Tecidos, artefatos de tec., art. vest. e armarinho	57	3,4	627	7,6	56	3,1	655	7,7
Prod. alimentícios, bebidas e estimulan- tes	443	26,2	1.789	21,6	746	41,0	3.187	37,3
Mercadorias em geral c/prod. alimentícios	74	4,4	574	6,9	39	2,2	190	2,2
Mercadorias em geral s/prod. alimentícios	22	1,3	184	2,2	15	0,8	307	3,6
Artigos diversos	54	3,2	146	1,8	53	2,9	157	1,8
Artigos usados	15	0,8	28	0,3	30	1,7	56	0,7
Total	1.698	100	8.279	100	1.816	100	8.538	100

FONTE: IBGE - Censos Comerciais

aos serviços em 1960. Os únicos dados comparáveis são os serviços de alimentação e alojamento, apesar de haver uma mudança na contagem quanto aos bares de hotéis abertos ao público, que em 1950 foram contados como uma única unidade e em 1960 como unidades distintas, o que dá uma pequena distorção para efeito de comparação.

Os resultados totais da atividade de serviço em 1960 e os dos serviços de alojamento e alimentação em 1950 e 1960 encontram-se na tabela abaixo.

TABELA 5  
SERVIÇOS - SALVADOR

ESPECIFICAÇÃO	Estabelecimentos			Pessoal ocupado		
	Em 01-01-50	Em 31-12-59	Variação %	Em 01-01-50	Em 31-12-59	Variação %
Total	-	2.667	-	-	8.678	-
Alimentação e Alojamento	581	1.001	72	2.360	2.752	17
Alim. e Aloj/To tal %	-	38	-	-	32	-

FONTE: IBGE - Censos dos Serviços

A comparação dos resultados obtidos para o serviço de alimentação e alojamento (que representou 38% do total de estabelecimentos destinados a prestação de serviços em 31-12-59) revela o incremento desse setor resultante do processo de crescimento da cidade, que desenvolveu mais acentuadamente essa atividade (serviços). Quanto ao pessoal ocupado é importante notar que o aumento do mesmo não acompanhou a taxa de elevação fí

sica, tendo sido relativamente insignificante. Desta forma, em quanto em 1950 a média de pessoas por estabelecimento foi de 4,1, em dezembro de 1959 esta proporção caiu para 2,8 (inferior à média para o total de serviços que foi de 3,3 pessoas por estabelecimento ).

Finalmente, quanto à atividade industrial, ocorreu em Salvador um aumento no número de estabelecimentos entre 1940 e 1950, na ordem de 42% e, entre 1950 e 1960, na ordem de 51%.<sup>11</sup> Este ritmo não foi seguido quanto ao pessoal ocupado que elevou-se de 1940 para 1950 em 26%, mas decresceu em 9% deste ano para 1960. É importante frisar, contudo, que a PETROBRÁS constituía-se em importante unidade industrial e não estava incorporada a esta estatística do Município de Salvador, por localizar-se fora do mesmo. Os dados de Salvador para esta atividade constam da tabela 6.

TABELA 6  
ATIVIDADE INDUSTRIAL - SALVADOR  
1940-1960

ESPECIFICAÇÃO	Estabelecimentos			Pessoal ocupado		
	Em 01-09-40	Em 01-01-50	Em 31-12-59	Em 01-09-40	Em 01-01-50	Em 31-12-59
Quantidade	316	449	677	10.832	13.682	12.413
% de aumento	-	42	51	-	26	-9

FONTE: IBGE - Censos Industriais

Uma conclusão parece ser possível de ser feita. Apesar do incremento nas atividades comerciais, de serviço e industrial ele não conseguiu dar conta da absorção da população

presente em Salvador que apresentou taxas de crescimento acentuadas de uma década para outra.

## 1.2- CARESTIA E PADRÃO DE VIDA

Para análise da questão carestia e custo de vida partiu-se inicialmente para construção de uma série que permitisse conhecer sua configuração ao longo dos anos. Esta série ficou definida de 1948 a 1966, principalmente por permitir vislumbrar o que antecedia ao período em estudo e como veio a se comportar até o final da vigência da prática da política populista e começo do período autoritário, ultrapassando os limites de uma análise conjuntural.

Conhecer-se apenas índices de custo de vida não atendia completamente à visão geral de carestia e padrão de vida, pois aqueles ganham sentido na medida em que são utilizados comparativamente aos aumentos de salários, de forma a conhecer-se as perdas e ganhos reais, afetando o padrão de vida.

A construção da série dos índices de custo de vida teve como opção, os índices elaborados pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (SEPT), órgão vinculado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Críticas lhes eram imputadas pelas Instituições que também elaboravam índices econômicos, destacando-se a Fundação Getúlio Vargas, sem contudo, deixar de reconhecer a sua importância, em especial por tratar-se de índice oficial.

As principais críticas que lhe eram feitas giravam em torno de: a) exagerar a realidade; b) não incluir algu

mas despesas, tais como: fumo, recreação, instrução e outras na ordem de 15% do orçamento; c) os pesos atribuídos aos ítems componentes do custo de vida terem sido fixados nos inquéritos do salário mínimo, realizados em 1939 e 1949, sem terem sofrido qualquer alteração nas duas pesquisas e d) o SEPT não considerar o congelamento dos aluguéis.<sup>12</sup>

As razões que definiram a escolha desse índice no presente trabalho foram as seguintes:

- 1 - ser o índice oficial, utilizado, portanto, nas negociações, reivindicações dos trabalhadores e decisões do Governo.
- 2 - ser o único elaborado para Salvador. Os demais eram de caráter nacional ou específicos para outras capitais.
- 3 - ser um índice mais voltado para os níveis de renda mais baixos, invalidando para estas camadas muitas das críticas que lhe eram feitas (pesos e abandono de certos ítems). O que pôde ser comprovado através da pesquisa de padrão de vida feita em 1952 entre famílias de operários, onde os percentuais e pesos por ítem não diferiam substancialmente, principalmente os mais representativos.
- 4 - não considerarmos de caráter tendencioso como acusava a Confederação Nacional da Indústria, por exagerar a realidade. Esta afirmação nos parece, mais revelar a leitura equivocada que a burguesia industrial fazia da prática da política populista.

Este índice de custo de vida era composto pelos ítems de: alimentação, habitação, higiene, vestuário, luz e combustível, transporte. As apurações eram feitas mensalmente para alimentação, luz e combustível, trimestralmente para higie-

ne e vestuário, enquanto transporte e habitação eram apurados anualmente. Os pesos atribuídos a cada um desses itens foram fixados a partir de inquéritos em 1939 e 1949 e não eram iguais para todas as capitais, embora com o propósito de assegurar a comparabilidade entre estes resultados, tenha se fixado como base a média geral, mensal, do Brasil em 1948 (= 100). A tabela 7 mostra como eram definidos para cada capital os correspondentes pesos.

TABELA 7  
PESOS ATRIBUÍDOS PELO SEPT AOS ITENS COMPONENTES  
DO CUSTO DE VIDA

Cidades	Alimen- tação	Habitação	Vestuário	Higiene	Trans- porte	Luz e Combustível
Manaus	55	14	10	10	9	2
São Luis	60	14	6	10	8	2
Terezina	60	13	8	14	4	1
Fortaleza	55	18	8	10	7	2
Natal	55	13	6	15	10	1
João Pessoa	60	14	8	6	10	2
Recife	55	18	10	8	7	2
Maceió	55	18	8	9	8	2
Aracaju	60	16	10	9	3	2
Salvador	60	18	8	8	4	2
Belo Horizonte	55	14	6	10	13	2
Vitória	55	14	6	13	10	2
Niterói	50	18	8	12	10	2
Dist.Federal	50	18	8	12	10	2
São Paulo	55	18	8	10	7	2
Curitiba	55	14	11	14	4	2
Florianópolis	55	16	8	15	4	2
Porto Alegre	50	18	8	10	12	2
Cuiabá	50	16	10	18	4	2
Goiânia	50	16	10	14	8	2

FONTE: Desenvolvimento e Conjuntura - Julho/59

Duas observações devem ser ressaltadas. A primeira delas é quanto ao peso do item alimentação atribuído para Salvador, que é o maior percentual (60) ,só acompanhado por Terezina, São Luiz, João Pessoa e Aracajú. Isto não significava necessariamente que fosse a capital com preços mais elevados para os gêneros alimentícios; Recife e Distrito Federal, por exemplo, no período de 1948 à 1955 que analisaremos mais detidamente, tinham valores mais elevados do que os de Salvador. Significava, contudo, que em relação aos níveis de renda mais se dispndia para a aquisição desses gêneros.

A outra constatação é que no segundo ítem de maior representatividade, a habitação, também Salvador mantinha o maior peso - (18) -, acompanhada agora pelas capitais de maior urbanização, tais como: Belo Horizonte, Distrito Federal, Niterói, São Paulo, Recife, Porto Alegre, além de Maceió e Fortaleza.

O peso do ítem alimentação absorvia assim, entre 50 à 60% dos gastos totais para as capitais, o que estabelecia a tendência do índice geral de custo de vida. Aliavam-se para tal situação duas questões centrais. Uma, vinculada aos baixos níveis de renda, em acordo com a lei de Engels que estabelece que quanto menor a renda mais se dispnde em alimentação e a outra, a própria deficiência no sistema de abastecimento e preços dos gêneros alimentícios que agravava a situação.

O índice do custo de vida para Salvador revela substancial incremento ao longo dos anos (Tabela 8). No período de 1948 à 1966 houve um aumento de 128 vezes em relação ao ano inicial da série. Nesse intervalo, o ítem que mais cresceu foi transporte (163), seguido por habitação (136), higiene (126), alimentação (125), luz e combustível (122) e vestuário (121).

Comparando os dois ítems de maior relevância, (alimentação e habitação), verifica-se que até 1965 foi o primeiro

que teve o maior aumento em relação ao ano de 1948 (84 vezes), enquanto o de habitação elevou-se 77 vezes. O ano de 1965 reverteu essa situação e fez com que proporcionalmente a habitação passasse no último ano da série a um maior crescimento.

TABELA 8

NÚMEROS ÍNDICES DO CUSTO DE VIDA - SALVADOR  
MÉDIA DO BRASIL 1948 = 100

Ano	Alimen- tação	Habita- ção	Vestuário	Higiene	Trans- porte	Luz e Combustível	Geral
1948	112	211	91	110	100	88	122
1949	131	211	107	136	111	88	139
1950	143	211	121	132	122	95	149
1951	160	275	115	141	167	82	169
1952	183	275	120	154	167	82	184
1953	207	275	133	163	167	93	201
1954	232	371	204	203	278	116	246
1955	294	540	292	261	278	145	319
1956	371	782	326	301	278	223	404
1957	443	894	356	391	373	295	482
1958	527	1.430	372	432	373	300	589
1959	683	2.002	428	505	499	447	763
1960	907	2.828	685	812	671	598	1.059
1961	1.294	3.557	971	1.154	819	851	1.461
1962	2.276	4.553	1.565	1.617	1.279	1.163	2.344
1963	3.514	5.609	3.079	3.014	1.998	2.215	3.615
1964	5.818	7.786	5.254	5.557	6.375	4.287	6.029
1965	9.453	16.174	8.541	10.284	13.859	7.900	10.507
1966	13.984	28.662	11.047	13.907	16.324	10.725	15.614
1966/ 1948	125	136	121	126	163	122	128

FONTE: Anuários Estatísticos

Salvador encontrava-se em situação mais grave do que a média do Brasil para os itens de alimentação, habitação e

Índice geral desde o início da série, quando apresentou neste último o sétimo maior valor entre todas as capitais dos Estados e Territórios, passando no último ano da série a ter o segundo mais elevado índice geral, superado apenas por Rio Branco.

Analisaremos mais detidamente o índice do custo de vida para Salvador, no período mais próximo ao da pesquisa, ou seja 1948 a 1955.

Com o propósito de identificar os fatores que mais intervieram na elevação do índice geral foram calculadas as taxas anuais de incremento para cada índice, cujos resultados foram os seguintes:

Ítem	Taxa %
Alimentação	13,8
Habitação	12,9
Vestuário	15,0
Higiene	11,0
Transporte	16,3
Luz e Combustível	5,9
Geral	13,4

Note-se que, pelo exame dos dados contidos na tabela, as alterações nos índices não são simultâneas nem obedecem (pelo menos à primeira vista) a qualquer regularidade, que sugira forte relacionamento entre as séries: alimentação, vestuário e transporte estiveram sempre a cada ano, assumindo resultados mais elevados, enquanto os demais, habitação, higiene, luz e combustível, embora cresçam, o fazem de forma mais contida, permanecendo, em alguns casos, inalterados por três anos sucessivos. Está fora de dúvida que ao custo da alimentação, não só pela elevada ponderação com que participa da composição do índice geral, mas sobretudo pela contínua elevação que apresen-

tou, coube a elevação geral do nível de preços.

Na tabela 9 apresentamos os índices de alimentação e o geral para mais três capitais, Recife, Distrito Federal e Porto Alegre, para comparação com o comportamento dos índices de Salvador. (Gráficos 1 e 2).<sup>13</sup> Com esse objetivo, foram calculadas as taxas anuais de incremento para o período (1948 a 1955). Os resultados em percentagem foram os seguintes:

Capital	Geral	Alimentação
Salvador	13,4	13,8
Recife	13,0	14,6
Distrito Federal	13,7	16,0
Porto Alegre	11,5	13,7

Quanto ao índice geral, convém notar que não há substanciais diferenças entre Salvador, Recife e Distrito Federal; apenas Porto Alegre revela um incremento menor que as demais. O índice de custo de alimentação apresenta resultados mais variáveis quanto ao incremento anual, principalmente no Distrito Federal que detém, para a época, uma taxa expressivamente alta. O custo da alimentação em Salvador praticamente se equipara, na rapidez do crescimento, a Porto Alegre que era a capital onde o custo de vida se situava em níveis menos opressivos.

Convém frisar que esta taxa de incremento não revela o nível do custo de vida, mas tão somente a rapidez com que crescia, ano a ano, em média, no período sob estudo. O gráfico 3, em escala semi-logarítmica, mostra, lado a lado, as taxas anuais de incremento do índice geral e do índice de alimentação para as quatro capitais consideradas. Note-se que quanto mais inclinada a reta mais rapidamente se processa o crescimento. A posição relativa da reta, por outro lado, revela o nível em que se situa a série examinada. Pela análise do gráfico po-

TABELA 9

NºS ÍNDICES DO CUSTO DE VIDA - 1948-1955

MÉDIA DO BRASIL 1948 = 100

SALVADOR, RECIFE, DISTRITO FEDERAL E PORTO ALEGRE

## ALIMENTAÇÃO GERAL

	Salvador	Recife	Distrito Federal	Porto Alegre
<b>Índice Geral</b>				
1948	122	115	122	101
1949	139	135	132	106
1950	149	141	145	114
1951	168	166	175	116
1952	184	188	213	128
1953	201	204	240	139
1954	246	239	286	175
1955	319	278	345	237
<b>Alimentação</b>				
1948	112	119	108	95
1949	131	136	117	103
1950	143	144	137	113
1951	160	169	149	111
1952	183	192	189	129
1953	207	220	215	147
1954	232	256	248	190
1955	294	319	300	249

FONTE: Anuários Estatísticos

demos afirmar, que quanto ao índice geral do custo de vida a ordem era, do mais elevado para o mais baixo: Distrito Federal, Salvador, Recife e finalmente Porto Alegre; quanto à alimentação, os níveis mais elevados de custo estavam em Recife em contraposição à Porto Alegre que se situava em nível significativa

INDICE GERAL DO CUSTO DE VIDA  
SEPT - 1948 / 1955

DIST. FEDERAL    - . - . - .  
SALVADOR        - - - - -  
RECIFE           - - - - -  
P. ALEGRE       - - - - -

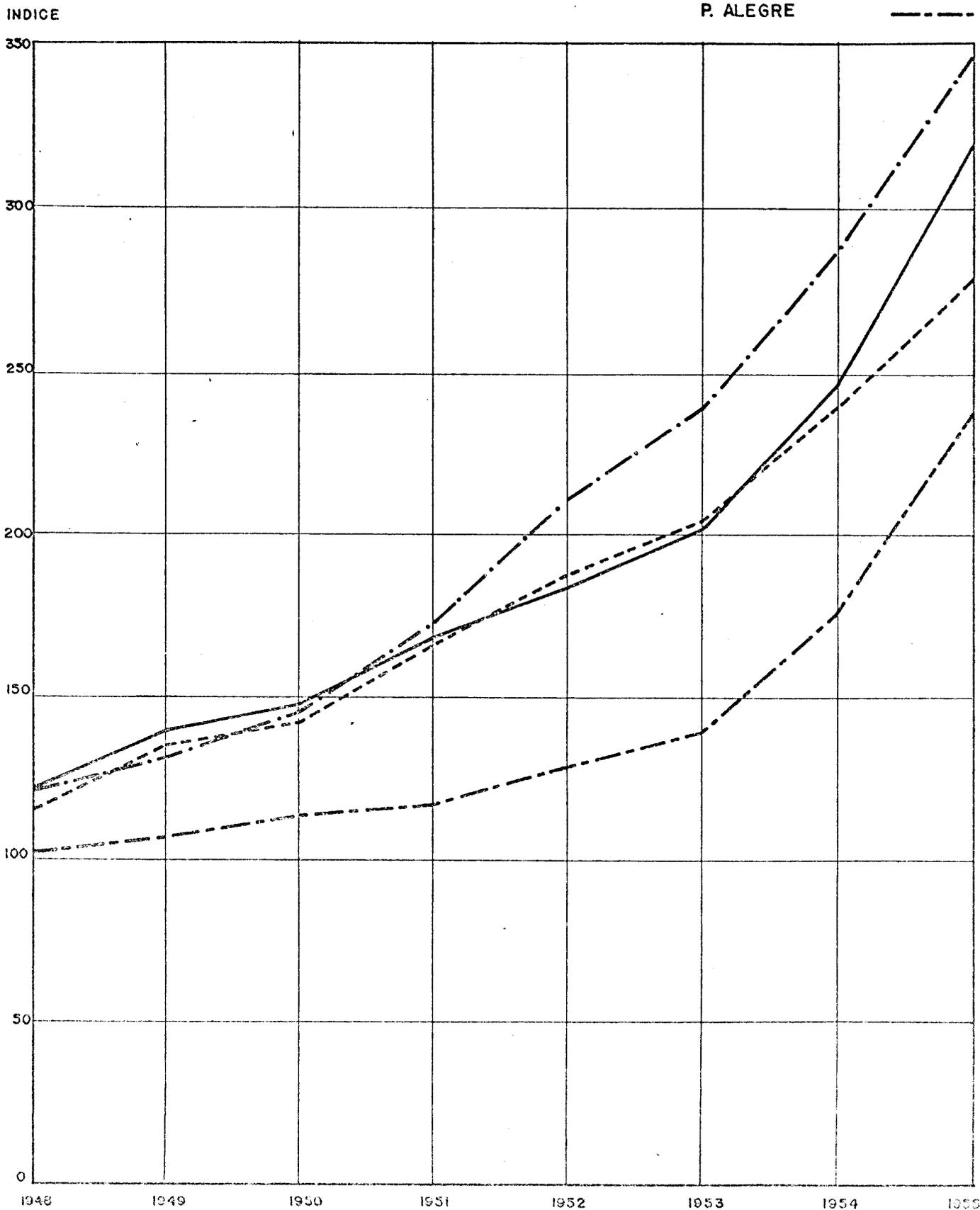


GRÁFICO Nº 01

### INDICE DE ALIMENTAÇÃO SEPT - 1948 / 1955

D. FEDERAL    - . - . -  
SALVADOR    - - - - -  
RECIFE       - - - - -  
P. ALEGRE    - - - - -

INDICE

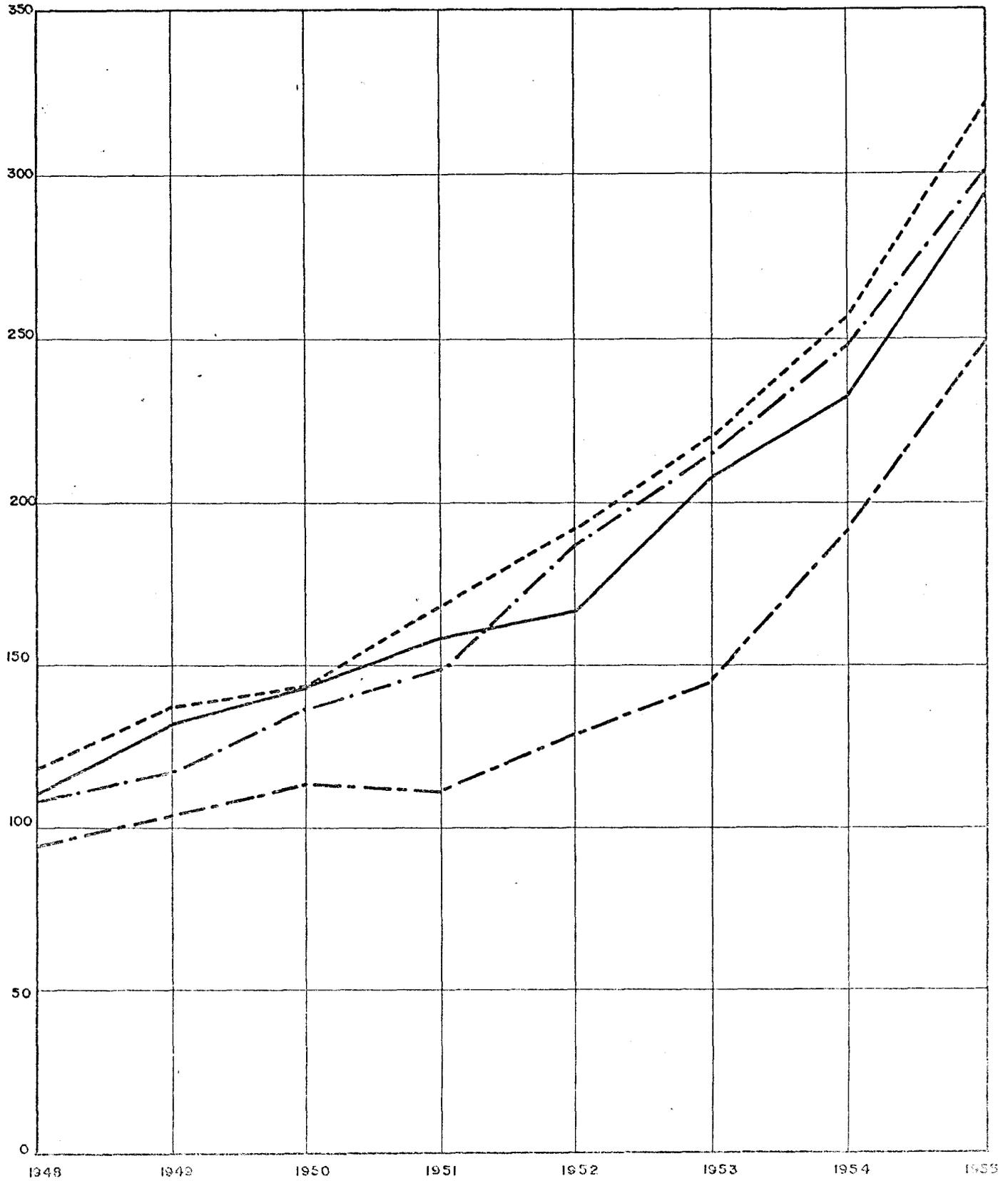


GRÁFICO Nº 02

### TAXAS ANUAIS DE INCREMENTO - 1948 / 1955

D. FEDERAL - . - . - .  
SALVADOR - ———  
RECIFE - - - - -  
P. ALEGRE - - - - -

#### GERAL

#### ALIMENTAÇÃO

INDICE

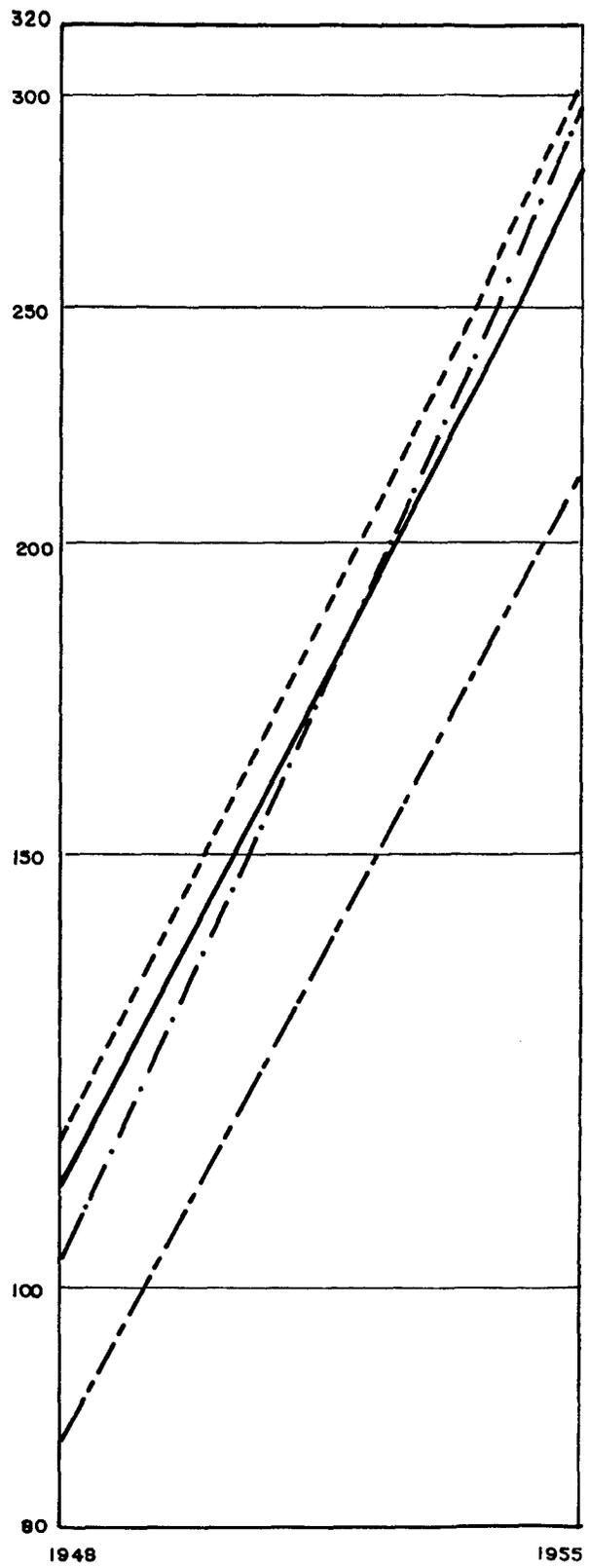
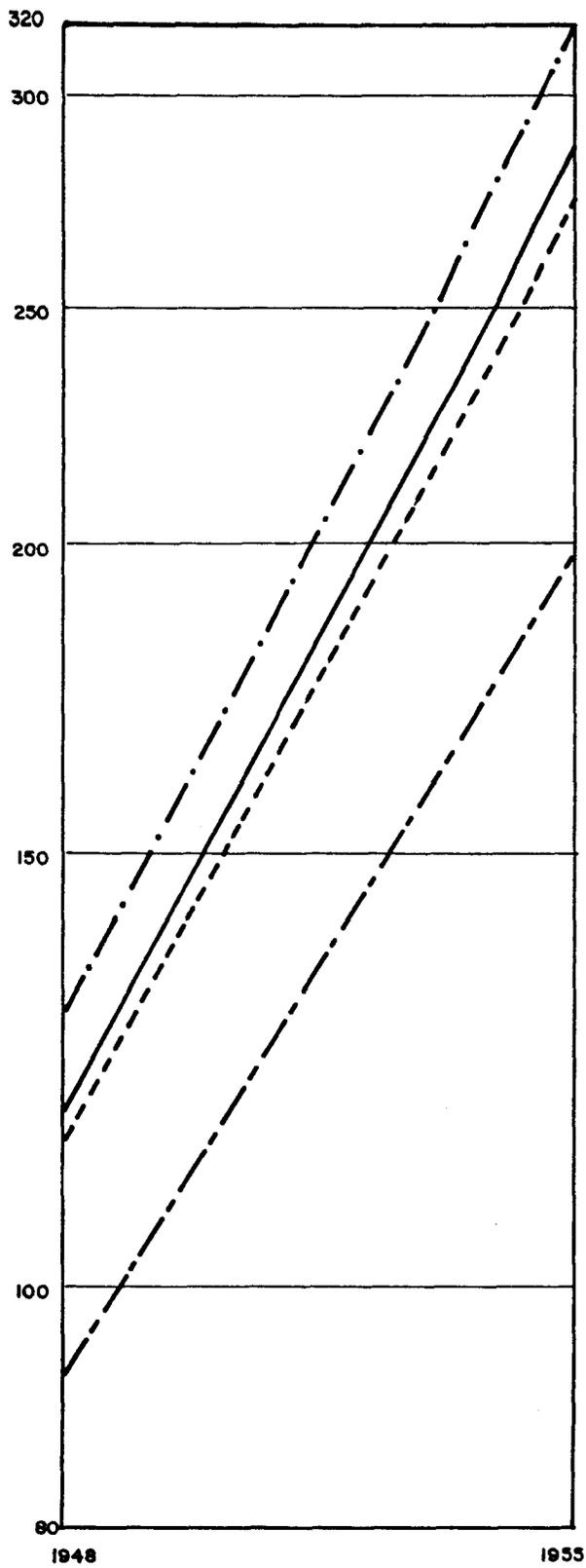


GRÁFICO Nº 03

mente mais baixo.<sup>14</sup>

Fundamental se torna comparar o índice de custo de vida de Salvador com os salários da época, para verificar os níveis reais e como se comportavam em relação a melhoria do padrão de vida. No presente trabalho, constituiu-se a série do salário mínimo para Salvador, acrescentando a este resultado duas pesquisas que foram feitas sobre o padrão de vida, uma dentro do período em estudo, 1952, e a outra, dez anos depois.

A série de salário mínimo foi elaborada de 1948 a 1966, acompanhando o mesmo período da série do custo de vida. Os valores nominais foram coletados nos anuários estatísticos e usou-se como deflacionador o índice geral de custo de vida (SEPT), adotado nesse trabalho. Considerou-se como ano base o ano inicial da série.

Os resultados obtidos revelam uma situação inicial de abrupta perda de poder aquisitivo que perdurou até 1951. Este período corresponde ao governo Dutra, que se caracterizou por uma política de repressão, inclusive salarial.<sup>15</sup> De 1952 à 1964, enquanto se viabilizou a política populista houve instantes de recuperação e perda, numa tendência oscilante mais para estabilidade do que para elevação (Tabela 10 e gráfico 4).

Naquele intervalo oscilante destacaram-se as recuperações em 1954, 1956 e 1959. Finalmente, o período pós 1964, quando após uma nova recuperação, volta a se manifestar numa tendência decrescente.

As revistas editadas pela Fundação Getúlio Vargas e Confederação da Indústria, a Imprensa local, Associação Comercial rebatiam constantemente os aumentos concedidos ao salário mínimo, acusando-os de serem majorados acima dos níveis do cus-

TABELA 10  
 SALÁRIO MÍNIMO NOMINAL E REAL  
 SALVADOR: 1948-1966

Ano	Salário Mínimo nominal* Cr\$	Índice Deflacionador	Salário Mínimo real* Cr\$	Índice do Salário real 1948 = 100
1948	0,24	1,000	0,24	100
1949	0,24	0,878	0,21	88
1950	0,24	0,819	0,20	83
1951	0,24	0,726	0,17	71
1952	0,70	0,663	0,46	192
1953	0,70	0,607	0,43	179
1954	1,56	0,496	0,77	320
1955	1,56	0,382	0,60	250
1956	2,70	0,302	0,82	342
1957	2,70	0,253	0,68	283
1958	2,70	0,207	0,56	233
1959	4,50	0,160	0,72	300
1960	4,50	0,115	0,52	217
1961	7,20	0,084	0,61	254
1962	10,08	0,052	0,52	217
1963	16,20	0,034	0,56	233
1964	33,00	0,020	0,66	275
1965	51,60	0,012	0,62	258
1966	66,00	0,008	0,53	221

FONTE: Anuários Estatísticos

\* Os valores estão de acordo com a moeda atual.

to de vida, a partir de 1954.

Francisco de Oliveira, ao analisar uma série similar (1944 a 1968) de salários mínimos reais da Guanabara e São Paulo distingue também três instantes distintos. O primeiro, de 1944 a 1951 marcado pelo decréscimo do poder aquisitivo, como observado na série para Salvador nesse trabalho; o segundo, de 1952 a 1957 (de acordo com a nossa análise este período se es-

ÍNDICE DO SALÁRIO MÍNIMO REAL  
SALVADOR - 1948 / 1966



GRÁFICO Nº 04

tendeu até 1964), com flutuações cuja correlação era o poder político dos trabalhadores e a partir de 1958 quando a tendência foi de deteriorização com reação em 1961 (pelos dados de Salvador e os discursos dos grupos de pressão da classe dominante os aumentos de 1959 e 1964 foram maiores do que o de 1961) e agravado pós 64. O fundamental é a conclusão que o autor chega

É fácil a constatação, em primeiro lugar, de que 25 anos de intenso crescimento industrial não foram capazes de elevar a remuneração real dos trabalhadores urbanos...

Difícil é não se tirar a conclusão de que a característica geral do período é a de aumento da taxa de exploração do trabalho, a qual foi contrarrestada apenas quando o poder político dos trabalhadores pesou decisivamente.<sup>16</sup>

No período da pesquisa, houve dois aumentos do salário mínimo, o de 1952 e 1954 e se encontra na conjuntura em que se caracterizou por recuperações do salário real e o relativo poder político dos trabalhadores, abordado por Francisco de Oliveira. No primeiro, as reações contrárias foram pequenas, desde quando havia oito anos que o mesmo não era reajustado. O jornal A TARDE comentou que o mesmo, que passaria a vigorar em 1/01/52, geraria um aumento das despesas em 20%, mas que os preços não subiriam nesse nível, pois os aproveitadores manipulariam e mais uma vez os beneficiados não seriam os operários e funcionários, acreditava porém que com a "nova e rigorosa lei da repressão aos crimes contra a economia popular, as coisas se passavam diferentemente".<sup>17</sup>

Mesma reação não se deu com o aumento de 1954, que de fato resultou do enfrentamento político dos trabalhadores e classe dominante. Até à sua fixação, muitas mobilizações e pressões se deram pelas classes envolvidas. A decisão final do go-

verno favorável aos trabalhadores foi acusado de demagógica e antipatriótica pelos opositores.

A concessão do aumento do mínimo em 100% gerou o desencadear de reações contrárias dos grupos de pressão, por todo o país. Foi feita de imediato uma convocação das Associações Comerciais para exame da situação. A Federação das Associações Comerciais do Brasil pediu a revogação do decreto; a Confederação Nacional da Indústria divulgou sua resolução contrária ao aumento, ao tempo em que eximiu-se de responsabilidades pelo agravamento da situação econômica e instabilidade do custo de vida; a Federação das Indústrias da Bahia encaminhou memorial ao Presidente da República e ao novo Ministro do Trabalho, alertando para as dificuldades que a lavoura e indústria passariam com o novo decreto; a Federação das Indústrias de Minas Gerais impetrou mandado de segurança. Enfim, as frações do bloco no poder puderam restabelecer suas alianças contra a política populista.

Para enfatizar as consequências do decreto na Bahia, A TARDE fez uma reportagem sob o título "As indústrias Bahianas Estão Ameaçadas de Parar", onde anunciou o índice de desemprego decorrente do novo mínimo, que já estava em 34%. Aproveitou para falar dos efeitos no comércio e citou que a tradicional loja da Rua Chile, as DUAS AMÉRICAS, dispensaria cerca de 30% dos empregados; o Palace Hotel havia demitido 48 empregados até com mais de dez anos de serviços. O repórter, em conclusão, comentou sutilmente que pretendia perguntar sobre a piedade para com os empregados por parte desses estabelecimentos, mas acabou por concluir que eram os governantes que deveriam ter tido piedade pela situação que criaram.<sup>18</sup>

Para complementação de informações que viabilizassem melhor definir a situação econômica em que se encontravam

as camadas populares de Salvador, utilizou-se os resultados da pesquisa sobre padrão de vida, elaborada pela Comissão Nacional de Bem Estar Social,<sup>19</sup> em 1952, que possibilitou o acesso de dados que não se limitaram aos salários mas também aos orçamentos, gastos por ítems de despesa e situação habitacional para a classe operária, mediante processo amostral.

A pesquisa de padrão de vida abrangeu todas as capitais e algumas outras cidades dos diversos Estados e Territórios. O enfoque principal foi dado ao operariado industrial e em complementação a uma fração da classe média, vinculado ao setor bancário. Os resultados detalhados foram retirados das Sinopses Preliminares editadas pelo CNBES, referentes apenas a alguns Estados, dos quais retiramos os dados das capitais, no total de quinze. No anuário Estatístico de 1953 também saíram publicados alguns resultados, mas já reagrupados de maneira inclusiva distinta da feita neste trabalho. Todos estes dados só se referiram à classe operária industrial, à exceção do Distrito Federal, que saiu a publicação nas Sinopses para o setor bancário.<sup>20</sup>

Para Salvador, foi adotada uma amostra selecionada entre os dois ramos industriais principais, o têxtil (existiam 07 estabelecimentos com 4.115 operários) e o de óleos e gorduras vegetais (09 estabelecimentos e 555 operários), que totalizou 51 famílias com salários entre Cr\$600,00 a Cr\$1.499,00 em moeda da época, que representaria hoje Cr\$0,60 e Cr\$1,50 respectivamente) e um total de 250 pessoas. Como critério ficou estabelecido que seriam incluídos na amostra as famílias compostas pelo casal e pelo menos um filho, excluídas as que fornecessem alimentação à pessoas fora da família e recebessem benefícios de cooperativas de consumo, cujos produtos à venda tivessem preço inferior ao de mercado. A data referência foi 01/09/52, basean

do-se nos orçamentos de agosto/52 e de acordo com as cadernetas familiares aplicadas durante seis semanas.

Os resultados mostraram um quadro desalentador. A precariedade do padrão de vida se revelou nas condições de habitação, nos déficits orçamentários e na discriminação dos gastos.

As tabelas 11 e 12 apresentam os resultados referentes à condição habitacional e os serviços e utilidades disponíveis por domicílio, obtidos para Salvador, Recife, Porto Alegre e Distrito Federal.

TABELA 11  
REGIME DE OCUPAÇÃO E TIPO DE CONSTRUÇÃO  
EM PERCENTUAL  
1952

	Salvador	Recife	Porto Alegre	Distrito Federal
Regime de Ocupação	100	100	100	100
Própria	39	17	22	12
Alugada	57	72	60	72
Gratuita	04	07	08	11
Em Aquisição	-	04	10	05
Tipo de Construção	100	100	100	100
Alvenaria	24	31	22	55
Madeira	04	18	74	18
Taipa	70	57	-	09
Palha	-	-	-	01
Outros tipos	02	04	04	17

FONTE: CNBES

TABELA 12

SERVIÇOS E UTILIDADES EXISTENTES NOS DOMÍ-  
CÍLIOS PESQUISADOS - EM PERCENTUAL  
1952

	Salvador	Recife	Porto Alegre	Distrito Federal
Serviços:				
Água Encanada	20	31	96	61
Luz Elétrica	32	35	98	86
Gás	-	04	02	06
Esgoto	14	13	56	43
Fossa Sêptica	-	-	22	10
Fossa Precária	31	50	18	37
Utilidades:				
Filtro	02	-	08	22
Rádio	12	17	92	65
Máq. de Costura	22	13	76	45

FONTE: CNBES

Das quatro capitais em análise, Salvador e Recife apresentaram os resultados mais precários. Nestas cidades, as casas eram, na sua maioria, de taipa (principalmente Salvador) e alugadas. Nas outras duas cidades também predominaram os alugueis, mas quanto ao tipo de construção, as casas se apresentaram em melhores condições. É importante ressaltar que o maior percentual de casas próprias na amostra de Salvador em relação às demais cidades não decorre de um melhor padrão de vida, como já pode ser observado através dos precários serviços, utilidades disponíveis, material de construção das residências. Revelaram, sim, uma maior facilidade na ocupação do espaço físico a-

través de construções de taipa em terrenos de invasão, que como já abordado se constituiu na maior opção para a população de baixa renda.

Quanto aos serviços existentes, é possível perceber a grande deficiência em serviços básicos de água, luz e esgoto nas duas capitais nordestinas. A situação encontrada em Porto Alegre, contudo, revelou uma melhor estrutura, com quase todos os domicílios possuindo água encanada, luz elétrica e algum tipo de escoamento de detrito.

As utilidades disponíveis apenas confirmam a situação já descrita para as quatro cidades, onde o filtro era praticamente inexistente (com exceção do Distrito Federal, onde 22% dos domicílios operários pesquisados o possuíam). O rádio ainda era possuído por poucas famílias em Salvador e Recife, enquanto a máquina de costura se constituía um artigo mais presente do que o filtro, o que permitia a confecção do vestuário familiar e até alguma receita suplementar, com a prestação do serviço para terceiros.

Ao passar-se para análise dos orçamentos familiares dessas famílias operárias, mais nítida fica a precariedade do padrão de vida e da própria sobrevivência. A primeira evidência dessa situação era o déficit orçamentário para as quinze capitais que levantamos os dados. Esse déficit não se deu de modo uniforme, nem revelou que com isto as famílias conseguissem atingir melhores padrões. Em Salvador, as 51 famílias pesquisadas gastavam 14,2% acima da receita familiar e mesmo assim, 59,5% desse gasto destinavam-se a questão básica de alimentação.

Observando-se a tabela 13 e os gráficos 5 e 6, destingue-se nitidamente situações distintas para a região nordeste e o sudeste e sul. Na primeira, os níveis de renda eram mais baixos e os défcits orçamentários eram (no conjunto) mais eleva-

TABELA 13  
 PESQUISA DE PADRÃO DE VIDA  
 RECEITA - DESPESA - GASTO COM ALIMENTAÇÃO  
 FAMÍLIAS OPERÁRIAS - 1952

Cidades	Receita Familiar Mensal		Despesa Familiar Mensal		Deficit Orçamen- tário Familiar	Gasto Famili- ar Mensal c/ Alimen- tação	C/A	C/B
	(A) * Em Cr\$1,00	Em salá- rio mí- nimo lo- cal	(B) * Em Cr\$1,00	Em salá- rio mí- nimo lo- cal	Em %	(C)* Em Cr\$1,00	Em %	Em %
Terezina	989	1,8	1.065	2,0	7,7	498	50,3	46,8
São Luis	1.155	1,8	1.341	2,0	16,1	664	57,5	49,5
Natal	726	1,5	840	1,7	15,7	469	64,5	55,8
Recife	1.360	2,1	1.452	2,2	6,8	769	57,9	53,0
Maceió	935	1,6	997	1,7	6,6	543	58,1	54,5
Aracajú	1.334	2,3	1.384	2,3	3,7	720	54,0	52,0
Salvador	1.173	1,7	1.339	1,9	14,2	797	67,9	59,5
Vitória	1.687	2,1	1.838	2,3	9,0	963	57,1	52,4
Niterói/ São Gonçalo	2.814	2,8	3.003	3,0	6,7	1.349	48,0	44,9
Distrito Federal	2.604	2,2	2.647	2,5	1,7	1.277	49,0	48,2
São Paulo	3.299	2,8	3.549	3,0	7,6	1.472	44,6	41,5
Curitiba	2.378	3,7	2.397	3,7	0,8	1.146	48,2	47,8
Florianó- polis	1.515	2,3	1.655	2,5	9,2	824	54,4	49,8
Porto Ale- gre	3.788	4,7	4.062	5,1	7,2	1.496	39,5	36,8
Cuiabá	1.354	2,4	1.700	3,0	25,6	909	67,1	53,5

FONTE: Pesquisa CNBES/1952

\* em moeda da época

CR\$  
4.200

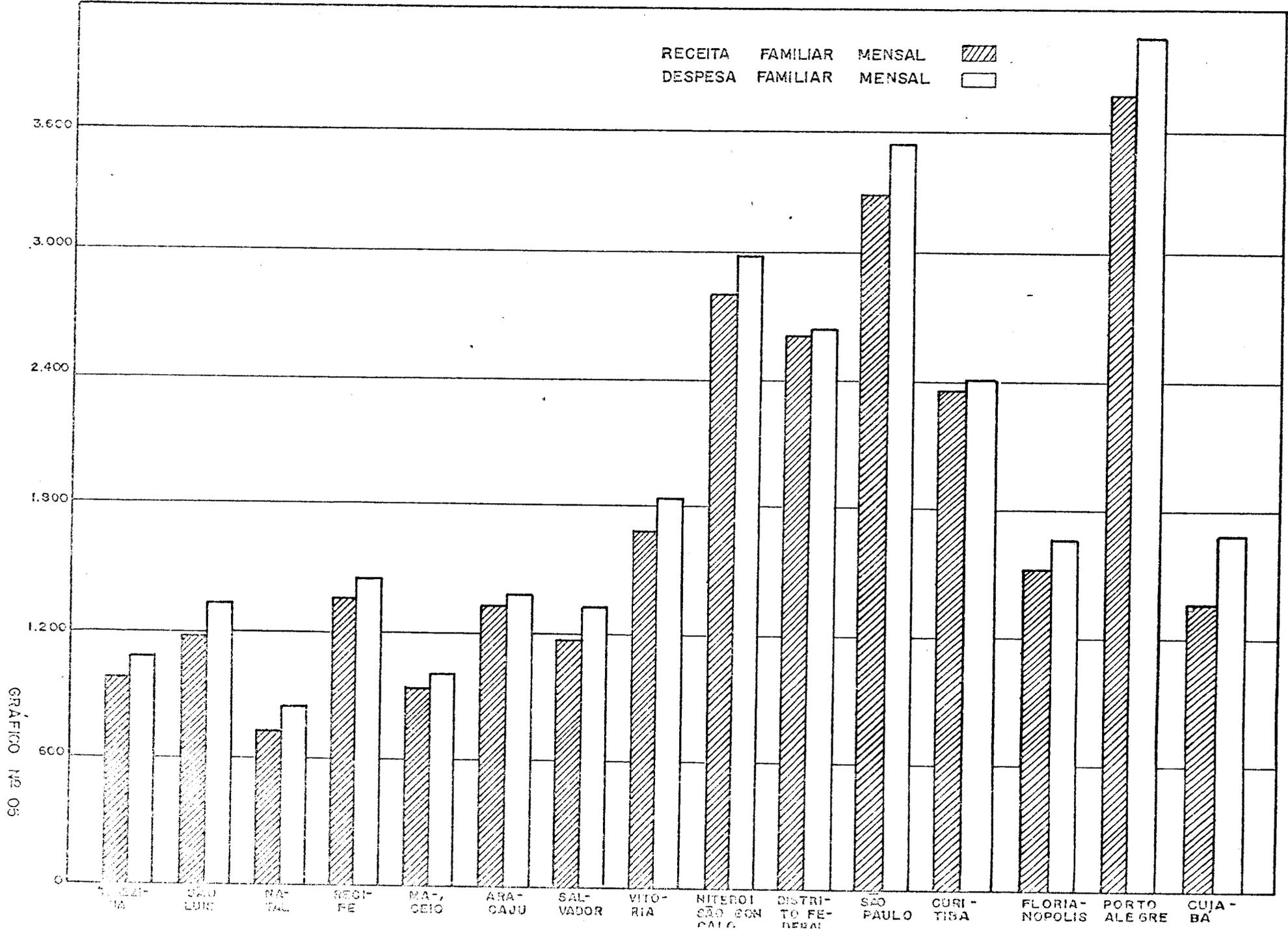
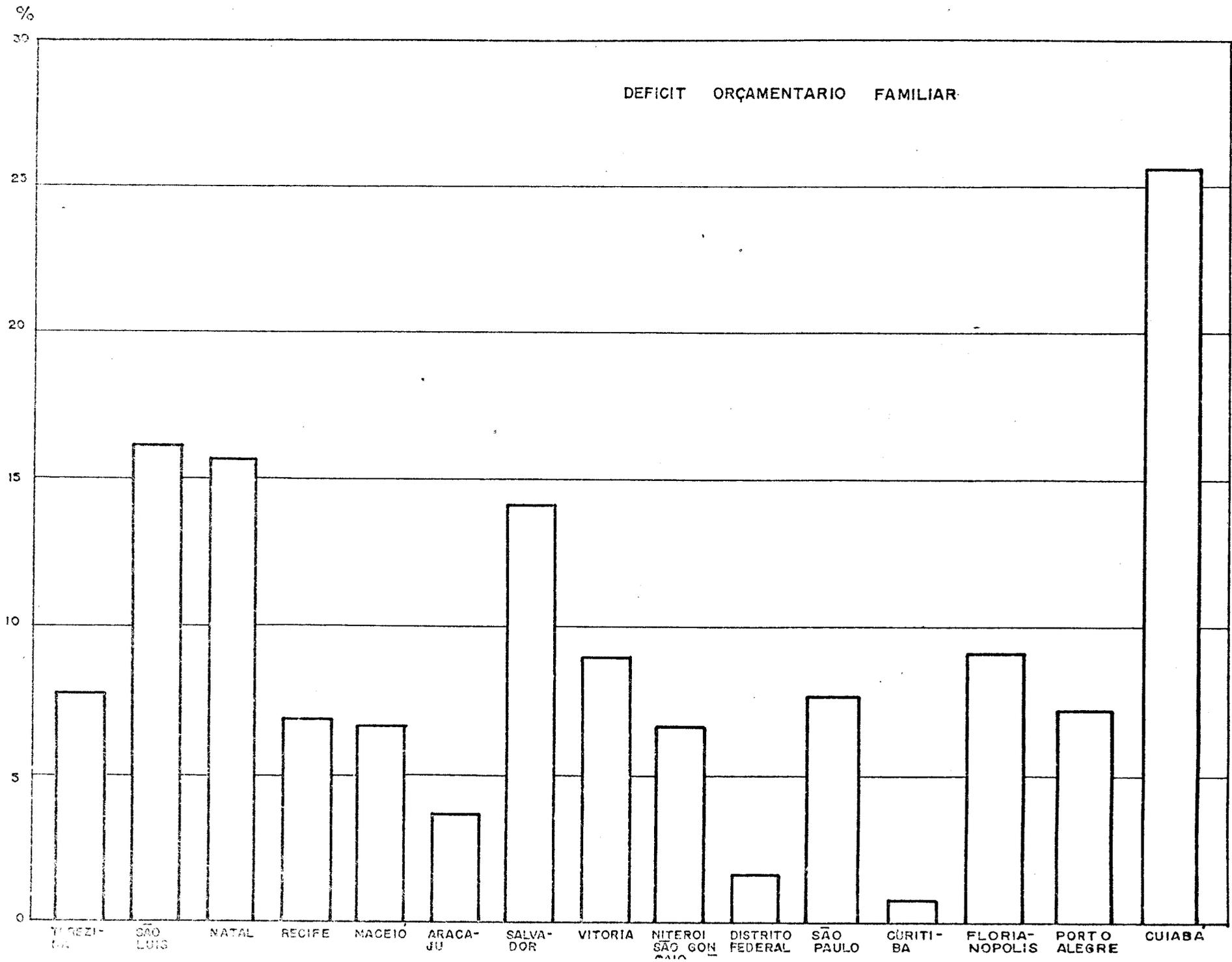


GRÁFICO Nº 05

GRÁFICO Nº 06



dos. Em relação à receita familiar mensal, os mais baixos resultados foram encontrados em Natal, Maceió, Terezina, São Luís e Salvador, enquanto os mais elevados foram obtidos em Porto Alegre, São Paulo, Niterói e Distrito Federal. Comparando as receitas familiares, em relação ao valor do salário mínimo para cada localidade, também se observa igual comportamento. Nas capitais do Nordeste as receitas variavam de 1,5 a 2,3 salários mínimos, enquanto nas demais capitais estavam entre 2,1 a 4,7 salários mínimos. O déficit orçamentário, por sua vez, foi mais elevado em Cuiabá, seguido pelas cidades nordestinas de São Luís, Natal e Salvador e os mais baixos foram registrados em Curitiba, Distrito Federal e Aracaju. Esta, Recife e Maceió, apesar da baixa renda auferida, tiveram um gasto superior à receita em percentual relativamente baixo.

Pode ser feita também a confirmação dessas tendências, que revelavam o agravamento da situação econômica para as famílias operárias da região onde se incluía Salvador, através dos percentuais gastos com alimentação em relação à receita e despesa familiares (Gráfico 7). Como este é um gasto de correlação negativa em relação à renda, foram verificados percentuais mais elevados para as cidades de Salvador (o mais elevado), Natal, Maceió, Recife, além de Cuiabá e os menores para Porto Alegre, São Paulo e Distrito Federal.

De acordo com a pesquisa do CNBES, portanto, tendo como referência os resultados localizados das quinze capitais listadas, Salvador era: 1- a quarta em déficit orçamentário, superada apenas por Cuiabá, São Luís e Natal; 2- a capital em que as famílias operárias mais gastos faziam em alimentação (67,9% em relação à receita total e 59,5% em relação à despesa total), resultados que confirmavam a validade do índice do custo de vida do SEPT para Salvador, que estabelecera o peso 60 para ali-

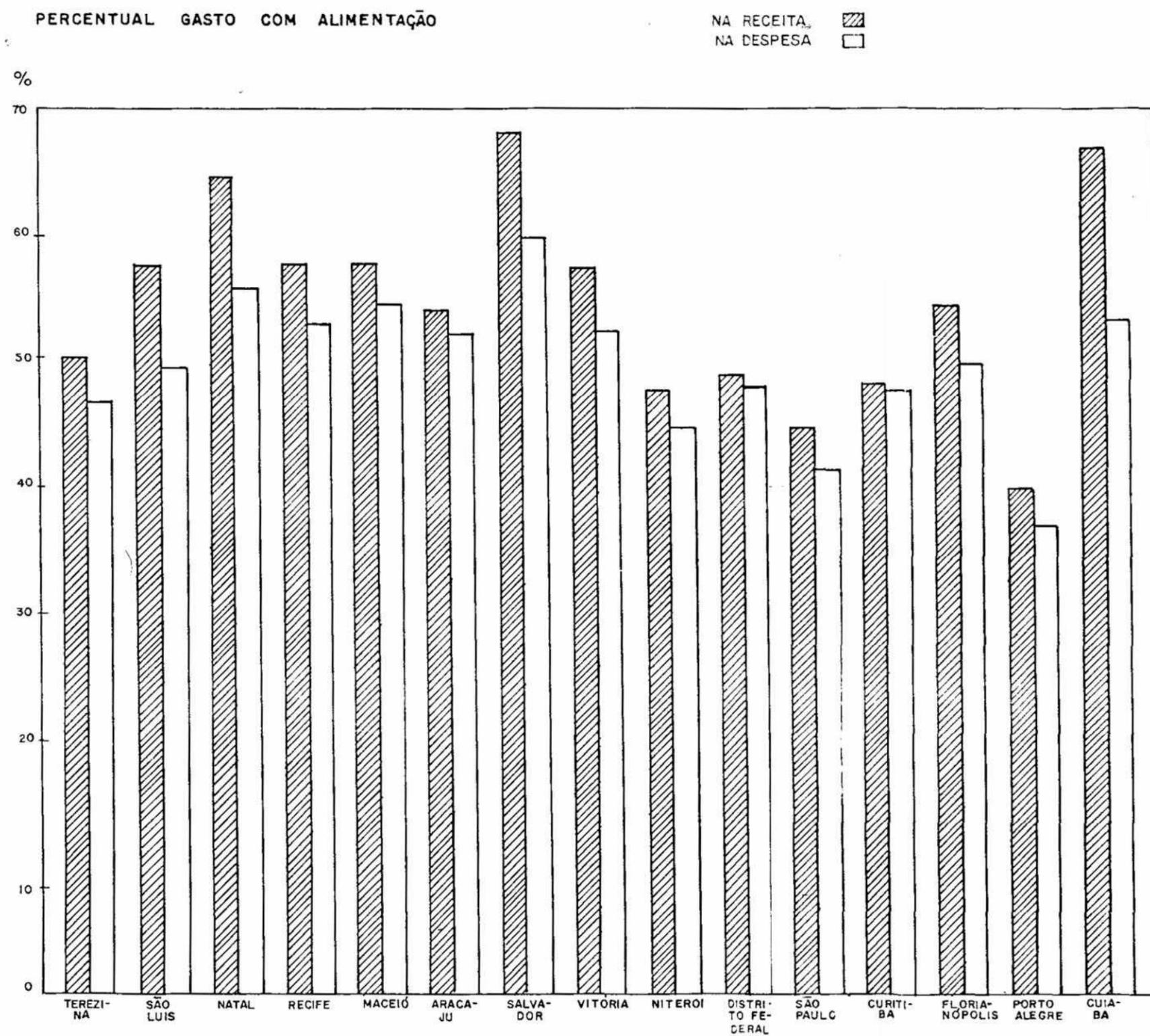


GRÁFICO Nº 07

mentação e 3- em que a receita e despesa familiar mensal em relação ao salário mínimo local ocupava a terceira mais baixa proporção, ou seja, 1,7 para a receita e 1,9 para despesa, abaixo estavam Maceió (1,6 salários mínimos para receita e 1,7 para a despesa) e Natal (1,6 salários mínimos para receita e 1,7 para despesa).

Em relação à receita familiar é importante destacar que das 51 famílias pesquisadas em Salvador, 15 chefes de família tinham na ocupação principal uma renda inferior ao mínimo, que era na época para esta cidade de Cr\$700,00 (que passou a valer Cr\$ 0,70 com a reforma monetária) e 25 estavam em torno desse mínimo, o que juntos, significavam 78% da amostra. Nestas quarenta famílias que recebiam até Cr\$799,00, 15 donas de casa entre as 19 economicamente ativas e 9 chefes de família exerciam atividade complementar para suplementação da renda, conforme tabela 14.

TABELA 14

CHEFES DE FAMÍLIA COM ATIVIDADE SUPLEMENTAR E DONAS DE CASA ECONOMICAMENTE ATIVAS, SEGUNDO SALÁRIO DO CHEFE NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL

1952

Classes de Salários do Chefe na ocupação Principal por mes. Cr\$1,00 *	Famílias	Chefes de família c/ativ. suplementar	Donas de casa economicamente ativas
De 600 a 699	15	4	4
" 700 " 799	25	5	11
" 800 " 899	3	2	1
" 900 " 999	3	-	1
" 1.000 " 1.099	-	-	-
" 1.100 " 1.199	1	-	1
" 1.200 " 1.299	1	-	1
" 1.300 " 1.399	1	-	-
" 1.400 " 1.499	2	-	-
Total	51	11	19

FONTE: CNBES

\* O valor está de acordo com a moeda da época.

A pesquisa do CNBES incluiu também a discriminação das despesas por diversos itens, os quais reagrupamos para facilitar o entendimento e visualização dos gastos. Para isso estabelecemos o critério de considerar as mesmas despesas componentes do índice do custo de vida do SEPT, com a diferença de não incluir em separado, luz e combustível, por não constar discriminado na pesquisa do CNBES e, incluir as despesas com previdência, seguro e assistência médico-farmacêutica por ter participação representativa nas despesas familiares, (como a maior parte desta despesa era abatida automaticamente dos salários, é possível que o SEPT já considerasse o gasto com o salário líquido). Desta forma, consideramos: 1) alimentação, ao qual incluímos os gastos com criação de horta e produtos de casa consumidos; 2) habitação; 3) artigo de limpeza doméstica; 4) vestuário; 5) transporte; 6) juntamos previdência e seguros com assistência médico-farmacêutica, esta última com participação bem inferior à primeira; e 7) outros, no qual agrupamos fumo e bebidas, educação, outras despesas culturais, diversões, pagamento de dívidas, empregada doméstica e diversos.

Os resultados reagrupados encontram-se na tabela 15. A primeira observação a ser feita é quanto aos elevados percentuais gastos com alimentação, sendo que Salvador era a que mais dispndia com este ítem (59,5), em proporção igual ao do peso atribuído pelo SEPT. Em contraste, Porto Alegre era a que menos dispndia com alimentação (36,8%), enquanto Recife ficava um pouco abaixo com um gasto na ordem de 53%. O gráfico 8 mostra a discriminação dos gastos para Salvador, Recife, Distrito Federal e Porto Alegre.<sup>21</sup>

O segundo ítem que mais pesava nos orçamentos era a habitação. Neste, Salvador apresentou um gasto em cerca de 15,4%, um pouco abaixo do peso atribuído pelo SEPT(18), enquanto

capitais como Recife e Porto Alegre atingiam um percentual um pouco superior.

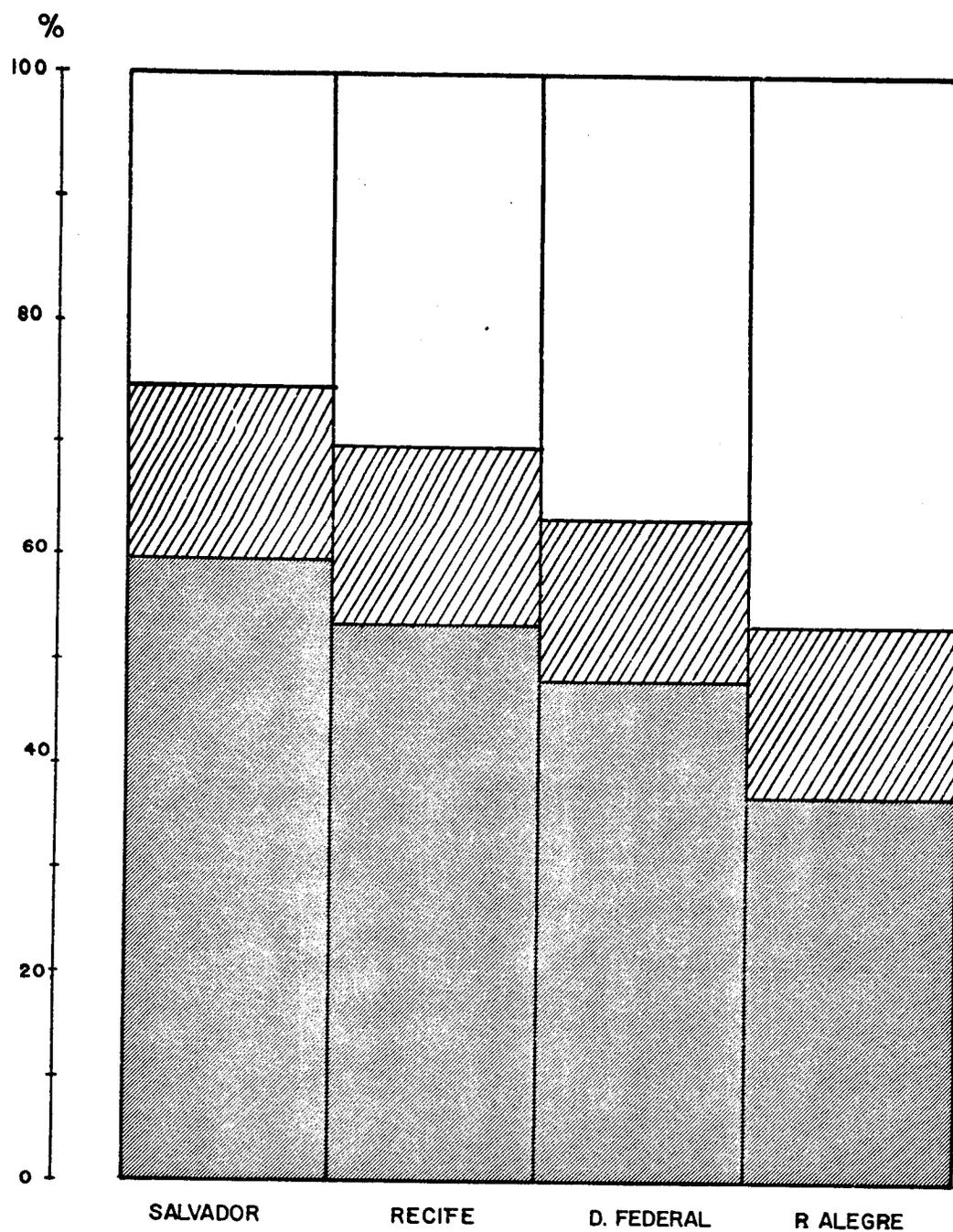
TABELA 15  
DESPESA FAMILIAR POR ITEM EM PERCENTUAL  
FAMÍLIAS OPERÁRIAS - 1952

Cidades	Alimen- tação	Habita- ção	Limpe- za	Vestu- ário	Trans- porte	Prev. Assist. Médica Farm.	Outros
Terezina	46,8	14,7	3,6	9,7	0,8	7,0	17,4
São Luís	49,5	16,9	3,1	6,1	1,9	5,7	16,8
Natal	55,8	17,6	5,4	5,7	1,0	4,3	10,2
Recife	53,0	16,1	3,6	5,5	2,6	6,4	12,8
Maceió	54,5	13,3	4,2	5,6	1,2	7,7	13,5
Aracaju	52,0	13,9	3,9	12,0	1,5	6,5	10,2
Salvador	59,5	15,4	2,9	6,3	2,3	4,7	8,9
Vitória	52,4	12,9	3,6	7,4	2,0	9,1	12,6
Niterói/São Gonçalo	44,9	13,4	3,7	11,0	2,8	8,9	15,2
Dist.Federal	48,2	15,0	3,4	8,8	2,5	8,4	13,7
São Paulo	41,5	21,5	3,2	9,3	3,3	9,3	11,9
Curitiba	47,8	18,9	2,2	9,2	1,4	7,8	12,7
Florianópolis	49,8	18,0	4,9	6,5	2,2	7,4	11,2
Porto Alegre	36,8	16,4	2,6	13,0	1,4	9,5	20,3
Cuiabá	53,5	14,9	4,5	5,2	0,2	7,6	14,1

FONTE: Pesquisa do CNBES

Ao somarmos as duas despesas básicas de alimentação e habitação, ainda Salvador apresentava-se como a capital de maior gasto em relação aos orçamentos familiares da classe operária industrial (74,9%). É indubitável que isso refletia a

COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA FAMILIAR  
NA CLASSE OPERÁRIA - 1952



ALIMENTAÇÃO   
 HABITAÇÃO   
 OUTROS   
 PESQUISA DA CNBES

GRÁFICO Nº 08

precariedade do padrão de vida local e da baixa remuneração, o que não deveria ser privilégio dos operários industriais, principalmente porque foram selecionados na amostra dentro dos dois principais ramos industriais da cidade, portanto, não seriam outros ramos ou outras atividades que remunerariam melhor as frações de mais baixa renda. Naquele mesmo ano da pesquisa, por exemplo, em despacho do Prefeito de Salvador sobre o aumento dos bondes e elevadores, havia um quadro de pessoal por remuneração, onde constava que dos 1.533 empregados da Carris, 1.040 (68%) recebiam até Cr\$800,00 (em moeda da época) e 20% recebiam entre Cr\$801,00 e Cr\$1.000,00 (308 empregados).<sup>22</sup>

Na medida em que a despesa básica da alimentação absorvia em quase 60% o orçamento familiar dos operários de Salvador, muito pouco ficava para outras despesas, tais como higiene, vestuário, transporte, educação (0,7%) e outras. Era natural que toda questão relacionada a gêneros alimentícios fosse de especial importância e qualquer aumento que se efetivasse passasse decisivamente nos precários orçamentos domésticos. Motivo pelo qual, a carestia dos gêneros alimentícios era alvo de tantas preocupações por parte de conservadores à vanguarda revolucionária, vislubrando esta o rompimento de estruturas mediante a mobilização das massas na luta contra a carestia. Este tema como questão central era priorizado assim, pelos distintos grupos de interesse, por razões diversas, mas sempre buscando-se "inimigos" ou "culpados" distorcidos, principalmente ao abandonar-se nas preocupações a questão dos baixos níveis de remuneração.

Dez anos depois da pesquisa do CNBES, a Fundação Getúlio Vargas fez um trabalho similar sobre orçamentos familiares, incluindo Salvador. Nesta foram inquiridas 588 famílias na área urbana entre 1/7/61 a 30/6/62.<sup>23</sup> Esta pesquisa teve maior amplitude tanto à nível do tempo pesquisado como na amos-

tra que se estendeu a toda a população. Na composição final, 37,7% das famílias pesquisadas referiam-se aos operários e em segundo lugar estavam os servidores públicos representando 18,9% das famílias constantes da amostra.

Os resultados obtidos quanto à renda auferida, revelaram que o grupo de menor valor era o de operários. Do total das famílias pesquisadas, 16,7% ganhavam igual ou inferior ao salário mínimo da época. Segundo a análise dos pesquisadores, só as famílias com renda acima de 5,4 salários mínimos conseguiam equilíbrio entre a despesa e receita, valor que só foi atingido por 29,6% das famílias. A renda líquida média auferida pelas 588 famílias foi de 3,8 vezes o salário médio mínimo anual, estando abaixo desse valor 70,4% das famílias. Quanto às categorias, o valor da renda média líquida auferida pelos operários (222 famílias), pelas 58 famílias de ocupação não especificada e pelos comerciários (58 famílias) estavam abaixo do valor médio geral, anteriormente citado.

Quanto às despesas, os analistas da pesquisa chamavam a atenção para o fato de 90,4% das despesas correntes serem destinadas ao consumo de primeira necessidade: a alimentação consumia a média de 45,3%. Estes resultados eram médios, portanto, alteravam-se conforme o nível de renda e a que se mostrou com maior correlação negativa com esta foi alimentação, bebida e fumo:

Para as classes com uma renda inferior à média, eles correspondem a mais da metade das despesas correntes. Para as classes de renda acima da média aqueles itens já são de menor significado, decrescendo paulatinamente até atingir 27% entre as famílias de maior renda.<sup>24</sup>

A despesa com alimentação em 1961-1962 permanecia, assim, com índices bastantes elevados para a média das famílias

de Salvador. Apenas as 29,6% das famílias acima da renda média gastavam igual ou abaixo do percentual médio encontrado de 45,3% das despesas. As demais gastavam entre 50,3% a 59,1%. Dez anos depois da pesquisa do CNBES, constatava-se que os operários de Salvador ainda gastavam com este item 54,3% da despesa total, 5,2% abaixo do resultado obtido na década em estudo.

### 1.3- O FEIJÃO DE CADA DIA

A bibliografia existente que trata sobre a questão do abastecimento alimentar no Brasil e em especial na Bahia é extremamente precária. Nessa temática, destacam-se os trabalhos de Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos T. Silva que reconstroem a história dos problemas relacionados ao abastecimento e as intervenções pelo Estado nessa área no período de 1917 a 1974<sup>25</sup> e o de Mário Augusto Silva Santos que aborda as dificuldades de sobrevivência das classes populares em Salvador de 1890 a 1930, em que se destacava o da alimentação, gerando tensões sociais manifestadas em conflitos latentes e movimentos populares.<sup>26</sup> Outros títulos tratam não especificamente do tema, mas abordam as condições de abastecimento existentes na Bahia ou em Salvador, a questão da carestia dos alimentos, a situação de mercado dos gêneros alimentícios.<sup>27</sup> Com exceção do de Linhares e Silva, nenhum centra-se no período do presente trabalho. Há também os que abordam a temática, numa análise voltada para a estrutura agrária e a produção de alimentos.<sup>28</sup>

Linhares e Silva explicam essa precariedade de títulos escritos como reflexo do sistema econômico dependente na-

cional, que à nível da divisão internacional do trabalho desempenhou por longos anos o papel de fornecedor de matéria prima, relegando a um plano profundamente secundário a produção de alimentos. Dessa forma muito do que se escreveu privilegiou os temas vinculados a esta economia voltada para o mercado externo.

Historicamente, o Brasil, apesar da carta de Pero Vaz de Caminha sobre a terra promissora de "em se plantando, tudo dá" e dos relatos de Antonil, no século XVIII, sobre a terra fértil e abundante da Bahia, quase ignorou a questão do consumo interno no qual se incluía o dos gêneros alimentícios. Fato que não foi isolado do processo histórico capitalista no século XIX, como foi abordado por Hobsbawm.<sup>29</sup> Para Linhares e Silva foi só a partir do processo de urbanização e industrialização que marcou o século XX, que o Estado assumiu a execução de uma "política" de abastecimento (para os autores a partir da década de 60), de forma a viabilizar a nova forma de acumulação capitalista.

O problema da escassez e da carestia dos gêneros alimentícios apareceu desde os relatos do século XVI. Thales de Azevedo, em "Povoamento da Cidade do Salvador", aborda os impasses que esta sofreu em decorrência da

... especulação dos atravessadores e a escassez, apesar da habitual abundância, faziam com que o pescado se tornasse por vezes, caríssimo, como na segunda metade do séc. XVI assinalou o Pe. Nóbrega.<sup>30</sup>

Apareciam assim, as duas questões centrais que persistirão como causa da carestia dos gêneros alimentícios, apontadas até o período em estudo: a vinculada à produção, na qual inúmeras outras questões se correlacionavam – monocultura, estrutura fundiária, escoamento e armazenagem da produção – e ao capital comercial, numa prática ainda usurária.

No século XVII diversas medidas adotadas pelo Senado da Câmara e pelo Rei de Portugal, tais como proibir o plantio de fumo pela falta de farinha de mandioca (1635) e obrigação de plantio anual de 500 covas de mandioca por escravo (fevereiro/1688), com proibição de plantio de tabaco e criação de gado na distância de até 10 léguas do mar e rio, revelaram os primeiros sinais de aguçamento do problema de abastecimento alimentar.

Azevedo aponta também para a reexportação e contrabando de gêneros alimentícios, em especial da farinha de mandioca e para a vadiagem, como responsáveis pelas dificuldades de abastecimento da população baiana no século XVIII. A fome já era uma presença relatada nos escritos da época, como na carta de Francisco Xavier de Araujo Lasso, vereador da câmara da Bahia ao Rei em 1754:

... se observa que os naturais e muito principalmente rústicos, mulheres, meninos e escravos ainda que outro de trigo ou milho suceda haver (o que só é por preços muitos altos, a que a pobreza não chega) clamam se lhes dê a dita farinha, para com o dito pão comerem, e a falta disso estão sempre famintos e em termos de perecerem...<sup>31</sup>

As dificuldades de alimentação apontadas na colônia persistiram no Império. Sebastião Soares em 1860, escrevendo sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios, demonstra, a partir de dados estatísticos, que esta não existia em decorrência da escassez de mão de obra pelo fim do tráfico negreiro, refutando as teses da época. Afirmação que se baseava no fato das plantações para exportação terem apresentado dados positivos de crescimento. Conclui Soares que as causas eram outras,

entre as quaes mais avultava o monopolio dos especu

ladores... a existência de uma causa latente, a qual, bem averiguada, punha a descoberto o mais revoltante e immoral monopólio que existia flagellando o misero povo brasileiro.<sup>32</sup>

Na causa apontada pelo autor, havia toda uma conotação moralista, revelada claramente quando categoricamente a-firma

... A carestia dos generos alimenticios no mercado desta capital é toda nascida do artificio; ou, por outros termos, é a consequencia do monopólio que existe, em offensa das leis, da moral e da religião.<sup>33</sup>

Soares ressalta que a carestia dos gêneros alimentícios era sentida em mais intensidade na Côrte, Bahia e Pernambuco, que eram províncias de comércio marítimo, enquanto as de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul experimentavam um crescimento na produção de alimentos. Estas duas Províncias se constituíam nos principais fornecedores de milho, farinha, feijão e carne seca das três primeiras Províncias citadas.

Sobre a Bahia, afirma que:

a agricultura nessa provincia, como em quasi todas do Imperio, está ainda nos principios da infancia, e além da canna, do fumo, cacão, algodão e café, pouco mais plantão: eis porque a fome se tem alli feito sentir algumas vezes.<sup>34</sup>

situação que contrastava com:

suas presumpções de côrte, e mesmo pretenda rivalisar em civilisação com a capital do imperio: possui escolas de instrucção superior; tem diversas associações litteratas; e por intermedio da navegação por vapor acha-se em contacto com as principais cidades da Europa, bem como goza do trato dos estrangeiros que alli aportão.<sup>35</sup>

Kátia Mattoso, analisando a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX, conclue sobre a inteira dependência ao mercado externo, no papel de fornecedora de matéria prima e consumidora de gêneros diversos, desde os essenciais aos supérfluos, no mesmo estilo do período colonial. Registra também a confluência na cidade de novos habitantes permanentes ou de passagem que se deparavam com o problema da escassez de gêneros alimentícios. Uma cidade, segundo a autora, que crescia sem as bases econômicas reais e era palco de levantes populares e da fome. Assim, descreve-a:

Mas o Salvador na beira-mar e no alto permanece, no final do século como no seu princípio, uma cidade mulata, uma cidade de pequenos negócios e de grandes verdades, mas uma cidade de convivências fraternas apesar de hierarquias que, por não conseguir adaptações econômicas suficientes, vive ao limite da indigência e da pobreza numa perpétua crise de subsistência, fonte de descontentamentos que nascem e circulam nos mercados coloridos do Salvador da Baía de Todos os Santos.<sup>36</sup>

Ao analisar o abastecimento da cidade no século XIX, Mattoso define-o como irregular e deficiente. Como causas dessa situação, aponta:

- 1 - a questão da produção e produtividade, cujos problemas vinham desde a colônia, marcada pela insuficiência na oferta em consequência da: a) prioritização na produção para exportação, b) afetadas por problemas climáticos, c) inexistência de métodos de melhoria da produção e de incentivo financeiro;
- 2 - a deficiência dos meios de escoamento dos gêneros alimentícios, o que inclusive facilitava o desvio da produção para outros Estados, como Rio de Janeiro e Pernambuco. De modo geral, as zonas de produção estavam

fora do circuito comercial;

70.

- 3 - a predominância do comércio importador e exportador que manipulava todo o processo de comercialização com práticas monopolistas. Agregando-se à especulação que usualmente praticavam, desviando gêneros alimentícios para outras praças, se estas estivessem a oferecer melhores condições de mercado;
- 4 - a dubiedade de atitude da administração, que alternava decisões de liberar ou fixar preços.

Afirma também que a situação era agravada pelo fluxo crescente da população. Incorporava-se à cidade, além dos habitantes locais, uma população flutuante que circulava em decorrência da sua condição de ser um Porto.

Tensões e motins ocorreram em Salvador em decorrência da fome originada por este problema de abastecimento, destacando a autora diversas revoltas entre 1822 a 1837, e dois motins, um em 1858 (carne sem osso e farinha sem caroço) e outro em 1878. As soluções porém não vislumbravam o longo prazo e medidias conjunturais eram adotadas nos momentos de maior crise.

Mario Augusto Santos ao estudar a Sobrevivência e Tensões Sociais em Salvador, no período posterior ao estudado por Kátia Mattoso, aponta ainda para a questão do abastecimento alimentar como o mais grave problema de sobrevivência nessa cidade.<sup>37</sup> Também vê na origem dessa problemática: a precariedade da produção; a dificuldade de escoamento, o qual se estruturara de forma a facilitar o transporte da produção para exportação; a vulnerabilidade à seca por estar a produção de subsistência localizada nas áreas mais propícias à mesma, o sertão; dependência à importação de gêneros de consumo básico - farinha de trigo, bacalhau e charque - que não se processava de forma regular

e transferia ao consumidor o ônus da importação; os monopólios e a especulação.

Aquelas tensões sociais eclodiam em movimentos de revolta específicos contra a carestia ou em movimentos grevistas que agregavam às reivindicações de melhoria de salários a do controle de preços. Em resposta, com o objetivo de neutralizar as insatisfações, algumas medidas conjunturais foram adotadas, mas não quanto a uma política de abastecimento. O autor afirma que as ações do Governo Estadual se restringiam à grande lavoura e pecuária e as explicações para o problema do abastecimento eram dadas através de fatos isolados como seca, transporte, preços. Enquanto o poder Municipal exercia a intervenção de forma conjuntural: estímulos fiscais (1922 - isenção de impostos aos feirantes que cumprissem tabela); tabelas de preços e fiscalização (1914 - em resposta à crise gerada pela guerra e o temor ao criado Comitê Popular Contra a Carestia de Vida).

Linhares e Silva tecem sua análise, destacando a situação histórico estrutural que o tema abastecimento incorpora (economia voltada para o mercado externo e produção de alimentos em moldes não capitalista), em contraste com as medidas adotadas de intervenção pelo Estado que se limitaram ao nível conjuntural.<sup>38</sup>

Para os autores, as mudanças que se operaram no país, a partir da década de 1950, exigiram do Estado uma ação voltada para o abastecimento, diante do processo de urbanização e da necessidade de viabilizar o desenvolvimento capitalista sob bases industriais. Mas essa ação se dirigiu à criação de órgãos que agiram de forma setorial e limitada. Surgiam diante de situações de agravamento das tensões sociais, porém as pressões exercidas pela burguesia vinculada ao abastecimento acabavam

por gerar mudanças nos órgãos, que eram substituídos por outros ou mudavam suas políticas, alternando o controle de preços com o fomento da produção.

§ § §

As marcas deixadas pelo modelo agrário exportador não se diluíram facilmente. Salvador enfrentou o novo século, tentando superar aspectos da sua vida econômica e social que permaneceram sob as bases vividas no império para poder enfrentar uma nova dinâmica.

Depois de ter permanecido com uma população quase estável entre 1900 a 1940, Salvador deparou-se com a realidade do seu crescimento urbano. Pólo de atração, a receber contingentes humanos que abandonavam o interior em busca de novas perspectivas de vida.

Entre os problemas gerados por essa transformação se destacou o da alimentação. Esse, de certa forma, conseguiu sintetizar as questões centrais da própria história da Bahia: a deficiência da produção alimentar, em privilégio aos produtos de exportação, com destaque para o cacau; sistema de distribuição organizado para esses produtos e despreparado para abastecer uma cidade que elevava o número de pessoas a serem alimentadas; uma comercialização, cujas raízes se prendiam às práticas especulativas típicas de uma economia em transformação para o capitalismo, que baseava-se no lucro pela escassez e um Estado que tinha como base política de poder a oligarquia agrária e burguesa comercial exportadora.

As deficiências no abastecimento se avolumaram diante desse crescimento populacional. O que foi agravado pelo estado de pobreza dessa massa urbana que se formava.

Sobre isto, o Governador Otávio Mangabeira, em sua última Mensagem, escreveu:

A nossa sociedade, tal como a vi ou a senti, agora mais de perto, pode ser considerada como distribuída em quatro grupos. Um, relativamente diminuto, no qual estão os ricos e abastados, não havendo entre nós grandes fortunas. Outro, bem mais numeroso do que, sem maiores haveres, vivem, contudo, confortavelmente. Um terceiro, ainda maior, que abrange diversas classes, entre as quais se incluirá a do operariado organizado, e onde, uns melhor que outros, têm todos, em todo o caso, o seu meio de vida. Vem, porém, depois a multidão dos que não se sabe como vivem, tal o seu estado de pobreza e de miserabilidade.<sup>39</sup>

Os problemas vividos pela cidade, quanto as dificuldades de alimentação, seja em relação ao seu abastecimento ou preço, estavam presentes no seu cotidiano. A imprensa constantemente abordava a questão, inclusive destacando-a em editoriais. Os partidos políticos debatiam as crises surgidas e denunciavam culpados como meio de conquistar votos. O Governo populista privilegiava, junto com outras concessões ao nível de legislação trabalhista e salários, oportunamente, o discurso e o combate à carestia.

O problema da alimentação foi apresentado na época sob dois aspectos. Um vinculou a questão à escassez da oferta, do não escoamento da produção, das falhas ao nível de distribuição. O outro associou à carestia, vinculando o problema a elevação do custo de vida, denunciando altos preços, descumprimento de tabelas e práticas especulativas diversas. Veremos a seguir como estas questões se configuravam.

## O Abastecimento Alimentar

A inexistência de trabalhos sistematizados que a bordem os mecanismos que envolvem toda a sistemática do abastecimento para a cidade de Salvador nesse período de 1951 a 1954, dificultou a melhor abordagem dessa questão.

Inicialmente, foi importante estabelecer em que consistia a cesta básica alimentar da população de Salvador.<sup>40</sup> Para isso se utilizou como fontes os depoimentos colhidos; os jornais da época; os itens que entravam na composição do índice de alimentação elaborado pelo SEPT<sup>41</sup> e os resultados obtidos no trabalho "Suprimento de Gêneros Alimentícios da Cidade do Salvador".<sup>42</sup>

Em 1965, o estudo feito pelo BNB/SUDENE concluiu, mediante um trabalho amostral, que a dieta básica das famílias de Salvador era composta de: feijão, arroz, açúcar, café em pó, carne fresca, farinha de mandioca e pão. Estes produtos eram consumidos por mais de 90% da amostra pesquisada. As carnes se cas eram consumidas por 83% das famílias, o peixe fresco por apenas 51% e o bacalhau, que já fôra um produto popular, só por apenas 44% das famílias pesquisadas. Nas verduras, as mais uti lizadas eram o tomate e a cebola (87% para ambos) e nas frutas, a banana (81%).<sup>43</sup>

De acordo com os depoimentos colhidos, esse quadro não significou uma mudança substancial. Acreditamos, contu do, que nos primeiros anos da década de 50 ainda estava a se o- perar a mudança entre o hábito alimentar, principalmente quanto ao bacalhau e as carnes secas. Estes eram constantemente abor dados pela imprensa, que lembrava que os altos preços prejudica- vam o consumo pela população de menor renda.

Além desses listados, outros produtos que eram ci

tados quanto a situação no mercado de Salvador pela imprensa local frequentemente e revelavam um certo hábito de consumo popular eram: o toucinho, a banha, a manteiga, a batata e o milho.<sup>44</sup>

O consumo de verdura de modo geral era reduzido. Havia, inclusive, uma preocupação oficial de mudar o hábito alimentar, estimulando o seu consumo e melhorando a oferta. Para isto, estimulou-se a criação de colônias agrícolas, programa que era de caráter nacional.<sup>45</sup> Outra medida adotada pelo Governo Estadual foi a convocação de verdureiros para se registrarem, a fim de poderem adquirir mercadorias no entreposto do Estado a preços baixos.

No plano do novo Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio, que assumiu em 1951, constou a produção de 800 toneladas de batata e 3,5 toneladas de hortaliças. Como prioridades gerais definidas: intensificar produção de hortaliças, leguminosas, cereais e plantas industriais. Ainda constou do plano a

distribuição de sementes de hortaliças às culturas das baixadas da capital e domésticas, revivendo a campanha de "uma horta em cada quintal" e venda de sementes pelo preço de custo, aos horticultores da zona do Recôncavo.<sup>46</sup>

Os efeitos dessas políticas, se concretizadas, não foram percebidas no período. Era essa produção das hortas localizadas na Baixa do Cabula, Brotas e outros locais da cidade, e dos subúrbios e do Recôncavo que abasteciam Salvador de hortaliças e verduras. Embora estas também viessem de outros pontos da Bahia e mesmo de outros Estados.

Em 1953, A TARDE, criticou uma decisão da Leste que reduzira para dois dias na semana o transporte de verduras dos subúrbios para Salvador,

embora não seja grande a quantidade dessas verduras, é tão pouca a que a cidade consome que isso mesmo fará falta. Além do que, a Leste nada tem que seja uma grande ou pequena quantidade, o seu dever é dar preferência aos abastecimentos, principalmente sendo verduras, leite, ovos ou galináceos e se destinam aos mercados da capital.<sup>47</sup>

Nesse eidtorial "O Trem das Verduras", o jornal concluiu que só cabia à Leste revogar a Portaria que determinara tal coisa. Essa medida, sim, receberia os aplausos de pequenos produtores, inclusive de núcleos coloniais à margem da linha férrea e dos consumidores.

Começava naqueles anos de 50, o plano de "Conquista dos Vales" que iria reduzir a produção local desses produtos alguns anos depois. Em 1953, uma propaganda da Prefeitura de folha inteira no jornal A TARDE, anunciou:

Agora, o plano de expansão da cidade poderá, portanto, ser intensificado com grandes benefícios para a nossa capital, que depois de viver quatro séculos nas elevações, vai encontrar o seu desenvolvimento no fundo dos grandes vales.<sup>48</sup>

A comercialização das verduras e hortaliças era feita de forma rudimentar, através das quitandas e dos verdureiros que iam nas casas com seus tabuleiros de verduras. Estes se abasteciam, por sua vez, ou nas pequenas hortas de quintal ou na Feira de Água de Meninos, que era o grande centro fornecedor, na época de frutas, legumes e cereais.

Com exceção dessa reduzida produção de hortaliças e legumes, os demais produtos consumidos em Salvador eram importados.<sup>49</sup>

A maior parte do arroz consumido em Salvador se originava do Rio Grande do Sul e era transportado por via marítima

ma. O açúcar vinha, principalmente, do Recôncavo.

A farinha de mandioca também tinha como maior fornecedora a zona do Recôncavo, chegando a Salvador por meio dos saveiros. Outras áreas do Estado, que era o maior produtor de mandioca, também abasteciam a capital.

O feijão vinha basicamente de Irecê e outros municípios do Estado produtores de feijão. Em 1953, porém, Salvador importou o produto do Paraná, o que provocou um editorial de A TARDE, indignada com o fato. Argumentou que apesar da seca no nordeste, o Estado da Bahia parecia ter atingido uma situação pior do que em outros Estados mais atingidos pela mesma e que até pouco tempo antes, fôra o Estado exportador do produto, talvez, até para o próprio Paraná,

pelos nossos portos e estradas, possivelmente jamais terá entrado antes uma só saca de feijão... se o nosso feijão está se acabando, não é difícil que se acabem também as plantações de mandioca ou as casas de farinha. Tudo é possível.<sup>50</sup>

O charque vinha, principalmente, do Rio Grande do Sul, embora houvessem charqueadoras no interior do Estado que forneciam o produto para a capital.

A fruta mais consumida, a banana, era produzida em Salvador, que recebia também o produto do Recôncavo, principalmente em saveiros e de outras zonas do interior do Estado, através do transporte rodoviário.<sup>51</sup> A cebola, por sua vez, tinha como maior fornecedor para Salvador, o Estado do Rio Grande do Sul.

O gado bovino que era abatido em Salvador vinha basicamente de Feira de Santana que concentrava o gado trazido de Jequié, Vitória da Conquista e região criadora próxima. Na época, o gado chegava até Feira de Santana tocado em boiadas.

Nessa cidade cumpria o estágio de recuperação do peso perdido nas estradas e, só depois, ainda a pé, fazia o percurso até Salvador.

Sobre a pecuária, Ivan Fachinetti ressaltou a importância da posição da Bahia no mercado nacional, que na sua opinião era muito estratégica.<sup>52</sup> Ela localiza-se entre zonas altamente produtoras do sul e o nordeste, onde as dificuldades eram bem mais acentuadas. Isso fazia com que produtores de Pernambuco, Paraíba até o Ceará, viessem comprar gado na Bahia. Isso foi decisivo para o desenvolvimento do papel intermediário do Estado.

Nessa intermediação, a Bahia comprava o gado magro e bezerras para processar a engorda e recria. Posteriormente, levava-se o gado gordo para o nordeste, "como aventureiros abrindo estradas".<sup>53</sup> Por sua vez, os engordadores desses outros Estados do nordeste desenvolviam novas engordas, que se tornavam mais fáceis do que fazer a criação ou a recria.

A Bahia era, portanto, o "manancial natural que abastecia a si própria e a todos os Estados do Nordeste".<sup>54</sup> Tal situação impunha a importância dos engordadores, que se interpunham na cadeia dos negócios da pecuária.

A força dos pecuaristas, tanto criadores como engordadores, era muito grande no Estado e estavam organizados na defesa dos seus interesses. Os abatedores (alguns dos quais também eram engordadores) completavam o sistema até chegar aos açougueiros.

Independente do grupo de pressão que formavam, havia também divergências grandes entre os criadores e os engordadores e lutas de interesse. A pesagem do boi que era feita a olho, precisando a intervenção de terceiros, era um instante em que afloravam tais discordâncias.

As divergências continuavam na cadeia de produção e comercialização da carne, terminando entre os abatedores e açougueiros. Só que nessa instância, as correlações de força eram profundamente distintas e de outra natureza.

Quanto à população pecuária, tinha a Bahia em 1950, 4.425.820 cabeças, tendo sofrido uma redução no ano de 1952, recuperada nos anos seguintes, atingindo em 1955, 4.861.500 cabeças. Estes dados, comparados com a população do Estado que era em 1950 de 4.834.575 habitantes, revelavam que havia quase uma cabeça de gado por habitante. Segundo ainda Fachinetti, a questão maior não residia na produção que era grande para o consumo da capital. Para ele haviam pastagens boas e bois suficientes, mas faltava um modo de racionalizar o processo de matança, que permitisse ao consumidor final obter vantagens.

Ao nível da distribuição e comercialização, apresentaremos uma aproximação de como se configurava na cidade nesses anos cinquenta.

O mercado atacadista de Salvador localizava-se no comércio, nas proximidades do pôrto, dos locais de desembarque de saveiros, da estação ferroviária e do fluxo dos transportes rodoviários. Sem dúvida, entrar nos mercados localizados nessa zona é sentir um pouco o que era o comércio de alimentos naqueles anos.

As grandes firmas atacadistas de gêneros alimentícios na época eram a S.A. Magalhães, Cruz e Filhos, Costa e Filhos, Irmãos Taboada,<sup>55</sup> Manuel Joaquim de Carvalho e a Firma Paes Mendonça e Cia.

A primeira era a mais citada pela imprensa, em especial pelo jornal O MOMENTO, considerada monopolizadora do comércio de açúcar em Salvador e suas atividades se estendiam a outros ramos, tendo muitas fazendas e pecuária.

Haviam também os atacadistas médios, onde se incluíam comerciantes do Mercado de 7 Portas e Feira de Água de Meninos.<sup>56</sup>

As quintandas e feiras de bairro se abasteciam substancialmente naqueles dois centros distribuidores. A Feira de Água de Meninos era a grande supridora, juntamente com a de 7 Portas, de legumes, hortaliças, cereais, frutas e farinha de mandioca. A primeira recebia a maior parte dos seus gêneros negociados por via marítima, através dos saveiros e barcos que desembarcavam as mercadorias nas proximidades da Feira. A de 7 Portas recebia as mercadorias, principalmente via terrestre, vindas do interior do Estado.

Havia a tradição de pela manhã cedo, nos primeiros bondes, os pequenos comerciantes irem a essas feiras e trazerem as mercadorias para seus bairros.<sup>57</sup>

Os comerciantes varejistas estabelecidos nos bairros com seus armazéns, que se responsabilizavam pela venda de produtos alimentícios diversos, de limpeza e itens necessários à utilidade doméstica (tipo fósforos e querosene), supriam-se principalmente junto aos grossistas.

Entre aqueles comerciantes, predominavam os de origem espanhola, enquanto nos grossistas a dominância eram os portugueses. Por essa origem, os varejistas de bairro eram pejorativamente chamados de "gringos".

A sistemática utilizada na compra dessas mercadorias do armazém se caracterizava pela compra diária em pequenas quantidades e mediante um sistema de crédito que adotara as "cadernetas". Era um mecanismo peculiar, que permitia que o pagamento se efetivasse no final do mês e incorporava (eventualmente) até empréstimos em dinheiro, que registrados na caderneta, eram pagos junto com as compras.<sup>58</sup>

A feira de Água de Meninos, o mercado das 7 Portas e as feiras de bairro também eram responsáveis pela venda direta ao consumidor. Reconhecia-se na época que as compras feitas nas duas primeiras eram mais econômicas e eram bastante procuradas pela população de mais baixa renda.<sup>59</sup>

Os principais mercados existentes eram: de 7 Portas, construído em 1941 que, como analisado, desempenhava o papel de intermediação e venda direta ao consumidor; o Modelo, construído em 1912, no local onde funcionava um velho mercado, em frente a rampa do cais Cairu, que facilitava o suprimento com gêneros vindos do Recôncavo e próximo ao elevador Lacerda que desempenhava um grande papel no acesso entre a Cidade Alta e Baixa; o do Ouro, pertencente a família Amado Bahia, com compartimentos alugados principalmente a grossistas de estivas e cereais.

Foram construídos nessa época, pela Prefeitura, o Mercado da Liberdade (1953) e o de Itapoã (1951). Existiam também os pequenos Mercados do Rio Vermelho, da Barra, o Popular, Santa Bárbara e da Calçada.<sup>60</sup>

Haviam também as feiras. Além da já citada Água de Meninos, destacava-se a do Largo 2 de Julho, a do Mercado Modelo, em torno da rampa dos saveiros; a de 7 Portas em torno do mercado com este nome; a do Cortume, próxima à Estação da Leste Brasileiro até o Largo do Tanque, com venda predominante quanto a gêneros alimentícios transportados pelos trens da Leste; Feira de São Miguel, no Largo do Pelourinho; Feira da Liberdade e Feira do Bonfim.

Nesse período, funcionavam também algumas cooperativas de consumo, postos de abastecimento e SAPs responsáveis por fornecer alimentos a preços mais baixos.

Quanto aos matadouros que serviam à cidade do Salvador, havia o do Retiro e o São Roque. O primeiro localizava-

se na Baixa do Retiro, em Salvador. As suas instalações eram precárias, o mau cheiro sentia-se à distância. Uma reportagem feita pelo jornal A TARDE, em janeiro de 1954, mostrava que no mesmo, imperava a "desordem, sujeira e exploração", e descrevia o quadro da seguinte maneira:

Mulheres, homens, meninos, cachorros e urubus na maior promiscuidade, uns a cortarem fatos e lavar, outros a partirem cabeças de boi no chão cheio de urina, sangue e fezes dos animais, crianças carregando do carros com estrumes, enquanto os urubus e cachorros aqui e ali caíam em cima de bicos e dentes a fim de conseguirem o pedaço que pudessem.<sup>61</sup>

O presidente da COFAP Benjamim Cabello confirmou essa situação, quando visitou a Bahia. Em reunião da COAP no dia 1º de novembro de 1952, ele declarou que até conhecer o matadouro do Retiro, em Salvador, achava que o pior existente no Brasil era o de Manaus, mas depois dessa visita, qualificava-o como o pior que já conhecera, tanto em aparelhagem, como pelas condições higiênicas e promiscuidade da matança. Como o matadouro era de propriedade da Prefeitura, o Prefeito argumentou que era um erro que vinha do passado, mas medidas já haviam sido tomadas para a sua melhora. Para Cabello, a situação era tão caótica que só a construção de um outro matadouro resolveria a questão.<sup>62</sup>

O Matadouro São Roque localizava-se no Município de Maragogipe e estava próximo ao terminal da Estrada de Ferro Nazaré. Era de propriedade do Estado, mas encontrava-se alugado ao abatedor e engordador Fausto Oliveira. O transporte da carne para Salvador era feita em barcos e ocorriam constantes denúncias de deteriorização do produto encontrado nos açougues da propriedade desse abatedor.<sup>63</sup>

Os açougues eram responsáveis pela distribuição

final da carne. A situação em que os açougueiros se encontravam era muito indefinida. Tinham vínculos com os abatedores, estavam submetidos aos ditames destes, mas não eram de modo geral reconhecidos como empregados. Isto gerava uma série de problemas e queixas por parte dos açougueiros, que estavam a reclamar na Justiça do Trabalho regularização da situação.

Entre as queixas mais frequentes dos açougueiros estavam a de que os abatedores não forneciam a carne ao preço compatível com o tabelado, de forma que para eles cumprirem as tabelas eram forçados a cometer irregularidades

situação em que vivem por causa da ganância dos abatedores, a quem eles chamam de homens sem alma e sem compaixão pois os obrigam a lezar o povo ficando sempre na posição dos mais honestos homens do mundo.<sup>64</sup>

Queixavam-se também de desconhecem a quantidade e o tipo da carne que recebiam, do abatedor, que não aceitava devolução e de receberem a carne em menor quantidade. Além disso, denunciavam que constava em carteira que recebiam ordenado do abatedor, o que não acontecia na realidade. A revolta dos açougueiros prendia-se também ao fato da política de controle de preços limitar-se à repressão aos mesmos e chegavam a afirmar:

Quem já viu um abatedor ser preso? Nós é que comemos xadrês. Eles não, tem prestígio e dinheiro.<sup>65</sup>

Havia também uma profunda deficiência de frigoríficos. O existente de maior relevância era o Frigorífico Geral da Bahia, que não atendia as necessidades da cidade. O jornal A TARDE, a esse respeito, escreveu um editorial em 1954 em que reconhecia essa deficiência e dizia que o existente era para fazer

gêlo e guardar, vez por outra, o pescado que os bar

cos do Estado vão buscar no alto mar, ou algumas verduras dos núcleos coloniais de Santo Amaro.<sup>66</sup>

O reconhecimento na precariedade no sistema de distribuição dos gêneros alimentícios era um consenso na época.

Cid Teixeira declarou que havia um inteiro descompasso entre o sistema de abastecimento que parara no império e a realidade da nova cidade com o seu crescimento demográfico, que não comportava mais a beleza folclórica do mercador e da rampa do mercado.<sup>67</sup>

Para Ivan Fachinetti o problema maior no abastecimento da cidade de Salvador residia ao nível da distribuição. Esta se revelava, segundo o depoente, profundamente desorganizada e com uma estrutura de intermediação "que levava sempre a maior vantagem". Para Fachinetti essa situação perdurou por alguns anos e foram reveladas no Governo Juraci Magalhães - 1959/1962, em estudo sobre o problema do abastecimento de Salvador, feito por uma missão francesa. Este trabalho concluiu sobre a desorganização completa do mercado intermediário. Um outro estudo feito em 1961, pela Comissão de Planejamento Econômico da Bahia - CPE, diagnosticou a necessidade de organizar o mercado.

A imprensa local também abordava as deficiências no abastecimento da cidade de Salvador. O crescimento urbano e o agravamento dos problemas de alimentação eram denunciados e discutidos. Constantemente pedia-se providências aos poderes públicos para o aumento da produção de alimentos, melhoria no sistema de escoamento desses produtos e intervenção ao nível da distribuição (construção de novos mercados, novos locais para instalação de feiras livres, medidas para acabar com extensa intermediação) e da comercialização final.

Em 17 de junho de 1953, A TARDE, escreveu:

a proporção que vai crescendo a população da cidade, vão também surgindo novos problemas urbanos e

se agravando os já existentes. Um desses problemas, o do seu abastecimento, vem tendo soluções parciais...<sup>68</sup>

em que os mercados e feiras existentes em vários pontos da cidade eram insuficientes, devendo o poder competente providenciar a expansão dos mesmos.

A deficiência alimentar do povo brasileiro já havia sido reconhecido em publicações e estudos da época.<sup>69</sup> A Bahia e Salvador também faziam parte dessa realidade. O jornal o DIÁRIO DA BAHIA sob o título "O PROBLEMA DA ALIMENTAÇÃO" e subtítulo de "Estamos Longe de ser um Povo Bem Alimentado", publicou:

A maioria, esmagadora maioria, do povo bahiano se alimenta mal. Aliás, isso não constitui novidade alguma. Não obstante a existência de entidades de caráter social, algumas delas com postos de abastecimento onde os gêneros alimentícios são vendidos mais em conta, ainda estamos na fase do operário sentado a um canto, comendo um punhado de farinha com um pedaço de carne seca, ou um pouco de feijão com carne. Fora disso o pobre pela manhã, toma café simples com pão. A refeição noturna pouco difere.<sup>70</sup>

#### A Carestia da Alimentação

Se havia o reconhecimento das deficiências na produção local de alimentos; nas dificuldades de escoamento dessa produção e nos meios de transporte que traziam os gêneros de outros Estados e do interior para a praça de Salvador; na desorganização do sistema de distribuição com extensa cadeia de intermediação, tudo isso se transformava numa queixa maior: a carestia dos gêneros alimentícios.

As massas urbanas vivenciavam e se deparavam com essa cotidiana situação.

O senso comum voltava-se para culpar aqueles com quem se defrontava na difícil arte da sobrevivência, e nisto se destacava o gênero que constitua a base da alimentação: a carne.

O Governo Federal reconhecia o grande nível de especulação existente no comércio de gêneros. A imprensa não cansava de denunciar o problema mais grave de conjuntura: a carência dos gêneros alimentícios.

Os jornais locais enfocavam a questão, colocando a cidade de Salvador como em situação pior do que o Rio de Janeiro e Recife e das cidades mais caras do país.

Em fevereiro de 1953, um representante da Comissão Federal de Abastecimento e Preços em visita a Bahia, anunciou pela imprensa que diante do assustador custo dos gêneros alimentícios na cidade, resolvera estudar a questão dos preços e como reduzi-los de forma a ficarem mais acessíveis à bolsa do povo.<sup>71</sup> Essas denúncias existiam desde 1951, a exemplo do editorial de A TARDE "Tudo É Mais Caro Aqui" quando queixou-se:

os tubarões, os açambarcadores, os "trusts" de gêneros alimentícios estão senhores da praça, agindo desembaraçadamente.<sup>72</sup>

A precária situação alimentar em decorrência das dificuldades financeiras também era denunciada pela imprensa. O jornal O MOMENTO que cotidianamente falava das elevações de preço e das especulações, em setembro de 1951 sintetizou:

Estamos diante de uma ofensiva generalizada dos tubarões, praticamente, já não amanhece um dia, sem que o povo se inteire de algum novo aumento, de mais um golpe dos magnatas dos lucros extraordinários. Em poucos dias, aumentaram de preço a carne, manteiga, feijão e outros gêneros de primeira necessida-

de. Agora chegou a vez do açúcar.<sup>73</sup>

Reconhecia-se, porém, que o problema não se iniciara naqueles anos da década de 50, mas se agravara e as queixas eram mais constantes e em maior dimensão, naqueles dias.

As denúncias de especulação, elevação de preços, câmbio negro, retenção de mercadoria para provocar a alta nos preços e fraudes no peso dos gêneros adquiridos, apareciam constantemente. Principalmente no caso da carne e do pão, a população da cidade de Salvador presenciava de tempos em tempos, a escassez e a elevação exagerada dos preços até que o aumento oficial fosse concedido.

Passava assim a ter importância na questão alimentar a figura conhecida na época como o "tubarão". Este era basicamente todo aquele que praticava algum ato de ganância na atividade comercial.

A especulação era uma prática na época, em que os comerciantes, seja o pequeno ou os grossistas, se aproveitavam das dificuldades do abastecimento, dos hiatos crescentes provocados pelo distanciamento de produção e consumo.

Os produtos que constituíam o consumo alimentar usual eram os mais citados pela imprensa, nessas práticas de especulação, escassez forçada e elevação de preços.

O comportamento dos preços desses produtos era acompanhado e denunciado pela imprensa, que apontava também obaixo consumo de alguns produtos, em especial o leite, fundamentais à alimentação.

O IBGE, nesse período, publicou nos Anuários Estadísticos, uma pesquisa de preços de 18 gêneros alimentícios de 1949 a 1953, para capitais do país. Os dados encontrados para Salvador aparecem na série estabelecida na tabela 16.

TABELA 16

PREÇOS MÉDIOS NO COMÉRCIO VAREJISTA  
SALVADOR - 1949-1953

ESPECIFICAÇÃO	A N O				
	1949	1950	1951	1952	1953
Açúcar	3,40	3,80	4,10	4,70	4,50
Arroz	6,10	6,40	5,70	6,0	10,70
Banha	23,30	24,60	23,80	23,70	26,20
Batata Inglesa	5,00	7,00	6,30	6,50	7,80
Café em pó	13,60	21,80	27,70	26,30	30,60
Carne de vaca	8,20	10,50	12,30	15,20	15,90
Cebola	7,50	7,40	7,30	7,00	11,00
Charque	14,30	16,10	18,50	22,70	26,30
Farinha de Mandioca	3,10	3,20	4,60	8,40	6,10
Farinha de Trigo	7,50	6,80	7,50	8,60	7,80
Feijão Preto	3,70	3,00	4,90	6,10	8,90
Leite	4,30	5,00	5,00	4,90	5,30
Manteiga	34,80	33,30	43,90	58,80	44,30
Milho	1,70	1,90	2,20	3,00	3,70
Ovos	9,40	10,50	13,10	13,50	17,00
Pão	5,90	5,00	5,00	6,20	6,40
Sal	1,50	1,30	1,80	2,30	1,80
Toucinho	10,10	-	19,80	21,30	22,80

FONTE: IBGE - Anuários Estatísticos

A observação da série revela o incremento acentuado de gêneros fundamentais como a carne de vaca, o café em pó, a farinha de mandioca, o feijão preto e o arroz.

Uma análise mais detalhada sobre as questões que envolviam alguns desses produtos, permitirá verificar como a carestia dos gêneros e a especulação sobre os mesmos se apresentavam na época.

De todos os produtos alimentícios, a carne, como

já dito anteriormente, era o que se tornava mais relevante, por ser, inclusive, o alimento básico da população. Apesar de ser Salvador uma cidade marítima, sempre se caracterizou pelo alto consumo de carne, à exceção do período colonial. Fachinetti em seu depoimento afirmou:

Os peixes e os produtos do mar não tinham aceitação maior na população, principalmente na população de baixa renda que acreditava na força da carne como a limento principal.<sup>74</sup>

Esse hábito alimentar era um fato cultural e fazia com que a carne verde definisse os preços de outros produtos, que se elevavam em consequência de altas na carne ou seu desaparecimento no mercado da cidade.

Diante de um dos problemas de abastecimento de carne mais graves em Salvador, nesse período - em outubro de 1953-, A TARDE noticiou "TUDO SUBIU POR CAUSA DA CARNE", só a galinha havia baixado de preço, mas mesmo assim não voltara ao antigo e listava elevações no preço da carne de porco, ovos, galinha (Cr\$50,00 - "acima das possibilidades financeiras da grande maioria da população") linguiça, xarque e carne de sal presa, carne do sol, peixe, feijão, farinha, batatinha, batata doce e tomate. Comentou:

Queixa-se o povo, de modo geral, e particularmente as donas de casa, contra a carestia de vida. Os preços dos gêneros continuam instáveis, com a inconveniência de não descenderem nunca. Pelo contrário, estão sempre se elevando, fazendo estourar, toda semana, os orçamentos domésticos.<sup>75</sup>

As crises na carne verde, representada pelo desaparecimento nos açougues e na elevação de preço, conseguiam abalar a cidade. Nesse período de 1951 a 1954 foram diversos os instantes em que a carne tornou-se notícia de destaque na im-

prensa local.<sup>76</sup>

Os mecanismos eram semelhantes. Inicialmente havia a redução na matança, escassez nos açougues. Acompanhava tal situação a elevação de preços nas poucas quantidades que apareciam. Haviam as denúncias de crise na pecuária, matanças de vaca, seca e o pedido de aumento era feito ao órgão controlador de Preços. Estes pedidos eram discutidos com a presença de representantes dos Abatedores. Duas hipóteses ocorriam: ou eram aceites os preços propostos ou em caso contrário, mecanismos de pressão interferiam, tendo no Governo Estadual o mediador e no va decisão era tomada, que atendesse mais de perto o interesse dos abatedores.

Nessa época, a carne era vendida com e sem osso. Em alguns períodos era proibida a desossagem ou limitada a certas partes do boi, ao que se opunham os abatedores. Assim, quando isso era estabelecido, a pressão dos interessados se fazia valer e a decisão acabava sendo modificada com autorização para venda da carne sem osso.

Existia também a "carne virada", que segundo depoimento de uma dona de casa qualificada como de baixa renda, era usualmente comprada pelo marido. Essa carne, referia-se aquela que não era vendida até certa hora do dia, quando então baixava de preço, em consequência da não ferverificação nos açougues.

A importância e a dependência da carne bovina no consumo alimentar era tão grande que constantemente alguns jornais lembravam que a proteína existia em outros alimentos e propunham a intensificação da oferta de sucedâneos que pudessem alterar o hábito alimentar.

Possivelmente, o pão era o segundo produto em denúncias na imprensa contra as elevações de preço pedidas, as manobras altistas com redução e desaparecimento do pão de sal, prin

principalmente os mais consumidos pela população, o de 500 gs. e 1 Kg e fraude no peso.

A concessão de aumento não se verificou com muita frequência, tendo sido aprovada em janeiro de 1952, quando passou de Cr\$5,00 para Cr\$6,00; em maio de 1953, cuja decisão foi alterada em julho daquele ano para Cr\$7,00 e em julho de 1954 quando passou a Cr\$9,00 o quilo.

Estes preços, contudo, eram burlados e, nas não concessões de aumento pleiteados ou concedidos abaixo do desejado, as padarias iniciavam a redução na produção, na modificação da qualidade do pão e redução do peso.

Em relação aos demais gêneros alimentícios de primeira necessidade, permaneciam as denúncias de especulação. Os produtos variavam, quando não era a carne ou o pão, era o açúcar, o feijão, a farinha de mandioca, o charque, o bacalhau ou outro qualquer.

Quando era o açúcar, as denúncias se voltavam contra a S.A. Magalhães. A TARDE e O MOMENTO, principalmente esse último, esclareciam que a escassez que ocorria nos momentos de crise eram manobras utilizadas para forçar a alta dos preços ou denunciava-se outros artifícios usados, como a venda do produto com obrigatoriedade de compra de outro produto, "o produto casado".

Passada as denúncias sobre um produto, iniciava-se a queixa em relação a outro. O feijão também sofreu processo semelhante. O desaparecimento nos armazéns, o preço acima do normal e depois a alta do preço, a exemplo da Grande Manchete no O MOMENTO em 06 de setembro de 1951, "ESPECULAM COM O FEIJÃO": "Os tubarões do comércio de gêneros alimentícios iniciaram nova manobra de especulação",<sup>77</sup> através da retenção do produto pelos grossistas. Os aumentos se davam, assim, independen

tes de tabelamentos existentes.

Os produtos que eram do hábito popular: o toucinho, o xarque e o bacalhau, mas que dia a dia desapareciam da mesa das famílias de baixa renda, eram também, constantemente, a pontados como vítimas desses tipos de manobras. Denunciava-se a retenção do estoque ou o falso argumento de comerciantes, para justificar preço mais elevado, de que era o estoque restante para a capital e os demais existentes destinavam-se ao interior. Em 26/03/52, por exemplo, A TARDE sob o título "MANOBRA ALTISTA DO XARQUE" denunciou a retenção do produto em depósitos pelos grossistas, para forçarem o preço de Cr\$23,00 o quilo, mais despesas com saco e mesmo com o preço de Cr\$25,00 estava escasso.<sup>78</sup> Outro exemplo de tal situação, foi denunciado pelo O MOMENTO em 15/02/51 com a chamada em primeira página "CÂMBIO NEGRO DO BACALHAU", retido pela firma Manuel Joaquim de Carvalho.<sup>79</sup>

Os demais substitutivos da carne não tinham consumo elevado pela população. O peixe assumia projeção na época da quaresma e Semana Santa quando, então, os jornais não cansavam de denunciar a exploração reinante, apesar dos tabelamentos, da venda do produto também pelo Estado e da abundância. Em abril de 1952, uma nova denúncia ocorreu, havia sido descoberto e flagrado pela polícia o desvio de peixe vendido pela peixaria do Estado a ambulantes do forte de São Pedro. Estes pagariam Cr\$17,00 o quilo para venderem no câmbio negro de Cr\$36,00 a Cr\$40,00.

A galinha era um produto especial, mas presente nas casas de certa renda e aos domingos. Era um gênero de reduzida produção e seus preços bem mais elevados do que a carne bovina. Em setembro de 1953, por exemplo, em plena crise de carne, que acabava por elevar os preços dos gêneros sucedâneos (ainda mais o de menor oferta), enquanto o quilo da carne custava oficialmente Cr\$16,00 sem osso e Cr\$12,00 com osso (embora fosse

encontrada em consequência da crise até por Cr\$25,00 a sem osso), uma galinha custava, segundo A TARDE, Cr\$ 75,00, o que considerava um fenômeno.<sup>80</sup>

Outros produtos, tais como a batata e a cebola, também passaram por denúncias de câmbio negro. Enquanto frutas e verduras de modo geral eram apontadas como gêneros de preços elevados que dificultavam a aquisição e faziam com que o "cozido" deixasse de ser comida de pobre ou então só eram usados eventualmente para este prato. Nessas denúncias, ainda se incluíam: a carne de sal presa, a manteiga, o milho, a banha, o café, a chouriça e o leite.

Era diante dessa situação de carestia que A TARDE no editorial "Especulação Desenfreada" sintetizou:

Ora, no caso, com as exceções presumíveis, o que parece haver é a especulação, retendo a saída dos estoques para provocar o aumento, sobretudo dos gêneros alimentícios.<sup>81</sup>

§ § §

Em suma, Salvador no começo dos anos 50 desse século se deparou com problemas gerados pelo crescimento acelerado de sua população e a pequena absorção da força de trabalho. As massas populares que se avolumavam enfrentavam o cotidiano na luta pela alimentação, enquanto buscavam nas invasões as soluções da habitação. Os rendimentos auferidos, a exemplo do exposto para a classe operária, eram deficitários e consumidos na sua maior parte na aquisição de alimentos.

Com a complexidade de uma pequena cidade, mal saída do ritmo provinciano, Salvador enfrentava as agruras de uma grande cidade. O seu comércio e os serviços que oferecia cres-

ciam, mas muito aquém das demandas que uma nova dinâmica passava a exigir.

A precariedade do que a cidade podia oferecer aos seus habitantes de baixa renda, transformava-a em uma das cidades de piores condições de reprodução da vida humana. Ganhava, assim, relevância a questão básica da carestia dos gêneros alimentícios e a questão do abastecimento era uma questão central a ser enfrentada e resolvida.

## NOTAS

1. Não foi possível estabelecer com a desejável precisão a população economicamente ativa de Salvador, nem como se distribuía nos anos do presente estudo (1951-1954). O censo de 1960, porém, revela que só 32% da população presente em Salvador era economicamente ativa, com 2% dedicada às atividades vinculadas à agropecuária e extrativa, 5% à atividade industrial e 25% às demais atividades. Dos 68% não economicamente ativos, 13% da população total estava qualificada como inativa. Estes dados não podem ser comparados com os do censo de 1950, porque neste não foi definida a população ativa para Salvador, mas apenas a população presente com mais de 10 anos, por ramo de atividade.
2. A taxa média geométrica de incremento foi calculada através da expressão.  

$$P_t = P_o (1 + r)^t$$
 onde  $P_o$  e  $P_t$  são a população inicial e final de um período de  $t$  anos, geralmente obtidos através de recenseamentos. A taxa é o valor de  $r$ , sob forma percentual. A equação acima é a conhecida fórmula de juros compostos, adaptada para estimativas da população nos intervalos censitários. É de uso generalizado.
3. A TARDE, 09/07/54, p. 3
4. BNB/SUDENE. "Suprimento de Gêneros Alimentícios da Cidade de Salvador";
5. Walter Gordilho. "O Sítio Urbano - Seu Desenvolvimento!" Cap. X, in Bahia. Secretaria de Saneamento e Desenvolvimento Urbano. "A Grande Salvador. Posse e Uso da Terra!"
6. A TARDE, 20/02/52, p. 3. Os dados quantitativos foram publicados em 05/03/53, p. 3
7. A TARDE, 08/10/52, p. 3
8. Raquel Mattedi. "As Invasões em Salvador: Uma Alternativa Habitacional", p. 150
9. Ibidem, p. 115
10. É importante notar que houve um intervalo diferenciado entre os censos de 1940, 1950 e 1960, o que prejudica um pouco a comparação, mas não a invalida.
11. Também deve se observar a ressalva feita na nota 10.
12. No artigo - "Custo de Vida - Novos Índices" - publicado na revista Desenvolvimento e Conjuntura de julho/1959, pp.175 a 195, foi feita uma análise comparativa entre índices econômicos elaborados naquela época. Sobre o do SEPT afirmou "Essas críticas aqui apresentadas não invalidam absolutamente o trabalho do SEPT, mesmo porque, apesar das falhas apontadas é forçoso registrar que a evolução do custo de vida revelado pelos seus índices não se afastam muito dos

- níveis registrados em outras fontes apuradoras dos mesmos elementos estatísticos. O seu ítem alimentação retrata, aliás, com bastante fidedignidade, as variações de preços dos gêneros alimentícios".
13. A escolha dessas capitais teve como critério: 1 - uma outra cidade do nordeste e que tivesse maior identificação com Salvador; 2 - a capital da República, em que as medidas do governo populista fossem mais diretamente sentidas e 3 - uma capital que era considerada dos mais baixos índices de custo de vida e marcada por sua produção de alimentos, que eram inclusive importados por Salvador.
  14. Estas análises foram feitas através de resultados obtidos, ajustando-se pelo processo dos mínimos quadrados a equação  $y = ab^x$  aos dados observados nas diversas séries de índices.
  15. 1951 já corresponde ao primeiro ano do segundo Governo Vargas, mas a elevação do salário mínimo só se efetivou em dezembro daquele ano, a vigorar em janeiro de 1952.
  16. Francisco de Oliveira. "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista" p. 42
  17. A TARDE, ed. O Salário Mínimo - 22/12/51, p. 3
  18. A TARDE, 08/07/54, p. 2
  19. Este Órgão responsável pela pesquisa foi criado em 29/10/51, vinculado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e era um reflexo da política social que propunha ser feita pelo Governo Getúlio Vargas (quando nada enquanto espectro institucional). É importante frisar que a presidência da comissão cabia ao Ministro do Trabalho e na vice-presidência se encontrava Josué de Castro. Como outros membros estavam Alzira Vargas do Amaral Peixoto, pela LBA; Bazílio Machado Neto pelo Serviço Social do Comércio e Euvaldo Caldas pelo Serviço Social da Indústria.
  20. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio - "Sinopse Preliminar da Pesquisa de Padrão de Vida de Classe Operária", feita em 1952.
  21. Para melhor visualização consideramos os gastos com alimentação, habitação e os demais reagrupamos em outros.
  22. A TARDE, 18/08/52, p.9  
DIÁRIO DA BAHIA em 10/07/52 (pp. 1 e 8.) fez uma matéria sobre os orçamentos deficitários de um comerciário com mulher e filho e de um funcionário com esposa, considerando que estes eram segmentos melhores remunerados do que o que se constituía a classe popular, o quadro reforça a precariedade da sobrevivência:

	Comerciário	Funcionário
Previdência	78,00	50,00
Habitação	200,00	300,00
Empréstimo	200,00	-
Vestuário	250,00	150,00
Alimentação	500,00	500,00
Luz (médio)	-	30,00
	<hr/>	<hr/>
Total Despesas	1.228,00	1.030,00
Ordenado	1.200,00	1.000,00

Estes dados não tem nenhum rigor científico, servem apenas como ilustração de informação da época.

23. F.G.V. - "Pesquisa Sobre Orçamentos Familiares, 1961-1962"
24. Ibidem, p.IV
25. Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos T. Silva. "História do Abastecimento (1918-1974)".
26. Mário Augusto Silva Santos - "Sobrevivência e Tensões Sociais. Salvador, 1890-1930".
27. Ver a respeito Thales de Azevedo. "Povoamento da Cidade do Salvador"; Sebastião Soares - "Notas Estatísticas sobre a Produção Agrícola e Carestia dos Gêneros Alimentícios no Império do Brasil"; Katia Mattoso - "Bahia: A Cidade do Salvador e Seu Mercado no Século XIX"; BNB/SUDENE - "Suprimento de Gêneros Alimentícios da Cidade de Salvador."
28. Nessa linha ver entre outros: Gentil M. Dias - "Depois do Latifúndio, Continuidade e Mudança na Sociedade Rural Nordestina"; Francisco Sá Jr. "O Desenvolvimento da Agricultura Nordestina e a Função das Atividades de Subsistência" e Graziano Silva (coord.) "Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira."
29. Linhares e Silva, op.cit., p. 18 - citam aquele autor, concordando com a sua afirmação de que:  
 exceto na América e em certos países excepcionais, o capitalismo do século XIX não tem as classes populares em conta na sua qualidade de consumidores e não criou, portanto, essa produção de massa para um mercado popular.  
 (E. I. Hobsbawm - "As Classes Sociais Operárias Inglesas e a Cultura desde os princípios da Revolução Industrial." Lisboa, Cosmos, 1967).
30. Thales de Azevedo, op.cit., p. 260
31. Ibidem, p. 380 (Ordens Régias, vol.40, p. 34)
32. Sebastião Soares, op.cit., p.362
33. Ibidem, p. 293
34. Ibidem, p. 223
35. Ibidem, p. 221

36. Katia Mattoso, op.cit., p.376
37. Mario Augusto Santos, op.cit.
38. Linhares e Silva, op.cit.
39. Otávio Mangabeira - Mensagem. Salvador, 27/01/51.
40. Em 1952, a Secretaria de Saúde do Estado fez um estudo sobre o hábito alimentar em Salvador, com o objetivo de fazer uma campanha educativa para adequação do mesmo. O que revelava a importância da questão, na época. Não tivemos, contudo, acesso aos seus resultados, desconhecendo, inclusive, se chegou a ser feita alguma publicação sobre o mesmo.
41. De acordo com a Revista Desenvolvimento e Conjuntura, de julho de 1959 (pp.174-195), o índice de alimentação do SEPT, desde 1935 era composto de 19 gêneros de primeira necessidade: abóbora (verduras), açúcar, arroz, banana, banha (gordura), batata doce, batata inglesa, café, carne de vaca, charque, farinha de milho, feijão, laranja, leite, manteiga, ovos, pão e peixe. Embora, posteriormente tenha ampliado alguns sub itens, como frutas e legumes.
42. BNB/SUDENE. Op.cit. Este trabalho foi elaborado nos primeiros anos da década de 1960.
43. O açúcar e o feijão eram consumidos por 99% das famílias. A carne verde como o café em pó por 97%. O arroz e a farinha de mandioca por 91% e 92%, embora o primeiro só fosse consumido por 77% das famílias de menor renda e o pão por 94% da amostra.
44. A COAP considerava de consumo essencial, os seguintes produtos: carne, leite, açúcar, sal, farinha de trigo, de mandioca, feijão, milho, arroz, xarque, bacalhau e outros peixes, café, toucinho, manteiga e sabão. Vale a ressalva, que o leite era tão pouco consumido que uma estatística publicada no jornal A TARDE dizia que o consumo se limitava a uma colher de sopa, per capita.
45. Foram instalados, na época, italianos em Mutuípe e 235 imigrantes japoneses, em Una.
46. A TARDE, 16/02/51, p. 2
47. A TARDE, 11/11/53, p. 3
48. A TARDE, 15/10/53, p. 13
49. Havia certa produção do leite "in natura", que ocorria nos arredores da cidade.
50. A TARDE - "Feijão do Paraná", 18/11/53, p. 3
51. Crescia em importância, esse tipo de transporte. O órgão controlador de preços em 1953 - a COAP - em ata do dia 20 de janeiro alertou para tal fato. O conselheiro Engenheiro José Moreira Caldas argumentou  
de vez que tornando-se cada vez mais intenso o transporte rodoviário, principalmente

de gêneros de primeira necessidade (p.94),era necessário manter-se um fiscal no Posto de Campinas.

52. Ivan Fachinetti - depoimento gravado em janeiro/85 - era um técnico do Instituto da Pecuária nessa época e foi conselheiro da COAP. A maioria dos estudos sobre a pecuária e carne verde na Bahia, nesse período, contou com a sua participação e direção.
53. Ibidem.
54. Ibidem.
55. Segundo Ivan Fachinetti, estes estavam começando suas atividades nesse ramo.
56. De acordo com Ivan Fachinetti, o Mercado Modelo não funcionava a nível de intermediação atacadista mas apenas de consumi-  
dor final. O trabalho do BNB/SUDENE incluiu esse Mercado com alguns atacadistas, em 1965.
57. Ivan Fachinetti lembra em seu depoimento que isso gerou a tradição do mingau e café da manhã nesses mercados.
58. Um depoimento dado por um casal, morador de Itapagipe em que o chefe de família era um carteiro - na época - Francisco Meireles e Maria Arlinda Meireles, relatou que o dono do armazém (um espanhol), onde compravam, chegava a dar o dinheiro quando não tinha a mercadoria para que comprassem em outro local. Nesse caso, foi estabelecida uma relação de amizade e o Espanhol acabou por batizar um filho do casal.
59. Além das frutas, verduras, legumes, cereais e farinha de mandioca, também comercializavam carne verde e carnes secas e salgadas.
60. Estes dados foram retirados do trabalho citado do BNB/SUDENE. Quando este foi elaborado já existia um novo mercado: o Livre ao Produtor, inaugurado em 1962 feito com o objetivo de eliminar a intermediação e revelava a preocupação com esta questão.
61. A TARDE, 4/01/54, p.2
62. O Secretário de Agricultura, também presente lembrou que i-riam ser construídos dois matadouros no interior, em Itabuna e Feira de Santana. Mas Cabello, elogiando tal providência, argumentou que estes faziam parte do plano SALTE para atender vasta zona e aproveitamento completo dos subprodutos, enquanto Salvador precisava de imediato um matadouro sem fins industriais para melhorar a matança e distribuição de carne.  
Esta situação só foi modificada na década de 1960 com a instalação do matadouro - frigorífico São Francisco, na rodovia Bahia-Feira e do Matadouro Frigorífico S/A (MAFRISA) do Estado (vinculado à FUNDAGRO) em Feira de Santana (este fôra o mencionado pelo Secretário de Agricultura).
63. Fausto Oliveira era concorrente dos grandes abatedores e

engordadores da Bahia, não filiado à Associação dos Abatedores. As decisões tomadas na época em relação a carne pelo governo do Estado, CEP e depois COAP (à exceção do período de Hélio Machado, como presidente desse órgão. Ver cap. 4) buscaram privilegiar as pressões e exigências da Associação contra Fausto Oliveira. Em 1954, o governo já estudava formas de cancelar o contrato de arrendamento do matadouro São Roque. Quando da realização do trabalho do BNB/SUDENE - op.cit., o mesmo já estava em mãos da Cooperativa Pastoril de Jequié.

64. A TARDE, 13/03/53, p. 2
65. Ibidem
66. A TARDE, ed. "Nem Frigoríficos Nem Estatísticas" - 10/02/54, p. 3
67. Depoimento gravado de Cid Teixeira, janeiro/85
68. A TARDE, ed. "Do Que A Cidade Precisa" - 17/06/53, p. 3
69. A TARDE citava estatísticas mundiais a esse respeito e Josué de Castro já iniciara seus estudos sobre a questão.
70. DIÁRIO DA BAHIA - 10/07/52, p. 1 e 8
71. O inspetor da COFAP (Comissão Federal de Abastecimento e Preços) Waterville Wilman deu entrevista ao jornal A TARDE em 19/02/53, p. 2. O título da matéria foi "Muito Alto o Nível de Vida na Bahia".
72. A TARDE, Ed. "Tudo É mais Caro Aqui" - 07/07/51, p. 3
73. O MOMENTO, 26/03/51 - "Eis o Getulismo." José Gorender, p.2
74. Ivan Fachinetti, depoimento gravado.
75. A TARDE, 12/10/53, p.2
76. Nesse período em estudo, a carne de boi começou a ser notícia nos primeiros meses do novo governo, que assumiu em 1951. Este tentou estabelecer um tabelamento que incluía um tipo popular de carne, o qual não foi cumprido e pouco depois era revogado, mantendo-se o preço anterior de Cr\$8,00 e Cr\$12,00 para a carne com e sem osso, respectivamente. Em outubro daquele mesmo ano, uma nova crise de carne verde esteve declarada, com desaparecimento nos açougues e altos preços. A crise acabou com o estabelecimento de uma tabela móvel, conforme estudos feitos e reivindicação dos abatedores. Um ano depois, após problema entre abatedores - pressão da Associação dos Abatedores contra Fausto Oliveira que vendia a carne verde a preço menor no mercado - foi fixado um preço intermediário ao cobrado nos açougues. A repercussão negativa de tal decisão fez com que o produto tivesse seu preço liberado. Segue-se, então, nova crise com escassez e especulação nos preços até janeiro de 1953 com o tabelamento de acordo com valores desejados pelos abatedores. Ficou fixado em Cr\$12,00 e Cr\$16,00, o quilo da carne com e sem osso, em substituição ao decidido um dia an-

tes pelo órgão controlador de preços, mediante interferência do Governo Estadual. Em setembro de 1953 voltou a se repetir novo problema com a carne verde. Dessa vez com intervenção da COAP - ver Capítulo 3. O Governo Estadual voltou a interferir. Em janeiro de 1954, após meses de descumprimento da tabela era aprovada a volta da tabela móvel sem direito a desossagem na carne. A pressão e crise permaneceram, chegando a carne a ser vendida até por Cr\$25,00 o quilo. Em fevereiro, os abatedores propuseram os preços de Cr\$16,00 e Cr\$24,00 (com e sem osso), os quais foram aprovados em junho daquele ano.

Em julho de 1954 a cidade voltava a queixar-se da falta de carne nos açougues e os preços subiram para Cr\$28,00 a Cr\$30,00 o quilo da sem osso e Cr\$20,00 a Cr\$25,00 da com osso. Em dezembro novo tabelamento foi aprovado, ficando a Cr\$18,50 a carne com osso e Cr\$25,00 a sem osso.

77. O MOMENTO, 06/09/51, p. 1
78. A TARDE, 26/03/52, p. 2
79. O MOMENTO, 15/02/51, p. 1
80. A TARDE, ed - "Trevas e Galinhas" - 28/09/53, p. 3
81. A TARDE, 21/03/53, p. 3

CAPÍTULO II

A LUTA CONTRA A CARESTIA

O processo de urbanização intensificado na década de 50 ocorreu sem que houvesse um crescimento das atividades industriais em igual proporção. Expandiu-se, principalmente, o setor terciário e houve o incremento de desempregados e subempregados. Este processo foi analisado por Juan Carlos Torres e José Álvaro Moisés para a América Latina, ao estudarem os movimentos sociais ocorridos após a crise de 1929, ou seja, quando se desencadeou o processo de desenvolvimento capitalista baseado na industrialização. Foi nessas condições dadas que se estabeleceu a formação de

um ator social, unificado para o qual a literatura preferiu utilizar o conceito de "massas populares", em lugar do clássico "classe operária", com o fim de sublinhar sua composição social heterogênea e a origem politicamente dependente de sua unidade de ação.<sup>1</sup>

Dentro desse contexto é que Moisés aborda a especificidade latino-americana, em que os movimentos sociais da época tiveram como característica uma "identidade popular", em lugar de uma coesão social da classe operária. Foram as "classes populares" que se tornaram as

protagonistas dos movimentos de reivindicação e de protesto urbano que emergem na década de 50 e dura até início dos anos 60 em São Paulo,<sup>2</sup>

e reconhece que nas cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre distorções urbanas foram se acentuando e manifestaram uma "série de contradições sociais e políticas".

Como reivindicações dos movimentos sociais, Moisés destaca as vinculadas à sobrevivência das massas urbanas. Ao enunciar o conteúdo das demandas, privilegia o transporte, serviços de infraestrutura, saúde, educação, habitação. Ou seja,

aquelas que emergem em um momento em que o processo de industrialização já se consolidou, criando as condições em que se dão os movimentos sociais urbanos abordados por Castels e que se sustenta na tese do capitalismo monopolista de Estado.<sup>3</sup>

Mas o período em que Moisés está a analisar é um momento de transição que não superou os desafios mínimos de urbanização capitalista: prover a sobrevivência física (alimentar) das massas populares. Assim, se destaca no início da década de 50 a mobilização, tendo como reivindicação a luta contra a carestia, pelo direito básico de alimentação.

Ao lado da formação das massas populares como novos agentes sociais e políticos, o autor em estudo aponta para a modificação de outra instância: o Estado. As novas condições sociais, econômicas e políticas que se estabeleciam, geravam demandas que exigiam respostas coletivas no âmbito de serviços públicos.

O Estado se configurou na época com o duplo sentido, de estabelecer as bases para o desenvolvimento capitalista sobre bases industrialistas e, na sua concepção ideológica de instância desvinculada de interesse classista, atender as demandas da população urbana.

A ambiguidade desse Estado, conforme afirma Moisés, não viabilizou as condições reais de atender as massas populares nas necessidades que se avolumavam. Na medida em que essa instância não exerceu o seu papel esperado de solucionador e benfeitor, gerou o antagonismo massas populares e Estado. É a partir dessa reflexão que o citado autor conclui que:

o confronto dos movimentos urbanos, com o poder local politizou os conflitos, permitindo que emergisse, entre os protagonistas daqueles movimentos, uma perspectiva que ultrapassava a sua dimensão estru-

tamente econômica – corporativa e atingia a dimensão da política.<sup>4</sup>

Chega o autor a variável apontada por Castels para a existência dos movimentos sociais urbanos distintos dos demais que se dão nessa esfera, mas sem o caráter político de contestação e mudança. São essas variáveis que caracterizam os movimentos sociais que se dão "en la medida en que logran convertirse en un componente de un movimiento político que controvierte el orden social".<sup>5</sup>

Moisés na sua análise dos movimentos sociais no Brasil, no período de 1930 a 1964, reconhece, contudo, que em algumas conjunturas específicas do populismo houve a preocupação no sentido de atender satisfazer das massas urbanas. Destaca nessas conjunturas, o Janismo em São Paulo entre 1953 e 1958. Declara, porém, que na medida em que isso foi realizado, houve conquista do apoio popular, mas sem soluções dos problemas urbanos.

Foi exatamente nessa conjuntura, que não se limitou ao Janismo, que uma questão não abordada pela literatura se tornou relevante: o enfrentamento pelo populismo da carestia.

Em torno dessa problemática ocorreram reclamações populares, protestos de rua e organizações com o fim de combater a carestia.

De um lado, o Estado Populista atento às expectativas que criara e a necessidade de manter o apoio político dessa massa popular que legitimara o seu poder, procurou evitar o confronto entre as massas e o Estado. Isso foi feito, através da responsabilização de um agente social como grande culpado pelos problemas das classes populares.

Essa figura contra quem foram canalizadas as oposições e os antagonismos foi o "TUBARÃO". Este era o comercian

te ganancioso que explorava o povo, através da prática da usura e da especulação. Estado e massas teriam, então, que se aliar contra esse inimigo comum.

Assim, no século XX no Brasil, quando se acelerou o processo de desenvolvimento capitalista dentro de um projeto de industrialização que se iniciava, o Estado assumiu uma visão paternalista como a exposta por Thompson para a Inglaterra do século XVIII<sup>6</sup> e que foi reproduzida em outros instantes da história, como na Alemanha Nazista, que direcionou contra os judeus alemães a responsabilidade por todos os males do capitalismo da Nação.

Thompson ao analisar os motins de subsistência na Inglaterra do século XVIII, aborda essa visão paternalista das autoridades, que para evitar os motins, estabeleciam "un cuerpo desgastado de ley estatuida, asi como en el derecho consuetudinario y las costumbres".<sup>7</sup> O objetivo destas leis foi o controle do mercado contra a especulação, usura e o forte combate aos intermediários<sup>8</sup> e defesa do consumidor, de uma forma ideal e fragmentada.

Uma nova economia política veio intervir nessa forma de pensar paternalista, que procurou eliminar o conteúdo moral dominante. A ideologia do livre mercado deixou de lado essa visão moralista da prática comercial, para incorporar a idéia de satisfação das necessidades no livre negociar entre oferta e demanda. O intermediário apareceu como desempenhando um papel "necesario, productivo y loable" que levaria aos locais com escassez, o gênero de outras áreas com abundância. A partir dessa visão, no final do século XVIII, "cuando los precios comenaron a dispararse, el remedio se buscó, no en una vuelta a la regulación del comercio, sino en mejoras tales como el incremento de los cercamientos, y el cultivo de terrenos baldios".<sup>9</sup>

Como as teorias que apoiaram o modelo paternalista e a economia do livre mercado se equivocaram na proteção ao bem coletivo, o autor lembra que:

los movimientos de los precios del grano no pueden ser explicados por simples mecanismos de precio, de oferta y demanda... Junto con el aire y el agua, el grano era un articulo de primera necesidad, extraordinariamente sensible a cualquier deficiencia en el abastecimiento,<sup>10</sup>

e os motins permaneceram, apesar das novas teorias.

Estas questões aparecem colocadas no Brasil, no início da década de 1950. O Estado que se configurou como elemento de intervenção, crítico ao liberalismo dominante até então, não conseguiu ultrapassar os limites do modelo paternalista.

As massas populares também subjugadas a essa visão paternalista que o Estado populista transmitiu, reagiu dentro dessa visão moral das regras do comércio. Mas a aguardar e reivindicar ao Estado, a intervenção que eliminasse a ganância.

Coube aos comunistas opositores ao governo Vargas (e Regis Pacheco) o papel de agitar e propagandear. Num trabalho didático de esclarecer às massas populares a dinâmica da luta de classes e a necessidade da revolução, através da luta contra a carestia. Com esse objetivo procurou identificar o "tubarão" com o poder instituído que "demagógicamente" prometia combater. A luta contra o primeiro se reverteu na crítica e na proposta de exterminação do segundo.

§

§

§

As insatisfações geradas pela carestia foram manifestadas, através de queixas, denúncias e protestos. As recla-

mações populares se voltaram mais frequentemente contra a carestia geral da vida, denunciando altos preços dos gêneros alimentícios e descumprimento de tabelas, em especial da carne verde. Elas foram veiculadas constantemente pela imprensa, a exemplo do publicado em abril de 1951 por um jornal local sobre o aumento de telefonemas "principalmente de donas de casa contra a carestia de vida que continua a subir astronômicamente".<sup>11</sup>

Depoimentos populares sobre os problemas de sobrevivência também foram publicados. O jornal comunista O MOMENTO, em maio de 1951, apresentou declarações de "dona de casa, trabalhadores, pequenos comerciantes, funcionários e homens do povo sobre a carestia", numa enquete feita na Feira de Água de Meninos. O jornal sintetizou:

De todos ouvimos protestos, palavras indignadas contra um estado de coisas asfixiante, intolerável, que não pode prolongar-se por mais tempo, porque está levando todo o povo ao aniquilamento físico pela fome.<sup>12</sup>

Quando as reclamações não se apresentaram na forma de telefonemas e depoimentos, apareceram através de cartas de leitor à redação dos jornais. Algumas dessas cartas sugeriram a redução no consumo da carne de boi, como reação à especulação reinante. O cidadão Virgílio Neto apelou para que outras famílias seguissem o adotado pela dele e passassem a comer carne só uma vez por semana. Fazendo isto, argumentou que se limparia o organismo de toxinas e das "investidas dos gananciosos", afinal:

Hã verduras e tantas outras cousas alimentares de que nos podemos servir, até com menor prejuízo à no<sub>s</sub>sa saúde, porque, então, aceitar cabisbaixo a imposição desses "tubarões" a cobrarem 25-28-30 cruzeiros por um quilo de carne?<sup>13</sup>

O Sr. Claudionor de Souza Alboim também defendeu em carta, que se fizesse uma greve de carne verde. Sugeriu que os mais pobres comessem macarrão, verduras, frutas, raízes e pão, enquanto os de melhores posses poderiam se alimentar de peixe, conservas, bacalhau e outros. A "força do povo" ficaria comprovada quando os "gananciosos" vissem as carnes apodrecendo nos açougues.<sup>14</sup> Nem sempre as reclamações se deram apenas ao nível de queixas e denúncias pacíficas. Ocorreram também protestos e atritos nos açougues e padarias, necessitando da interferência da polícia.

Uma dessas manifestações, considerada um motim público, foi relatado no DIÁRIO DA BAHIA. O incidente se deu no início da tarde, quando "o movimento dos trabalhadores na Feira de Água de Meninos era intenso". Um grupo de homens tentou invadir a Padaria Estrela D'Ouro para depredar e espancar o proprietário:

o motivo que levou aquele grupo de homens, a se indignarem a tal ponto de quererem quebrar a propriedade alheia, foi evidentemente o mais justo, e que servirá de exemplo a certos comerciantes inescrupulosos, de que a população da Bahia, já não pode mais suportar a ganância dos gregos. O pão de um quilo, que estava sendo vendido a seis cruzeiros não tinha o seu peso regulamentar, pois somente possuía 750 gramas.<sup>15</sup>

O motim foi contido pela polícia e a denúncia foi confirmada na pesagem dos pães que foram apreendidos, "enquanto o povo indignado na porta da padaria, tentava invadi-la, para castigar os ladrões do seu dinheiro". O jornal deu os nomes do proprietário e gerente do estabelecimento pertencente à firma Alban Filhos e Cia. Quanto ao incidente qualificou-o de:

um fato interessante e que talvez pela primeira vez

tivesse lugar na cidade do Salvador, dada as atitudes sempre pacatas da nossa população.<sup>16</sup>

A matéria carregada de teor ideológico conservador (povo "pacato", invadir "propriedade alheia"; "certos comerciantes inescrupulosos") descaracterizou o fato como questão social para abrir exceção ao comportamento popular de revolta, justificável na medida em que foi decorrente de uma prática desonesta de alguns e existia a polícia para intervir em favor do povo, contra os especuladores.

O incidente, na realidade, lembrou os motins de subsistência no século XVIII abordados por Thompson, os quais não decorriam apenas de elevações de preço ou fome, nem deviam ser vistos como esporádicos e apolíticos, mas resultaram de uma complexidade de motivações dos revoltosos. Conforme expõe:

Es cierto, por supuesto, que los motines de subsistencias eram provocados por precios que subian vertiginosamente, por practicas incorrectas de los comerciantes, o por hambre. Pero estos agravios operaban dentro de un consenso popular en cuanto a qué practicas eran legítimas y cuáles ilegítimas en la comercialización, en la elaboración del pan, etc.<sup>17</sup>

Para este autor, havia uma tradição de normas e obrigações sociais que formavam uma "economia moral dos pobres", a qual desrespeitada era passível da reação direta e

Aunque esta "economia moral" no puede ser descrita como "política" en ningún sentido progresista, tampoco puede, no obstante, definirse como apolítica.<sup>18</sup>

O Partido Comunista Brasileiro, na clandestinidade, mas como força única de manifestação da esquerda na época, procurou transformar as insatisfações reinantes em um movimento popular organizado contra os "gananciosos" e o governo.

Nos primeiros meses após a posse de Getúlio Var-

gas na Presidência da República e de Regis Pacheco no Governo da Bahia, o Comitê Central do PCB lançou as Resoluções do Partido e o Comitê Estadual na Bahia, um "Manifesto ao Povo Bahiano".

O primeiro documento traçou como ponto I do Partido, a luta pela paz. Mas ao estabelecer que os comunistas tinham de "arrastar" as massas, colocando-se à "sua frente" e elevando-lhe a consciência política, definiu como estratégia de ação vincular a luta pela paz com as "reivindicações quotidianas das massas". A formulação dessa análise e estratégia se fundamentou no reconhecimento de que

é profunda a revolta das massas contra o aumento contínuo dos preços dos gêneros, contra a nova lei do inquilinato, contra o aumento nas passagens de transportes urbanos, e a luta contra a carestia da vida pode mobilizar grandes massas.<sup>19</sup>

Essa mobilização deveria ser feita a partir da empresa, fábrica, bairro e reconhecia que naquele instante essa luta mais ampla tinha maior alcance do que as reivindicações particulares de uma fábrica.

Nessas resoluções de 1951, o PCB identificou o Governo Vargas com os interesses latifundiários, da grande burguesia e do imperialismo americano.<sup>20</sup> Alertou, finalmente, que havia um grande hiato entre as expectativas geradas com as promessas de Vargas e as medidas concretas. Era, então, preciso explicar "com carinho a essas massas" que a política seria exercida em oposição "aos interesses do povo e do país".

O Manifesto do Comitê Estadual, de acordo com essa orientação do Comitê Central, fez o discurso político contra o Governo Regis Pacheco. Este foi qualificado como feudal-burguês e vinculado aos interesses imperialistas. Lembrou as dificuldades crescentes das grandes massas, onde incluía operários da Cir

cular, do porto, da estiva, da construção civil, da indústria textil, ferroviários, marítimos, estendendo-se até a área rural com os fumageiros, trabalhadores do cacau e açúcar, camponeses. Todos estes vítimas da fome. Para aglutinar forças, também incluiu os setores médios que passavam pelo "aumento de dificuldades", incluindo os funcionários públicos, intelectuais, industriários, pequenos comerciantes e comerciários. Por fim, convocou à luta pela paz; contra o governo de classes dominantes; por uma democracia popular, pelo confisco dos monopólios (destacando - S.A. Magalhães e as imperialistas Circular e Cia. Docas) e expulsão dos norte americanos e também à luta:

contra a fome, os baixos salários, a opressão semi-feudal nos campos e a Carestia de vida! exijamos o cumprimento das promessas eleitorais feitas por Vargas e Regis Pacheco.

Concluiu "Viva a Gloriosa União Soviética e o grande Stalin, chefe dos trabalhadores do mundo inteiro!"<sup>21</sup>

A partir daquele momento, até nova Resolução, os comunistas se dedicaram à dupla ação de mobilizar a luta pela paz e contra a carestia, em todo o país. Organizações foram criadas com o objetivo de intensificar estas lutas, enquanto outras já existentes incorporaram nas suas prioridades a luta contra a carestia.

A preparação do primeiro de maio de 1951, coordenado pela Confederação dos Trabalhadores do Brasil, incluiu manifestações preparatórias para demonstrar a luta por "melhores condições de vida e trabalho", intensificar "a luta contra a carestia da vida, pela rebaixa dos preços dos gêneros de primeira necessidade, contra os despejos e os altos aluguéis e pelo aumento nos salários".<sup>22</sup>

Manifestações de rua se iniciaram em Salvador, ten

do como tema central a luta contra a carestia. Em 17 de abril de 1951, o MOMENTO noticiou que na Praça Municipal,

violentos protestos se verificaram, ontem, nas ruas, contra o aumento da carne e a carestia da vida, tendo o povo entrado em choques com a polícia e enfrentado corajosamente os policiais.<sup>23</sup>

Segundo o jornal uma multidão aplaudiu o jovem orador João Castelo Branco Pinheiro que conclamou o povo a "lutar contra o aumento da carne, contra o exército continental e pela paz". Não era preciso esclarecer, com estas palavras de ordem, a origem do orador.

Naquele mesmo dia, outra manifestação ocorreu na cidade sob a direção da Associação Geral dos Trabalhadores (organização dos comunistas) no Porto. Conclamou-se os portuários a lutarem contra a fome e a exploração. A polícia também interviu e o líder sindical João dos Passos foi preso quando discursava,

afirmando que os trabalhadores não podiam continuar tolerando a situação de fome, os sucessivos aumentos dos gêneros alimentícios, como a carne, etc."<sup>24</sup>

Uma avaliação foi feita sobre esses protestos no jornal O MOMENTO. No editorial "Os Protestos Populares Contra a Carestia" a análise se deu em duas instâncias. Em uma falou do enfrentamento e combate dos populares e da insatisfação crescente de amplas camadas da população. A outra se prendeu a luta dos trabalhadores no Porto, mostrando o avanço da luta operária. Na avaliação geral, concluiu que

os protestos de anteontem, na Praça Municipal e no Cais do Pôrto, contra o aumento da carne e a carestia da vida, marcam uma nova etapa nas lutas do povo bahiano pela solução dos seus problemas.<sup>25</sup>

Tratar a questão ao nível de operários e massas populares foi, na época, para o P.C., uma estratégia coerente com a sua linha política. A orientação do Partido aos comunistas foi a de manter-se independente dos sindicatos, atrelados ao Ministério do Trabalho. Dessa forma voltou-se o partido para a organização de unidades paralelas aos sindicatos e órgãos de massa. Sobre isto, Leôncio Rodrigues afirmou:

Na prática diária, o PCB continuou a explorar todas as possibilidades de atuação legal através de criação de certas "organizações de massa" que forneciam aos comunistas uma cobertura institucional para sua política.<sup>26</sup>

Este autor, ao citar algumas dessas organizações, destacou o Movimento Nacional Pela Proibição das Armas Atômicas e o "Petróleo é Nosso", não incluindo as campanhas e organizações de Combate à Carestia.

Em maio de 1951, o PCB procurou melhor estruturar a luta contra a carestia, conforme estratégia traçada pelo Comitê Nacional e Estadual do Partido. Foi, então, lançada no Rio de Janeiro em mesa redonda, a campanha de âmbito nacional. À frente oficialmente esteve a Confederação dos Trabalhadores do Brasil e na Comissão Diretora o líder comunista Roberto Morena.

A Comissão Nacional Provisória da campanha contra a carestia lançou um manifesto com oito pontos, assinado por parlamentares, donas de casa, representantes de organizações populares e femininas. Nesse manifesto, denunciou-se a miséria e fome do povo brasileiro, onde gêneros essenciais como leite, pão, feijão e arroz ou desapareciam ou subiam de preço, tornando-se inacessíveis. Orientou-se que deveriam ser organizadas comissões populares, sindicais, femininas, juvenis, nos bairros e fábricas.

O programa básico de lutas e reivindicações não se limitou, contudo, à carestia dos gêneros alimentícios. Além de exigir a rebaixa do preço de todos os gêneros de primeira necessidade, com destaque para a carne bovina, também reivindicou: a redução no custo de vestuário, medicamentos, educação, diversões, transportes coletivos (e melhoria dos serviços) e aluguêis (com punições aos proprietários infratores da lei do inquilinato); a proibição de exportar gêneros necessários ao consumo popular; a intervenção nos frigoríficos para evitar a escassez e a especulação e a fiscalização honesta e eficiente aos açougues; o aumento geral dos salários e vencimentos civis e militares, com redução nas contribuições aos Institutos e caixas de aposentadoria e elevação das pensões e proventos; a redução do imposto predial e dos que incidiam sobre o pequeno produtor e comerciante, assim como a eliminação dos cobrados em feiras e mercados ao pequeno lavrador; a redução das verbas militares e a "criação de Comissões Populares, reconhecidas oficialmente, para combater a carestia da vida e melhorar as condições de vida do povo".<sup>27</sup>

Paralelamente, começaram a surgir as organizações estaduais de combate à carestia. Já em maio, foi realizado um Congresso com essa temática, em Fortaleza, "participando do mesmo entidades sindicais, religiosas e culturais".<sup>28</sup> Entre as questões debatidas estiveram as causas da carestia e "medidas de repressão à ganância dos comerciantes inescrupulosos".

No mes seguinte, em São Paulo, foi realizado o Dia da Carestia, um dia de protesto contra o comércio, com redução de compras e paralização de atividades. Segundo o jornal O MOMENTO, o movimento foi vitorioso e as ruas estiveram como se fôsse feriado.<sup>29</sup>

Em Salvador, a mobilização pela criação de uma or

ganização de luta contra a carestia se iniciou através da II Convenção Feminina da Bahia. Esta se realizou em julho de 1951 e teve como temário a Luta Pela Paz, Contra à Carestia (em maiores destaques) e Proteção à Infância.<sup>30</sup> A instalação da Convenção foi anunciada no dia 19 daquele mes e no dia seguinte, O MOMENTO destacou os resultados da mesma: "Decididas ao Combate Pela Paz e Contra a carestia". Sobre o evento esclareceu:

Na sessão da tarde foi discutido o ponto do temário referente a carestia da vida, tendo relatado a sra. Letícia Fiais. O plenário aclamou demoradamente o parecer, ficando resolvido a realização de uma passeata contra a carestia... Quase todas as delegadas usaram a palavra, apoiando o parecer e sugerindo medidas de luta contra a carestia.<sup>31</sup>

A Convenção Feminina da Bahia foi uma preparação para o Congresso Nacional de Mulheres. Ambos, eventos promovidos pelo PCB. A Bahia mandou uma comissão para participar do Congresso, composta por duas representantes da União Feminina de Mandchuria, uma da União Feminina de São Caetano e duas diretoras da Associação Feminina da Bahia (Malvina Castro e Maria Brandão Reis).<sup>32</sup>

Em agosto daquele ano, de volta do Congresso, Maria B. Reis deu entrevista ao jornal O MOMENTO sobre o mesmo. A firmou que "as resoluções armam as mulheres brasileiras para a luta pela Paz e Contra a Carestia" e que a reação fez tudo para impedir a reunião. Mas o Congresso se realizou, inclusive, com participação das delegações da Argentina e Uruguai.<sup>33</sup>

Só naquele mes de agosto, foi formada em Salvador a Liga Popular Contra a Carestia - LPCC -. À frente da mesma estiveram a Associação Geral dos Trabalhadores (AGT) e Associação Feminina da Bahia (ambas vinculadas ao PCB). As mulheres assumiram, assim, ao lado dos trabalhadores a vanguarda do movimen-

to que pretendia mobilizar as massas populares, com especial apelo às donas de casa. Afinal, o temário da luta postulava reivindicações que abrangiam o cotidiano feminino.

A comissão executiva da Liga foi formada por Jerônimo Carneiro, presidente do Sindicato dos Moageiros; Ângelo Oliveira, presidente da União dos Trabalhadores da Circular; João Cardoso, presidente da Associação Geral dos Trabalhadores; Manoel Peixoto, presidente do Sindicato dos Sapateiros; Pedro Azevedo, servidor público; Maria Brandão Reis, diretora da Associação Feminina da Bahia; Antonina Castro, diretora da União Feminina do Uruguai. Como presidente de honra da Liga, parlamentares sem vínculos com o Partido, mas opositores ao governo: Wilson Lins, Ebenezer Cavalcante, Humberto Câmara e Carlos Mascarenhas, se destacando o primeiro.

A dominância na organização da Liga, de acordo com as presenças registradas na sua instalação, coube às uniões de bairro, fábrica e profissionais (dos Portuários, dos trabalhadores da Circular, dos Servidores do SDE, da Navegação Bahiana, dos Estivadores, dos Texteis, do Pilar, Feminina do Alto da Mandchuria, Feminina do Alto dos Coqueiros, Feminina do Largo do Tanque, Feminina da Liberdade) e apenas dois sindicatos se fizeram representar, o dos Moageiros e dos Sapateiros. Excluído estes últimos, todos os demais foram organismos paralelos criados pelo PCB, dentro da sua orientação de não militância dentro dos sindicatos. Dessa forma, a Liga se constituiu em instrumento para mobilização popular do Partido comunista, que procurou apresentar-se como independente do mesmo. Para isto colocou à sua frente figuras liberais, como Wilson Lins.

O programa da Liga Popular Contra a Carestia se baseou no já estabelecido no lançamento da campanha nacional.

O jornal DIÁRIO DE NOTÍCIAS nada falou sobre a

instalação e organização da L.P.C.C. A TARDE noticiou a sua criação, transcreveu o Programa e citou que assinaram o mesmo, os parlamentares Wilson Lins, Ebenezer Cavalcante, Heraldo Guerra, Fernando Jatobá, Cosme de Farias e o presidente da A.G.T.<sup>34</sup>

O Jornal O MOMENTO foi o que dia a dia deu notícias das ações da nova organização no esforço de mobilizar as massas urbanas para o Dia do Protesto, instituído pela Liga. Este se realizaria em 31 de agosto de 1951, a exemplo do já ocorrido em São Paulo.

A campanha de arregimentação feita pela LPCC contou de realização de comícios preparatórios. Em 16 de agosto de 1951 foram realizados um no Porto e outro na Estiva, quando convocaram os trabalhadores para a participação no dia do Protesto e contestou-se o aumento do açúcar "imposto pela S.A Magalhães".

Foram veículos de mobilização e divulgação da Liga estes comícios relâmpagos; pequenas passeatas; distribuição de panfletos que era feita por militantes nos bairros e portas de empresas e o jornal O MOMENTO. Este conclamava a participação de todos, enquanto fazia matérias, editoriais e manchetes em torno do temário Carestia. Nas matérias jornalísticas apareceram depoimentos de donas de casa, sobre as dificuldades de sobrevivência, associando os poucos rendimentos familiares com os gastos nas feiras e a má alimentação.

A reação ao processo de mobilização popular contra a carestia pelo Governo Estadual se deu em dois níveis. Um foi a repressão policial aos movimentos e o outro foi a resposta populista ao problema, através da manifestação dos sindicatos. Ao nível federal, ocorreu o mesmo processo, tendo também sido buscada a solução na criação de novo Órgão de Controle de Preços e Lei de Crime Contra a Economia Popular.

A repressão se deu de imediato sobre a promoção

do Dia do Protesto pela L.P.C.C. Os jornais A TARDE e o DIÁRIO DE NOTÍCIAS publicaram, na véspera da mobilização programada, uma nota da Polícia. Esta proibiu a realização do evento, que chamou de "Passeata da Fome" e denunciou o seu caráter comunista.

Os dois jornais publicaram também uma nota de presidentes de sindicatos. Estes também denunciaram os vínculos comunistas e recomendaram que os trabalhadores não aderissem ao movimento. Diziam que os sindicatos estavam "estudando os problemas da crise de vida, sob os múltiplos aspectos, para soluções conciliadoras".<sup>35</sup> Eles, sim, eram os "reais canais de reivindicação", dentro das "leis vigentes" e de acordo com as "autoridades constituídas". Assinaram o manifesto, os presidentes dos sindicatos: da Indústria de Energia Elétrica; dos trabalhadores de Carris Urbanos da Bahia; dos operários portuários da cidade de Salvador; dos Estivadores; dos operários cinematográficos; estivadores de São Félix, Cachoeira e Santo Amaro; dos condutores de veículos Rodoviários; dos práticos de Cabotagem; oficiais alfaiates; construção civil; do comércio armazenador de Salvador; empregados de seguro e capitalização; dos panificadores e moageiros<sup>36</sup> e também o Círculo Operário.

No mesmo dia, o delegado do Trabalho emitiu uma nota, elogiando e aplaudindo a decisão dos sindicatos baianos no repúdio à manifestação comunista. Outra nota de repúdio à Passeata de Fome foi dada pelos Ferroviários, publicada em A TARDE.<sup>37</sup>

Os relatos na imprensa sobre o Dia do Protesto e as notas de repúdio, revelaram a preocupação, por parte do Governo, com a participação das massas populares.

Segundo O MOMENTO, a Praça da Sé virou uma "praça de guerra", repleta de aparatos bélicos, tendo sido proibidas

fotografias.<sup>38</sup> O DIÁRIO DE NOTÍCIAS afirmou que

o movimento subversivo que fôra preparado pelos comunistas, no intuito de perturbar a ordem pública, através da greve generalizada e da "passeata da fome", graças a enérgicas medidas adotadas pela Secretaria de Segurança Pública, não logrou êxito almejado.<sup>39</sup>

O jornal A TARDE falou do

dia escolhido pelos comunistas para desencadearem, aqui, um movimento subversivo de âmbito local, escamoteado sob o manto de protesto contra a carestia.<sup>40</sup>

e também relatou as ações policiais que conseguiram evitar o evento, mantendo a cidade calma.

O balanço dos acontecimentos feito por estes dois jornais - A TARDE e DIÁRIO DE NOTÍCIAS - procurou minimizar a sua repercussão. Na realidade mostraram o desencadear de incidentes em pontos distintos da cidade, principalmente próximo às fábricas. Prisões e atritos de manifestantes com a polícia, relatados por esses jornais, ocorreram em Brotas, Largo do Tanque, Boa Viagem e Praça da Sé. Entre os presos se destacaram operários e estudantes do Colégio da Bahia.

Os maiores confrontos com a polícia ocorreram na Boa Viagem, onde houve quatro prisões e uma tecelã foi baleada por um policial. O DIÁRIO DE NOTÍCIAS que noticiou a calma reinante na cidade, justificou que a baleada havia sido vítima da agitação comunista.<sup>41</sup>

O MOMENTO deu a sua versão do Dia do Protesto, qualificando-o de um "avanço nas lutas revolucionárias".

Esse protesto que vinha se fazendo já, com extraordinário vigor, nos últimos dias, culminou, ontem com as numerosas e audaciosas manifestações que agitaram o nosso povo, como nenhum outro acontecimento nos últimos anos.<sup>42</sup>

Para o jornal comunista as manifestações em que aderiram o proletariado, as donas de casa, os colegiais e universitários e a massa popular no Dia do Protesto

deram início a uma nova fase, de lutas revolucionárias mais altas e decisivas, em nosso Estado, para conquista de dias melhores, contra a fome, a opressão e a guerra.<sup>43</sup>

O deputado Wilson Lins, presidente de honra da Liga, assumiu a defesa do evento e os protestos contra a repressão policial, na Câmara. Apoiaram o parlamentar, os deputados Ebenezer Cavalcanti, Orlando Spinola e João Carlos Tourinho Dantas. Estes, opositores do governo estadual, aproveitaram para tocar em ponto vulnerável da administração Regis Pacheco, que era o jogo do bicho. Denunciaram, então, que este por ser rendoso não era reprimido. Wilson Lins com apoio e aparte dos demais afirmou:

estamos diante de um governo incapaz de realizar qualquer coisa em benefício do povo. Incapaz de a cabar com o jôgo, incapaz de acabar com a fome, a penas capaz de massacrar o povo, quando este protesta a tremenda carestia que lhe invade os lares.<sup>44</sup>

No final de setembro, a Liga Popular Contra a Carestia lançou um manifesto, congratulando-se com o povo pelo Dia do Protesto. Declarou-se popular e apartidária. Conclamou "todo o povo - aos trabalhadores, ao funcionalismo civil e militar, as donas de casa" a formar diretórios de bairro e comissões nos locais de trabalho; não consentir em nenhuma elevação de preços e protestar contra os monopolistas; exercer vigilância quanto ao peso das mercadorias, especialmente do pão; fazer propaganda da Liga e ter iniciativa de ação.

O manifesto repudiou também a repressão policial

e, citando o aparato bélico na Praça da Sé, lembrou que as despesas de guerra eram uma das causas da carestia. Assim, mais uma vez, associou a luta pela paz com a luta contra a carestia.

O Dia do Protesto foi a única manifestação organizada pela Liga que implicou na ampla arregimentação das massas populares. A L.P.C.C. permaneceu, contudo, realizando alguns protestos e comícios pela cidade, de pequenas proporções. Um desses comícios foi realizado em 24 de setembro de 1951, em frente à S.A. Magalhães. O orador, membro da Liga, protestou contra a falta do açúcar, seu alto preço e defendeu o confisco da empresa.<sup>45</sup> No mes seguinte, no Tabuão, outra manifestação contra a carestia foi promovida pela LPCC. Nesta, foram denunciadas as manobras altistas dos "tubarões" da carne que reduziam as matanças no Retiro para forçar a elevação dos preços, da S.A. Magalhães, da Circular, dos Espanhóis do Pão e dos "tubarões" grossistas que estavam especulando com o feijão. O orador frisou sobre a necessidade do povo lutar contra os "tubarões".<sup>46</sup>

O Governo estadual além da repressão policial pa-  
ra conter o avanço e influência dessa organização junto às mas-  
sas populares, procurou neutralizá-la através de uma ação con-  
junta com os sindicatos, sob a direção da Delegacia Regional do  
Trabalho. Foi organizado, então, um debate dos trabalhadores  
com o governo sobre a carestia da vida. O Delegado do Trabalho  
elogiou a atitude, uma "demonstração democrática do govêrno em  
se unir ao homem trabalhador ascultando-lhe os seus sofrimen-  
tos".<sup>47</sup> Estiveram presentes, além do Delegado do Trabalho, qua-  
renta representantes de sindicatos, o Secretário de Agricultu-  
ra, Indústria e Comércio, um representante do Prefeito, da Se-  
cretaria de Segurança Pública e da Associação Comercial.

Enquanto os sindicalistas trataram do feijão, car-  
ne seca, açúcar, arroz, manteiga, farinha, "afinal de todos os

gêneros de primeira necessidade", acusando a inoperância do órgão de controle, a Comissão Estadual de Preços, contra os "açambarcadores e tubarões", o representante da ACB comunicou em sessão desse órgão que:

intervira, afirmando o espírito de colaboração da Associação Comercial e evitando acusações particularizadas e não documentadas contra certas firmas baianas.<sup>48</sup>

revelando que não só a CEP foi alvo de acusações conforme noticiado por A TARDE. A sessão que "terminou, dentro de um ambiente de harmonia, demonstrando os nossos trabalhadores o seu reconhecimento ao governo por discutir com eles os assuntos que lhes dizem respeito" foi realizada na Delegacia do Trabalho, dando mostras da manipulação exercida junto aos sindicatos pelegos. Como resultado principal, os jornais divulgaram e a ata da CEP registrou, que a classe trabalhadora passaria a assumir o papel de fiscalizadora dos preços sob o título de Agentes da Economia Popular. Caberia aos sindicatos dar a orientação aos trabalhadores para o cumprimento das tabelas.<sup>49</sup>

Uma nota publicada em A TARDE, que dizia ser a pedido dos sindicatos, enumerou as decisões chegadas nos debates destes com as autoridades. Iniciou afirmando que a CEP era o órgão que congregava governo, comércio e proletariado. "Os presidentes dos sindicatos, operários em geral, todos os consumidores" colaborariam com a polícia, denunciando o descumprimento dos preços para que fosse constatado o flagrante de delito. O governo criaria uma delegacia de economia popular e a polícia iniciaria "imediatamente" os processos contra a economia popular. A conclusão da nota foi uma profissão de fé:

Os presidentes dos sindicatos desprezam as intrigas forjicadas pelo comunismo, compreendendo a inutili

dade e negação social dos agitadores que atuam sob as ordens de uma nação estrangeira, e conscientes de sua missão sindical, continuarão a obra de amparo material e espiritual das classes trabalhadoras, respeitando as autoridades constituídas e as leis em vigor.<sup>50</sup>

O confronto das propostas contidas no Manifesto da Liga de 21 de setembro e na Nota dos Sindicatos, sobre o resultado da reunião com representantes do governo e Associação Comercial, mostrou que a organização estruturada pelos comunistas não conseguiu avançar na visão do problema. De igual forma, incorporou o discurso paternalista do Estado e estabeleceu o papel de fiscal às massas populares, contra a especulação do "tu barão". Distinguiram-se na forma de reação, uma apelou ao protesto e a outra à ajuda e ação conjunta com a ordem estabelecida: polícia e Comissão Estadual de Preços.

Naquele ano de 1951, notícias de manifestações ocorridas no interior do Estado foram divulgadas pelo jornal O MOMENTO. Citou Ilhéus, onde populares derrubaram o aumento da carne, em manifestação contra açougues<sup>51</sup> e criou-se a Liga Contra a Carestia; Juazeiro, onde foram feitos protestos contra a carestia, promovido pela seção local da Liga Bahiana Contra a Carestia;<sup>52</sup> uma revolta popular contra o aumento da farinha em São Felix, Muritiba e Afonso Pena;<sup>53</sup> luta e manifesto da Liga Popular Contra a Carestia de Cachoeira naquele município<sup>54</sup> e protesto contra a carestia em Santo Antonio de Jesus.<sup>55</sup> O jornal também noticiou em abril daquele ano, apedrejamento à açougues no Distrito Federal.<sup>56</sup> Estendeu também a luta contra a carestia para o âmbito internacional e noticiou greve geral e choques de ruas na Espanha - região de Biscaia e Madrid- com milhares de trabalhadores manifestando-se contra a carestia da vida.<sup>57</sup>

Passado o primeiro ano do Governo Vargas, a campanha contra a carestia de âmbito nacional desencadeada pelo Partido Comunista foi substituída pela campanha do "PETRÓLEO É NOS<sub>S</sub>O". Permaneceu o Partido, contudo, atento, denunciando a carestia e estimulando os movimentos de contestação da alta dos preços, mas sem procurar lhe dar o conteúdo de movimento popular nacional.

Naquele segundo ano do Governo Vargas, diversas manifestações ocorreram pelo país, tendo como fator mobilizador a luta contra a carestia ou mais especificamente contra a elevações de preços. Muitos deles ocorreram independentes da ação do Partido Comunista e sem incorporar uma oposição política ao governo.

Um desses movimentos foi a greve branca de donas de casa no Rio de Janeiro, contra o aumento da carne pelos açougues, em fevereiro de 1952. A TARDE transmitiu as notícias da luta feminina, considerada vitoriosa. A redução na compra do produto chegou a 40%. Os açougueiros reivindicaram ao sindicato solução para o problema e garantias à polícia, contra os protestos. Finalmente, a carne baixou de Cr\$26,00 para Cr\$19,00. Nesse mesmo mes, a Associação das Donas de Casa reuniu-se com Getúlio Vargas e com a Associação Comercial do Rio de Janeiro. Contando com cerca de dez mil associados, ameaçaram deflagrar uma nova greve contra o comércio de gêneros alimentícios "para lutar contra a exploração, os tubarões que persistem apesar dos esforços do Presidente da República".<sup>58</sup>

O DIÁRIO DA BAHIA noticiou também a intenção das donas de casa de São Paulo e Porto Alegre de aderirem em movimentos similares.<sup>59</sup> Em Recife já se organizara uma "comissão central, por iniciativa das donas de casa, com o fim de obter a redução dos preços dos gêneros alimentícios, estando alarmados

os açougueiros de Recife, em face da disposição dos grevistas"<sup>60</sup> e em Fortaleza também esboçou-se movimento similar, "estando as autoridades do Ceará, preocupadas com os atos de violência."<sup>61</sup>

Ainda em fevereiro daquele ano, outro movimento de protesto contra a elevação de preços, ocorreu em Curitiba. As manifestações de rua duraram dois dias. O DIÁRIO DA BAHIA esclareceu que o movimento originariamente pacífico contra a carestia, degenerara em violência,

grupos vindos da zona suburbana avançavam para o centro, quebrando açougues e outros estabelecimentos pelo caminho e jogando as mercadorias para as ruas. A polícia interveio, quando os grupos atingiram o centro de Curitiba.<sup>62</sup>

Uma outra cidade foi palco de motim urbano contra a carestia, Belo Horizonte. Nesta, os incidentes geraram além dos prejuízos financeiros, calculados em cinco milhões, cerca de quarenta feridos com dez em estado grave e uma criança morta, por pisoteamento.

O fato gerador dos conflitos em Belo Horizonte tinha sido a concessão de aumento de carne e cinema. Houve por dois dias seguidos apedrejamento aos açougues, cinemas, incêndio de bondes e caminhões. A TARDE e o DIÁRIO DA BAHIA noticiaram o ocorrido e esclareceram que uma nota oficial fôra emitida pelo Governo de Minas Gerais, em que o governador Juscelino Kubitschek revogou as Portarias de aumento que originaram os distúrbios e suspendeu qualquer majoração nos preços das utilidades e dos cinemas.<sup>63</sup>

Em agosto de 1952, as tensões sociais se agravaram no Rio Grande do Sul, motivadas pelo aumento no preço da carne de boi. Os jornais acompanharam os acontecimentos. O MO

MENTO falou das lutas vigorosas das massas contra a carestia, iniciada nos Municípios de Rio Grande e Santa Maria. O movimento se alastrou por outras cidades e o jornal noticiou que uma Assembléia com mais de cinquenta organizações de bairro e empresas, em Porto Alegre, decidiu pela greve geral contra a carestia, "os grevistas exigem o paradeiro da carestia de vida e rebaixa geral dos preços dos gêneros de primeira necessidade".<sup>64</sup>

As organizações citadas pelo jornal que encabeçaram o movimento eram típicas das estimuladas e dirigidas pelo Partido Comunista.

Os acontecimentos, que ocorreram também em São Jerônimo e São Gabriel, foram mais sangrentos em Santa Maria e Porto Alegre. Em ambos houve mortes, sendo denunciado o total de oito mortos em consequência dos conflitos com a polícia.

O jornal A TARDE também noticiou os incidentes no Rio Grande do Sul, confirmando a dimensão do movimento e associando-o à ação do PCB. Disse o vespertino baiano, quem em consequência da Greve Geral no Rio Grande do Sul, orientada pelos comunistas, encontravam-se parados os serviços públicos e de transporte, enquanto o comércio e a indústria tinham fechado as portas. "Os paredistas percorrem as ruas, exigindo carne, que desapareceu dos açougues, a baixo preço e demais gêneros alimentícios".<sup>65</sup>

Os acontecimentos tomaram tal dimensão que o DIÁRIO DA BAHIA, em 14/08/52, comunicou que o Estado sulino estava sob o controle militar. Mesmo com o exército vigiando a cidade, o comércio não abriu as portas e os meios de transporte estiveram paralizados.<sup>66</sup>

Mais uma vez, a interpretação do Partido aos acontecimentos se deu na mesma linha: um aumento de carne fora o estopim para as massas inromperem contra os tubarões e manifestações populares se transformaram em greve. Foi focado a mai

or combatividade e o conteúdo político na luta direta contra o governo. Isso foi abordado por José Gorender em a "Greve Geral do Rio Grande", que sintetizou:

Na luta contra a fome e a carestia, o povo já identifica o governo getulista com os tubarões exploradores, já compreende que nas dificuldades cada vez mais agravadas são consequência, fundamentalmente, da política de guerra e de esfomeamento realizada pelo Governo de Vargas.<sup>67</sup>

O caráter não isolado do movimento gaúcho também foi abordado pelos comunistas, que lembraram outros ocorridos pelo país, tais como "os quebras-quebras de Belo Horizonte", manifestações em Uberaba e outros protestos, em ritmo mais acelerado.

Anúncios de solidariedade com o movimento gaúcho ocorreram no Rio de Janeiro e Distrito Federal. Na Bahia, o Partido Comunista tentou mobilizar as massas populares para um movimento similar, apelando para a solidariedade e convocando para a luta contra o aumento dos bondes. Lembrou o espírito de luta baiano, manifestado no Dia do Protesto de 31 de agosto de 1951 e no quebra-bondes de 1930.

Comícios e passeatas contra o aumento dos bondes foram realizadas em Salvador. No dia 18 de agosto de 1952 ocorreu um comício na Praça Municipal, dissolvido pela polícia. Segundo A TARDE, o mesmo se deu no horário de maior movimento e se tratou de agitadores comunistas.

Para o MOMENTO, uma vigorosa manifestação do povo com mais de mil pessoas, enfrentando corajosamente a polícia. Mais uma vez José Gorender foi o porta voz dos acontecimentos. Em editorial escreveu:

A vigorosa manifestação realizada na tarde de ontem, na Praça Municipal contra o aumento dos bondes,

veio mostrar a rapidez com que está ganhando as mas sas a palavra de ordem de não pagar o aumento das passagens, de derrotar o assalto da americana Circu lar. E veio mostrar também, o nível cada vez mais vigoroso que assumirão essas lutas, com a participação direta e ativa das mais amplas camadas populares.<sup>68</sup>

Outras manifestações foram relatadas. Houve um comício e passeata em São Pedro, com a participação dos estudantes de engenharia. No Largo do Tanque, mil tecelões fizeram igual mobilização, saindo da Fábrica Conceição, com cartazes contra o aumento, contra a carestia e pelo aumento dos salários.<sup>69</sup> Em Nazaré um bonde foi depredado por estudantes.

A repressão a esses movimentos se fez de imediato. Em 25 de agosto de 1952, foram presos em Periperi Narciso Bispo de Araujo e Manoelito dos Anjos, segundo A TARDE, dois "a gitadores comunistas" que articulavam um quebra-bondes.<sup>70</sup> Assim como, as repressões diretas aos comícios e passeatas realizadas. Enquanto na Câmara de Vereadores, Heraldo Guerra e Genebaldo Figueiredo se solidarizavam com "a revolta do povo baiano".<sup>71</sup>

A orientação da linha de ação do PCB que privilegiou as massas populares sofreu mudanças nas Resoluções do Partido no ano de 1952. Em agosto daquele ano, O MOMENTO as divulgou e uma nova orientação foi adotada. Passou a privilegiar a ampliação da organização e unidade da Classe Operária. Foi feita uma autocrítica sobre o sectarismo adotado, que determinara o afastamento do Partido de dentro dos sindicatos. Essa orientação se reverteu e a palavra de ordem foi "penetração nos sindicatos". Estes deveriam ser a principal área de atuação do Partido que precisaria lutar pela entrada de operários nos sindicatos e unidade orgânica do movimento sindical.

Permanecia, contudo, a idéia central que a miséria e exploração das grandes massas, onde se incluía a classe operária, era uma fonte para o desenvolvimento das lutas e que o Partido deveria saber encontrar em cada momento as formas de luta que estivessem ao nível da combatividade e da consciência dos trabalhadores e que servissem para fortalecer e consolidar a sua unidade.<sup>72</sup> Dessa forma, a luta contra a carestia permaneceu. As publicações vinculadas ao Partido continuaram denunciando as explorações dos "tubarões", as elevações de preço e criticando a atuação do "Órgão Getulista de Controle de Preços" — a COAP/COFAP. Associou-se, porém, à luta por melhores salários. À linguagem das grandes massas se incluía a especificidade do operário.

Um editorial do MOMENTO em novembro daquele ano, mostrou a permanência da preocupação do Partido com os movimentos contra a carestia, revelado já no seu título "Frente Única Contra a Carestia". O mesmo fôra motivado por uma "grandiosa manifestação popular realizada pelo povo carioca" que "assumiu todas as características de início de um poderoso movimento de frente única popular contra a carestia". Lembrou então que

Nesses últimos tempos, em numerosos pontos do país tem se desencadeado vigorosas lutas contra a fome e a carestia, com amplas características de frentes únicas. O povo bahiano ainda está bem lembrado da jornada contra a carestia, realizada a 31 de agosto do ano passado em nossa capital, quanto todo o aparato bélico da reação não conseguiu impedir que se afirmasse o protesto contra os sucessivos e escorchantes aumentos de preços.<sup>73</sup>

Citou também as demais manifestações ocorridas em outros pontos do país, com destaque para o derramamento de sangue ocorrido no Rio Grande do Sul contra o aumento da carne ver

de. Nas comissões de frente única contra a carestia que se formavam, incluía agora, além das associações populares, femininas e juvenis, os sindicatos.

O ano de 1953 foi vivenciado pelo Partido dentro dessa nova orientação. Este foi o ano de crescimento real dos comunistas dentro dos sindicatos.<sup>74</sup> Diversas greves eclodiram pelo país, com destaque para a greve dos 300 mil em São Paulo. Junto com o crescimento desse movimento e participação comunista nos sindicatos, cresceu também a repressão aos filiados e simpatizantes do PCB.

Sobre essa nova orientação do Partido, Leôncio Rodrigues afirmou:

Na área sindical, as medidas repressivas do Governo Dutra e a radicalização da orientação do Partido, ocasionaram um declínio de influência no meio operário. Porém, depois da tentativa infrutífera de reviver a Central dos Trabalhadores Brasileiros (CTB), por volta de 1952, o Partido voltou a atuar no interior dos sindicatos oficiais, obtendo alguns êxitos. Um deles foi a grande greve dos metalúrgicos, têxteis, videiros, gráficos e marceneiros (a "greve dos 300 mil").<sup>75</sup>

Os anos de 1951 e 1952 foram marcados pelos movimentos de caráter amplo contra a carestia, que tiveram como sujeito as massas populares, estimuladas, na maioria das vezes, pelo Partido Comunista, enquanto os movimentos operários sindicais eram amortecidos pela influência do Ministério do Trabalho.

O ano de 1953 reverteu essa tendência e houve um forte crescimento na organização e luta operária, com influência dos comunistas e suas comissões de fábrica. Revelou-se um momento de forte atuação de sindicalismo pela base, conforme foi abordado por Maranhão e Mendes, em relação à greve de São Paulo.<sup>76</sup>

A greve dos 300 mil, foi reconhecida por Moisés como um dos dois acontecimentos que abalaram a política de conciliação de Vargas.<sup>77</sup> Leôncio Rodrigues apontou esta greve, junto com a de 1957, como "das mais importantes na história do sindicalismo brasileiro".<sup>78</sup> Armando Boito, definiu-a como fato de desencadeador da crise política do período que culminou com a morte de Vargas. Segundo este autor, ela foi capaz de colocar em cheque as contradições internas do populismo; rearticular a aliança da burguesia que:

relegando para um plano secundário os seus conflitos internos, une-se para golpear o movimento popular, contra a política populista<sup>79</sup>

e aumentar a oposição da alta classe média liberal ao Governo Vargas, assim como de parcela da classe média que se posicionou ao lado dos grevistas contra a reação populista do governo ao movimento.

Uma breve análise dessa greve, torna-se importante, nesse momento, pelo seu peso político e pela forma como agregou a questão da carestia.

A greve dos 300 mil durou vinte e nove dias, exigiu o aumento de salários e medidas destinadas a diminuir o custo de vida. O movimento se iniciou com passeata de operários têxteis que cobravam um acordo com empregadores, uma vez que o custo de vida subira acima dos dados oficiais, que se baseavam em informações de preços da COAP (Comissão de Abastecimento e Preços), cuja atuação não funcionava e falhara na luta contra a carestia.<sup>80</sup>

Os trabalhadores reclamavam contra os aumentos do custo de vida, especialmente dos preços do arroz e feijão. Segundo uma informação essas passeatas, que se repetiram durante a parede, foram precedi-

das de grandes manifestações de protesto convocadas pela comissão de Combate à Carestia da Vida, formada por representantes de vários sindicatos e controlada pelos comunistas.<sup>81</sup>

Uma dessas manifestações de rua foi noticiada por

A TARDE:

Novos distúrbios ocorreram ontem, na capital paulista, provocados pelos marceneiros, insuflados pelos comunistas. Apesar dos avisos da polícia, através da imprensa e do rádio, os promotores da Comissão Contra a Carestia da Vida insistiram na passeata até os Campos Elísios, sendo debandados por choques da polícia militar e investigadores da Ordem Política Social.<sup>82</sup>

Como saldo, o jornal falou que um delegado havia sido atacado à punhal com ferimentos leves na mão e haviam sido presos os deputados Roberto Morena (comunista) e Roge Ferreira (PSB). Nessa mesma notícia, o Ministro do Trabalho declarou que também no Rio de Janeiro havia sido fundado um comitê contra a Carestia de Vida e lamentou que figuras liberais concordassem em figurar na Comissão de Honra desse comitê tipicamente comunista.<sup>83</sup>

Reproduziu-se, na verdade, as Ligas Populares Contra a Carestia ocorridas em 1951, cujo lançamento em caráter nacional foi feito pelo mesmo Roberto Morena e incorporaram na presidência de honra parlamentares que nada tinham a ver com os comunistas, mas eram opositores dos governos locais e/ou de Vargas.

O Partido Comunista que teve forte participação nessa greve<sup>84</sup> seguiu, assim, à risca a orientação das Resoluções de 1952. Aliou a luta sindical às questões mais sentidas pela fome e miséria da classe operária, incorporando uma proble

mática que atingia não só esta, mas as classes populares.

Desta forma, atuaram os comunistas nas bases sindicais e na Comissão de Combate à Carestia da Vida. Esta dirigiu as manifestações:

que ficaram conhecidas pelo nome de Passeatas da Panela Vazia, levaram entre final de 1952 e meados de 1953, quando ocorreu a greve dos 300 Mil, cerca de 500 mil pessoas às ruas no Rio e em São Paulo para reclamar dos aumentos do custo de vida.<sup>85</sup>

José Álvaro Moisés, citou entre essas, uma manifestação realizada na Mooca, em 9/03/53, contra o custo de vida, com participação de cerca de vinte mil pessoas.

Ao analisar as manifestações de rua contra a carestia, porém, Moisés afirma que:

não ficou suficientemente claro qual era a intenção dos comunistas... Elas eram, oficialmente, convocadas pela Comissão de Combate à Carestia da Vida e, por isso, é possível admitir que o objetivo fosse desenvolver o espírito de combatividade das massas na defesa de seus interesses econômicos corporativos. O interessante a observar é que, embora essa não fosse uma tática de mobilização muito comum entre os comunistas, ela respondia, em grande parte, a algumas tendências espontâneas verificadas entre as massas de ir a ação direta.<sup>86</sup>

Como foi analisado nesse capítulo, essa foi, na realidade, a tática de mobilização dos comunistas, desde 1951, como foi definida na Resolução do Comitê Central daquele ano. A campanha de mobilização de rua contra a carestia vinha sendo feita constantemente, quando defendiam as organizações de bairro e comitês de fábrica, até aquele instante de 1953, quando já haviam redefinido sua posição de volta e penetração nos sindicatos. Prática assumida e estimulada em caráter nacional, tendo

ocorrido em Salvador também dessa forma.

Naquele ano de 1953, a grande greve de São Paulo, não foi o único movimento ocorrido nesse sentido no Brasil. No Rio de Janeiro os tecelões estiveram em greve por 50 dias, segundo noticiou A TARDE.<sup>87</sup> Na Bahia além daquela categoria, também estiveram em greve, portuários e gráficos. Em Pernambuco, os pedreiros e sapateiros, sendo que em final do ano de 1952 aquele Estado e o da Paraíba já tinham sido palco de uma grande greve dos Texteis.<sup>88</sup> Jover Telles ao relatar as greves ocorridas no período de 1951 a 1955 destacou o elevado custo de vida, em especial da alimentação, que motivaram os movimentos grevistas, reforçado por Astrogildo Pereira, no prefácio do livro:

a carestia, causa imediata das lutas por aumento de salários, é produzida por um complexo de fatores ao mesmo tempo econômicos e políticos, ou melhor, em que os fatores econômicos se entrelaçam e influenciam uns sobre os outros, formando um todo econômico-político indivisível.<sup>89</sup>

Em Salvador, a análise dos acontecimentos naquele ano de 1953 e como a questão da carestia foi tratada pelos comunistas e massas populares ficaram prejudicadas por não ter sido possível localizar qualquer exemplar de O MOMENTO daquele ano. As notícias foram resgatadas apenas nos jornais conservadores, que procuraram mostrar o controle dos movimentos grevistas pela Delegacia do Trabalho, a repressão aos comunistas e em dois editoriais deu indicações de rearticulação de uma luta contra a carestia.

A TARDE sob o título "Carestia e Desordem" publicou um editorial no qual tratou da realização de um Congresso sobre a Carestia no Rio de Janeiro, que acabou em manifestação com apedrejamento à Câmara.<sup>90</sup> Em outubro, outro editorial, disse que:

de pouco tempo para esta data, tem aparecido, em fai  
xas, letreiros e folhêtos, a apresentação à cidade  
de um Comitê de Defêsa da Economia Popular,<sup>91</sup>

mas que não tinha qualquer indicação da origem do mesmo. Comentu  
ou que se, se tratasse de intenção político partidária só se-  
ria mais uma exploração da boa fé popular, se, entretanto, fos-  
se organização de caráter nitidamente popular ela seria útil.  
Nenhuma notícia, porém, foi dada que desse conta de um movimento  
ou manifestações de protestos em Salvador naquele ano de 1953,  
referente à carestia de vida.

A mobilização operária de começo de 1953 não se  
perde porém, apesar da repressão desencadeada contra os comu-  
nistas. Encerradas as greves, começou a luta pelo novo salário  
mínimo. As pressões foram exercidas pelos dois lados. Comícios  
foram realizados pela Comissão Intersindical Pró Aumento do Sa-  
lário Mínimo em diversos Estados, enquanto a Federação da Indús-  
tria e das Associações Comerciais se mobilizaram contra a eleva-  
da proposta do Ministro do Trabalho e protestaram junto a Var-  
gas, saindo-se vitoriosos os trabalhadores. Majorado o salá-  
rio mínimo em 100%, nova luta foi travada. Agora em busca da  
garantia real daquela vitória através do congelamento de preços,  
que não logrou êxito.

Com a morte de Vargas, o Partido Comunista voltou  
a intensificar as denúncias de que tubarões e governo eram for  
tes aliados. Insistiu o Partido na necessidade de derrubar o  
governo que representava os interesses dos latifundiários, gran-  
des capitalistas e imperialistas. A estratégia continuou a mes-  
ma já definida em 1951, com a mudança na ênfase e atuação nos  
sindicatos:

é indispensável lutar pelas reivindicações mais sen  
tidas dos operários e camponeses, lutar contra a

carestia e por medidas concretas que beneficiem o povo e aliviem sua situação de miséria e fome.<sup>92</sup>

Nesse sentido, em 02 de setembro eclodiu uma greve geral contra a carestia, dirigida pela Pacto de Unidade Intersindical, em São Paulo. De acordo com os autores do livro "PCB - 1922 a 1982 - Memória Fotográfica", o movimento mobilizou um milhão de trabalhadores. Essa mesma fonte mostrou uma foto de outra manifestação, onde as mulheres protestaram contra a carestia no Rio de Janeiro, em 30/11/54.<sup>93</sup>

No último mês de 1954, após a vitória dos candidatos ao Governo do Estado, Antonio Balbino e Prefeitura de Salvador, Hélio Machado, que receberam o apoio dos comunistas, e de uma campanha ao lado do Comércio e Indústria, contra a elevação do imposto de Vendas e Consignações, autorizado por Regis Pacheco, os comunistas se sentiram mais à vontade para retomar a mobilização popular através da luta contra a carestia, em Salvador.

A campanha contra a majoração dos impostos retomou o que Moisés já observara na análise da greve dos 300. Via-se como viável a articulação com a classe antagônica às classes populares, contanto que em oposição estivesse o governo. Argumentaram, burguesia e comunistas, que o novo percentual do imposto provocaria a elevação do custo de vida, prejudicando o povo.

Foi a partir daí que houve a retomada da luta contra a carestia em Salvador, sob a direção de alguns sindicatos que buscaram a adesão dos demais ao movimento. Em 17 de dezembro de 1954 foi lançado o Manifesto de Convocação do Movimento dos Trabalhadores Bahianos Contra a Alta do Custo de Vida.

O teor do manifesto foi o seguinte:

Considerando o alto custo dos gêneros de primeira necessidade e os baixos salários pagos atualmente aos

trabalhadores; considerando que, ultimamente, a situação está se agravando cada vez mais com o aumento desenfreado principalmente daqueles gêneros que constituem a base fundamental da alimentação da classe obreira e do povo em geral; considerando que os aumentos concedidos pelo governo às Concessionárias de serviços públicos, bem como a elevação dos impostos, vêm agravar ainda mais o problema; considerando que se faz necessária e urgente uma configuração de forças de todo o povo, mormente da classe operária, contra o abuso de tais aumentos e sobretudo contra o fantasma da fome que ronda acintosa e ameaçadoramente os lares bahianos

#### CONVOCAM

a todos os seus companheiros e ao povo em geral para a grande "CONVENÇÃO BAIANA CONTRA A ALTA DO CUSTO DA VIDA" que será patrocinada pelas organizações sindicais do nosso Estado, para cuja CONVENÇÃO esperam o apoio mais decidido de todo o povo.

DONAS DE CASA, FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS, PROFISSIONAIS LIBERAIS, ESTUDANTES, LOJISTAS, todos enfim precisam compreender a necessidade deste movimento e, ombro a ombro conosco, os trabalhadores, devem se lançar à luta comum. A "CONVENÇÃO BAHIANA CONTRA A ALTA DO CUSTO DA VIDA", como não poderia deixar de ser, é de todo o povo, que o povo a faça vitoriosa".<sup>94</sup>

Assinou o manifesto, a comissão organizadora composta por Luiz Sergio Barbosa (sindicato dos Alfaiates); Hemerito Dourado (Sindicato dos Trabalhadores em Energia); Antonio S. Santos (Sindicato dos Panificadores); Dermeval M. Costa (Sindicato dos Eletricistas); Jerônimo Carneiro (Sindicato dos Moageiros). Este último já participara como presidente do movimento similar em 1951, a Liga Popular Contra a Carestia.

Outros sindicatos também estiveram envolvidos nas atividades preparatórias, engajados em comissões organizadoras,

de finanças e propaganda. Entre estes estavam o dos trabalhadores na Indústria de Construção Civil, dos Sapateiros, dos Empregados no Comércio e Associação Profissional dos Pintores e Federação dos Trabalhadores na Indústria. Participaram também do Movimento um líder dos transviários, dos metalúrgicos, dos bancários e dos marceneiros.

O jornal O MOMENTO noticiou as atividades do movimento, com depoimentos dos sindicatos que iam aderindo. Acompanhou a campanha com notícias de primeira página e manchetes sobre o aumento dos gêneros de primeira necessidade, em especial a carne de boi, que encontrava-se em mais uma das suas crises de desaparecimento e elevação de preços. Criticou a política de preços do Governo Federal e da atuação da COFAP e COAP da Bahia.

Entre os apoios que o jornal comunista divulgou, estavam os estivadores (generalizada a partir do depoimento de quatro empregados da estiva); o sindicato dos transviários, com o depoimento do seu presidente

não é possível que nós fiquemos de braços cruzados frente a ofensiva dos gananciosos que sobem os preços dos gêneros de primeira necessidade sem respeitar o povo nem o órgão controlador de preços como estão fazendo os abatedores com o tabelamento da carne.<sup>95</sup>

Alguns sindicatos ainda se mantinham em dúvida sobre o apoio, como o dos textéis. Apesar de terem se reunido e protestado contra o preço da carne de boi, ainda estavam em proceso de discussão sobre a adesão à convenção. O motivo dessa indecisão era a existência ou não do caráter político partidário que desvirtuaria o movimento.

Tentava mais uma vez, o Partido Comunista, à frente das massas, guiá-las, com o operariado como vanguarda, para a luta que culminaria com o fim do governo e instalação da Fren-

te Democrática de Libertação Nacional. Como modelo, a reativação da Liga Popular Contra a Carestia, o movimento grevista paulista de 1953, o do Rio Grande do Sul e os motins de rua de Belo Horizonte ocorridos em 1952. Continuavam, enfim, acreditando que a luta contra a carestia era a mais capaz de mobilizar as massas urbanas.

O jornal O MOMENTO, mais uma vez, foi o veículo de divulgação do conteúdo ideológico e afirmou sobre essa nova Proposta de Convenção contra a Alta do Custo de Vida

são os trabalhadores as maiores vítimas da asfixiante corrida de preços, sobre seus ombros se bate o peso das dificuldades e da política monstruosa de governo, que visa garantir aos tubarões lucros cada vez maiores, derramados do suor dos que trabalham e produzem.

.....

A experiência particularmente de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, onde a classe operária lançou-se à greve geral pelo congelamento, arrastando consigo grandes massas populares confere aos sindicatos um destacado papel no combate a carestia, por impor ao governo medidas capazes de deter a corrida dos preços. No momento em que os sindicatos baianos se empenham em conduzir a luta pelo congelamento dos preços, contam com o apoio não só dos trabalhadores, mas de todo o povo, para o qual — como dizia um dirigente sindical a O MOMENTO ontem — já não é possível adquirir o pão de cada dia.<sup>96</sup>

A convenção foi sendo adiada e esvaziada e o congelamento não se efetivou. Em 1955, a Bahia mudou de dirigentes políticos. Salvador passou a ter o primeiro prefeito eleito, que o foi sob bases populares que lembravam as promessas de Vargas. Em nome do povo contra os gananciosos, foi a maior bandeira de Hélio Machado que trouxe como voto de confiança popular, a sua atuação na Comissão Estadual de Abastecimento e Pre-

ços contra a elevação da carne. Mas foi exatamente um incidente em torno da carne verde que causou constrangimentos ao Prefeito. Em lugar da oposição aos "gananciosos da carne", o seu secretário Elias Kalile se envolveu em um rumoroso caso, envolvendo o abastecimento desse produto. "A esse episódio A TARDE dedicou um editorial, intitulado, "o rabo do boi", que motivou a demissão do secretário Kalile".<sup>97</sup>

§            §            §

As insatisfações populares, decorrentes de uma situação crônica relacionada com o abastecimento alimentar e agravada pelo capitalismo em transição, geravam uma revolta permanente. Muitas delas nos moldes de Thompson, contra a moralidade das práticas vinculadas à economia do abastecimento. Visão que foi alimentada pelo próprio governo populista, de que as massas deveriam se aliar ao Estado protetor que corrigiria e eliminaria aquelas práticas imorais.

Esporadicamente, a revolta popular se manifestou em forma de motins espasmódicos e em reações organizadas contra determinadas elevações de preço, a exemplo de greves de consumo de carne bovina por donas de casa, mas ainda sem caracterizar um movimento popular com um certo ritmo e finalidade, que se pudesse chamar de "movimento popular contra a carestia".

O Partido Comunista se proclamando vanguarda, procurou transformar aquela situação crônica e de revolta latente em um movimento popular de âmbito nacional. Mas isto não foi conseguido efetivamente e o PCB acabou por constituir seu próprio movimento contra a carestia como frente de massa do movimento popular comunista. Como tal, a Liga Popular Contra a Ca-

restia e outras organizações similares, apesar de se apresentarem como independentes do PCB, abertas e liberais, acabaram por serem identificadas como instrumentos do Partido e reprimidas pela polícia. Em Salvador, comícios e passeatas organizadas pela LPCC contaram com a participação popular, mas isto não conduziu a um movimento social, como desejado pelo PCB.

A radicalização da luta política em 1952 e 1953 terminou passando por cima do movimento contra a carestia que continuou apenas como bandeira, internamente atrelado a questões mais amplas. A campanha anticomunista que se intensificou naquela conjuntura e o desfecho do governo Vargas acabaram por enfraquecer a mobilização das massas populares. O PCB, contudo, permaneceu buscando o fortalecimento e reativação das lutas populares.

## NOTAS

1. Juan Carlos Torres. "Esquema Para a Análise dos Movimentos Sociais na América Latina". P. 68
2. José Álvaro Moisés -"Contradições Urbanas, Estado e Movimentos Sociais". P. 32  
O autor critica as análises que qualificam os movimentos sociais na América Latina como débeis e amorfos. Estas análises tomam como referencial não a especificidade, mas a comparação com movimentos ocorridos nos países capitalistas desenvolvidos.
3. Castels em "Movimentos Sociales Urbanos", discute-os dentro de sociedades em que predomina o capitalismo monopolista de Estado. Coexistindo o problema urbano gerado com os aglomerados humanos que estão a exigir do Estado "el papel de verdadero "ordenador" de la vida cotidiana de las masas, y bojo la cobertura de la "organización del espacio" en realidad de lo que se trata es de la predeterminación del tiempo vivido". P. 48
4. Moisés, op.cit., p. 31
5. Castels, op.cit., p. 114
6. Edward P. Thompson -"La Economía "Moral" de La Multitud en La Inglaterra del Siglo XVIII."
7. Ibidem, p. 71
8. Ibidem. Sobre aqueles o autor afirma: "ciertamente durante la mayor parte del siglo XVIII el intermediario siguió siendo legalmente sospechoso, y sus transacciones, en teoria, fueron severamente acatadas.
9. Ibidem, p. 80
10. Ibidem, p. 82
11. A TARDE. 26/04/51, p. 2
12. O MOMENTO. 13/05/51, p. 1 e 6
13. A TARDE - carta à redação de Virgilio Neto. 03/02/54, p.3
14. A TARDE - carta à redação de Claudionor de Souza Alboim. 24/02/54, p. 3
15. DIÁRIO DA BAHIA. 23/03/52, p. 1
16. Ibidem
17. E. P. Thompson. Op.cit., p. 66
18. Ibidem

19. Resoluções do Comitê Central do PCB. Publicado em O MOMENTO de 22/03/51, p. 2
20. A identificação do poder dominante como sendo feudal-burguês e o antagonismo centrado no latifúndio e imperialismo americano haviam sido traçados no Manifesto de Agosto, elaborado por Luiz Carlos Prestes em 1950.
21. O Manifesto do Comitê Estadual do PCB foi publicado em O MOMENTO de 08/03/51, p. 112
22. O MOMENTO. 06/04/51, p. 1
23. O MOMENTO. 17/04/51, p. 1
24. Ibidem. João dos Passos foi libertado no dia seguinte.
25. O MOMENTO. 18/04/51, p. 3. A interferência da polícia recebeu o protesto do vereador Genebaldo Figueiredo na Câmara de Vereadores contra o espancamento policial na Praça Municipal.
26. Leôncio Martins Rodrigues - "O PCB: Os Dirigentes e a Organização" P. 416. Rodrigues afirma, porém, que quanto aos Comitês Democráticos de Libertação apregoados no Manifesto de Agosto, o PCB quase nada conseguiu.
27. O MOMENTO. 08/05/51, p. 2
28. Ibidem, 15/05/51, p. 3
29. O fato se deu em 20/06/51, noticiado em O MOMENTO de 23/06/51, p. 6
30. O MOMENTO noticiou os trabalhos e discussões desenvolvidas e comentou sobre a participação das delegadas das Uniões Femininas nos Bairros e Fábricas.
31. O MOMENTO. 20/07/51, p. 1 e 6
32. O movimento sofreu repressão, com prisões de participantes no Rio de Janeiro e São Paulo, além da proibição de realização da Convenção de Uberlândia, dissolvida pela polícia (O MOMENTO, 25/07/51, p. 6). Mesmo assim, a reunião nacional aconteceu.
33. O MOMENTO 07/08/51, p. 1 e 6. A entrevistada disse que houve reação contra ela, com o rádio denunciando diversas vezes que havia uma agitadora perigosa da Bahia participando do Congresso.
34. DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 30/08/51, p. 3
35. A TARDE. 23/08/51, p. 8
36. Este era Jerônimo Carneiro, o presidente da Liga. A sua inclusão no manifesto contra o evento foi desmentida pelo mesmo, em O MOMENTO (31/08/51, p. 1 e 6), chamando de "falsidade dos pelegos".
37. A TARDE, 30/08/51, p. 2 e 31/08/51, p. 2

38. O MOMENTO, 01/09/51, p. 1
39. DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 01/09/51, p. 3
40. A TARDE, 31/08/51, p. 8
41. A tecelã foi baleada quando saia da fábrica no horário do almoço. Estava havendo um comício na porta da fábrica e a polícia investiu contra os manifestantes, atirando (O MOMENTO, 02/09/51 - versão da tecelã, p. 1 e 6).
42. O MOMENTO - Avante Para Lutas Mais Altas, p. 1 e 4
43. Ibidem
44. O MOMENTO, 01/09/51, p. 1. Uma Comissão da Câmara foi à Secretaria de Segurança Pública visitar Julio Miranda, preso no dia da manifestação e torturado (O MOMENTO, 07/09/51 p. 1).
45. O MOMENTO, 25/09/51, p. 1
46. O MOMENTO, 05/10/51, p. 1
47. A TARDE, 20/09/51, p. 2
48. Associação Comercial da Bahia - Boletim Mensal, outubro de 1951, p. 5
49. Na realidade, a incumbência dada foi a de denunciar a um agente policial o preço cobrado fora da tabela.
50. A TARDE, 24/09/51, p. 2
51. O MOMENTO, 31/08/51, p. 3
52. O MOMENTO, 11/09/51, p. 2
53. O MOMENTO, 07/10/51, p. 1
54. O MOMENTO, 26/10/51, p. 2
55. O MOMENTO, 07/11/51, p. 2
56. O MOMENTO, 13/04/51, p. 3
57. O MOMENTO, 24/04/51, 25/04/51 e 24/05/51, p. 1
58. A TARDE, 29/02/52, p. 2
59. DIÁRIO DA BAHIA, 10/02/52, p. 3
60. DIÁRIO DA BAHIA, 12/02/52, p. 3
61. Ibidem
62. DIÁRIO DA BAHIA, 22/02/52, p. 1. O movimento também foi de donas de casa e os universitários saíram às ruas em apoio.
63. DIÁRIO DA BAHIA, 05/02/52, p. 6 e A TARDE, 05/02/52, p.2

64. O MOMENTO, 14/08/52, p. 1
65. A TARDE, 22/08/52, p. 1. Além dessas reivindicações, o jornal disse que os ferroviários exigiram a readmissão de quarenta colegas demitidos, em consequência da greve.
66. DIÁRIO DA BAHIA, 14/08/52, p. 1
67. O MOMENTO, 08/08/52 - editorial, p. 3
68. O MOMENTO - O Povo Luta - 20/08/52, p. 3
69. O MOMENTO, 20/08/52, p. 2
70. A TARDE, 25/08/52, p. 2
71. O MOMENTO, 27/08/52, p. 1
72. O MOMENTO, 12/08/52, p. 3 e 4
73. O MOMENTO, 9/11/52, p. 3
74. Ricardo Maranhão e Antonio Mendes Jr. em "O Momento Operário Diante do populismo" esclarecem que duas questões pesaram para essa nova posição. O fim do atestado ideológico e o estímulo de Vargas para que petebistas procurassem apoio em outras tendências.
75. Leôncio Rodrigues. Op.cit., p. 416
76. Maranhão e Mendes. Op. cit.
77. José Álvaro Moisés. "Greve de Massas e Crise Política. (Estudo da Greve dos 300 mil em São Paulo)!"
78. Leôncio Rodrigues em "Sindicalismo e Classe Operária (1930-1964)", p. 540
79. Armando Boito Jr. "O Golpe de 1954: A burguesia Contra o Populismo" p. 37
80. Moisés, op. cit., avalia estas reivindicações mostrando que os líderes do Movimento ligados ao PC dirigiram a oposição ao Estado, através das críticas à COAP, enquanto a classe antagônica do operariado propunham um acordo.
81. Ibidem, p. 141/142. A fonte citada era João Amazonas.
82. A TARDE, 2/04/51, p. 1
83. Ibidem
84. No trabalho de Leôncio Rodrigues, op. cit., há um depoimento de Jacob Gorender, que dizia que "a greve foi dirigida do princípio ao fim pelo PCB, sob a orientação de Carlos Marighella". (p.416)
85. Moisés. "A Greve..." Esta afirmação disse o Autor, teve como fonte João Amazonas. No livro "PCB - 1922-1982 Memória Fotográfica," de José A. Segatto et alii também é ressaltada a participação dos Comu

nistas na greve dos 300 mil e na Comissão de Combate à Carestia da Vida. Esta, em São Paulo, teria levado cem mil trabalhadores à rua na "Manifestação da Panela Vazia". (p. 102).

86. Ibidem, p. 143
87. A TARDE, 26/01/53, p. 1
88. Estas greves foram citadas por Jover Telles em "O Movimento Sindical no Brasil".
89. Prefácio de Astrogildo Pereira ao livro de Telles, op. cit. p. XI
90. A TARDE, 24/09/53, p. 3
91. A TARDE, 21/10/53, p. 3
92. O MOMENTO - Debate do Programa do PCB, 23/11/54, p. 3
93. Segatto et alii Op.cit., p. 105 e 106
94. O MOMENTO, 17/12/54, p. 1 e 6
95. O MOMENTO, 23/01/55, p. 1
96. O MOMENTO, 15/12/54, p. 3
97. Depoimento escrito de Jorge Calmon. Dezembro de 1984

CAPÍTULO III

A POLÍTICA DA CARESTIA

O enfrentamento político pelo Estado das consequências geradas pela nova dinâmica urbana que se impunha no país, incluindo Salvador, se deu através do populismo. A situação social reinante nos centros urbanos era marcada pela profunda insatisfação das massas populares, inclusive quanto ao direito de consumo mais elementar, o dos gêneros alimentícios, nesses primeiros anos da década de 50. E, como observa Weffort, o populismo não foi apenas

um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações<sup>1</sup>,

assim, aquelas reivindicações ecoaram, transformando-se em um dos pontos fundamentais da política populista.

A conjuntura também era marcada por um dos momentos mais vivos de "personalização do poder" e da formação de uma "imagem (meio real e meio mística) de soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade".<sup>2</sup> Mas que não revelava a ausência de interesses classistas, exercendo pressão sobre o aparelho de Estado, e sim uma crise de poder, com os grupos dominantes incapacitados a exercerem a hegemonia política.

Nessas condições, o momento em estudo foi rico na formação e desenvolvimento de práticas populistas de âmbito nacional, sob a liderança de Getúlio Vargas, e regionalizadas, a exemplo de Jânio Quadros e Helio Machado,<sup>3</sup> que estiveram voltadas para uma das maiores reivindicações das massas urbanas: o combate à carestia, em especial dos gêneros alimentícios.

Nesse capítulo se abordará como essa reivindicação foi enfrentada pela política populista, enfocando os agentes sociais que nela estiveram envolvidos; a reação do setor da burguesia que se viu mais prejudicada por essa ação política e o processo de formação de opinião pública, por parte da impren-

sa baiana, para o tema carestia.

### 3.1 - POPULISMO E CARESTIA

Após intensa campanha nacional, Getúlio Vargas, o "Velho Gegê", era eleito pelo voto popular Presidente da República. Na sua campanha, prometeu baratear o custo de vida, pôr fim à especulação e melhorar as condições de vida.

O candidato esteve presente na Bahia, no começo de setembro de 1950, onde fez comícios em Salvador, Feira de Santana, Ilhéus e Vitória da Conquista. O primeiro foi realizado na Praça da Sé, onde, segundo A TARDE, se juntou uma "torrente de pessoas" e até as "árvores e janelas estiveram apinhadas de gente".<sup>4</sup> O resultado da eleição no Estado, revelou a veracidade das exaltações nos comícios locais. No cômputo geral, 50,3% dos votos baianos foram para o futuro Presidente da República.<sup>5</sup>

Para o Governo do Estado, foi eleito Regis Pacheco, que contou com o apoio do vitorioso Presidente da República. A candidatura de Pacheco, veio substituir a do Engenheiro Lauro Farani de Freitas, falecido em plena campanha em desastre aéreo, a menos de um mês das eleições.

O novo Governador da Bahia era um deputado federal do partido majoritário - PSD, médico e criador de gado da região de Vitória da Conquista. Como Lauro de Freitas, ele saiu como candidato de uma coligação inter partidária formada pelo Partido Social Democrata (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido de Representação Popular (PRP), ala autonomista da União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Trabalhista (PST) e dissidentes do Partido Republicano (PR). O objetivo maior dessa coligação e o que a tornou viável, foi o "antiJuracisis-

mo".

Nessa oposição à Juracy Magalhães, a coligação con to com um grande aliado, o jornal A TARDE . Este vespertino mantinha uma ferrenha posição antijuracisista, em função da qual definia a política baiana, naquela conjuntura, de forma ma niqueísta:

De um lado, do nosso, do lado são, está a Bahia civil, a Bahia ciosa da sua autoridade moral, reunida, politicamente, sob a bandeira da Coligação Democrática, que abrange a grande maioria dos homens de caráter, inteligência e civismo...

Do outro lado, estão os oportunistas, a ambição desvairada de quem quer à força reapoderar-se desta terra, que é nossa e não é dele.<sup>6</sup>

O resultado eleitoral para o Governo do Estado da Bahia deu a vitória à coligação, com 321.168 votos para Regis Pacheco e 264.084 para Juracy Magalhães.<sup>7</sup>

A campanha de Regis Pacheco assumiu o caráter de uma frente. Pregava um governo acima das classes e dos interesses particulares, em defesa da Bahia: "queremos uma Bahia, para a Bahia e pela Bahia".<sup>8</sup> No comício de encerramento, A TARDE re forçava esse discurso:

Na verdade, não faltou ninguém à conclama ção pela prova de vitalidade da Bahia. Não houve ausências. Todas as classes, todas as camadas do nosso povo, presentes à soberba demonstração...<sup>9</sup>

A filiação partidária de Regis Pacheco e sua liga ção com a pecuária já indicava, porém, um compromisso do futuro governo com os setores agrários, que se estendiam, no caso da pecuária, até o setor intermediário dos abatedores. Contudo, não deixava de estabelecer compromissos com as massas populares. Nos comícios que realizou nos bairros populares – como Cruz do

Cosme e Roma - para ferroviários, portuários e estivadores, o candidato se comprometeu com as questões sociais urbanas: assistência social, educação, habitação, transportes e custo de vida. Em um desses eventos, Regis Pacheco afirmou:

empenhando-nos, com todas as forças, na redução do custo de vida, teremos evitado as dificuldades de muitos desvios sociais.<sup>10</sup>

A expectativa popular gerada pelas mudanças no cenário político, em especial na gestão do novo Presidente da República, era grande. Sinais de um novo tempo, após o período Dutra que fôra marcado pela marginalização das massas e uma política salarial rígida, com deterioração do poder aquisitivo.

Em Salvador, o jornal A TARDE transmitiu esse clima. Nos dias que antecederam a posse presidencial, noticiou:

O FUTURO GOVERNO COMBATERÁ A ESPECULAÇÃO E FARÁ BAIXAR O CUSTO DE VIDA

O Sr. Getúlio Vargas, abordado por uma legião de repórteres, assegurou que uma das suas preocupações máximas será o barateamento do custo de vida.<sup>11</sup>

Iniciava-se, desde logo, a campanha contra os especuladores, apresentados como responsáveis pela carestia, muito embora o novo presidente já abordasse paralelamente, um outro diagnóstico para a carestia: a baixa produção agrícola.

O vespertino baiano publicou, também, uma reportagem com o título "Que Espera Você De Getúlio" e sintetizou no subtítulo "Todos Querem A Baixa Do Custo De Vida". Foram entrevistados uma balconista da Sloper, um barbeiro, um chofer de praça, um operário da Luiz Tarquínio e um limpador de carro. A primeira queria "Gegê" dez anos no poder. O barbeiro falou do problema da casa própria. O chofer fez o discurso mais radical

que levou o repórter a esclarecer "Manoel é mais baixo em estatura do que Getúlio, e embora falasse de latifundiários e capitalistas, não é, em absoluto, comunista". Manoel queixou-se do elevado custo de vida para a maioria, destacando os preços dos gêneros alimentícios ("pela hora da morte"), enquanto poucos se fartavam "juntando dinheiro". O operário abordou os direitos trabalhistas concedidos por Vargas, mas alertando que faltava muita coisa, "como a melhoria do custo de vida, e nós temos certeza de que agora, com o velhinho a coisa vai melhorar". Por fim, o limpador de carros pedia que além da carne, Vargas lembrasse da farinha, rapadura e batata doce, que eram vendidos pelo "câmbio negro", e a regularização da profissão. Em troca, prometia "limpar de graça todos os automóveis do Catete".<sup>12</sup>

As expectativas criadas e o resultado eleitoral revelaram o que Antonio Faria e Edgard de Barros afirmam sobre a complexidade do político Vargas. Este teve a capacidade de

compreender as necessidades de um Brasil muito diferente da década de 1930, no qual a expansão capitalista e urbana conferiu significativa importância às massas... Getúlio teria um apoio fundamental das massas trabalhadoras. Melhor do que ninguém, soube exercer uma política nacional e populista que canalizou essas massas e soube tirar proveito delas.<sup>13</sup>

Foi nesse sentido que a questão da carestia assumiu grande importância na política populista no segundo governo Vargas. A promessa de combatê-la atingia amplas camadas populares, que viviam a intensificação do problema gerado pelo crescimento demográfico nas áreas urbanas, em descompasso com o desenvolvimento capitalista industrial. A ênfase no combate a carestia deixava, assim, de ser uma simples promessa eleitoral para se constituir em um dos eixos da política social populista. A

literatura existente sobre o segundo governo Vargas, de modo geral, despreza esta questão, tratando-a pelo seu conteúdo econômico e atendo-se ao trabalhismo e/ou nacionalismo, enquanto manifestações da prática populista de Vargas.<sup>14</sup>

Maria Celina D'Araújo, por exemplo, ao fazer a análise do discurso da campanha de Vargas, afirma que não se deteve na análise das "promessas de cunho eminentemente eleitoral" e conclue que a campanha foi fundamentada no trabalhismo e defesa sindical, como meios de atingir a problemática social.<sup>15</sup> Ao abandonar o que chamou de simples promessas eleitorais, ignorou o significado político que teve para as amplas massas populares e para a concretização da prática populista, o tema carestia. Ao se identificar apenas o viés trabalhista na política social de Vargas, se esquece que este também estabeleceu limites ao avanço dessa questão, quando então, buscava como instrumento alternativo para atendimento às reivindicações populares, o combate ao alto custo de vida.

O discurso de posse de Getúlio Vargas foi uma confirmação da importância que o líder populista deu ao combate à carestia, para a consolidação do apoio das massas populares. Definia sua candidatura como oriunda do povo, "dos seus apelos e dos seus clamores" e não de injunções político-partidárias. Sobre o futuro governo privilegiava exatamente a questão da especulação:

A economia popular, fruto do trabalho, será defendida e protegida. É ao próprio povo, em primeiro lugar, que cabe a vigilância do mais sagrado dos direitos, que é o direito da necessidade. Os especuladores dos lucros ilícitos, os exploradores da pobreza, os mercadores da miséria alheia ficam advertidos de que a lei não os cerca de imunidades nem a justiça popular reconhece os seus foros de impunidade.<sup>16</sup>

Abordava também o viés ideológico do Estado acima das classes, com o papel de assegurar os benefícios, bem estar e justiça social a todos. Definia o governo como:

a emanção do povo e, como tal, o servo da sua vontade, o provedor das suas necessidades, a força humanizadora e sensível que preside às relações e ao desenvolvimento da sua vida social no sentido da co operação e da harmonia das classes e dos interesses.<sup>17</sup>

Em fevereiro, o novo Presidente reafirmou o propósito de baratear o custo de vida, em discurso no Maracanã, para mais de cem mil pessoas. O jornal A TARDE dizia que Vargas assegurara frear o custo de vida,

estabelecendo um justo preço para os gêneros de primeira necessidade, detendo, com medidas enérgicas, o avanço inflacionista... Urge adotar providências que assegurem efetivamente ao trabalhador das cidades, a alimentação adequada, o transporte fácil e a habitação barata.<sup>18</sup>

No conteúdo da política de controle à carestia estavam presentes duas questões centrais. Uma era a visão de que ela decorria da deficiência da oferta, sendo necessário o estímulo à produção industrial e agrícola, créditos, loteamento de terras, construção de silos, armazens, frigoríficos, ou seja, o avanço da economia capitalista dentro de um projeto industrialista. A outra, que se completava, e em muitos momentos se sobrepunha à questão da produção e do abastecimento, era de que a carestia resultava do monopólio e câmbio negro.<sup>19</sup> Contra isso, se propunha adotar medidas "serenas e seguras", acabando com a especulação. Era a postura paternalista, montada na condenação moral da usura e da ganância dos "tubarões", os intermediários inescrupulosos, que persistiam como "doença" em uma economia que se pretendia desenvolver.

O primeiro ano do governo Vargas foi marcado pela expectativa das massas de verem concretizadas essas promessas de combate à carestia e pela oposição dos comunistas. Estes trabalhavam no sentido de levar as massas ao protesto contra a carestia, procurando desmascarar os compromissos firmados pelo Presidente com essas camadas populares. A questão foi então polarizada pelo governo e comunistas, tendo como elementos comuns: carestia, especuladores e massas populares.

Para solução do problema, Vargas priorizou (em certos momentos) a linha de imputar aos "tubarões" a responsabilidade sobre as dificuldades de sobrevivência das massas. Desviando, assim, a oposição destas ao Estado, através daquela figura "perniciosa" do comércio. Em abril, ele radicalizou o discurso e, através da Hora do Brasil, denunciou os "tubarões" ávidos de lucro, sabotadores da ação do governo na luta contra a carestia e manipuladores da escassez. As repercussões desse discurso foram intensas. Na Câmara e no Senado, discutiu-se o seu conteúdo. Gustavo Capanema defendia a firmeza de Vargas e a necessidade de punir os inescrupulosos, "bando impiedoso e cruel que nunca sentem as desgraças do povo, bitolados que estão por sua própria avidez ao lucro". Opositores políticos condenaram o discurso, capaz de provocar revolta popular e um atestado de desconfiança no aparelho legal.<sup>20</sup>

Na imprensa baiana, A TARDE prestigiou o Presidente, destacando o seu discurso contra a especulação e o "câmbio negro". Enquanto O MOMENTO — jornal vinculado ao PCB — escrevia um editorial, em que afirmou que o povo brasileiro, esperançoso do cumprimento das promessas do candidato Vargas, já estava se desiludindo. O eleito das massas estava a

"tirar o corpo fora", como se não tivesse qualquer responsabilidade em tudo isso. E chega ao cúmulo de,

como chefe de Governo, fazer um discurso de pseudo-oposição, confessando por fim, ser o governo impotente para impedir o assalto dos tubarões dos lucros extraordinários, e que o povo deve "esperar e suportar mais sacrifícios".<sup>21</sup>

Os "tubarões" também reagiram. Na sessão da Associação Comercial da Bahia de 19 de abril daquele ano, foi lida uma "representação assinada por cêrca de quarenta firmas locais, importadoras e distribuidoras de gêneros alimentícios e de outras utilidades domésticas", requerendo que o Órgão de Representação do Comércio fosse

o veículo do seu protesto contra as insinuações, que pairam no ar, de que haja na Bahia açambarcamento, mediante retenção de estoques.<sup>22</sup>

Pediam os signatários que fôsse dada ao público uma explicação. A diretoria da ACBa. decidiu pela publicação na íntegra do documento. No combate à especulação, Vargas procurou aliar-se às massas populares e em especial, colocou como indispensável o apoio dos trabalhadores. Portanto, enquanto os comunistas buscavam um afastamento das massas populares em relação ao governo nas denúncias contra a carestia, o Presidente solidificava mais ainda essa aliança no combate aos especuladores.

No discurso de 19 de maio de 1951 no Estádio do Vasco da Gama, Vargas deixou essa estratégia bem definida. Pediu o apoio dos trabalhadores, organizados nos sindicatos, ao lado do governo, para este poder acabar com os exploradores.

Preciso de vossa união para lutar contra os sabotadores, para que eu não fique prisioneiro dos interesses dos especuladores e dos gananciosos em prejuízo dos interesses do povo.<sup>23</sup>

Não se deteve, porém, nos trabalhadores, mas convocou todos os setores populares a se organizar em torno do go-

verno "como um grande bloco, forte e coeso". Depois de apelar à união e fortalecimento do apoio popular ao governo, Vargas fez a ressalva de que "o comerciante honesto, o industrial operoso e eqüitativo, o agricultor que fecunda a terra" nada precisavam temer. Dessa forma, o Chefe de Estado procurou eliminar qualquer conotação classista, assim como motivos para a oposição de algum desses segmentos. Feita a ressalva, esclarecia:

o que a lei não protege, nem tolera é o abuso, a especulação desenfreada, a usura, o crime, a iniquidade; a ganância de todas as castas de favoritos e de todos os tipos de traficantes, que corvejam sobre a miséria alheia, mercadejam com a fome de seus semelhantes e dão até a alma ao diabo para acumular riquezas, à custa do suor, da angústia e do sacrifício da maioria da população.<sup>24</sup>

Na Bahia, Regis Pacheco privilegiou seus compromissos com as classes dominantes, no discurso de posse. Neste, falou da necessidade de aumentar a produção e melhorar o transporte para disseminação da riqueza. As soluções para os problemas locais residiam "no incentivo à produção e na decidida cooperação da inteligência baiana". Era mais fácil e propício ao pecuarista e governador, o discurso elitista.

Pacheco, contudo, não ignorou os compromissos assumidos no período eleitoral, a aliança estabelecida com o governo populista e a campanha desencadeada pelo extinto PCB, no sentido de mostrar que Vargas e Pacheco não atenderiam as massas na luta contra a carestia.

Diante disso, o Governador também procurou se comprometer com os sindicatos, na linha do Presidente. No 1º de maio, festejado em perfeito estilo populista, com programação e laborada pela Delegacia Regional do Trabalho, Regis Pacheco recebeu homenagem do operariado em almoço no SAPS. Em agradeci-

mento, afirmou:

Por enquanto, e até que se normalize a nossa situação financeira, está o Governo se preparando para enfrentar os "tubarões" que, uns após outros engendram planos e executam assaltos contra as vossas bolsas depauperadas...<sup>25</sup>

Como exemplo da ação do governo contra "os sangues sugas do povo", Regis Pacheco citou o veto ao aumento do pão. Mas esqueceu de citar o acordo com os abatedores, anterior ao veto do pão, sobre o preço da carne que implicou na sua elevação. O Governador prometeu:

Ir aos extremos para evitar ou punir severamente os abusos daqueles que, estribados em trustes e consórcios açambarcadores, nem sempre integrados por nacionais, julguem encontrar, em seu próprio poderio a impunidade para os seus crimes contra a carestia popular.<sup>26</sup>

A radicalização e oposição do Governo Estadual aos "gananciosos" não ultrapassou os limites desse discurso. Até que as medidas do Governo Federal contra a especulação fossem adotadas, Regis Pacheco se viu diante da necessidade de continuar no papel de exterminador dos "tubarões" locais.

Uma das medidas adotadas foi a reorganização da Comissão Estadual de Preços (CEP), incorporando um representante dos sindicatos em seu Conselho, conforme reivindicação dos mesmos. A nível de operacionalização nada foi alterado e o órgão permaneceu alvo de críticas. A inoperância e a omissão no controle dos preços era de reconhecimento geral. Outra medida foi a realização de uma Mesa Redonda promovida com os sindicatos, Delegado do Trabalho, Prefeitura, Secretaria de Segurança Pública e Associação Comercial para discutir a carestia. Como vimos no capítulo anterior, esta decisão visou neutralizar e esvaziar a ação da Liga Popular Contra a Carestia.

Mas o Governo Estadual, no tocante à carestia, optou por privilegiar a questão da produção: estímulo à colônias, cooperativas de consumo e mecanização da agricultura.<sup>27</sup> Essa opção não significou, contudo, a solução do problema. Analisando o governo Regis Pacheco, Antonio Sérgio Guimarães conclue que ele não conseguiu realizar plenamente seu programa de quatro pontos básicos, entre os quais se encontrava a solução do problema do abastecimento, em especial de Salvador.<sup>28</sup> Há na realidade, um consenso sobre a fraqueza e inoperância do Governo da Bahia, nesse período.<sup>29</sup>

Apesar da postura mais elitista do Governo Estadual, o Varguismo encontrava-se presente nas massas populares da Bahia. O peleguismo, a articulação e dependência dos sindicatos à Delegacia do Trabalho eram sinais evidentes da influência da política populista.

Sobre essa prática, os sintomas se apresentaram em diversos instantes. As comemorações do primeiro de maio não ficaram devendo em nada as realizadas no Distrito Federal e São Paulo, onde a existência do fenômeno populista era marcante e foi melhor estudado. As reuniões quinzenais sistemáticas dos presidentes de sindicatos na Delegacia Regional do Trabalho mantinham a consciência dos vínculos com o Estado. As constantes homenagens à Vargas, inclusive pelas passagens de aniversário, com missas, telegramas e inaugurações de retratos eram outras evidências.

O posicionamento dos sindicatos em favor do governo e contra os comunistas, em agosto de 1951, quando da manifestação promovida pela Liga Popular Contra a Carestia, foi mais uma demonstração da penetração da política populista no sindicalismo baiano.

Enquanto a L.P.C.C., organizava-se em Salvador e

arregimentava as massas populares contra a carestia, os sindica  
tos davam outra demonstração de sua postura peleguista. Em ju-  
lho de 1951, presidentes dos sindicatos, da Federação de Traba-  
lhadores de Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos, da Federa-  
ção de Trabalhadores da Indústria, juntamente com o Delegado do  
Trabalho, Amílcar Carboni, eram recebidos pelo Governador no pa-  
lácio. O objetivo do evento era afirmar o apoio dos trabalhado-  
res às autoridades constituídas e mostrar-lhes

os propósitos dos trabalhadores bahianos na luta con-  
tra as ideologias estranhas que tanta inquietação tem  
trazido aos povos livres.<sup>30</sup>

No final de julho, a delegação de presidentes de  
sindicatos e federações, sob a coordenação do Delegado do Traba-  
lho, embarcou para o Distrito Federal. Em dois de agosto, A  
TARDE noticiou que sessenta e cinco dirigentes sindicais e de  
federações baianas foram recebidos por Getúlio Vargas.<sup>31</sup> Depois,  
almoçaram no SAPS do Rio de Janeiro e reuniram-se com o Minis-  
tro do Trabalho. Toda essa manifestação foi severamente criti-  
cada pelo jornal comunista, O MOMENTO, que denunciou que os "pe-  
legos" aproveitaram o dinheiro dos sindicatos para passear no  
Rio de Janeiro.

A avaliação da missão dos sindicalistas baianos  
no Distrito Federal feita pelo Delegado Regional do Trabalho foi  
entusiasta. Os trabalhadores teriam revelado "excelente conhe-  
cimento da legislação, citando números e datas de decretos". Des-  
tacou os proveitos da viagem realizada:

demonstrar ao Governo o grau de cultura dos traba-  
lhadores bahianos dentro do regime democrático, não  
admitindo a intromissão criminosa do comunismo nas  
suas fileiras.<sup>32</sup>

Essa foi a resposta dos trabalhadores baianos ao

apelo de Getúlio Vargas, para manterem-se coesos dentro dos sindicatos e ao lado do governo.

Em julho de 1952, aconteceu nova demonstração do peleguismo baiano. Os sindicatos e presidentes de federações a provaram, em reunião na Delegacia do Trabalho, moção em que proibiam o uso dos nomes dos "SINDICATOS em qualquer manifestação ou reunião de cunho político-partidário". Concluíam, reafirmando

o irrestrito e incondicional apóio ao governo do Exmo. Sr. Presidente da República, o sempre querido Dr. GETÚLIO DORNELLES VARGAS.<sup>33</sup>

Essas bases de apoio e, mais amplamente, as massas populares, por sua vez, aguardavam do Governo as medidas para resolver um dos seus problemas centrais: a carestia. Como o Presidente pedira, elas se posicionaram ao lado do Governo, restava o combate aos especuladores. Note-se, contudo, que só em certos momentos a ação do Estado voltada para o combate à carestia, teve como fundamento a oposição direta à especulação comercial.

Um desses momentos, foi no primeiro ano dessa gestão de Vargas. De um lado, ele tinha de responder às massas pelos compromissos firmados de acabar com a carestia e melhorar o nível de vida. Questões que assumiam importância fundamental e extrapolavam o caráter de simples promessas eleitorais. De outro, uma das frações adversárias, os comunistas, se empenhavam em mobilizar as massas contra a carestia, sob a bandeira que ela persistia e que as promessas não seriam cumpridas. Acrescentasse, uma outra variável: o projeto varguista de estimular a industrialização. Os salários estavam inteiramente defasados após os anos Dutra de repressão salarial e o Presidente prometera corrigi-los. Não poderia, porém, cumprir a promessa de melho-

rar o padrão de vida unicamente com correção de salários, pois prejudicaria a burguesia industrial. Restava, portanto, penalizar o setor comercial, inclusive porque ele não apoiava o governo Vargas. Por outro lado, não se colocava, então, a tradicional penalização à agricultura, para que se reduzissem os custos da reprodução da força de trabalho urbana. As bases agrárias não sofriam qualquer alteração.

Pouco depois do discurso de 1º de maio de 1951, em que Vargas pediu a união das massas populares em torno do governo, para eliminar os especuladores, o sublíder do governo no Congresso declarou que o Presidente já iniciara as providências nesse sentido. Vargas incumbira o Ministro da Justiça de ampliar as atribuições da Comissão Central de Preços - CCP, "para agir contra os sonegadores e de modo geral contra os responsáveis pelo encarecimento da vida".<sup>34</sup>

As primeiras reações da burguesia comercial já se esboçavam. A Associação Comercial da Bahia foi porta voz de um protesto de firmas importadoras e distribuidoras de gêneros alimentícios, contra a acusação de serem especuladores. Em São Paulo, um "memorial das classes conservadoras" protestou contra um possível congelamento dos preços. A esse respeito o vice presidente da CCP, Benjamin Cabello, criticou os "lucros exorbitantes e indecentes" e afirmou que a grita contra o congelamento e averiguação de lucros era sinal de culpa. Assegurou, porém, que o produtor não seria atingido pelo congelamento, para não perder o estímulo.<sup>35</sup>

Na mesma ocasião, a imprensa noticiou que estava pronto "o projeto de lei, visando uma melhor proteção contra a ganância de certos comerciantes inescrupulosos". Começava, assim, segundo noticiou A TARDE, a "grande ofensiva do presidente em realizar um governo de renovação".<sup>36</sup>

Marcando esse primeiro momento de enfrentamento da carestia - via combate aos especuladores -, Vargas atingiu o seu ponto máximo com a Lei de Intervenção no Domínio Econômico e Lei de crime Contra a Economia Popular. As mensagens foram enviadas no final de maio, mas só aprovadas e sancionadas no final de dezembro de 1951. Com a primeira Lei, criou-se o novo órgão de controle de preços, a Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP). Com a segunda, se instituiu juris populares para julgar crimes contra a economia popular. Ainda naquele mes de dezembro, após sancionar essas leis, Vargas anunciou o novo salário mínimo, que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 1952. Dessa forma, concluía o primeiro ano do seu governo, decretando medidas que atingiam duas questões centrais da política populista.

O jornal A TARDE, noticiou reações que estavam sendo geradas com a intervenção, por ferir princípios do liberalisismo. Mas defendeu as medidas, dada as altas constantes do custo de vida e a prática do câmbio negro, que passara a imperar no pós-guerra. Justificou também que o Governo, inicialmente, tentara medidas mais brandas, mas sem êxito.<sup>37</sup>

O vice presidente da CCP, Benjamin Cabello, foi no meado presidente do novo órgão, a COFAP. Em seu discurso de posse, prometeu que o mesmo seria "a maior organização atacadista e varejista do país". Mas voltou a falar no congelamento que seria estabelecido, se as demais medidas não dessem resultado,<sup>38</sup> desde que pudessem ser também estancados os impostos e salários.

O Ministro da Fazenda também fez ameaças semelhantes às de Cabello e anunciou medidas para deter a alta do custo de vida. Se não funcionassem, se apelaria para o congelamento geral dos preços, lucros e salários, à base de 1950.<sup>39</sup>

A esse respeito, Paulo Brandi afirmou que o Minisis

tro Horácio Lafer tomou medidas para deter a inflação e o governo obteve "do Congresso autorização para congelar preços e punir especuladores de gêneros alimentícios".<sup>40</sup> Esse congelamento, alvo de fortes reações dos setores que seriam atingidos, nunca foi decretado pelo governo. A informação de Brandi, portanto, é parcial e pode conduzir a uma interpretação errônea da ação governamental.

De imediato, a COFAP considerou o assunto complexo, exigindo estudos detalhados, em substituição, instituiu as margens de lucro para comercialização. Em janeiro de 1953, contudo, Vargas devolveu o projeto de congelamento, considerando as críticas feitas pela imprensa e por líderes do comércio e indústria. Afinal, forte campanha foi realizada, em especial pela burguesia comercial contra a política de intervenção, com o apoio da UDN e do seu maior grupo de pressão, as Associações Comerciais. Essa oposição se deu através de pressões parlamentares, memoriais e reuniões com o Presidente da República, artigos publicados na imprensa e a condenação da medida por jornais postulantes de uma linha liberal burguesa, a exemplo do Jornal do Comércio, de Recife.

Passado o primeiro instante de enfrentamento da questão por Vargas, que culminou na sanção das Leis de Intervenção e Proteção à economia popular, o governo abandonou temporariamente o discurso de oposição dos especuladores, assumindo mais fortemente o de defesa da produção. Discursos e Mensagens de Vargas revelavam essa nova postura. Em abril de 1952, o Chefe do Governo lançou a "batalha da produção", para se alcançar melhor padrão de vida do povo brasileiro. Nesta, se incorporava a necessidade de fixação do homem ao campo, melhoria dos transportes e construção de armazéns.

No discurso de 1º de Maio daquele ano, Vargas tro

cou a necessidade de se exterminar os especuladores e gananciosos, pela de desenvolvimento do país para a prosperidade das mas sas populares. Permanecia a idéia de que para isso ser alcançado era fundamental o fortalecimento dos sindicatos. Enfatizava, agora, a importância da melhor organização dos mesmos, mas com a participação de "verdadeiros líderes" que tinham sido "injustamente acusados e perseguidos como extremistas". Criticava, en tão, a burocracia do Ministério do Trabalho, que estava sendo corrigida, e convocava os sindicatos a novas conquistas e maior interferência na máquina governamental. Mudava, substancialmente também, a associação que fazia desse fortalecimento dos sindicatos para a melhoria das condições de vida, que em 1951 foi o combate à especulação. Agora, dizia:

Vossa prosperidade depende também, essencial mente, do desenvolvimento industrial do País, da or ganização agrária e do aumento da nossa produção.<sup>41</sup>

Isso geraria empregos, melhores remunerações e salários, e, por tanto, um melhor padrão de vida.

É importante perceber que Vargas não mais fazia a cusações diretas ao setor comercial, mas deixava claro a sua po lítica de beneficiar a indústria, resguardando os interesses agrários. A oposição da burguesia comercial se fortalecia, embo ra ainda fragmentada por não contar com o apoio dos demais seto res da classe dominante.

No segundo aniversário do Governo, Vargas reafirmou seus compromissos com o povo. Explicou a alta do custo de vida pela crise de crescimento, dificuldades impostas pela guer ra da Coréia com a necessidade de exportar e o encarecimento dos fretes marítimos internacionais e por fim, a sêca. A mensa gem do Governo ao Congresso, em março de 1953, falou de reforma administrativa, expansão da produção, rede de transporte rodovi

ânio, energia elétrica, programas regionais e progresso social e apelava para "colaboração das forças vivas da nação".

O ano de 1952 e a maior parte do de 1953 se caracterizou, como vimos, por uma postura do governo federal voltado para o desenvolvimento econômico, que amainava as acusações ao setor comercial. Uma forma, inclusive, de abrandar a oposição crescente da burguesia comercial. Isso se dava na medida em que o Estado abandonava propostas mais radicais de intervenção no domínio econômico, como o congelamento, esvaziava a ação dos novos órgãos criados — COFAP/COAPS e esquecia as acusações de "amoralidade" do comércio.<sup>42</sup>

O enfraquecimento desses órgãos de intervenção gerava críticas dos comunistas e o descontentamento de bases populares de apoio. Estas faziam memoriais a Vargas contra as administrações das COAPs, como ocorreu na Bahia, logo após sua instalação. Os comunistas continuavam mobilizando as massas em protestos contra a carestia persistente.

Em setembro de 1952, Segadas Viana, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, escreveu à Vargas, alertando para a infiltração comunista na classe trabalhadora. Pedia, então, medidas concretas contra o angustiante e crescente custo de vida e a escassez de gêneros de primeira necessidade. Queixava-se:

o abastecimento dos grandes centros continua insuficiente e apenas se repetem entrevistas à imprensa, ora com promessas irrealizáveis, ora com previsões de falta de gêneros, levando à descrença na Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP) e nos seus órgãos regionais.<sup>43</sup>

Diante de problemas tão graves, alertava que "os elementos da extrema esquerda não perdem tempo" e citava a presença destes nas Forças Armadas e Administração Pública. Pedia

providências contra isto, como já vinha sendo feito no meio militar. Ao final, o Ministro do Trabalho apresentou oito sugestões ao Presidente da República, em que propunha medidas para deter a infiltração comunista, estudos sobre a questão social, maior controle da imprensa escrita e falada ao tratar desta temática e

medidas objetivas e imediatas, para pôr cobro no aumento do custo de vida, cumprindo as recomendações do programa do Presidente da República.<sup>44</sup>

Vargas não seguiu os conselhos do Ministro, que em 1953 foi demitido da Pasta. Mas as pressões para que ele adotasse medidas radicais anticomunistas se avolumaram. O Presidente, contudo, preferiu não assumí-las. Após a divulgação de um relatório do Presidente da Cruzada Brasileira Anticomunista — Almirante Pena Boto — que acusou o governo de omissão à ameaça vermelha e de permitir a infiltração de elementos nas altas esferas governamentais, em janeiro de 1953, o mesmo foi demitido da direção da Divisão de Portos e Canais da Marinha. Essas atitudes não significaram alinhamento de Vargas aos comunistas. Na realidade, ele procurou neutralizar a oposição que estes travavam contra o governo e a sua influência junto às massas populares. Como estratégia, estimulou as alianças nos sindicatos das lideranças petebistas e comunistas, que considerava área sob controle do Estado e tratou de conter o perigo de avanço real dos mesmos, com a promulgação da nova Lei de Segurança Nacional, que não permitia sequer realizar comícios sem a prévia autorização da polícia.

Duas outras conjunturas, porém, além da analisada no primeiro ano do Governo Vargas, levaram-no a retomar o discurso de oposição aos especuladores. Uma dessas, foi no período de março à maio de 1953, um momento de séria apreensão para

o governo populista. Derrotas políticas e perda de apoio popular reveladas pela greve dos 300 mil de São Paulo, forçaram o Presidente a retomar uma política de maior conteúdo populista, voltando a se envolver na questão da carestia.

A vitória de Jânio Quadros para a prefeitura de São Paulo, no começo de 1953, colocou em cheque a política de preços do governo. Ademar de Barros, Lucas Garcez (governador de São Paulo) e a imprensa paulista atribuíram a vitória do candidato, adversário do Presidente, ao descontentamento popular gerado pelo alto custo de vida.

Adversário de Vargas, o populista Jânio Quadros assumiu o discurso paternalista do Estado, para exatamente criticar sua omissão. Incorporou, dessa forma, tal qual o varguismo, as aspirações das massas urbanas, de combate à carestia. José Álvaro Moisés, ao analisar as sociedades Amigos de Bairro, da capital paulista, observou que elas foram fundamentais na eleição de Quadros e destacou que surgiram como instrumentos para reivindicar condições mínimas de vida na cidade<sup>45</sup> e não se pode esquecer que nessa época, a reivindicação ao combate à carestia predominou nos movimentos sociais urbanos.

O prefeito eleito de São Paulo trouxe até a Bahia, a visão e o discurso que o sagraram vitorioso. Em visita oficial ao Estado, pela comemoração do 2 de julho de 1953, ele afirmou que o problema do custo de vida era igual nas diversas regiões do país. Em tom profético, disse que o Brasil só se livraria da "insurreição popular, que acredito inevitável" se aquele problema fosse solucionado. Para tal, a COFAP-COAPs precisariam ser extintas e os governos estaduais e municipais deveriam passar a distribuir gêneros essenciais, diretamente ao povo. Ele pessoalmente, já tomara providências para o combate à carestia, mas não as podia anunciar porque "as guelas dos tuba

rões não teem tamanho".<sup>46</sup>

Um outro dado conjuntural que estabeleceu o retorno de Vargas ao combate dos especuladores e à atuação da COFAP foi a crescente mobilização popular contra a carestia que revelava os sinais de fracasso da política adotada com tal objetivo. Destacou-se a greve dos 300 mil em São Paulo, que teve como movimento desencadeador uma passeata de tecelões contra o alto custo de vida e a ineficiência da COAP. Além disso, antes e durante a mesma ocorreram diversas manifestações contra a carestia — as passeatas da Panela Vazia.

Novas medidas foram tomadas, mas não o congelamento rejeitado por Vargas em janeiro daquele ano, por força das pressões do comércio, principalmente, e da indústria. De objetivo, houve a mudança do Presidente da COFAP. Vargas, após reunião com o Ministro da Fazenda e o Presidente da COFAP, ameaçou cortar financiamentos de Bancos Oficiais às Firms que não cumprissem o tabelamento. Este, porém, era timidamente ampliado. Decidiu-se que o feijão, o arroz e outros gêneros (não especificados), além de serem tabelados seriam requisitados e estocados pela COAP. Mas a efetivação dessas medidas não se concretizou. Na Bahia, contudo, foi no segundo semestre daquele ano de 1953, que a COAP teve a sua atuação dinamizada, viabilizando o surgimento da liderança populista do seu presidente Hélio Machado.

A conjuntura exigia uma resposta às massas populares quanto à carestia, mas também a cautela com a oposição da burguesia comercial. Assim, apesar das medidas anunciadas de combate à especulação nesse ano de 1953, Vargas privilegiou, nesse momento, o caminho do trabalhismo, nomeando João Goulart para o Ministério do Trabalho. Para contornar a crescente oposição da burguesia comercial, da UDN e alta classe média tentou estabelecer nova política de conciliação, através de outras mu-

danças ministeriais.<sup>47</sup>

Apesar dos apelos à conciliação nacional, o Presidente já não conseguia manter-se numa postura que aparentasse estar acima das classes. A desarticulação instalada no interior das classes dominantes no pós 1930, que pesou decisivamente para o fortalecimento do populismo, passava por uma rearticulação de alianças.<sup>48</sup>

Armando Boito Jr. analisou essa conjuntura crítica do governo populista de Vargas.<sup>49</sup> Com a crise de hegemonia instituída, foi possível ao Estado encaminhar o projeto de desenvolvimento desejado pela burguesia industrial e criticado pela burguesia comercial importadora e exportadora, ligada ao capital imperialista. As forças que se oponham no interior do bloco do poder acabaram, porém, por se aliarem, diante do crescimento do movimento operário. Para este autor, foi a greve dos 300 mil o fato conjuntural que modificou a correlação de forças no interior do bloco no poder. Ela acabou por desencadear o fortalecimento da oposição da burguesia comercial e alta classe média liberal apoiados na pressão americana. Afirma, então, Boito:

a política populista entrava em crise. De um lado, fechava-se, em torno do governo, o cerco dirigido pelas forças antiindustrialistas. De outro lado, a luta reivindicatória do proletariado abalava a sua sustentação de massas.<sup>50</sup>

As concessões de fato que o governo Vargas dava às classes populares, ou, como lembra Boito, também as aparentes – ao nível do discurso – não receberam a aprovação de nenhum setor da burguesia. Esta esqueceu suas divergências e se uniu contra o populismo. Foi esse "remanejamento de alianças no interior do bloco no poder que torna a continuidade da polí-

ca populista do governo impossível".<sup>51</sup>

Regis Pacheco enfrentou essa conjuntura em que o varguismo esteve presente nas bases populares locais sem qualquer "jogo de cintura", para tal. Aliado ao Governo Federal no primeiro instante, mas com compromissos reais distintos, acabou rompendo com Vargas, na medida em que aumentava a oposição da burguesia ao governo e este intensificava as concessões às massas urbanas.

O afastamento de Regis Pacheco do Governo Federal não era um fato isolado. Coincidia com a redefinição do PSD quanto ao apoio dado a Vargas. Pacheco se aproveitou do discurso do deputado Alcides Carneiro que, em nome do Partido majoritário, dissera: "De hoje em diante<sup>não</sup> queremos ser notificados, queremos ser consultados. Não queremos ser surpreendidos, queremos ser ouvidos",<sup>52</sup> proclamando uma independência do PSD em relação ao Governo, para justificar o seu afastamento. No Rio de Janeiro, os jornais noticiaram o telegrama que o político baiano enviara ao deputado Carneiro, congratulando-o pelo discurso proferido. Atitude que contou com o apoio dos deputados baianos Oliveira Brito, Nestor Duarte, Vieira de Mello, Luis Viana, Nelson Carneiro e Carlos Valadares. Regis Pacheco, em entrevista concedida a um jornal carioca, justificou que não rompera com o Catete, este sim é que cada vez mais se afastava do Governo da Bahia.

As repercussões políticas desses acontecimentos, precipitaram o rompimento do PTB baiano com a coligação. Este partido, por sua vez, entrou em profunda cisão. A corrente mais conservadora, criticou veementemente as posições do Ministro do Trabalho e acusou o Partido de se aproximar dos comunistas.

O último trimestre do polêmico 1953, foi marcado na Bahia, pela crescente oposição política ao Varguismo. Inclu

sive, acusava-se o Presidente da República de procurar esface-  
lar o PSD e o PTB baiano, através de João Goulart. A cisão in-  
terna do PTB se tornou definitiva e a corrente liderada por  
Joel Presídio, após "Convenção dos Dissidentes" ingressou no  
PDC (Partido Democrata Cristão).

Foi no instante de maior crise do governo Vargas,  
nos últimos meses do seu mandato, que ele retomou a política de  
controle de preços, de forma mais radical. Procurava assim reas-  
sumir uma postura semelhante a do primeiro ano de seu governo.  
Buscava, de maneira desesperada, recuperar o crédito e a lide-  
rança junto aos setores populares que o elegeram em 1950 e aos  
quais dirigiu os primeiros discursos com promessas de combate  
aos "tubarões". Na realidade, Getúlio Vargas retomava as duas  
questões centrais da política populista: a concessão do novo mí-  
nimo e o combate aos especuladores.

Antecipou-se ao Presidente, nesse momento, o seu  
Ministro do Trabalho, sobre quem recaia as mais fortes pressões  
da oposição burguesa. Este, ao pedir demissão da Pasta que ocu-  
pava, explicou, em carta aberta à Vargas, as razões da sua pro-  
posta de aumentar o salário mínimo em 100%. Argumentou que pre-  
tendia apenas recuperar o poder aquisitivo da classe trabalhado-  
ra, baseado em estudos do Serviço de Estatística da Previdência  
do Trabalho (SEPT). Denunciou os altos lucros de poucos e a  
"psicose do enriquecimento rápido" da maioria dos detentores do  
poder econômico, portanto, os trabalhadores eram vítimas disso  
e não causadores da elevação do custo de vida por exigirem salá-  
rios mais elevados. Aliou à reivindicação do aumento do salá-  
rio o congelamento de preços, sugerindo que a fiscalização des-  
sa medida, se posta em prática, ficasse à cargo dos sindicatos.<sup>53</sup>

Goulart argumentou essa sua proposta, na seguinte  
denúncia:

Posso mesmo afirmar Sr. Presidente, com toda a segurança, que os exploradores da miséria popular, ao mesmo tempo que combatem o salário mínimo ora proposto, já estão promovendo remarcações dos preços das utilidades e dos gêneros que açambarcam, muito antes, portanto, da homologação da medida. É certo, também, que tais remarcações, além de cobrir a majoração salarial, ainda mais avolumam os seus lucros exagerados e anti-sociais.<sup>54</sup>

A discussão em torno do congelamento era retomada nesse ano de 1954. Os sindicatos promoveram campanhas pelo país em prol do aumento em 100% do salário mínimo e do congelamento de preços. Vargas em derradeiro esforço para manter as bases de apoio popular, que legitimavam o seu poder, assumiu essas reivindicações. Submeteu-se apenas à pressão das frações dominantes e conservadoras quanto à demissão de Goulart.

Em abril de 1954, na inauguração da exposição nacional de animais e produtos derivados, Vargas fez um discurso que pouco tinha a ver com o evento. Apesar de também comentar questões vinculadas à agricultura e pecuária, o tema central, conforme manchete de A TARDE, foi o salário mínimo e o congelamento. O Presidente retomou as acusações à ganância:

Ao mesmo tempo, para coibir os abusos da ganância, que busca sempre falsos pretextos para a exploração, cuida o governo de promover efetivamente o congelamento dos preços, a fim de que não se percam na voragem da especulação os benefícios que indes obter.

Bem conheço a conjuração dos interesses e não terei ouvidos para a grita dos especuladores. Não tenho deveres para com eles e só tenho compromissos com o Povo que me elegeu...<sup>55</sup>

O aumento do salário mínimo de fato se efetivou no índice reivindicado pelos trabalhadores — em margem superior ao desejado pela burguesia —, mas não o congelamento de preços.

A concessão do primeiro já gerara a oposição ferrenha das classes dominantes e da área militar. A pressão contra o congelamento permanecia mais forte do que a ocorrida em proposta anterior, que foi abortada em janeiro de 1953. O desgaste político do governo Vargas já chegara ao ápice e não haviam condições objetivas para impor uma medida que iria de encontro a poderosos interesses econômicos. Restou ao Presidente da República abandonar o cenário político e a vida, fortalecido nas bases populares, abaladas com a perda do líder populista. A proposta de congelamento permaneceu como palavra de ordem de sindicatos que contavam com maior participação comunista e convocavam os demais a se unirem nessa luta comum.

Em síntese, o combate à carestia nessa conjuntura em estudo tornou-se ponto fundamental para o apoio popular ao projeto político populista. A leitura do seu significado extrapola as simples considerações ao nível econômico, para assumir significado político e social. O sistema de alianças que se compunha o poder federal impediu, contudo, uma ação governamental efetiva contra a carestia e o governo se viu derrotado na sua proposta de sanar os problemas gerados pela mesma.

A não solução, mesmo paliativa, da carestia de gêneros, ao lado da questão trabalhista, tornaram-se variáveis determinantes da crise que levou ao tiro no coração. Com a derrota na realização da proposta popular pelo governo getulista, este viu esfacelar a sua base de sustentação política e o crescimento de movimentos de oposição que fugiram ao controle do Estado. O que foi capaz de aglutinar forças de oposição (burguesia comercial, classe média e militares) e levar à perda do apoio da burguesia industrial que se aliou ao setor de ponta do anti-varguismo, o comercial.

### 3.2 - A REAÇÃO DO COMÉRCIO

O Governo prometeu baixar o custo de vida e a resposta a estas promessas levianas aí está: cada dia que passa assinala a alta deste ou daquele produto e para explicar à opinião isto que constitui seu fracasso, o próprio Governo, através de seus porta vozes, atira a responsabilidade aos ombros do comércio, cujos integrantes, são trazidos à barra do julgamento coletivo como "tubarões", exploradores da economia popular, castigados como reus de crimes comuns, transformados em alvo de todas as fúrias coletivas.<sup>56</sup>

Na compreensão política do Varguismo, o inimigo do povo era a burguesia comercial, articulada com o capital estrangeiro. Assumiu importância nessa visão dominante, a questão da carestia dos gêneros alimentícios.

Essa postura política do governo Vargas contra o comércio provocou a reação da burguesia comercial, manifestada através dos seus órgãos de representação, associações comerciais e sua Federação. A atitude inicial de defesa, se transformou numa crescente oposição, até chegar aos limites do golpe.

Como essa fração de classe se defendeu, que pontos de interesse articulou, utilizando a temática carestia e com que argumentos estabeleceu a sua crescente oposição ao governo Vargas, é o que demonstraremos em seguida.

Inicialmente, é importante fazer uma análise da burguesia baiana. À nível nacional, a historiografia trata da crise de hegemonia das classes dominantes no pós 30, o que também se verificou na Bahia. Alguns estudiosos destacaram a postura antiindustrialista da burguesia comercial no período Vargas.<sup>57</sup>

No caso baiano, a burguesia industrial era incipiente, sem formação definida, enquanto classe. Como observou Guimarães, a fração de classe que despontou no pós 30 na Bahia com caracteres de dominação foi a burguesia mercantil-financeira, a qual era

representada por alguns poucos e grandes grupos exportadores, bancários, e industriais, como o Banco Econômico da Bahia, o Banco da Bahia, o grupo Barreto de Araujo, os Wildenberg etc. <sup>58</sup>

Dessa forma, não se pode dizer que naquele momento a burguesia comercial ou mercantil baiana foi antiindustrial, pois ela defendeu um desenvolvimento econômico do Estado também voltado para a indústria. Ela teve uma especificidade, na medida em que reivindicou para a Bahia a melhoria das concessões estabelecidas pelo Governo Federal, principalmente quanto ao comércio exterior - as licenças de importação, por exemplo. Mas ela assumiu juntamente com a burguesia comercial nacional a defesa do liberalismo econômico e a oposição às políticas intervencionistas do Estado. <sup>59</sup>

A Associação Comercial da Bahia reunia representantes de grupos econômicos, que não se limitavam estritamente à atividade comercial. <sup>60</sup> Miguel Calmon, por exemplo, presença das mais fortes nesse organismo, era da direção do Banco Econômico da Bahia e foi o presidente da ACB no ano de 1951. Do mesmo modo, Fernando Góes foi vice presidente da Associação e era do grupo Banco da Bahia, citando apenas dois nomes expressivos da burguesia baiana.

Regis Pacheco e Getúlio Vargas ao assumirem o cargo diretivo do Estado da Bahia e do Brasil respectivamente, foram elogiados pela Diretoria da Associação Comercial da Bahia. Como presidente do organismo, Miguel Calmon saudou o Governam-

dor do Estado e o Presidente da República, em sessão na ACB, manifestando a sua confiança, em especial à Regis Pacheco, de manter uma "política fecunda de estímulo à produção e ao trabalho, que norteou a administração do Sr. Otávio Mangabeira".<sup>61</sup>

O relatório da diretoria da ACB, que era substituída naquele ano, repetiu essa postura da Associação para com os novos dirigentes do país, com destaque para Vargas, Regis Pacheco, Simões Filho – Ministro da Educação – e Jaime Baleeiro – Secretário de Finanças do Estado. Voltou a reafirmar o espírito de colaboração com o poder constituído, que fôra uma prática no Governo Dutra e Mangabeira.

Se no nível estadual, os compromissos assumidos pelo governador com a burguesia comercial e financeira baiana não se alteravam, no nível nacional, a conjuntura foi bastante distinta. A prática intervencionista em lugar do liberalismo burgues, a penalização ao comércio pela crise vivida pelas camadas populares e uma política populista de concessões às massas esmoreceram o apoio anunciado pela ACB ao Governo Vargas, transformando-se em reação e oposição.

A principal oposição foi travada contra o dirigismo estatal, que incorporou as críticas à Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (CEXIM) e a Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP).

Sobre o combate à CEXIM, Armando Boito comenta que o órgão canalizava divisas para importação de máquinas e equipamentos, através de uma taxa cambial mantida ao valor de 1943. Isto gerava a oposição da burguesia comercial que se via prejudicada nessa política, tendo na Federação das Associações Comerciais do Brasil o seu veículo de contestação. Boito chega a dizer que: "não é exagero afirmar que essa Federação fazia da luta contra a política de comércio exterior do Governo Var-

gas a sua própria razão de ser".<sup>62</sup>

Nessa conjuntura em que a questão da carestia assumiu dominância no discurso e nas práticas políticas, a burguesia comercial, reivindicou a mudança no controle sobre o comércio de exportação e importação, alegando que ela prejudicava e aumentava a carestia.

Os grupos econômicos baianos vinculados à exportação também se opuseram à política de controle exercida pela CEXIM. Mas criticavam-na, reivindicando um melhor tratamento para a Bahia. O presidente da Associação Comercial, Walke Araújo, em setembro de 1951, discursou para o Ministro da Fazenda, Horácio Lafer, em visita à Bahia, destacando nas suas reivindicações a importação direta pela Bahia. Reclamou da injustiça praticada com este Estado eminentemente agrícola, exportador de cerca de 14 itens e que tinha direito a importar menos de 50% do valor de suas exportações. Enquanto isso,

outros Estados que não fornecem, de divisas, ao País, nem a décima parte do que produz a Bahia, são aqui-nhoados numa proporção verdadeiramente generosa e aberrante, nas suas importações, o comércio bahiano, que faz escoar tão largas somas para o exterior, passa a categoria de importador de 3.<sup>a</sup> ou 4.<sup>a</sup> ordem, por não obter licenças compatíveis com o seu movimento e a sua expansão.<sup>63</sup>

Mais do que um discurso que exigia o fim da CEXIM por beneficiar a indústria, foi um protesto da burguesia baiana ante os benefícios concedidos à burguesia do sul do país, onde, então, se beneficiava a fração industrial. Com base nessas denúncias e queixas, a burguesia baiana reclamou que:

artigos essenciais à população, à nossa indústria e à nossa lavoura, para sua manutenção e para o seu progresso, têm de ser comprados pela Bahia às praças de Estados cô-irmãos, mais felizes na distribuição das

atenções oficiais. Transferimos assim a terceiros de outras unidades da Federação u'a margem de lucros que deveria ser nossa, por direito e por justiça,<sup>64</sup>

e pediu providências urgentes para evitar a carestia de vida na Bahia, motivada por essa anomalia imposta pelo CEXIM.

Os grandes negociantes, ligados ao comércio exterior, se utilizavam do crescente enfoque dado a elevação de gêneros alimentícios, para manter ativa suas reivindicações de importação direta. Nessa linha, se destacou um produto: o bacalhau.<sup>65</sup> Para tal, alegavam o hábito alimentar dos nordestinos, chamando a atenção para a situação em que viviam ("faltando-lhes como lhes faltam, não sòmente o bacalháu, mas o xarque, o feijão, o arroz, a farinha"), assim como, para a correlação de preços que havia entre o xarque e o bacalhau:

ambos são alimentos essenciais do pobre que assim é quem mais sofre quando qualquer deles falta no mercado, determinando especulações e altas que nem mesmo as Comissões de Preços e outros órgãos de repressao são a tais abusos, podem controlar ou evitar.<sup>66</sup>

Contra proibições ou limitações pela CEXIM, de importação por firmas baianas, houve o protesto da ACB, que considerava o procedimento "injustificável", por ser a Bahia o terceiro fornecedor de divisas do país. Em janeiro de 1953, a Associação Comercial da Bahia telegrafou a Vargas, pedindo a intervenção junto à CEXIM, para que fosse estabelecido "critério equânime na distribuição de licenças de importação".<sup>67</sup> Nesse protesto se juntaram outras Associações Comerciais, como a de Pernambuco. Esta também protestava sobre o tratamento da CEXIM para com o nordeste:

teima em nos colocar à margem do comércio importador, porque as poucas quotas de divisas não chegam

até nós, distribuindo-se pelo sul, em detrimento dos que, no Nordeste, tanto trabalham e se esforçam pelo progresso da economia nacional.<sup>68</sup>

Apesar da burguesia comercial baiana, no combate à CEXIM, opor-se não apenas à intervenção estatal, mas também aos privilégios concedidos à burguesia sulina, ela assumiu uma posição de classe comum à burguesia comercial nacional nas demais questões.

Outra batalha que se travou entre o setor comercial e o governo populista foi quanto ao controle de preços, via intervenção no domínio econômico. Foram criados novos órgãos de controle (COFAP/COAPs) e júri popular para julgar crimes contra a economia popular, em dezembro de 1951.

Quanto à criação e atuação da COFAP, a ACB não se posicionou, de imediato, contrariamente. Por essa ocasião, não estava antagonizada a posição dessa Associação com o Governo Vargas, embora houvessem discordâncias. Um sinal dessa coexistência foi a instalação da COAP na Bahia. Esta, além de ter demorado oito meses para se efetivar, esteve, no seu início, em mãos da própria ACB. O presidente nomeado do órgão de controle na Bahia, Oscar Emerson do R. Falcão, tinha sido, por vários anos, representante da Associação Comercial no Rio de Janeiro e influíra para que esta entidade de classe "fosse órgão técnico e consultor do Poder Público", conforme elogios feitos ao mesmo, na sessão de 20 de maio de 1953 da ACB, quando da sua morte.

Além da presidência, a ACB esteve representada na COAP, através da diretoria de sua Divisão Econômica. Para esse cargo chave, foi nomeado o Primeiro Secretário da ACB, uma de suas figuras mais atuantes e divulgador das idéias da burguesia comercial baiana.

Essa teia de compromissos efetivadas na Bahia por

força da pressão do setor comercial, não se manteve durante todo o período de funcionamento do órgão. Houve um corte nessa articulação na gestão de Hélio Machado, em 1953. A oposição deste dirigente da COAP aos abatedores, foi de encontro aos interesses do setor comercial baiano, atingindo fortes grupos econômicos locais. A intervenção da ACB não foi suficiente para resolver o problema diretamente com a COAP, necessitando da interferência do governo estadual, quando então, a pressão do setor, se fez vitoriosa. Nesse incidente, Hélio Machado saiu amparado pelo prestígio popular, que lhe garantiu o título de primeiro prefeito eleito de Salvador, em 1954, mas ganhou a antipatia de setores comerciais fortes, inclusive, da ACB. Esta indignou-se, entre outros fatos, pela afirmação de Hélio Machado, em reunião com Mario Piva, representando a ACB, que não iria reunir-se novamente com essa Associação para encontrar com "bancueiros dos abatedores". Afirmação que levou a Associação Comercial a hipotecar solidariedade aos seus membros Miguel Calmon e Fernando Góes.

Mesmo antes dessa crise entre o setor comercial e a COAP, a ACB já apoiara o projeto de Armando Falcão, para extinção do órgão. Este tornava-se um instrumento perigoso, que na medida em que a burguesia comercial se antagonizava com o poder político constituído, poderia tornar-se um meio real de oposição aos seus interesses. A crítica à COFAP e de modo geral à política de controle de preços foi assumida pelas demais Associações Comerciais, pela Federação dessas Associações e pela Confederação Nacional do Comércio.

O presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, que também presidia a Federação das unidades regionais, em artigo sobre a situação econômica-financeira do Brasil, considerou o controle de preços inócuo e prejudicial a economia.

Fez críticas à COFAP, questionando a inexistência de medidas para fomentar a produção e incentivar a melhoria dos transportes. Uma das suas reivindicações foi que esse órgão passasse a incentivar o aumento da oferta de gêneros alimentícios e controlasse as elevações de impostos, fretes e salários.<sup>69</sup> Voltava-se à velha reivindicação de transformar órgãos de controle de preços em de fomento a produção.

A Federação das Associações Comerciais do Brasil, procurou de imediato posicionar-se diante das medidas de intervenção no domínio econômico. O resultado da reunião, realizada com a participação de todas as unidades estaduais, foi divulgado em nota pela imprensa. Apesar de na sua introdução, afirmar o apoio integral à política de desenvolvimento econômico do país promovida pelo governo, mantendo a tradição de cooperação, a nota teve um caráter contestatório. Teceu considerações às leis e medidas adotadas pelo governo, alertando que gerariam mais dificuldades ao povo. Entre essas, citou: a intervenção no domínio econômico; a legislação sobre os crimes contra a economia popular e a punição por tribunais populares; reforma na legislação trabalhista e mudanças tributárias; majoração do salário mínimo e do custo dos transportes marítimos, ferroviários e rodoviários (alguns destes anunciados, ainda a se efetivar). Enfim, a Federação utilizava-se das medidas adotadas pelo Governo, que iam contra os seus interesses, de forma a restituir ao Estado a responsabilidade pela carestia que era imputada ao comércio. Afirmou, inclusive, que manteria a opinião pública informada para estabelecimento "da verdade e fixação das responsabilidades".<sup>70</sup>

O setor comercial esteve também sempre pronto a mobilizar-se contra o projeto de congelamento de preços, que Vargas mais de uma vez ameaçou decretar. Uma dessas ocasiões foi no final de 1952, quando Vargas, em discurso de final de a-

no, anunciou o congelamento de preços. Isso já era uma questão que vinha de 1951, mas que a burguesia comercial mantinha sob controle.<sup>71</sup>

A reação do setor comercial foi imediata. Ao nível parlamentar, a UDN fazia a campanha pelo fim da COFAP. As Associações Comerciais se articulavam, reuniam-se e discutiam com Vargas contra o projeto. Na imprensa, artigos eram publicados por representantes do comércio. Um desses artigos, procurou invalidar economicamente essa medida, "uma parada brusca na lei de oferta e demanda". Argumentava que, diante das elevações de salários que se processavam através de reivindicações pacíficas, violentas ou demagógicas, a economia privada majorava os preços e o poder público os impostos. Aliando a isto problemas climáticos, as elevações se acentuavam. Concluía que:

o controle de preços na história só traz fracasso e maiores perturbações à economia nacional e o congelamento seria um desastre.<sup>72</sup>

A pressão da burguesia comercial, acabou por ser vitoriosa. Em janeiro daquele ano Vargas devolveu o projeto ao Congresso, abandonando temporariamente o congelamento de preços.

Na Bahia, a reação voltou a ocorrer. A Federação do Comércio enviou telegrama à Nestor Duarte e outros deputados baianos para que se posicionassem contra o projeto de congelamento de preços que transitava em caráter de urgência no Congresso.

O representante da Associação Comercial da Bahia no Rio de Janeiro, Antonio Osmar Gomes, voltou a escrever para A TARDE novo artigo sobre o congelamento. A radicalização do discurso revelava que a oposição à política populista já chegara ao seu ápice. Incorporava abertamente às críticas ao con-

trole de preços pelo Estado, a da corrupção pelo governo. A política de controle de preços foi colocada como um desastre para o país.

Sobre a CEXIM, já não reivindicava melhorias para a Bahia, mas chamava-o de local onde os "chacais", em negociatas e concessão de privilégios, se enriqueceram à custa do povo brasileiro. A COFAP era causa de "perturbações e interferências indêbitas nos mercados de consumo". O congelamento proposto era uma demagogia, que não acreditava fosse

feito com honestidade, pois é impossível no país com inflação monetária, onde enquanto a população aumenta a produção diminui, onde ninguém é responsável por coisa alguma, onde, finalmente, a desonestidade, a imoralidade, a corrupção vêm de cima de alto para baixo, ameaçando afogar a nação inteira em lama, em podridão.<sup>73</sup>

Ameaçadoramente, Osmar Gomes concluía que chegaria o dia em que o povo, já não acreditaria nas palavras dos que culpavam "forças ocultas" pelo fracasso das políticas de controle e

verá de olhos abertos, que essas proclamadas boas intenções do govêrno são da mesma espécie daquelas com que a sabedoria popular diz que está calçado o inferno.<sup>74</sup>

Além da oposição estabelecida pelo setor comercial à intervenção do Estado no domínio econômico, nesse segundo Governo Vargas, este setor travou uma luta para desmistificar as acusações que lhes eram feitas e procurou enaltecer a atividade comercial.

Em um artigo publicado no boletim mensal da ACB, Mario Piva abordou essa temática:

Na atual conjuntura, pesa sôbre os comerci-

antes uma gravíssima acusação contra a qual nos insurgimos, em defesa dos mais elementares princípios que governam as atividades econômicas.

No consenso geral dos consumidores, os comerciantes ganharam a fama pouco recomendável de maiores responsáveis pelo desequilíbrio imperante, pelo desnível existente entre o poder aquisitivo e o preço dos produtos, atribuindo-se-lhes a voragem do enriquecimento fácil e inescrupuloso pela via detestável do sacrifício da massa consumidora. Pretendem, ainda, os acusadores impingir às mentalidades inexperientes que a presente situação decorre na sua maior parte, da improbidade dêsses intermediários...<sup>75</sup>

No artigo, o autor mostrou a diferença entre comerciantes e especuladores. Estes não teriam tradição na intermediação entre produção e consumo e eram simples perturbadores. O comerciante era um "elemento progressista, revolucionador da ação inexpressiva do precedente", era um "fator de progresso, contra o qual não se deveriam assacar as referências injuriosas de entravadores da marcha do desenvolvimento econômico". Se essa "classe laboriosa" fosse suprimida, então se perceberia a sua importância.

Ranulpho Assis Baptista também escreveu, criticando o protecionismo exagerado do Governo Federal à produção, as emissões que provocavam o encarecimento dos gêneros alimentícios e as acusações ao comércio:

Ao lado desta articulação protecionista, criou-se ainda uma mentalidade demagógica, por si só contrária aos tradicionais princípios da economia: — a de que se deva extinguir o comércio, porque sendo êle intermediário entre o produtor e o consumidor, haverá nisto causa para o encarecimento das utilidades. Esta presunção vem progredindo numa campanha por demais ingrata e cujos resultados estão custando séria intranquilidade às balanças domésticas

cas. <sup>76</sup>

Enalteceu o papel do comerciante, que "sempre foi o motivo, ou causa maior, do desenvolvimento da produção". Considerou ingenuidade se pensar na eliminação do mesmo, de modo a que os consumidores se suprissem diretamente nas fontes produtoras. O futuro chefe da Divisão Econômica da COAP, na Bahia, aproveitou também para criticar os tabelamentos, defendendo a fixação de uma fórmula que estabelecesse o lucro com base nas despesas de capital, trabalho, impostos e custos das mercadorias. Importante notar que, nesse período, a pressão da burguesia comercial ainda se exercia sobre a política de conciliação de Vargas. Um sinal evidente foi o abandono pela COFAP da sua proposta de congelamento no começo de 1952, pela da aplicação da fórmula CLD (custo, lucro e despesa), que era uma reivindicação do setor comercial.

A Confederação Nacional do Comércio também procurou combater as críticas ao setor, através de artigos publicados na imprensa. Nestes, defendeu que o comércio não era mero intermediário, mas também um criador de riquezas e que o velho slogan "do produtor ao consumidor" era inconveniente para a agricultura e a indústria. O comércio, na realidade, era "malsinado injustamente", pois as verdadeiras causas da carestia eram outras. <sup>77</sup>

Dessa forma, ao lado da defesa da atividade comercial e negação de que fosse ela a responsável pela carestia, a burguesia comercial estabeleceu a sua visão sobre esse fenômeno. O combate as causas que identificava coincidia com suas reivindicações de classe. Assim, o encarecimento da vida resultava: da falta de estímulos à produção (na Bahia, a ACB destacava a agricola de exportação); da deficiência no sistema de transporte e armazenagem; da carga tributária; da reduzida concessão de

crédito; da política de controle de preços; da falta de autonomia para importação direta (no caso do nordeste) e do controle exercido pela CEXIM.

Estas idéias estiveram presentes nos relatórios anuais da diretoria da ACB; nas discussões das sessões desse organismo; no discurso feito pelo Presidente dessa Associação ao Ministro da Fazenda em 1951 e em artigos de membros da ACB, de outras associações comerciais, da Federação do Comércio e das Associações Comerciais do Brasil, publicados no Boletim Mensal da ACB e na imprensa. Uma nota emitida pela Federação das Associações Comerciais sintetizou a visão defendida pela burguesia comercial:

o comércio nacional considera, firmemente, que o barateamento do custo da vida só será conseguido em nosso país através de planos executados com firmeza, de incentivo à produção, de reaparelhamento dos transportes, de organização e penetração do crédito nos meios rurais e do sistema de armazenamento nas zonas de produção e nos centros de consumo, menos do que por meio de leis punitivas que ensejam conflitos de classe, dissensões e amarguras, com infalíveis repercussões na ordem social, erigindo a desconfiança e a animosidade em prejuízo do livre exercício das atividades legítimas que devem e precisam envolver os interesses da produção, da distribuição e do consumo, em bases de perfeita solidariedade.<sup>78</sup>

As reivindicações da classe comercial tiveram ressonância junto ao governo Vargas, que após sancionar as leis de intervenção no domínio econômico e de responsabilizar os especuladores (os "tubarões") pela carestia, priorizou o projeto de aumento da produção. Pretendeu assim "morder e depois soprar", ou seja, atender as bases populares com a primeira atitude, evitando uma radicalização em torno do problema e voltar-se, então, à defesa de alguns interesses da burguesia, movendo-se no jogo

das pressões.

Outro exemplo da postura defensiva do setor comercial foi observada no relatório da ACB de 1953. A situação do país era definida como "uma crise sem precedentes" e sem "solução próxima ou razoável". O pior, para a entidade, era que o mal se estendia, atingindo o setor alimentar, "perigoso, propício às infiltrações demagógicas e importante, porque essencial". A paz social só seria obtida com a livre concorrência que geraria o equilíbrio econômico. O caminho indicado chegava ao que mais interessava aos grandes comerciantes baianos: o aumento da produção de gêneros exportáveis e a capacidade de competir no mercado internacional. Para isso, admitia a intervenção estatal. Esta,

quando necessária deve ser exercida para manter o princípio, obediente ao espírito de concorrência, que é a fonte de divisas internacionais, divisas que, se nos sobrassem, seriam agora o recurso material de que iríamos lançar mão para contornar o déficit de gêneros alimentícios.<sup>79</sup>

Abordou-se, nesse relatório, um outro aspecto do problema que o setor comercial se utilizava de forma crescente na sua oposição ao governo federal: a associação da idéia de carestia, inquietação social e infiltração comunista. Essas idéias já haviam sido abordadas em nota emitida pelo Gabinete da Presidência da Federação das Associações Comerciais do Brasil, em abril de 1952. A nota alertava que as classes produtoras ao invés de serem responsáveis por uma situação de "desassosêgo das camadas humildes do povo, com a elevação do custo de vida", estavam preocupadas e buscavam soluções para o problema. No fundamento da argumentação estava a de que as classes produtoras eram

as mais interessadas na solidez das instituições de

mocráticas... bem sabemos que é no caldo de cultura da miséria coletiva que proliferam os germes da infiltração comunista, visando ao aniquilamento dos regimes de liberdade e respeito à dignidade humana.<sup>80</sup>

Mas o que se vivia, segundo a nota, era "uma onda de inquietações e incertezas", que ia "atingindo todos os recantos da Pátria estremecida". Lembrava também os compromissos firmados com "potências", que teriam que ser cumpridos. Urgia, então, que se estabelecesse um clima de harmonia e de paz social, entre os setores civis e militares e entre "as classes mais modestas e as mais abastadas".<sup>81</sup>

É importante destacar que a nota emitida por um órgão de representação do comércio, evitava falar em nome do setor, preferindo generalizar para "classes produtoras" e "classes conservadoras". Forma objetiva de identificar os interesses mais amplos da burguesia, na luta contra os inimigos comunistas, assim como, de articular a aliança em torno de interesses da burguesia comercial e capitais estrangeiros, exigindo medidas para o combate a carestia que não penalizassem o setor e sim, facilitassem o desenvolvimento capitalista.

O segmento de ponta do antivarguismo procurou ganhar espaço contra o governo de Getúlio Vargas e avançou em direção de alianças, inicialmente formadas com os militares e a classe média liberal.<sup>82</sup> A insatisfação popular reinante e a mobilização que os comunistas desencadeavam na luta contra a carestia ajudavam a burguesia comercial a articular essas alianças.

A ACB também participou dos protestos e oposições que foram travados pela burguesia comercial e radicalizados em 1953. Esta Associação mantinha maior articulação com as unidades de Pernambuco, Rio de Janeiro, Estado do Rio, São Paulo e

com a Federação Nacional das Associações Comerciais. No seu relatório anual de 1953, destacou-as como as que atenderam aos seus apelos e contaram com o "irrestrito apoio às grandes causas de que se tornaram eco".

Em março de 1953, a ACB transcreveu no seu Boletim Mensal, dois artigos que revelaram a radicalização da oposição do setor comercial ao Estado populista. Ambos fortemente marcados pelos apelos à aliança com outros setores para opor-se ao Governo Vargas.

Um desses artigos consistiu em um apelo para que o comércio se unisse e se posicionasse enquanto classe, pois os governos não tratavam com indivíduos mas com classes organizadas. Essa consciência e o fortalecimento das Associações Comerciais definiram uma força de pressão, cujos posicionamentos e protestos seriam temidos e respeitados. Essa união e postura de classe eram uma questão fundamental para o combate à

demagogia que se está alastrando pelo país a fora, pondo em perigo a segurança das Classes Conservadoras, expostas a toda sorte de ataques e apodos, como "bode expiatório" dos erros dos Governos e da incapacidade dos dirigentes.

.....

O Governo prometeu baixar o custo de vida e a resposta a estas promessas levianas aí está: cada dia que passa assinala a alta deste ou daquele produto e para explicar à opinião isto que constitui seu fracasso, o próprio Governo, através de seus porta-vozes, atira a responsabilidade aos ombros do comércio, cujos integrantes, são trazidos à barra do julgamento coletivo como "tubarões", exploradores da economia popular, castigados como seus crimes comuns, transformados em alvo de todas as fúrias coletivas.<sup>83</sup>

Afirmava que o comércio brasileiro vinha se posi-

cionando contra isso e procurando mostrar as verdadeiras causas da carestia. Atitude que precisava ser fortalecida com a união do comércio para defesa da classe.

O outro documento transcrito no Boletim da ACB foi o parecer que Otaviano Moniz Barreto Jr. deu à nota recebida da Federação das Associações Comerciais do Brasil e distribuída à Imprensa. O parecer contou com a "irrestrita aprovação" da Diretoria do órgão estadual. A nota, conforme observou Moniz Barreto, ensejara o desentendimento entre Governo e Federação das Associações Comerciais. As conclusões a que esta chegou foram fruto dos posicionamentos de todas as unidades estaduais. No teor da nota, as críticas à política econômica do Governo Vargas, destacando as questões da produção, exportação, impostos, salários e política financeira.

Moniz Barreto ressaltava que a "inquietação das classes produtoras" já se estendia a "políticos, militares, economistas, médicos, bacharéis, engenheiros, banqueiros, funcionários públicos, em resumo, representantes de todas as classes e atividades". Argumentava que, dado o caráter intervencionista do Estado, onde a "Nação dirigida não pode dizer: O Estado somos nós", este deveria assumir a responsabilidade pelos fracassos. Concluía elogiando a postura da Federação das Associações Comerciais do Brasil que:

em boa hora está... ao lado das demais classes que integram a nação brasileira, colocando-se em posição alerta para o cumprimento do seu dever no zelo que lhe compete pela salvaguarda do patrimônio material e moral do Brasil.<sup>84</sup>

A burguesia comercial abandonava definitivamente sua atitude defensiva e assumia a ofensiva golpista.

Estava selada, em definitivo, a aliança da burgue

sia, classe média liberal e militares, mais uma vez contra as classes populares, que nem se incluíam no discurso de Moniz Barreto.

A oposição da burguesia ao Governo Federal estabeleceu, por sua vez, a preocupação com sua representação política da classe. Foi nesse sentido que ela iniciou entendimentos para criação de um Partido Nacional da Produção, estando à frente a fração comercial. A ACB foi chamada a opinar a esse respeito, mas os pareceres de Miguel Calmon e Ranulpho Baptista foram contrários à criação do Partido, optando pela inclusão de representantes seus nas chapas que concorreriam à eleição de 1954. Essa idéia foi aprovada pela ACB que encarregou Miguel Calmon de redigi-la para encaminhamento ao Presidente da Confederação Nacional do Comércio ou à Federação das Associações Comerciais, que haviam remetido a proposta para análise.

Armando Boito observa também que já em abril de 1953, quando a "conspiração golpista dava os seus primeiros passos", a burguesia compradora descobriu o seu candidato presidencial: Café Filho. Este realizou naquela data um discurso na Federação das Associações Comerciais do Brasil, em que se posicionou, segundo Boito,

ao contrário dos demais governantes, optara pela ordem e pela liberdade de iniciativa. A Revista da Associação Comercial apressou-se em espalhar por todo o país que o vice deveria ocupar o lugar do presidente se se quisesse pôr fim à "demagogia", isto é, ao populismo, e ao "dirigismo estatal sobre a livre empresa", isto é, ao intervencionismo estatal de cunho industrialista.<sup>85</sup>

Com a posse de Café Filho no fatídico 1954, a burguesia comercial sagrou-se vitoriosa no bloco do poder. A aliança com o novo presidente já se estabelecera muito antes e lhe

deu o espaço para a busca de uma posição hegemônica.

A burguesia comercial passou ao papel de vítima da carestia, a aguardar medidas que o novo governo adotaria para solucioná-la, enquanto se prontificava a colaborar com o mesmo e com o povo. Como holocausto afirmou que congelaria os preços por três meses. Exatamente a medida que tantas vezes se pronunciara radicalmente contra. Mas, nos entendimentos mantidos de imediato com Café Filho, configurou-se, na realidade, pressão para eliminar o intervencionismo do Estado.

Enquanto a carestia permanecia alvo de posturas demagógicas, de apelos ao protesto ou de reivindicações populares, as medidas desejadas pelo setor comercial quanto ao fim da intervenção no controle de preços iam se efetivando. A cada dia, a liberal conservadora A TARDE dava notícias sobre a liberação de preço de um novo gênero e anunciava um plano ousado da COFAP para baixar o custo de vida, que consistia na liberação de preços de quase todos os gêneros. O jornal de esquerda O MOMENTO denunciava que os "tubarões" jogavam soltos no novo governo, em um só dia, a COFAP autorizara a liberação de preços de quarenta produtos e as barreiras formais contra os tubarões iam se acabando.

### 3.3 - A IMPRENSA E A CARESTIA

A formação da opinião pública sobre o problema da carestia era fator fundamental para a compreensão do comportamento político das massas urbanas. Em se tratando destas, em um período anterior à mídia eletrônica, os grandes instrumentos

de formação de opinião eram o rádio e a imprensa escrita, se destacando a grande imprensa diária. Mas, enquanto o rádio era mais noticioso e mais escandaloso – críticas, gozações, coberturas de comícios, catástrofes, etc. –, o jornal era um instrumento mais reflexivo.

Dentro desse referencial, foram trabalhados dois veículos de comunicação escrita, distintos ideologicamente e que atingiam faixas diversas da população: os jornais diários A TARDE e O MOMENTO.

A TARDE era o vespertino de maior divulgação e um agente social conservador e pragmático. Marcado pela sua consciência de ser um aparelho ideológico de estado, no sentido de ser um instrumento de poder destinado à formação de uma ideologia (como representação ideológica de todas as relações sociais) conservadora. Possuía capacidade de intervir como força autônoma no bloco de poder, mas não como porta voz de qualquer fração ou segmento da burguesia agro mercantil, bancária, fazendeiros ou outros. A TARDE zelava pela ordem burguesa como um todo e como tal, praticava um anticomunismo firme,<sup>86</sup> porém, com ares de moderado. A radicalização não era a tônica do jornal, que a condenava em nome da ordem pública e da sua própria imagem de moderação. O pragmatismo do vespertino baiano era, nessa conjuntura, exemplarmente praticado, tendo como sua manifestação mais evidente a participação do dono do jornal, Ernesto Simões Filho, no governo federal e, em 1954, candidato ao Senado pela Bahia.<sup>87</sup>

No plano econômico, o jornal defendia o aprimoramento da agricultura sob bases modernas, a melhoria da infraestrutura de transportes, energia e armazenamento e o estímulo à indústria.<sup>88</sup> Esta deveria crescer em harmonia com a agricultura e rebatia a tese que estabelecia como condição para a riqueza

za do país, o desenvolvimento acelerado da industrialização.<sup>89</sup>

Outro aspecto importante na caracterização de A TARDE é que este jornal espalmava continuamente as lutas populares, dando-lhes um tratamento conservador e incutindo nas massas populares uma forma conservadora de reivindicar, de diagnosticar problemas e de buscar soluções. Isto, que na prática é o exercício da hegemonia, ela, A TARDE, fazia (e faz) muito bem!

Era dentro dessa postura que o vespertino baiano mesclava à sua condição de zelosa da ordem burguesa, conteúdos que abrangiam os interesses das classes populares. Nesse temário se destacava a carestia. O que não era iniciado pelo jornal nesse período,<sup>90</sup> mas ganhava dimensão que extrapolava as classes populares, pela forma que era elevado, na época, a um dos temas centrais na oposição e defesa de interesses classistas mais amplos. A TARDE, inclusive, colocava a questão, reconhecendo a sua existência remota, mas nunca tão agravado como nessa conjuntura:

É possível que no Brasil se tenha reclamado muito em outros tempos contra o preço das utilidades. Não se admite, entretanto, que tenha havido outra época em que a grita tenha sido tão numerosa, e o que é mais, tão justa.<sup>91</sup>

Aliado do governo estadual, A TARDE, nesse período de 1951 a 1954, manteve um posicionamento quanto ao Governo estadual de

apoio, porém sem entusiasmo. Simões Filho logo nos primeiros dias do governo de Regis Pacheco adotou uma atitude crítica, conquanto amistosa, reprovando as falhas daquele governo, na intuição, talvez, de seu insucesso político.<sup>92</sup>

Quanto ao Governo Federal, o jornal assumiu uma

franca posição de apoio no período inicial do mandato de Getúlio Vargas. Pesou para esta nova postura a participação de Simões Filho no "Ministério de Experiência", ocupando a pasta de Educação e Saúde. Esta escolha, para Dr. Jorge Calmon, residiu na importância que Simões assumira na sucessão baiana, "tornando-se, portanto, chefe virtual da política deste Estado", mas quando Vargas percebeu que Regis Pacheco não controlava o majoritário PSD, substituiu-o por Antonio Balbino.<sup>93</sup>

No momento em que o antagonismo, em que se debatiam burguesia, classe média liberal e militares em oposição ao estado populista, classes populares e comunistas, acirrava-se, melhor delineando a conjuntura de crise, o proprietário do jornal era afastado da participação direta no governo federal (1953). Em consequência, A TARDE sentia-se à vontade para manter uma posição independente em relação ao governo Regis Pacheco, para defender princípios liberais burgueses e exigir do Estado providências para acabar com o perigo das infiltrações comunistas e de revolta popular, em nome da ordem pública e pelo desenvolvimento econômico do país (em oposição as greves que "só traziam prejuízos").<sup>94</sup> Nessas providências, coexistiram as idéias defendidas por setores burgueses (e, em alguns momentos pelo próprio Estado): a) política voltada para o aumento da produção dos gêneros de primeira necessidade; b) política fiscal voltada para alívio da carga tributária; c) política trabalhista que evitasse greves e d) medidas para melhoria do sistema de transportes e armazenagem, com a defendida pelo estado populista (ênfatisada em certas conjunturas) e contrária ao setor comercial, que era a fiscalização e punição da ganância existente.

A carestia era denunciada constantemente, não só em editoriais, como no noticiário e em reportagens feitas. Sucediavam-se no cotidiano, as informações sobre as elevações de pre-

ços dos gêneros alimentícios e queixas recebidas pelo jornal, principalmente de donas de casa. Nos editoriais se destacava a gravidade do problema, a exemplo do escrito em 15/02/52:

Dia atrás dia, crescem as aflições do público, a braços com a alta vertiginosa do custo da vida. A elevação do preço dos gêneros alimentícios, principalmente, tem provocado em todo o país uma série de protestos, sem que surja um paradeiro para o clamor dos que já não sabem como atender as necessidades imediatas da subsistência.<sup>95</sup>

Nas reportagens, apresentava as dificuldades quanto ao abastecimento alimentar, informava as elevações de preços de gêneros alimentícios nas feiras e mercados. Uma dessas matérias, publicada com o título de "Hoje, Todas as Galinhas Põem Ovos de Ouro...", afirmava que:

A reportagem visitou armazens retalhistas, grossistas e concluiu pela crise dos alimentos de primeira necessidade com majorações de até 100% em um ano, como o feijão que passou de Cr\$ 280,00 para Cr\$ 600,00 a saca.<sup>96</sup>

Um destaque era dado também à carestia, nas vésperas das festas tradicionais em Salvador. Em 23/06/54, o jornal noticiava que havia movimento nos mercados e feiras livres, apesar dos altos preços, mas lamentava que o São João já fôra uma das festas mais brilhantes, o que se tornava impossível de continuar sendo por que "a carestia avassala até aquela vontade que se apossa de todo o mundo e que impele à confraternização".<sup>97</sup>

A Semana Santa também era sempre motivo de denúncias contra a carestia. No ano de 1951, o jornal falou da exploração no Mercado Modelo; em 1952 reclamou da demora na instalação do novo órgão de combate à carestia, COAP, que ainda não se efetivara, enquanto os preços se elevavam com a Semana Santa:

em 1954 afirmou que o jejum seria obrigatório, pois o repórter constatara em pesquisas nos mercados de Salvador que a quaresma teria que ser diferente e lamentava "hoje em dia as utilidades, sobretudo os gêneros de primeira necessidade elevam-se de preço com uma facilidade de estarrecer".<sup>98</sup>

A essas constatações da carestia e agravamento desta situação em Salvador no período de 1951 a 1954, A TARDE vinculava causas que não divergiam, fundamentalmente, das apontadas por Getúlio Vargas até o momento de radicalização da política populista. Uma dessas visões adotadas pela A TARDE vinculava a carestia dos gêneros alimentícios ao abastecimento. A outra à ganância, não do comércio, mas de certos comerciantes.

A TARDE, nas reportagens que promovia e nos editoriais, abordava o abastecimento como problema central, agravado pelo crescimento urbano de Salvador e vinculado à situação da carestia. Assim, esta se explicava pela escassez de produtos, meios de transportes deficientes e uma inadequada política agrícola.

A solução para a carestia era, então, apontada dentro desse referencial. Muitas vezes, afirmava que residia ao nível da produção, devendo ser tomadas medidas para aumentar a oferta dos gêneros. Em outras, sob o argumento de que não adiantava produzir sem os recursos necessários para o adequado escoamento da produção, incluía a melhoria dos meios de transporte, maior frequência pela Leste para o transporte de legumes para Salvador, controle pela COAP do escoamento da produção. A este respeito, denunciou em circunstâncias distintas a existência de produtos, mas sem o conveniente escoamento. Em 1953, diante da pretensão de importar-se arroz, o jornal afirmava:

o que nos falta, o que nos tem faltado quase sempre,  
são meios de transporte para escoamento e circulação

do que produzimos. Entre nós, parece mais fácil importar com prejuízo de divisas, do que dar a nossa produção os necessários meios de escoamento.<sup>99</sup>

Em 1954, também insistia nessa questão. Diante de uma abundante safra de cereais (principalmente feijão e milho) e de mandioca, denunciava que os efeitos benéficos disto não eram sentidos em Salvador. Nesta capital, os preços continuavam elevados, porque não havia o transporte dos gêneros da fonte produtora até essa cidade, além de acusar a retenção de estoque pelos distribuidores. O armazenamento adequado, se incorporava assim às duas primeiras variáveis (produção e transporte), para evitar a especulação pelos intermediários e a reserva para épocas de escassez. Para todas essas causas apontadas pelo jornal era cobrada a intervenção dos poderes públicos.

Dentro dessa argumentação, A TARDE reservava um grande espaço em defesa da agricultura e combate ao latifúndio. Sobre a primeira, defendia o crescimento em harmonia com a indústria e destacava seu papel de fonte de divisas e alimentação para o povo, mas infelizmente continuava atrasada e desprezada. Era preciso modernizá-la, as palavras de ordem já eram: mecanização, adubação, assistência técnica, crédito ao lavrador e roceiro e a colonização mesclada com estrangeiros e imigrantes nacionais.

Duas questões quanto à situação do meio rural eram apontadas pelo jornal como preocupantes. Uma era a estrutura fundiária e a outra o êxodo rural. Pedia reformas que alterassem a primeira, mas "dentro dos princípios nacionais", para descentralizar as propriedades e aumentar áreas para produção. Em outubro de 1953, cobrava a reforma agrária que parecia "sofrer a ação paralizante de injunções diversas", lembrando que fôra um dos pontos centrais da campanha de Vargas e enfático a-

firmava que:

não há um só estudioso da realidade brasileira que não reconheça ser impossível equacionar de modo adequado os problemas rurais, sem a efetivação daquela reforma.<sup>100</sup>

A TARDE reivindicava também medidas que acabassem com as conseqüências da sêca e com o êxodo rural. Este era considerado conseqüência do aumento do latifúndio, que afirmava, com base em estatísticas oficiais, havia crescido no período de 1940 a 1950, com a aquisição das roças dos modestos lavradores, produtores de alimentos, por grandes fazendeiros.<sup>101</sup> A modernização da agricultura, com o fim do latifúndio, era para o jornal uma questão fundamental para a economia baiana e para solução do grave problema da carestia. Propiciaria a oferta de gêneros alimentícios, com maior produtividade, capaz de dar conta do crescimento demográfico de Salvador e com preços reduzidos, o que não ocorria. Esse projeto modernizante para o campo, defendido pelo jornal A TARDE, expressava o seu discurso voltado para o setor urbano.

Ainda sobre o prisma do abastecimento, aliava à questão da carestia, a deficiência alimentar da população em decorrência dessa estrutura arcaica da agricultura e alertava para a classificação mundial do Brasil como nação faminta, problema que lembrava já se originava da época colonial:

A nossa própria vida colonial registrava tais carências, devidas precisamente à sua organização econômica... A nação foi crescendo e diversificando-se a sua produção, mas o problema continuou existindo, seja porque a nossa agricultura de subsistência não tem crescido em produção e produtividade na proporção que precederam o último censo ... o que chega a ser uma calamidade, num país tido e havido como eminentemente agrícola...<sup>102</sup>

Pedia, então, providências para o aumento da produção alimentar (ampliação de área de cultivo, maior produtividade, crédito e assistência aos lavradores), mudança nos hábitos alimentares e baixa de preços dos gêneros alimentícios.

A outra análise, abordada pelo jornal A TARDE sobre a carestia imperante, voltava-se para a prática da ganância e a exploração dos intermediários comerciais. Contra estas, exigia o controle e a intervenção do Estado. Essa ação direta era reivindicada também dentro das duas óticas em que abordava o problema. Exigia a fiscalização e punição dos gananciosos, assim como as medidas pelos órgãos de controle que fomentassem a produção, permitissem o escoamento desta sem retenção e manipulação dos intermediários, enfim, propiciassem a oferta de gêneros a baixos preços.

Em diversos momentos, o jornal apontava como responsável pela carestia a falta de controle de preços. Chegava a afirmar que na Bahia tudo era mais caro por falta de fiscalização. Imperava o desrespeito à tabelas e as elevações arbitrárias em até 100% nas feiras livres. Dessa forma, a carestia se alastrava protegida por essa omissão do poder público, enquanto "falsos" comerciantes assaltavam a bolsa do povo.

Durante o ano de 1951, A TARDE fazia constante questionamento à ação do órgão de controle de preços na Bahia, que era a Comissão Estadual de Preços, acusando-a de inoperante em relação a "tubarões" e açambarcadores, omissa e cujo objetivo era homologar preços. Nessas críticas, ela não incorporava ou associava a qualquer responsabilidade do governo federal, o que não ocorria com o governo estadual, a quem estava subordinada diretamente a C.E.P. No entanto, o jornal elogiava Getúlio Vargas e também Regis Pacheco após seus pronunciamentos contra os famosos "tubarões", "inescrupulosos, ávidos de lucros, que des-

prezavam as desgraças do povo". Mesmo reconhecendo, portanto, a necessidade de um desenvolvimento capitalista na agricultura para solucionar o problema da carestia, o jornal reconhecia que esta era também gerada ao nível da comercialização, pela prática da ganância, termo mais usado para explicar as manobras altistas. Aos agentes dessa prática especulativa, costumava chamar de "tubarões" (termo usual na época), gananciosos ou altistas, a quem acusava, de forma genérica, não nominativa, de: a) se aproveitarem das dificuldades na oferta dos gêneros para especulação; b) reterem estoques, para forçar a alta no preço; c) promoverem a elevação no preço de gêneros em percentuais acima do economicamente viável, alegando, em certos momentos, a elevação do salário mínimo ou até simplesmente o anúncio de um possível congelamento; d) cobrarem pelos gêneros alimentícios valores acima de tabela e com redução no peso; e) promoverem o câmbio negro dos gêneros, o que, segundo o jornal, passara a imperar no pós guerra. A TARDE, na condenação dessas práticas, se opunha ao "lucro exagerado e fácil" que esses "tubarões açambarcadores" e "trustes de gêneros alimentícios" estavam a auferir à custa do povo. Reclamava a falta de fiscalização contra os mesmos, que agiam livremente e ante as medidas do Presidente Vargas de intervenção no domínio econômico para o combate à especulação, falava da reação desses "tubarões" ao júri popular que os condenariam nas suas práticas ilícitas.

Na rede de comercialização, as acusações de A TARDE se dirigiam contra os intermediários de modo geral, os monopólios e oligopólios que abarcavam vários setores do abastecimento de gêneros e os tubarões grossistas. Como a carne verde e o pão tinham destaque no consumo alimentar, principalmente o primeiro, eram também acusados de ganância, os açougueiros, abatedores, engordadores e panificadores.

Contra os intermediários, reivindicava a intervenção dos poderes públicos, no sentido de instalar armazéns nos bairros; feiras para produtores venderem diretamente; vendagem de gêneros pelo Estado, onde houvesse exploração, para forçar o barateamento e criar novos mecanismos de escoamento da produção.

Os grossistas por sua vez, estavam sempre sendo poupados pelos órgãos de controle, segundo A TARDE. Em 11/01/52, o jornal afirmava que até aquela data só se tinha fiscalizado retalhistas, deixando em paz o negociante grossista

que vende as suas mercadorias como bem quer e entende, burlando a lei com processos escusos, como seja, cobrando "por fora" uma taxa que o varejista tem de pagar se quizer ter em sua casa a mercadoria para atender os seus fregueses.<sup>103</sup>

Cerca de um ano depois, em editorial, quando se iniciava a repressão aos crimes contra a economia popular na Bahia, após fazer os elogios do que isto passava a representar para o Estado: "início de uma nova época", fazia a ressalva que por enquanto só açougueiros pouco escrupulosos (um vendia carne acima da tabela e outro além disso, lesava no peso e não mantinha tabela) estavam enquadrados e perguntava:

Mas e os tubarões? os bigs?, o que vão fazer? Pois, se o revendedor explora o público, com quem trata diretamente, em parte está recuperando o que dispensou com o grossista e em parte está chamando notas para o próprio bolso, o que constitui a segunda parte do roubo. São muitos os exploradores, os que lesam a economia popular. Eles prejudicam o próprio comércio honesto pois atraem sobre este a pecha generalizada e injusta. A vítima de qualquer maneira é o comprador. Ainda há que considerar os intermediários de lucros gratuitos, verdadeiros parasitas sociais. Se a repressão é verdadeira, eles terão que desaparecer e isto será uma grande limpe-

za que se fará em benefício do comércio honesto.<sup>104</sup>

Eu outubro desse mesmo ano, voltava a insistir nessa questão e comentava, em editorial, que só se conhecia preço oficial da carne, acabando-se por agir só contra açougues, enquanto grandes armazens sonegavam estoques de outros gêneros de necessidade,

para forçar altas com que a COAP jamais se preocupou, mas se preocupavam, diariamente, tal a sua frequência, as donas de casa da Bahia, principalmente às dos bairros mais pobres".<sup>105</sup>

O tom moderado do vespertino baiano que procurava distinguir o "bem do mal" e nessa visão, estabeleceu a defesa da atividade comercial, esteve exemplarmente presente no editorial de 24/09/53. Ao tempo que condenava manifestações contra a carestia – sinônimo de desordem que nada resolviam: "Quer se produção, e não discursos. Transportes para os gêneros e não agitação de praça pública. Legumes no mercado e não gritos em comércio" –, também criticava as medidas, apenas de caráter punitivo assumidas pelo governo –

faltam mercadorias na praça. Em vez de incentivar-se a lavoura, persegue-se o comércio. Não há cereais para o prato da pobreza. Em lugar de corrigir a deficiência, assusta-se a circulação, amedontra-se o varejista.

O jornal que reiteradamente denunciava as práticas da especulação, cobrava dos órgãos de controle a fiscalização e elogiara os primeiros processos de crime contra a economia popular, moderava o seu discurso, nesse momento em que a crise do governo federal se aproximava do seu desfecho e abria espaço para reconhecer que entre os comerciantes

muitos especulam com a conjuntura e merecem punição.

São gananciosos. Porém sem a rêde dos negócios em virtude da qual as batatas aparecem nas tendas e há carne nos açougues, imaginamos o que seria a cidade, o que seria o país, o que seria o mundo.<sup>106</sup>

Essa distinção entre o comércio honesto e o especulador era possível de ser feita pelo jornal, uma vez que a questão da ganância era moral. Como tal variava de comerciante a comerciante. A explicação econômica, dada pela A TARDE para o fenômeno, não residia ao nível da comercialização, mas sim da produção.

A questão da carne verde mereceria um destaque, nessa análise sobre a visão que A TARDE veiculava da carestia. Considerado o gênero básico da alimentação, todo prenúncio de elevação de preços gerava editoriais, denúncias e propostas de solução. Defendia uma mudança no hábito alimentar e desenvolvimento de criatórios de porcos, aves, caprinos, etc. Dava ênfase, durante todo o período, à necessidade dos estudos de defesa da pecuária e denunciava a matança de vacas e novilhas, reconhecendo, porém, a ganância e manobra altista dos abatedores, principalmente nas crises de 1953 e 1954.

Os açougueiros também eram chamados de exploradores e, algumas vezes, pedia a punição deles pela polícia, embora, de modo geral, reconhecesse que estes eram os únicos perseguidos. Os abatedores eram os mais acusados da ganância, "alheios ao interesse do povo" e em final de 1953, quando Salvador passou pela maior crise de carne verde do período, afirmava, em editorial, que falava-se de serem as chuvas as responsáveis, o que negava categoricamente, "A verdade é bem outra, melhor esclarecendo, a verdade é sempre a mesma: muita ganância entre os que negociam com a carne verde".<sup>107</sup> Agregava à rede dos exploradores, os engordadores. A estes, o jornal acusava de serem intermediários, que auferiam lucro rápido em detrimento dos

criadores e sugeria que se dificultasse o crédito para engorda e maiores facilidades fossem dadas aos criadores.

O mecanismo da alta da carne foi definido, em artigo assinado por Junot Silveira, onde afirmou que

outras classes usam processos semelhantes e toda vez que pretendem conseguir a majoração de determinados artigos. Nenhuma, porém, que martirize tanto o povo quanto a dos abatedores. Começa por diminuir a quota de carne dos respectivos açougues, determinando uma série de vexames a um povo, como o nosso, que tem um salário mínimo dos piores e não encontra com facilidade outros gêneros de primeira necessidade com que possa substituir a carne,<sup>108</sup>

depois clamavam por aumento, havia relutância, a crise em seguida, e até sem autorização da COAP, havia o aumento do preço. Assim, também para a carne, a questão da ganância e produção andavam lado a lado.

A TARDE colocava o problema da carestia afetando a toda a sociedade, das "classes mais abastadas" às "mais humildes". Em alguns momentos, destacava os consumidores genericamente, na maioria das vezes, apontava o povo como a maior vítima, e em especial, as donas de casa. Citava, eventualmente, os assalariados e funcionalismo, este o mais prejudicado, quando relacionava carestia e salários. Falava também em população, público, chefes de família, pobreza, classe média, massas, classes menos favorecidas (em resignação evangélica, enquanto abastados e poder público buscavam paliativos e adiavam estudos) e operariado (em 1954, quando diz que governo deveria tomar medidas para resguardar conquista do mínimo).<sup>109</sup>

Ficava patente no Jornal, o temor à reação popular, diante da situação de carestia e de fome. A aliança de todos era apregoada.

A baixa desse custo da vida constitui o imperativo da hora atual. Nela devem empenhar-se as classes conservadoras, os sindicatos, o povo, as esferas governamentais e todas as categorias exatamente porque a angústia não se circunscreve a uma camada social, mas se alastra e atinge a toda família brasileira.<sup>110</sup>

O problema ficava isento de qualquer conotação classista. Deixava de ser considerada a exploração de que eram vítimas as classes dominadas.

Aquele temor e o alerta aos poderes públicos e ao comércio se avolumavam e A TARDE reconhecia que para acabar com a ameaça comunista, teria que ser solucionado o problema da carestia. Alguns editoriais retratavam esse receio, assim como artigos assinados, a exemplo de dois escritos em 1954, "A ronda Sombria dos Preços" e "Definindo Responsabilidades". No primeiro, o jornal falava dos aumentos constantes, discutia a viabilidade do congelamento e questionava a capacidade de algum órgão de fazê-lo cumprir. Afirmava que a solução estava na produção e lembrava que para expulsar "idéias exóticas e subversivas" tinha que ser considerado a situação alimentar do povo, afinal "a fome é sabido gera convulsões e a história está cheia de exemplos, sendo o maior, a revolução francesa". Cabia ao comércio colaborar com o povo, controlando os lucros, que não raro ultrapassavam o normal e, profético, concluía "estas considerações não são demais. Valem como um aviso".<sup>111</sup> O outro editorial denunciava a "crise aguda, dramática e aflitiva" gerada com as elevações constantes dos preços e ressaltava que

da parte da imprensa, o que o público pode esperar é a advertência, a crítica, a palavra de alerta. E isso temos feito, dentro da missão que nos incumbe. Se os governos não nos querem ouvir, com eles fica,

por inteiro, a responsabilidade. Do estado de coisas atual e dos seus amargos frutos.<sup>112</sup>

Quanto à avaliação da ação governamental no controle de preços, a qual sempre reivindicada para deter a ganância, passou por momentos distintos. Em 1951, quando estavam estabelecidos os vínculos políticos com o governo Getúlio Vargas, A TARDE aplaudiu a intervenção do Estado no domínio econômico, sem negar, contudo, os seus princípios liberais. Foi nesse sentido que se posicionou diante da criação da COFAP/COAPs e do Juri Popular. Esclarecia que medidas mais brandas haviam sido adotadas, mas a prática persistente de retenção de estoques com fins especulativos e da "hedionda palavra câmbio negro", exigiram as "medidas de exceção".<sup>113</sup>

Em outro editorial, falava das expectativas geradas com o novo órgão dotado de amplos poderes e da atitude corajosa do governo federal. Ressaltava que foram concedidas

atribuições vastas e que, se usadas com sabedoria, escrúpulo e zelo, poderão realmente fazer retroceder a onda avassaladora que aflige e tortura o nosso povo, tão carente de uma ação enérgica e empreendedora do governo.

Para o público, não há problema que supere este, do custo da vida. É em toda parte, no país, a sua maior fonte de preocupações, sendo oportuno e louvável que constitua também o mais imediato objetivo da ação das autoridades.<sup>114</sup>

Essa intervenção permaneceu como sendo necessária para o jornal, mesmo quando este já começava a manter uma postura mais afastada do Governo Federal e a tecer-lhe algumas críticas. Assim, em 1953, ao questionar a atuação da COAP, apesar de reconhecer a lei de Oferta e Procura, afirmava:

Mas, na verdade e principalmente em períodos de transição, onde a especulação desenfreada caracteriza

certos setores do comércio, o preço não se forma apenas dos seus elementos tradicionais, custo de produção, tarifas de transporte e remuneração de capital, porque essas parcelas vem juntar-se uma outra variável na medida da usura e que é representada pelo sôbre-prêço, que agrava, desmesuradamente, o custo das mercadorias. Isso é que justifica a presença de órgãos de contrôle, como as nossas famadas COFAPs e COAPs, cuja ação no mercado se deve caracterizar pela limitação dos lucros, fixados numa base remuneradora e razoável.<sup>115</sup>

Mesmo antes do afastamento de Simões Filho do Ministério de Vargas, A TARDE já criticava a atuação do novo órgão criado. Só que até 1953 resguardava o governo federal. O jornal apontava falhas na execução da COAP que poderiam comprometer os planos federais. Defendia a intervenção direta na comercialização de produtos em momentos de crise, como havia sido feito com a carne congelada em 1953 e deveria ser estendido a outros gêneros. Já que persistia a exploração, insistia em que o governo deveria oferecer gêneros baratos, onde esta houvesse, para forçar o barateamento. Estava também a cobrar constantemente do órgão controlador, a realização de estudos, para determinar causas de aumentos de preços, como bacalhau e arroz, e em especial, a carne, assim como uma ação mais eficaz da fiscalização.

Numa reportagem promovida pelo jornal, em abril de 1953, era abordada a descrença que se começava a ter nas medidas de combate à carestia:

Há alguns anos, alimentava-se a esperança de que o custo de vida viesse a melhorar e pensávamos assim porque existiam muitas promessas de sérias medidas. Hoje aquela esperança fugiu como eter e temos que encarar como dura realidade a vida presente, muito diversa daquela sonhada pelas esperanças que morre-

ram. 116

Os últimos meses de 1953 e os primeiros de 1954 foram repletos de matérias e editoriais em que o Jornal criticava a COAP e COFAP. Acusava agora não isoladamente o órgão, mas a política econômica e a inoperância do governo diante de graves problemas gerados com a carestia. Associava, então, as crí ticas aos tabelamentos que nunca funcionaram, ao mesmo tempo que pedia fiscalização e ação mais eficaz.

As denúncias quanto ao fracasso do órgão de controle de preços eram circuladas pelo jornal de modo crescente. Em 20/02/54, em editorial concluía em definitivo:

Para que serve a COAP? A resposta à pergunta é óbvia: para conceder aumento...

O povo que continue sendo escorchado. O custo da vi da na Bahia está pelo preço que se quer, porque em verdade não há controle algum e os altistas já per cebem isso. E o público tem o direito de indagar na sua aflição para que serve a COAP?<sup>117</sup>

Anteriormente, abordando o "fantástico encarecimento do custo da vida" que desgastava "a paciência sem limites da grande massa humana, que são os consumidores", numa "marcha" que terminaria no desespero, denunciava mais uma vez que não ha via pretensão para majoração de preço de gênero comestível que não fosse conseguido. Enfaticamente, já não se limitava a quei xas contra a COAP e perguntava:

o que faz a administração, especialmente a federal que é a bússola geral?

Para não gastar muitas letras, quatro delas bastam: nada. Nem um plano, nem uma medida para ser efetivamente cumprida. Promessas muitas, vagando a esmo, enquanto a realidade é a carestia progressiva.<sup>118</sup>

O vespertino baiano permanecia denunciando a carestia e, com ar gumentos conservadores, assumia seu papel de instrumento forma-

dor de uma ideologia. Dessa forma, cobrava desvios praticados pela ação governamental e incutia nas massas a necessidade de soluções que partissem do próprio Estado e do comércio e não da sua luta contra a carestia.

Passamos a analisar agora o jornal O MOMENTO, de conteúdo ideológico definido por ser um veículo de divulgação do Partido Comunista Brasileiro. Este, na ilegalidade, utilizava, como veículo de divulgação de idéias e de propostas de ação política, jornais que, apesar de ideologicamente dependentes do Partido, eram auto-sustentados como empresa. Como tal, estes jornais, a exemplo do baiano O MOMENTO não puderam ser exterminados com a ilegalidade do PCB.

O MOMENTO foi fundado em 1945, sem ter o caráter de órgão oficial do Partido Comunista. De acordo com o depoimento do jornalista João Falcão, que foi diretor do jornal durante os primeiros anos de sua existência, este se manteve com bons resultados financeiros nesse período inicial.<sup>119</sup> A venda se dava, então, em bancas de Salvador, em fábricas e bairros. Nessas últimas, cabia aos militantes do partido a tarefa de sua divulgação. O jornal também era distribuído para cidades do interior do Estado.

Esta situação não se manteve, contudo, durante todo o período de sua existência. Entre 1951 e 1954, sinais de dificuldade financeira do jornal eram visíveis, ocorrendo campanhas para recebimento de donativos para ajudar O MOMENTO. Sobre isso, foi feito um editorial em 29/11/51 com o título "Ajudar a O MOMENTO para vencer a Guerra e a Fome", com o argumento que este era o único jornal que o povo tinha para enfrentar a luta pela paz, contra os aumentos constantes e contra os tubarões.<sup>120</sup>

De acordo com João Falcão, a ilegalidade e mais

que isso, o sectarismo que dominou o Partido teriam prejudicado a divulgação do jornal. Em abril de 1951, ficava evidente a campanha travada pelos militantes para divulgação de O MOMENTO. Estes levavam os jornais até os bairros populares para vendagem. Nesta data em que comemorava o sexto ano de existência, dizia que, na Liberdade, mais de quatrocentos exemplares se esgotaram em menos de uma hora e em São Caetano, donas de casa apressavam-se em comprar o jornal, afirmando "é nosso, é contra o aumento da carne".<sup>121</sup>

Nessa conjuntura em estudo, o crescimento da atividade dos comunistas em campanhas nacionais, como a luta contra a carestia, Pela Paz, o Petróleo é Nosso e a maior penetração nos sindicatos, com participação em greves e manifestações de rua, implicaram no aumento da reação anti-comunista. O jornal O MOMENTO foi um alvo dessa oposição. Além de prisões que se realizaram a pessoas vinculadas ao jornal, como José Goren-der e Simão Schmitman, em julho de 1953 O MOMENTO foi empaste-lado pela polícia baiana, que efetuou prisões e apreensão de ma-terial. Isto não implicou, contudo, no seu desaparecimento.

Nos anos de 1951 a 1954, O MOMENTO posicionava-se francamente contra o Governo Getúlio Vargas e Regis Pacheco. As denúncias de elevações de preço e perda de poder aquisitivo se constituíram na maior base de oposição popular aos dois go-vernos.<sup>122</sup> Questionava constantemente a coerência entre prome-sas eleitorais e prática política, com o objetivo de desmistifi-car o pacto populista. Com este sentido, diante das expectati-vas populares ao Governo Vargas, O MOMENTO anunciou em manchete, na véspera da sua posse: "chega ao Catete nos braços dos tuba-rões"<sup>123</sup> e escrevia editoriais e artigos, como "Levantar as ma-sas para a luta, exigindo de Vargas o cumprimento de suas pro-messas",<sup>124</sup> "Lutar pelo Cumprimento das Promessas de Vargas",<sup>125</sup>

"O discurso de Vargas",<sup>126</sup> entre outros. Neste último, diante do pronunciamento do Presidente contra os "tubarões" em abril de 1951, O MOMENTO contestou:

... os fatos concretos estão mostrando a todos os brasileiros que espécie de governo é o seu. Em pouco mais de dois meses, a carestia de vida subiu escandalosamente em todo o país, aumentaram os preços dos principais gêneros de primeira necessidade, particularmente a carne verde...<sup>127</sup>

Sobre o governo Regis Pacheco, igual postura foi assumida pelo Jornal. Editoriais e manchetes acusaram-no de "Governo de Fome", submisso aos "tubarões" e continuador do Governo Mangabeira. Em 16/02/51, diante do pedido de aumento do pão, o jornal em editorial afirmava:

... Não é possível a ninguém confiar no Governo Regis-Getúlio. É verdade que em suas promessas de vésperas de eleição, eles se comprometeram a "baratear o custo de vida", e que, não faz pouco, o próprio Sr. Expedito Cruz, secretário da Agricultura, afirmou categoricamente: "Não me dobrarei aos tubarões". Mas todo o povo bahiano está vendo em que ficaram as promessas e afirmações. Ainda ontem, O MOMENTO publicava o quadro dos aumentos nos preços dos gêneros de primeira necessidade, realizados durante esta quinzena, a primeira do governo getulista de Regis Pacheco: 8 gêneros, dos mais consumidos pelo povo, tiveram seus preços aumentados, fazendo crescer os lucros dos tubarões do câmbio negro, e aumentando a fome e miséria dos lares bahianos.<sup>128</sup>

Passados alguns meses da posse do governo, o jornal voltava a mostrar a distância entre promessas e ação do mesmo. Em resposta ao discurso de Regis Pacheco aos trabalhadores no 1º de Maio de 1951, em que reafirmou que enfrentaria os "tubarões", O MOMENTO apresentava uma reportagem de Simão Schmitman, "Regis num

Barco sem Leme", com um dos subtítulos "O Governo Aos Pés dos Tubarões". Neste artigo, reiterou que após três meses de governo só ocorreram novas promessas demagógicas, com "afirmações bombásticas" do Governador de que combateria a carestia, impediria os "desmandos do lucro excessivo e inescrupuloso" e evitaria "os abusos dos trustes e consórcios açambarcadores". Mas a realidade foi: a) uma mensagem enviada por Regis Pacheco à Assembleia Legislativa em que este afirmava que se empenharia em combater os efeitos da carestia, ao que o autor do artigo contrapunha, "quer dizer, para o Sr. Regis e seu Governo, o problema do combate à carestia é apenas questão de "efeitos", enquanto ganância inescrupulosa dos tubarões não é sequer tocada" e b) a "corrida da fome", com a elevação assustadora dos preços de quase todos os gêneros de primeira necessidade, destacando o feijão, café, banha, arroz, xarque e farinha.<sup>129</sup>

Para este jornal a questão carestia ganhou a dimensão de fator mobilizador da luta revolucionária. O MOMENTO colocou o antagonismo de classes não entre burguesia e classe dominada, mas governo e massas populares. O grande opositor dos "proletários", "classes trabalhadoras" e "povo", como denominava as classes dominadas, era o governo instituído. Este então era acusado de ser esfomeador, ser das classes dominantes e estar entregue aos tubarões. A burguesia passava a ser intitulada de "tubarões", que era o inimigo das massas na luta contra a carestia, co-responsável do governo pelo custo de vida. Essa identificação era insistentemente veiculada pelo jornal, a exemplo de um editorial em que esclarecia:

O governo nada pode fazer contra os tubarões. São eles os donos do governo, os que garantiram a eleição do Sr. Regis Pacheco e os sustentam no poder, como um instrumento em função dos seus interesses vorazes...

É necessário compreender a identidade entre o Governo e os exploradores. Eles são os mesmos e a luta contra a fome e a exploração é a própria luta contra o governo esfomeador e explorador, por um novo governo que só tenha compromissos com o povo e seja capaz de acabar com a exploração e a fome.<sup>130</sup>

Os agentes da exploração, que estabeleciam a aliança com o poder, eram assim denominados de tubarões. Em alguns momentos, eram genéricos: "tubarões da carestia". Em outros, eram melhor definidos: "tubarões do gado", "tubarões da carne", "tubarões do açúcar", "tubarões da farinha de trigo", "tubarões grossistas".

De modo geral, qualquer denúncia de aumento de preços vinha acusando como agente o tubarão, que era para o jornal comunista o que explorava o povo, utilizando-se do câmbio negro, da retenção de estoques, da elevação de preços com o fim de obterem lucros maiores. Incorporava, algumas vezes, a esta prática dos tubarões também a exploração de seus trabalhadores. As denúncias enfatizavam sistematicamente o aliado responsável pela situação de exploração das massas urbanas: o governo Getulista e de Regis Pacheco. Em 13/06/51, por exemplo, a manchete era:

FOME PARA O POVO, LUCRO PARA OS TUBARÕES — Esta é a política do governo Regis Getúlio — Os fatos desmascaram as promessas demagógicas de Vargas — em poucos meses de governo, a carestia de vida aumentou assustadoramente — Os tubarões impõem os aumentos e o governo oficializa — Lutar contra o governo de carestia e dos tubarões.<sup>131</sup>

O jornal referia-se aos seguintes agentes econômicos como tubarões: grandes pecuaristas e latifundiários que na questão da carne eram apontados como grandes culpados, "reis dos bois", estes eram os tubarões do gado; os abatedores, não eram "anjos", im-

punham preço, manobravam Regis e COAP, e embora tivessem atribuídos internamente (Fausto Oliveira X Associação de Abatedores), considerava a todos como tubarões da carne; tubarões do açúcar se referia a S.A. Magalhães, a quem O MOMENTO fazia cerrada campanha, denunciando suas manobras altistas, retenção de estoque, imposição na venda com produto casado,<sup>132</sup> especulações monopolistas, câmbio negro; outro produto que gerava denúncias de especulação e câmbio negro era a farinha de trigo, ao lado das de manobra de aumento do pão, nesse caso, tratados mais como "espanhóis" do que de "tubarões", que lesavam no peso e reduziam o fabrico do pão de menor preço; os tubarões grossistas que praticavam o câmbio negro do bacalhau, retenção da farinha, feijão, batata e outros produtos para forçar a alta dos preços, eram nomeados: Manuel Joaquim de Carvalho, S.A. Magalhães, Correa Ribeiro, Costa e Filhos, José Martins e Cia., Pereira Fernandes e Cia., Wildeberg.

O pequeno capital comercial ficava assim resguardado de maiores críticas, embora os aumentos no varejo fossem os mais citados e em uma matéria tivesse acusado os varejistas, juntamente com os grossistas, de ladrões. Criticava a política de controle que punia apenas pequenos comerciantes, que pagavam pelos tubarões, e açougueiros, "pequenas peças na máquina de exploração da carne", que enquanto eram presos, os verdadeiros "chefes da gang" nada sofriam. Os pequenos pecuaristas também eram resguardados, afirmando o jornal que a máquina fiscal do governo ia contra estes, em favor dos grandes pecuaristas.

Como essa crítica, outras eram feitas pelo jornal aos órgãos de controle de preço. Até o funcionamento da Comissão Estadual de Preços (CEP), que se findou em 1951, acusava-a de "cozinhar aumentos", enquanto preparava o público para recebê-los. Seu lema, segundo o jornal, era "Devagar e Sempre". Lem

brava nas suas páginas que o órgão estava desmoralizado e as tentativas de soerguê-lo eram inúteis, pois ninguém mais acreditava no mesmo. Como a CEP era um órgão diretamente vinculado ao governo estadual, em que seu presidente era o Secretário da Agricultura, as críticas ao mesmo eram vinculadas a omissão e conivência do governo estadual.

Em 1952, quando a COAP veio substituir a antiga CEP, O MOMENTO passou a criticar o novo órgão. O conteúdo das críticas não mudava substancialmente. Destacava a demora para "os estudos", a inércia diante de crises de abastecimento, da alta de preços, a especulação e a submissão aos abatedores.<sup>133</sup> O "órgão da demagogia getulista" era constantemente abordado pelo jornal, que procurava mostrar o fracasso da sua existência, lembrando que do governo não partiriam as reais soluções para os problemas das massas urbanas.

Um editorial e um artigo, escritos em final de 1952, sintetizavam a visão que o jornal divulgava sobre a COAP. No primeiro, destacava o tempo de existência do novo órgão COAP /COFAP e lembrava a propaganda que se fez sobre o mesmo: "o órgão que iria alimentar o Brasil", impedir "aumentos escorchantes", punir a "especulação e o câmbio negro", para então, questionar a sua atuação:

Isso dizia a propaganda. Mas até hoje, que fez a COAP?

.....

Houve aumento, houve câmbio negro, não há farinha de trigo.

.....

Enfim, tínhamos a CEP. Hoje temos a COAP. Mudaram as letras, e mais, hoje nós sabemos que existem cálculos "CLD". Porque quanto a preços, fornecimento de gêneros, câmbio negro, especulação, etc. vai tudo na mesma. Afinal, tanto a defunta CEP co

mo a COAP, tão nova e já tão desmoralizada, ambas vieram do mesmo governo de patrões.<sup>134</sup>

O artigo, escrito por Ariovaldo Matos, voltava a tratar da COAP, procurando fortalecer a associação das críticas ao órgão à política do governo. Diante de uma nova elevação no preço da carne verde, Matos reafirmava que tal qual a CEP, a COAP virava o "bode expiatório", a "caixa de pancadas", enquanto vereadores, deputados e governo se esquivavam e criticavam o órgão, como se nada tivessem com o mesmo. Isso era, para o autor do artigo, uma manobra,

dessa forma, a inoperante COAP seria o demônio, a terrível cobra grande, o governo um anjinho inocente, como se a COAP não fosse parte desse organismo.

Na verdade, a miséria do povo — expressa nos baixos salários, nas péssimas condições de vida e de trabalho, na asfíxiante carestia — resulta da política posta em prática pelo governo do Sr. Vargas e executada na Bahia pelo Sr. Regis Pacheco com o apoio do PTB, do PSD, etc. Essa política se destina a preparar o país para a guerra, a ensejar maiores lucros aos milionários, a entregar o Brasil de mão beijada ao imperialismo americano.<sup>135</sup>

O enfoque dado à carestia pelo O MOMENTO, fazia com que as denúncias de majoração nos preços dos gêneros alimentícios, principalmente no ano de 1951, fossem cotidianas e em primeira página. A cada aumento, fosse da carne verde, do feijão, da batata, do açúcar ou até do sabão, havia a lembrança às promessas, aos discursos contra os tubarões feitos por Vargas e Regis para mostrar a prática adotada pelos governos federal e estadual para combater a carestia.

Algumas dessas notícias, destaques e manchetes em 1951 permitem a visualização da importância que o jornal imprimia à questão da carestia: "Regis começa aumentando Preços"

(09/02); "Vai Subir o Preço do Pão" (11/02); "Governo de Fome Em Quinze Dias Aumentos De Até 100%" (15/02); "Aumentarão Todos os Preços" (06/03); "A CEP Não Resolveu o Caso da Carne" (30/03); "Carne Verde a \$ 14,50!" (04/04); "Revolta do Povo Contra o Aumento" (05/04); "Só os Ricos Podem Comprar Carne" (06/04); "Vão Aumentar o Preço do Pão" (15/04); "Feijão a \$ 7,00 e Farinha a \$ 4,50" (25/04); "Pão Racionado e Café a \$ 30,00" (28/04); "Onda de Aumentos - Nos Primeiros Meses do Governo Regis Pacheco Todos os Gêneros Tiveram Seus Preços Aumentados - Violenta Elevação Provocada Pela Ganancia Desenfreada dos Tubarões Especuladores" (29/04); "Cambio Negro da Farinha de Trigo" (04/05); "Impossível Suportar os Preços" (10/05); "Os Tubarões Retêm os Gêneros" (11/05); "Fome Para o Povo, Lucro Para os Tubarões" (13/06); "Canjica Só de Fubá" "Milho a \$ 40,00 nas Feiras e Mercados da Cidade" (21/06); "Onda de Aumentos no Governo Regis - Vargas" (15/07); "Não É Possível Passar Fome Por Mais Tempo" (12/08); "Cambio Negro do Açúcar" (14/08); "Açúcar Até a \$ 6,00" (29/08); "Regis Pediu a Vargas o Aumento do Açúcar" (11/09); "Carne Só a \$ 13,00" (25/09); "A Carne Vai desaparecer!" (12/10); "A Carne Vai Custar \$ 15,00" (17/10); "Falta Feijão Nos Armazéns" - "Os Tubarões Começam a Especular Para Aumentar o Preço do Gênero Que Já é Escorchante" (2/10); "Custará o Quilo da Carne \$ 20,00" (26/10); "Carne a \$ 15,00, ontem na Cidade" (10/11); "Quilo da Manteiga a \$ 70,00" (13/11); "Nova Farsa na Questão da Carne" (18/11); "Novo Aumento Para o Pão e o Café" (22/11); "Aumentam Todos os Preços" (01/12); "Passos de Gigante na Corrida da Fome - Em um Mes, Treze Gêneros Foram Aumentados - Salários de Fome e Preços Altos Para os Baianos" (28/11); "Carestia Até na Conceição - Mesmo Assim o Povo Brinca" (06/12); "Lucros Para os Tubarões - Fome Para o Povo - Em 10 anos, Os Preços de 20 Gêneros de Primeira Necessidade Aumentaram em 415 por cento -

Gêneros Que Estão Custando 7 Vezes Mais - Enquanto os Tubarões Ganham Lucros Fabulosos Aumenta A Fome do Povo, Prossegue a Corrida da Fome" (14/12).

Nos quatro meses localizados do jornal no ano de 1952 (agosto e outubro a dezembro), as denúncias contra a carestia persistiam, mas já em menor intensidade e ocupando mais a página dois. Em agosto, houve destaque contra o aumento nos preços dos bondes. De outubro a dezembro, houve chamadas de primeira página referentes à carestia e a carne verde reapareceu em manchetes: "Carne a \$ 15,00" (10/10); "Subiu a Carne Para \$ 16,00" (14/11); "Carne a \$ 18,00 (25/12); "Vai A \$ 20,00 o Quilo da Carne" (27/12); "Já Por \$ 19,00 o Quilo da Carne" (28/12), citando algumas delas.

Finalmente, no último trimestre de 1954<sup>136</sup> as notícias e manchetes contra a carestia permaneciam constantes no jornal. Por ocasião das eleições de 3 de outubro daquele ano, em que O MOMENTO apoiou para os cargos majoritários de Governador, Prefeito e Senador candidatos não indicados pelo Governo Estadual, o Jornal utilizava como um forte argumento de oposição as denúncias de carestia e anunciava a "corrida dos preços após 3 de outubro", que o governo apenas aguardava para não prejudicar seus candidatos.

O MOMENTO procurava também amenizar as ferrenhas críticas que tecera contra o Governo Getúlio Vargas, a quem chamava de aliado dos tubarões. Agora, as denúncias procuravam mostrar a carestia associada ao período posterior à morte do Presidente da República. Exemplos dessa postura, foram as matérias publicadas em 15 de outubro de 1954, que apresentava os preços de seis produtos (bacalhau, leite Ninho, fósforo, sabão, xarque e carne de sal), antes de 24 de agosto daquele ano e naquela data, com o título "A Corrida da Fome em Um Mes e Meio", na pri-

meira página e, em 26 de outubro, que em grande manchete anunciava "O Povo Terá que Pagar COM CARESTIA o Empréstimo de Gudin." Nessa matéria, dizia que o povo estava "condenado a suportar a mais negra carestia e a COFAP ai está para confirmá-lo" e lembrava que depois do "golpe" subiram os preços de numerosos artigos de primeira necessidade, tais como o arroz, banha, batata, feijão, carne, farinha, cebola, manteiga, sabão, macarrão, toucinho.

A carne verde mais uma vez voltava às manchetes: "Carne Até a \$ 27,00" (22/10); "Querem Carne a 30 Cruzeiros: Até a \$ 28,00 já se Vende o Gênero" (23/10); "Ameaça de Liberação da Carne" (9/11); "Abatedores Forçam o Aumento da Carne Para \$29,00" (12/11); "Ofensiva Pelo Aumento da Carne" (19/11); "Os Açougues Sem Carne - Agrava-se a Crise do Abastecimento" (21/11); "Estão Vendendo Carne Sem Osso a 30 cruzeiros (26/11); "Carne a \$30,00 e Peixe a \$40,00 (28/11); "Revoltado o Povo - Carne a Peso de Ouro" (3/12); "Prossegue o Assalto ao Povo - Carne sem Osso a \$30,00 e com Osso \$20,00 (5/12); "Os Abatedores Impõem \$30,00 (11/12).

Também outras denúncias de elevação de preços apareciam em primeira página, tais como: "Aumentam Todos os Gêneros!", afirmando que diversos gêneros de primeira necessidade sofreram majoração e que

os tubarões da carestia da vida estão em plena ofensiva contra a bolsa popular, e isto ao apagar das luzes dêsse govêrno totalmente inepto que infelicitou o Estado. A COAP que, teoricamente pelo menos, devia coibir a sanha dos tubarões, cede a tôdas as exigências.<sup>137</sup>

"Continuam Subindo os Preços dos Gêneros - Xarque a \$40,00" (26/10); "Onda de Aumentos, sobre quarenta aumentos concedidos pela COFAP e liberação de preços de alguns gêneros e

cinema" (9/11); "Com a Liberação do Preço, o Arroz Irá a 20 cruzeiros!" (13/11); "Aumentarão Todos os Gêneros em consequência da elevação de taxas dos impostos estaduais de Vendas e Consignações" (19/11); "Sobem Os Preços em Disco Voador", nessa matéria, o jornal apresentou preços do açúcar, arroz, café, carne verde, xarque, farinha, manteiga, toucinho, ovos, peixe, camarão fresco, camarão seco e pão, comparando-os com os vigentes em 01/12/52 (03/12); "Apesar da Carestia, o Povo Acorrerá à Festa da Conceição" (3/12).

É importante destacar que os preços informados pelo jornal incorriam em algumas divergências, principalmente quando utilizados como dados de comparação com preços antigos para mostrara majoração. Esses preços antigos muitas vezes se apresentavam mais baixos do que quando informados na época em que vigoravam, segundo informações do próprio jornal. Outras vezes, anunciava que determinado produto iria atingir certo nível de preço, de forma a estimular a revolta e reação popular para evitar a elevação ou provocar o protesto.

As denúncias de carestia pelo jornal não se limitavam à Salvador. Destacava também a "insuportável" carestia de vida em Bonfim, Juazeiro, Ilhéus, Itabuna, Cachoeira, São Felix, entre outras cidades. Toda divulgação a qualquer movimento de protesto era dado no jornal, mesmo que esta ocorresse fora do Brasil, como a que se deu na Espanha em abril de 1951. Do mesmo jeito, O MOMENTO anunciava, em junho de 1951, que a União Soviética executava um plano de redução de preços, com meios reais e a vontade de concretizar. Em outubro, anunciava igual medida pela Alemanha Oriental e em julho já afirmava que a fome deixara de existir na China. No ano de 1954, em novembro, voltava a falar da baixa do custo de vida na URSS, que decrescera em 130% entre 1944 e 1953, enquanto os salários reais

creceram em 30% de 1951 a 1953, dados que não podiam ser comparados dada a diversidade do tempo utilizado na comparação, valendo a informação enquanto dados separados.

Em resposta às denúncias constantes de aumento de preços, omissão e participação do governo na exploração dos tubarões, o jornal convocava as massas para a mobilização contra a carestia e luta popular para evitar as pretendidas majorações. Nessa luta, O MOMENTO defendia a visão de estarem os comunistas na vanguarda do movimento e a participação popular. Seguindo a orientação do Partido, O MOMENTO, em 13/02/51, escrevia o editorial "Contra a Carestia". Neste, lembrava as expectativas de "Milhões de pessoas simples" que aguardavam a solução pelos governantes. Mas estes "enveredavam pela política dos tubarões" e concluía:

O povo, porém, já não pode suportar esses aumentos. E, o que é necessário, é organizar a luta popular contra a carestia, ligando-a a luta pelo aumento de salários e vencimentos que, por sua vez, está indissolúvelmente ligada a batalha contra o governo das Classes dominantes e sua ditadura guerreira.<sup>138</sup>

O MOMENTO foi o veículo da mobilização para a luta contra a carestia e para o Dia do Protesto, instituído pela Liga Popular Contra a Carestia. Ao tempo que convocava diariamente a participação nessa manifestação, o jornal fazia reportagens com depoimentos populares, anunciava as elevações de preços, as práticas especulativas e as adesões e apoios ao movimento.

A respeito do Dia do Protesto, o jornal escrevia um editorial, dias antes da sua realização, analisando seu conteúdo e a perspectiva do que seria. Afirmava, então:

Podemos realizar, pois, no Dia de Protesto contra a

carestia, uma grandiosa manifestação, sem precedente na Bahia, e que inaugure uma nova fase nas lutas das massas trabalhadoras e populares bahianas pelas suas reivindicações, pela sua emancipação e pela paz.<sup>139</sup>

Destacava, nesse editorial, o papel que tinha os "homens e mulheres de vanguarda do povo brasileiro", no sentido de ser capaz de mobilizar as massas, "irmos aos bairros e as concentrações populares, concitando e mobilizando a todos para o Dia do Protesto, explicando que a luta é o único caminho".

A avaliação feita pelo jornal, vislumbrava o avanço das massas e da classe operária, o "início a uma nova fase, de lutas revolucionárias mais altas e decisivas". A repressão policial a um comício na frente da fábrica Conceição, em que uma operária foi baleada, permitia que o jornal enfatizasse o papel da classe operária - "O sangue proletário" havia sido derramado. As donas de casa boicotaram o comércio, os estudantes fizeram greve, a "massa popular" havia participado do protesto. Resgatava dos acontecimentos a "combatividade do nosso povo, a união que o tema carestia e fome promovia entre centenas de milhares de homens e mulheres, une todo o povo" e

o desmascaramento do governo de esfomeadores do povo e vende-patrias que se diz "trabalhista", que vive repetindo promessas ao povo, que se diz prisioneiro dos tubarões, mas que não trepida nas piores violências quando o povo começa a lutar de verdade contra os tubarões. No momento em que isso acontece, o governo feudo - burgues de Regis-Vargas revela a sua face verdadeira de governo que aí está exatamente para defender tubarões dos protestos e das lutas do povo revoltado.<sup>140</sup>

À repressão aos demais movimentos que protestavam contra a carestia, do Rio Grande do Sul à Bahia, o Jornal aproveitava para fazer igual denúncia. Também para reforçar que

mobilizar as massas para o combate contra cada novo golpe dos tubarões, contra a carestia, enfim, é um meio seguro de apressar o desencadeamento das grandes jornadas revolucionárias pela paz, a libertação nacional e a democracia popular - jornadas que a si tuação nacional e internacional cada vez mais grave exige com urgência.<sup>141</sup>

Até o período final de 1954, O MOMENTO, assumiu o papel de divulgador das denúncias de carestia, sempre associando-se à política do governo federal e estadual, assim como de veículo de mobilização da luta popular. Nos últimos meses daquele ano, o jornal divulgava a campanha pelo congelamento de preços, encabeçada por sindicatos e convocava a adesão ao movimento de todas as organizações sindicais e associações populares. Era o resgate da mobilização dos trabalhadores, massas ur banas e da pretensão do ex-Presidente Vargas, antes de sua morte, de efetivar o congelamento de preços, para garantir a conquista do novo salário mínimo decretado em maio daquele ano. A política de controle de preços dos gêneros alimentícios permanecia como algo fundamental para as massas populares, a ser resol vida.

Os jornais A TARDE e O MOMENTO, distintos na sua representação ideológica das relações sociais, assumiam o papel de formadores da opinião pública contra a carestia. O diagnóstico apresentado pelos mesmos se assemelhava, na medida em que identificavam os tubarões como agentes econômicos que se beneficiavam da carestia, através das suas práticas de especulação ao nível da comercialização. A TARDE, porém, apontava esses agentes como exceções dentro do mecanismo natural do capitalismo, que necessitava da atividade comercial e possuía no lucro "justo" sua mola propulsora. Para O MOMENTO não se tratava de desvios, mas da própria exploração que era submetida as classes dominadas pe

la burguesia e que tinha como uma das suas manifestações, a praticada pelo setor comercial, na sua busca de auferir mais lucros para a sua acumulação.

O jornal conservador via na prática da especula-ção, ao nível da comercialização, uma consequência e aproveitamento da causa maior das dificuldades das massas populares que eram as deficiências ao nível da produção, em especial de gêneros alimentícios. A solução desse problema residia na modernização da agricultura, melhoria do sistema de transportes e de armazenagem. Em outras palavras, a solução estava no aprimoramento do capitalismo no país, de forma a atender o segmento urbano. Era a forma de diagnosticar e buscar a ssoluções de forma conservadora, de incutir nas massas populares essa visão e fazer o povo pensar e agir como se fora burguês. O jornal comunista, em contraposição, também reconhecia as deficiências na produção dos gêneros alimentícios, mas não apelava para uma campanha de caráter produtivo; e sim, mais uma vez, identificava que como havia a exploração da burguesia comercial, havia a da oligarquia e dos latifundiários que teriam que ser exterminados.

Para os dois jornais, apareciam como vítimas da carestia, as massas populares, o povo, as donas de casa. Mas, enquanto A TARDE sempre procurava tirar o caráter classista do problema, também afirmando que era um fenômeno que atingia a toda a sociedade, O MOMENTO deixava claro que só os setores populares, com extensão para alguns segmentos da classe média (funcionário públicos, principalmente) eram atingidos pela carestia.

A distinção na postura dos dois jornais ficava nítida ao tratar da ação governamental. O MOMENTO firmava a sua oposição clara ao governo federal e estadual e procurava identificá-los como maiores responsáveis, a quem deveria se dirigir a luta popular contra a carestia. Só a derrubada do governo ins-

tituído, substituído pelo de Libertação Nacional, preconizado por Luiz Carlos Prestes no manifesto de agosto de 1950, seria capaz de solucionar o problema e combater a burguesia que explorava o povo. A TARDE assumia a sua postura moderada e de aparelho ideológico do Estado, acreditando que só a ordem constituída e a intervenção do governo voltada para o estímulo à produção, aperfeiçoamento dos canais de distribuição de gêneros alimentícios e fiscalização do comércio seriam capazes de acabar com a carestia. Este jornal concedia, porém, espaço para tecer críticas a gestão administrativa dos órgãos públicos e que setores descontentes da burguesia se pronunciassem, mas sem assumir diretamente oposição ao governo.

Em síntese, enquanto A TARDE ao denunciar a carestia, pedia soluções de conteúdo burguês, alegando o perigo de radicalização da insatisfação popular, O MOMENTO aproveitava-se da mesma denúncia para combater o capitalismo, convocando as classes populares para a luta revolucionária.

## NOTAS

1. Francisco Weffort - "O Populismo na Política Brasileira." p. 62
2. Ibidem, p. 69
3. A entrada de Hélio Machado no cenário político da Bahia e a sua configuração como líder populista serão tratados no Capítulo 4.
4. A TARDE, 31/08/51, p. 2
5. Maria Celina D'Araujo, em "O Segundo Governo Vargas - 1951-1954", apresentou os resultados eleitorais para a presidência da República por unidade da Federação, tendo como fonte o Tribunal Superior Eleitoral. Na Bahia o número de votos por candidato foi: Getúlio Vargas - 306.899, Cristiano Machado - 108.719, Eduardo Gomes - 165.883 e João Mangabeira - 243, mais 15.916 em branco e 12.036 nulos.
6. A TARDE. Ed. "Os Dois Caminhos", 5/9/50, p. 1
7. A fonte desses dados foi A TARDE em 29/12/50, p. 2. Apresentou também outros resultados. O senador vitorioso foi Landulfo Alves do PTB, derrotando o autonomista Clemente Mariani. Para a Câmara Estadual, a coligação elegeu 24 deputados, a UDN 20, o PTB 8, o PR 5, o PRP 2 e o PS (Partido Socialista) 1 deputado. Para o Congresso foram eleitos 11 deputados federais da Coligação, 10 da Aliança Democrática e 4 do PTB.
8. Discurso de Regis Pacheco aos ferroviários, publicado em A TARDE de 18/09/50, p. 1
9. A TARDE, 21/10/50, p. 1
10. Comício de Regis Pacheco em Cruz do Cosme. A TARDE, 27/09/50, p. 1
11. A TARDE, 20/01/51, p. 1
12. A TARDE, 22/01/51, p. 2
13. Antonio Augusto Faria e Edgard Luiz de Barros em "O Retrato do Velho", p. 163
14. Sobre o nacionalismo e/ou trabalhismo no segundo governo Vargas ver, entre outros, Helio Silva (1954: Um Tiro no Coração), Maria Celina D'Araujo, op.cit., Octavio Ianni (Estado e Planejamento Econômico no Brasil 1930-1970); Adelina Alves N. e Cruz e outros (Impasse na Democracia Brasileira 1951-1955).
15. Maria Celina D'Araujo, op.cit.
16. Antonio Faria e Edgard Barros. Op.cit., p. 167. Transcrevem o discurso de Vargas no Palácio Tiradentes em 31/01/51,

- definindo-o como "um pronunciamento efusivo à Nação, próprio de quem tinha agora para preservar o seu direito conquistado nas urnas um grande conjunto de forças, articulado e forjado no quadro novo que o Brasil apresentava". p. 165
17. Ibidem.
  18. A TARDE, 19/02/51, p. 1
  19. Este era um termo muito utilizado na época no sentido de especulação de mercadoria, que se originara do período da 2a. Guerra, quando a aquisição de gêneros alimentícios precisou ser racionada e havia então o "câmbio negro".
  20. Foi aprovada a inclusão do discurso de Vargas nos Anais do Congresso, após votação. Os autonomistas baianos Luiz Viana, Nelson Carneiro e Nestor Duarte votaram favoravelmente à inserção (A TARDE 23/04/51, p. 1)
  21. O MOMENTO. "O Discurso de Vargas" 13/04/51, p. 3
  22. Associação Comercial da Bahia. Boletim, abril, 1951. p. 7 e 8
  23. Faria e Barros. Op.cit. Discurso de Vargas no Estado do Vasco da Gama a 1º de Maio de 1951, p. 170
  24. Ibidem, p. 171
  25. A TARDE, 02/05/51, p.2
  26. A TARDE, 02/05/51, p.2
  27. A esse respeito, foi instalada uma Colônia em Una com japoneses, italianos e população local e foram entregues 200 jeeps a fazendeiros a preço de custo, com desfile dos mesmos de Ondina ao Palácio de Aclamação, em 16/08/52.
  28. Antonio Sergio Guimarães. "A Formação e a Crise de Hegemonia Burguesa na Bahia. 1930-1964".
  29. Além do trabalho citado de Guimarães, os depoimentos de Ivan Fachinetti, Cid Teixeira, Carlos Anibal B. Correa, Jorge Calmon e Lúcia Guedes foram unânimes em afirmar uma debilidade do Governo Estadual. C. Teixeira chegou a dizer "não conheço nenhum governo na Bahia que tenha terminado de maneira mais impopular".
  30. Depoimento do Delegado Regional do Trabalho, reiterado pelo Presidente do Sindicato dos Portuários, Cândido Domini-se. A TARDE, 19/07/51, p. 2
  31. O número de pessoas que compunha a delegação foi dado diferenciado em outros dias por A TARDE. Na véspera (01/08/51) noticiou setenta dirigentes sindicais e em 08/08/51 falou em cinquenta e seis.
  32. A TARDE, 08/08/51, p. 2
  33. A TARDE, 05/06/52, p. 2

34. A TARDE, 07/05/51, p. 1
35. A TARDE, 07/05/51, p. 1
36. A TARDE, 08/05/51, p. 1
37. A TARDE, Ed. "Intervenção na Economia", 10/12/51, p. 3
38. A TARDE, 01/02/52, p. 1
39. A TARDE, 11/02/52, p. 1
40. Paulo Brandi. "Vargas, Da Vida Para A História", p. 341
41. Faria e Barros, op.cit., p. 192
42. O Governo permanecia, contudo, com sua política de controle do comércio exterior, onde estava a maior oposição da burguesia comercial.
43. Carta de Segadas Viana a Getúlio Vargas, setembro de 1952, reproduzida em "Impasse na Democracia Brasileira 1951/1955 - Coletânea de Documentos, organizadas por Adelina Alves Novaes e Cruz et alii. p. 203
44. Ibidem, p. 204
45. José Álvaro Moisés. "Experiência de Mobilização Popular em São Paulo". P. 69 a 86. O autor ao analisar a ação do PC, nesse trabalho, cometeu o mesmo equívoco já observado na análise sobre a greve dos 300 mil em São Paulo. Insistiu em afirmar que o Partido Comunista recusava a "adotar as reivindicações urbanas da massa", assim como perceber o alcance das mesmas. Isto pode ter acontecido em outros momentos, não nessa conjuntura.
46. A TARDE, 03/07/53, p. 2  
 Não apenas os dois líderes populistas brasileiros estavam atentos à importância do problema da carestia e da adoção de uma política contra os especuladores. Em 11 de abril daquele ano de 1953, A TARDE noticiou que o Presidente da Argentina, Juan Perón, agira contra os exploradores. No país vizinho, 350 comerciantes tinham sido presos e 39 estabelecimentos fechados em Buenos Aires, pelos "comandos de repressão ao lucro ilícito" (p. 1)
47. Maria Celina D'Araujo. Op.cit. defende que as mudanças políticas ocorridas em 1953 não significaram uma esquerdização do Governo Vargas mas uma tentativa de estabelecer uma conciliação com setores dominantes. Fundamenta a afirmação no fato de que a mudança ministerial privilegiou conservadores ligados à UDN e visou contemporizar a crescente oposição dos militares, políticos e imprensa. Para a autora foi um sinal do autoritarismo no populismo que privilegiou o consenso e não a efetiva incorporação das massas populares.
48. Ver a esse respeito: Weffort (op.cit.); Armando Boito Jr. (O Golpe de 1954: A burguesia contra o Populismo); José Álvaro Moisés (Greve de Massas e... op.cit.). Antonio Sérgio Guimarães (op.cit.p.68) também afirma que na Bahia "falta

va aos objetivos revolucionários, tal como se expressaram na Bahia, nos anos trinta, a possibilidade de forjar uma hegemonia", esquecendo de frisar que a crise de poder não se dava só neste Estado.

49. Boito Jr., op. cit.
50. Ibidem, p. 73
51. Ibidem, p. 114
52. A TARDE, 20/08/53, p. 1
53. A Bahia já tinha sido vanguarda dessa proposta populista em 1951, quando da mesa redonda realizada entre sindicatos e autoridades estaduais.
54. Carta de demissão de João Goulart entregue à Vargas em 22/03/54, transcrita em Hélio Silva - "1954: Um Tiro No Coração" p. 177
55. A TARDE, 05/04/54, p.12
56. Associação Comercial de Pernambuco. "Una-se o Comércio". Publicado no Boletim mensal da ACB de Março de 1953, p.204, transcrito do "Jornal do Comércio" de Recife, de 12/3/1953.
57. Ver a respeito Boito Jr., op.cit., Décio Saes - "Classe Média e Política no Brasil - 1930-1964!"
58. Antonio Sérgio Guimarães. Op.cit., p. 68
59. A tese de Guimarães, inclusive, não traz ao merecido plano, a forte oposição que a burguesia comercial travou contra a intervenção do Estado na economia, no que se refere aos órgãos de controle de preço.
60. Guimarães, op. cit. definiu a ACB como "a principal instituição civil na defesa dos interesses burgueses", p. 80
61. Associação Comercial da Bahia, Boletim mensal. Fevereiro/51, p. 3
62. Boito Jr., op. cit., p. 44
63. ACB. Boletim mensal. Set./51, p. 9
64. ACB. Boletim mensal. Set./51, p. 9
65. Em diversas sessões da ACB, constou que havia sido pedido à CEXIM autorização para importar bacalhau, pela praça de Salvador. Em janeiro/52 houve também o protesto da ACB por ter sido negado a licença à firma baiana para importar manteiga.
66. Antonio Osmar Gomes. "Bacalhau e Papel"- publicado no Boletim Mensal da ACB. Julho/51, pp. 3 a 5
67. ACB. Boletim mensal, jan./53.
68. Associação Comercial de Pernambuco. "Una-se o Comércio" op. cit.

69. Carlos Brandão de Oliveira. "Situação Econômica-Financeira do Brasil". Nota publicada no Boletim Mensal da ACB. Set. 52.
70. Nota da Federação das Associações Comerciais do Brasil. Boletim Mensal da ACB. Janeiro/52, p. 62 a 64.
71. Em julho/51 a ACB já havia dado parecer de acordo com a Associação Comercial de Minas Gerais sobre exposição feita à Vargas referente ao congelamento.
72. Antonio Osmar Gomes - "O Congelamento dos Preços". Publicado em A TARDE de 08/01/53, p. 3
73. Antonio Osmar Gomes - "Agora o Congelamento." A TARDE, 18/03/54, p. 3
74. Ibidem
75. Mario Piva. "Comerciantes e Especuladores" Boletim Mensal da ACB. dez 52, p. 3
76. Ranulpho Assis Baptista. "Conjecturas Sobre o Desnível Econômico-Financeiro"- Boletim Mensal da ACB, jan/52, p. 5
77. Brasília Machado - (Pres. da Confederação Nacional do Comércio) - "Obstáculos ao Barateamento da Vida", A TARDE 06/10/53, p. 3 e "O Comércio É Produtor", A TARDE 11/09/53.p. 3. Ainda a respeito desse posicionamento do comércio, foi publicado no Boletim Mensal da ACB-out./52, um ofício do Presidente da Associação Comercial de Pernambuco à COAP da aquele Estado (transcrito do Jornal do Comércio de Recife), em que afirmava que "a inquietação em que vive o comércio distribuidor, graças à campanha de desmoralização e desprestígio que contra ele se vem movendo, dir-se-ia que num plano organizado com segundas intenções".
78. Nota da Federação das Associações Comerciais do Brasil. Boletim Mensal da ACB. Jan/52, pp. 62 a 64
79. Relatório da Diretoria da ACB. Boletim Mensal. Maio/53. p. 7
80. Carlos Brandão de Oliveira - "O Pensamento das Classes Conservadoras Sobre a Situação Nacional". Boletim Mensal da ACB. Abril/52, p. 32 a 34
81. Ibidem
82. Sobre o posicionamento da classe média em relação ao governo Vargas ver Décio Saes. Op.cit. Segundo o autor a burguesia comercial conseguiu alterar sua posição defensiva para ofensiva com a ascensão do movimento operário que "ao fazer despontar no horizonte da classe dominante a ameaça de uma crise revolucionária, reforça o posicionamento da classe média liberal, semeia a inquietação no seio das Forças Armadas, destruindo qualquer possibilidade de apoio ao governo, por parte da hesitante burguesia industrial". Para a mobilização golpista da alta classe média foi decisivo o papel político da UDN e de Carlos Lacerda, através da TRIBUNA DA IMPRENSA. O autor conclue que "se essa ação propagandística logra conquistar o apoio 'difuso' da alta clas

se média para o golpe de Estado, tal se deve ao fato de que, nessa conjuntura, a habitual oposição dessa camada ao intervencionismo estatal e à 'política de massas', agregasse uma nova motivação: o medo da proletarização". A campanha de oposição se norteou, então, no combate à corrupção e demagogia do governo e ao comunismo. P. 468/469.

83. Associação Comercial de Pernambuco. "Una-se o Comércio" - op.cit.
84. Otaviano Moniz Barreto Jr. - "A Situação Nacional" - ACB Boletim Mensal - Março/53, p. 4 a 6
85. Boito Jr. Op.cit., p. 74-75
86. A TARDE acompanhou e destacou a campanha anticomunista desencadeada pelos militares e conservadores; elogiou as atitudes policiais que mantinham a ordem pública diante de "tumultos" provocados pelos comunistas; dedicou amplos espaços para enaltecer a atitude de três estudantes baianos que em 1951 foram participar do encontro da juventude na Alemanha Oriental e heroicamente haviam fugido e abandonada a cortina de ferro, horrorizados com as críticas antipatrióticas de um conferencista: Jorge Amado. O Ministro da Educação e dono do jornal, se encarregou de recebê-los como heróis em perigo; durante o período eleitoral, não cansou de denunciar que o candidato ao Governo do Estado Antonio Balbino contava com o apoio dos "adeptos de Moscou", numa postura pragmática pois este era o opositor ao candidato do jornal, enquanto para o candidato a prefeitura Hélio Machado, que também foi apoiado pelos comunistas, nada foi denunciado; fez de suas páginas uma tribuna para o conservador deputado Joel Presídio (petebista, depois incorporado ao PDC) denunciar as articulações do Ministro do Trabalho João Goulart com os comunistas.
87. O "barbado e antipático Simões Filho", como definiu Artur Santos - deputado federal udenista pelo Paraná -, em carta a Etelvino Lins - documento nº 11 da coletânea constante do livro "Impasse na Democracia Brasileira 1951/1955" op. cit., p. 27), articulou a candidatura Regis Pacheco e segundo noticiou o jornal, em defesa da Bahia, "atendeu o apelo da mocidade para ficar à frente da campanha política de Pedro Calmon" (8/9/54, p. 1)
88. Nessa visão de "A TARDE" a indústria não se desvinculava da agricultura. Um editorial de 23/09/54 sobre a "Indústria e a Economia Bahiana" defendia que dado o caráter essencialmente agrícola do país se devia desenvolver a indústria de beneficiamento e transformação dos produtos agrícolas e minerais, ao tempo em que apelava que o governo local, líderes políticos e classes produtoras conjugassem esforços para dinamizar o surto industrial na Bahia. Denunciava também que o projeto de isenção fiscal para indústrias novas estava há 7 anos em andamento na Assembléia, enquanto em Pernambuco já estava em prática tal incentivo (p. 3).
89. No editorial "Duas Forças em Equilíbrio" criticava essa idéia que dizia generalizar-se pelo país como doutrina nacional. 27/02/54, p. 3

90. O redator chefe do jornal, Dr. Jorge Calmon, em depoimento escrito (Dez./84) afirmou que "o assunto custo de vida sempre figurou nas colunas do jornal, desde os dias da sua fundação, em 1912. E tinha e tem de ser assim, pois um jornal que procura identificar-se com os problemas do povo, captar o seu modo de sentir e ser o seu intermediário junto aos poderes públicos, não podia nem pode estar ausente daquela questão que de forma mais imediata afeta o seu círculo de leitores. "A TARDE" sempre procurou estar perto da opinião popular". Observava também o professor Jorge Calmon que era conveniente essa postura do jornal por ser importante a sua penetração nas classes C e D, "destinatários principais das páginas de populares" (classificados), nessa ocasião".
91. A TARDE, ed. "O Povo é Quem Sofre". 06/03/54, p. 3
92. Depoimento escrito de Jorge Calmon. Dez./84.
93. Ibidem.
94. "A TARDE" não chegou a se posicionar frontalmente contra Getúlio Vargas, mas passou a criticar mais fortemente a política de controle de preços; a dar espaço a matérias de jornais do Rio de Janeiro que criticavam a interferência de Vargas na política baiana e a notas e artigos da Federação Nacional do Comércio e Confederação Nacional das Associações Comerciais, opositores da política de Vargas e através de políticos, principalmente Joel Presídio, divulgava a forte campanha reinante contra o Ministro do Trabalho João Goulart, que era o símbolo maior da política populista de Vargas, na conjuntura de 1953. Nessa postura procurou tirar vantagens na eleição de 1954, em que Simões Filho foi candidato a Senador, chegando a publicar uma carta de Alzira Vargas, agradecendo a solidariedade do candidato ao pai. Carta que foi duramente criticada pelo O MOMENTO, que questionou sua veracidade.
95. A TARDE ed. "É o Problema do Momento". 15/02/52, p. 3
96. A TARDE, 18/04/53, p. 2
97. A TARDE, 23/06/54, p. 2
98. A TARDE, 14/04/54, p. 2
99. A TARDE, ed. "Importando Alimentos", 23/01/53, p. 3
100. A TARDE, ed. "As Bases Para a Reforma Agrária", 3/10/53, p. 3
101. O êxodo rural era uma das questões mais abordadas pelo deputado estadual Jorge Calmon. No encerramento do Congresso Estadual de Prefeitos, foi Jorge Calmon quem falou em nome da Assembléia. O discurso foi sobre essa temática, que levou A TARDE a colocar como título "O Êxodo dispersou a décima parte da população da Bahia". O orador explicava o fenômeno como decorrente da economia rural que usava "métodos que os colonizadores aprenderam com o gentio e que nós foram transmitidos, através do tempo sem modificação". A TARDE, 16/03/54, p. 3

102. A TARDE. Ed. "A Fome no Brasil". 28/12/53, p. 3
103. A TARDE. 11/01/52, p. 2
104. A TARDE. Ed. "É Crime Lezar o Povo". 15/01/53. p. 3
105. A TARDE. Ed. "Como Agir?". 21/10/53, p. 3
106. A TARDE. Ed. "Carestia e Desordem". 24/09/53, p. 3
107. A TARDE. Ed. "Que Há com a Carne?". 15/12/53, p. 3
108. Junot Silveira. "A Carne Verde". A TARDE. 05/01/54, p.3
109. Sobre o aumento do salário mínimo em maio de 1954 é curioso ver a posição assumida pelo jornal A TARDE. Este manteve-se em oposição ao Ministro do Trabalho, João Goulart, contra os anúncios de greve no Rio e São Paulo pelo aumento do mínimo nos níveis anunciados de 100% e francamente contra essa margem de aumento. Abordava a opinião de técnicos e das "classes produtoras" que alertavam para a "convulsão na economia", se houvesse o "aumento exagerado" do mínimo. Com a demissão de Jango do Ministério, o jornal considerava que estava vencida essa idéia defendida pelo mesmo, apesar de reconhecer que ainda haviam setores "agitando" a questão. O argumento utilizado pelo jornal, chegava as raias do absurdo, pois raciocinava que em 1953 tinha havido "lenta progressão de salários" e houve "rápida subida dos preços aos consumidores, notadamente dos gêneros alimentícios", portanto, "o que não sucederia se aqueles passassem a sofrer um aumento de 100% ou mais, como se desejava", ao que concluía que "o fenômeno de 1952 e 1953 se repetiria, mas de maneira alucinante, em prejuízo visível para o povo, os próprios beneficiados" e para o maior desequilíbrio da economia ("coisas que a Demagogia não vê". ed. 11/03/54, p. 3).  
Contraditoriamente, o mesmo jornal, em 08/05/54, já após a decretação do aumento do salário mínimo, na margem anteriormente tão criticada, dizia "a medida que instituí os novos níveis salariais mínimos chegou, pois, em hora certa", e apesar dos que ponderavam as consequências negativas que geraria, reconhecia o valor da medida por dar "de safôgo ainda que momentâneo, à reconhecida situação de aflição em que, com o aumento do custo de vida, estavam vivendo todos quanto dependiam de vencimentos". Chegava, o vespertino, a pedir medidas que mantivessem a conquista do operariado, citando até o congelamento (Ed. "A Congelação dos Preços", 08/05/54, p. 3). Afinal, A TARDE não podia esquecer que em 03 de outubro de 1954 haveria eleições, a defesa de interesses populares precisava ser feita e, diante da medida concretizada, o melhor era tirar frutos. Isso não impediu, entretanto, a derrota de Simões Filho para o Senado.
110. A TARDE. Ed. "Campanha contra a carestia". 14/05/51, p. 3
111. A TARDE. Ed. "A Ronda Sombria dos Preços". 21/07/54, p. 3
112. A TARDE, Ed. "Definindo Responsabilidades". 14/01/54, p.3
113. A TARDE, Ed. "Intervenção na Economia". 19/12/51, p. 3

114. A TARDE. Ed. "Abastecimento e Preços". 26/01/52, p. 3
115. A TARDE. Ed. "A Fome no Brasil". 28/12/53, p. 3. É importante destacar que o jornal ao falar em usura, refere-se à ganância do setor comercial e não no sentido de especulação do capital financeiro.
116. A TARDE. 18/04/53, p. 2
117. A TARDE. Ed. "Para Que Serve a COAP?" 20/02/54, p. 3
118. A TARDE. Ed. "A Situação". 09/01/54, p. 3
119. Nesse depoimento, gravado em maio de 1985, João Falcão explicou esse sucesso não só pelas vendas e administração, mas também pelo espírito de colaboração da equipe do jornal que, inclusive, ganhava abaixo do mercado de trabalho.
120. Raimundo Schaun (editorial). O MOMENTO, p. 3
121. O MOMENTO. 11/04/51, p. 2
122. Em algumas conjunturas, o jornal colocava ao lado dessas denúncias ou, em maior destaque, outras, a exemplo das relacionadas a campanha pela Paz. Com referência a esta campanha, o jornal participou ativamente do movimento desencadeado pelos comunistas, os "partidários da paz", contra a entrada do Brasil na Guerra da Coreia, o que vinha sendo pressionado pelos Estados Unidos.
123. O MOMENTO. 31/01/51, p. 1
124. Agostinho Dias de Oliveira - "Levantar as Massas..." O MOMENTO 1/02/51, p. 3 e 6
125. O MOMENTO. 22/02/51, p. 3
126. O MOMENTO. 13/04/51, p. 3
127. O MOMENTO. 13/04/51, p. 3
128. O MOMENTO. Ed. "Barrar o Golpe dos Espanhóis". 16/02/51, p. 2
129. O MOMENTO. 10/05/51, p. 3 e 10
130. O MOMENTO. Ed. "O Governo e o Pão". 5/5/51, p. 3
131. O MOMENTO. 13/06/51, p. 1
132. Referia-se à exigência de só vender um gênero na condição de ser adquirido outro. Um exemplo dessa prática foi citado pelo jornal, no caso do açúcar, em que a S.A. Magalhães impunha à venda desse produto, a aquisição de creolina.
133. Com respeito a esse último ponto, o jornal, em 31/12/52, denunciou a revogação à noite de uma portaria estabelecida pela COAP, em reunião com abatedores e Secretário da Agricultura. O que de fato ocorreu, conforme registrado

em ata da COAP.

134. O MOMENTO. Ed. "COAP e CEP". 26/11/52, p. 3
135. Ariovaldo Matos. "A COAP Paga o Pato", O MOMENTO. 30/12/52. p 2 e 3
136. Lembramos que não foram localizados, para leitura e pesquisa, os exemplares do jornal do ano de 1953 até setembro de 1954.
137. O MOMENTO. 24/10/54, p. 1
138. O MOMENTO. 13/02/51, p. 3
139. Quintino de Carvalho. "O Dia do Protesto!" O MOMENTO. 11/08/51, p. 3
140. O MOMENTO. "Avante Para Lutas Mais Altas". 01/09/51, p. 1 e 4
141. Simão Schmitman. "Protestos Contra a Carestia", O MOMENTO. 10/10/51, p. 3

CAPÍTULO IV

A GESTÃO DO ABASTECIMENTO

Neste capítulo será tratada a questão dos instrumentos institucionais e administrativos existentes no período, com o objetivo de melhorar o abastecimento e combater a especulação; a avaliação sobre o seu funcionamento, credibilidade e eficiência no alcance dos objetivos propostos e a manipulação política destes órgãos.

#### 4.1 - OS ÓRGÃOS DE INTERVENÇÃO

Em resposta às promessas eleitorais e reivindicações das massas populares, o Presidente Vargas encaminhou ao Congresso, em maio de 1951, com grande propaganda, três medidas, em forma de mensagem, para conter o custo de vida: 1- a intervenção no domínio econômico; 2- crédito do Banco do Brasil para reorganização da Comissão Central de Preços e 3- Lei de Crime Contra a Economia Popular mais enérgica contra a ganância. Mas, enquanto as medidas não se efetivavam, a insatisfação catalizada pelo PCB eclodiam em manifestações e organizações de combate à carestia.

Durante o período em que o projeto circulou pelo Congresso, o Presidente da Comissão Central de Preços denunciou a morosidade em aprovar as leis de defesa da Economia Popular.

Há menos de um mes da aprovação das leis de intervenção propostas pelo Presidente Vargas, o deputado federal Maurício Jopert encaminhou ao executivo uma carta em que denunciava o vice presidente da Comissão Central de Preços, de ter pertencido ao PCB. O deputado atribuiu a isso, "o tumulto causado pela CCP com o desaparecimento de mantimentos e cereais mais pro

curados pela população".<sup>1</sup>

Sete meses após o envio da Mensagem do Presidente da República ao Congresso, foi aprovado o projeto de combate à carestia. Em letras garrafais, foi anunciada a "INTERVENÇÃO DO GOVERNO NO DOMÍNIO ECONÔMICO".<sup>2</sup>

No ato de sanção da lei por Vargas, a presença dos presidentes de sindicatos, órgãos de classe e sociedades de defesa dos inquilinos e das donas de casa. Uma forma de destacar a medida populista que, acreditava-se, viria solucionar os problemas econômicos das massas populares.

A expectativa gerada por estas medidas foi analisada pelo jornal A TARDE, que em editorial afirmou:

De um modo geral a expectativa é de que essa lei concorrerá sensivelmente para minorar os efeitos da crise por que passam as nossas populações cidadinas. Para tanto, o govêrno federal, decidindo-se, corajosamente, a enfrentar o delicado e ingrato problema, foi pelo Congresso munido de poderes os mais amplos. Cabe-lhe, doravante a faculdade, não só de comprar e distribuir gêneros e artigos, como de fixar preços e controlar o abastecimento, e o que é mais importante — de desapropriar bens por interêsse social ou requerer serviços que repute essenciais ao bem estar da coletividade.<sup>3</sup>

Com as leis sancionadas ficaram extintas a Comissão Central de Preços e as Comissões Estaduais. Em lugar das mesmas foi criada a Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP), com suas representações estaduais (COAP) e se instituiu o júri popular para julgamento dos crimes contra a economia popular.

Na divulgação da notícia, o jornal A TARDE afirmou:

Vale salientar que, assim, caberá ao povo

julgar os seus exploradores. Com a nova lei, o negociante que fraudava o pês, majora a mercadoria, faz câmbio negro etc., terá que desistir de seus negócios escusos, porque acabará preso e, sendo estrangeiro, expulso do país após cumprir a pena.<sup>4</sup>

e em destaque anunciou "Armado o Povo Para Defender-se dos Exploradores".<sup>5</sup>

O DIÁRIO DA BAHIA comentou que apesar de não se ter conhecimento de como se comportariam as novas Comissões de Abastecimento e Preços e sobre a formação e prática dos Juris Populares ("matéria esta considerada inexecuível (!)"), o que se podia concluir era que quando as medidas entrassem em vigor, passaria "o país a um regime de economia semi-dirigida, munindo-se os governos de melhores meios para a repressão a usura e a especulação".<sup>6</sup>

Este jornal também apresentou uma charge, na primeira página, sobre as medidas que seriam postas em prática para o combate a especulação. Como título: "TRIBUNAL POPULAR HOJE UM SÓ ESPETÁCULO. ENTRADA GRÁTIS". No desenho, diversas pessoas, com maior destaque para as mulheres, dando língua, gritos de "morra o tubarão", porrete escrito "crise" a ser desferido sobre a cabeça da vítima: "PITITINGA". Na legenda: "- É verdade, 'petitinga' vai pagar por muito 'tubarão' ". Sem muitas palavras, o DIÁRIO DA BAHIA, em destaque, revelava a sua postura crítica à execução das medidas.<sup>7</sup>

O deputado baiano Antonio Balbino, do PSD, por sua vez, declarou nesse jornal que a bancada baiana na Câmara merecia elogios, pois ela "sempre seguia a tendência intervencionista do estado na economia" e que na Comissão de Justiça, em que participavam "Nestor Duarte, Dantas Junior, Aziz Maron, Helio Cabal e eu, sempre conseguimos liderar o movimento intervencionista".<sup>8</sup> O astuto deputado reconhecia a importância da questão

da carestia para as massas urbanas e capitalizava politicamente, em seu favor.

Enquanto isso, o Presidente do novo órgão criado - a COFAP -, Sr. Benjamin Soares Cabello, anunciou entusiasmo do que este seria

a maior organização atacadista e varejista do país, comprando de preferência, ao produtor ou importando diretamente, a fim de distribuir diretamente ao povo, venderemos de preferência, através de cooperativas de consumo e serviços reembolsáveis, estando mesmo dispostos a auxiliar os sindicatos profissionais a fim de organizarem suas próprias cooperativas de consumo.<sup>9</sup>

Ao tempo em que afirmou a disposição de acabar com a carestia, assumindo papel na intermediação entre o produtor e o consumidor, Cabello já ameaçava "como último trunfo, caso esta política não der resultados, o congelamento geral dos preços das mercadorias", mas ressaltava, "desde que possamos também estancar os salários e impostos".

Apesar do relato de A TARDE sobre as expectativas com as novas medidas e o entusiasmo do Sr. Cabello, é difícil avaliar o nível de credibilidade dado às novas medidas. Afinal, não era o primeiro órgão criado com tais fins, e todos os existentes até então tinham sido fadados ao insucesso e à descrença, embora os anteriores não tivessem contado com o patrocínio de lideranças populistas.

#### 4.1.1 - A Antecessora CCP/CEP

A Comissão Central de Preços, que foi extinta para a criação do novo órgão, era o exemplo mais próximo de fra-

queza e incompetência. Na Bahia, a antiga Comissão Estadual de Preços era alvo de críticas por parte da imprensa de modo geral e de parlamentares. Foram inúmeras as denúncias quanto a falta de cumprimento de suas tabelas; a sua função de simples homologadora de aumento de preços; a existência de manobras altistas sem qualquer interferência do órgão.

Em 1951, quando tomou posse o novo governo estadual, foi proposta uma reformulação da Comissão Estadual de Preços e em 20 de março daquele ano foi assinado o decreto 14.884 que a reorganizava. Passou a ser formada pelo Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio, na condição de presidente; Diretor do Departamento da Indústria e Comércio; Secretário do Conselho técnico de Economia e Finanças; Representantes da Prefeitura, da Associação Comercial da Bahia, da Associação Baiana de Imprensa, da Secretaria da Fazenda, da Secretaria de Segurança Pública, dos sindicatos de classe e dos consumidores. Destacou o Sr. Expedito Cruz, presidente da comissão e elemento do PTB local, na ata de 24/03/51, que o novo decreto tivera como objetivo atingir a maior eficiência pela CEP e citou a introdução da fiscalização por agentes da economia popular.<sup>10</sup>

A participação dos sindicatos no Conselho da CEP constituiu uma inovação e foi fruto de reivindicação destes ao governador Regis Pacheco. Outras mudanças anunciadas foram a criação da carteira de reclamações e informações e a obrigatoriedade do comércio manter visíveis as tabelas aprovadas pelo órgão.

Na análise feita da CEP no ano de 1951 e começo de 1952, na Bahia, quando foi extinta, verifica-se que quanto ao abastecimento, limitou-se a medidas esparsas, sem efeitos corretivos. As ações nesse sentido se deram diante de crises, sem a intervenção direta. Exemplo disso se deu em outubro de 1951,

diante de uma crise na oferta do feijão, quando apenas mandou-se ofícios aos prefeitos dos Municípios produtores para evitar a saída para Estados do Norte. O órgão dispunha também de postos de abastecimento para venda de gêneros ao consumidor, contando em janeiro de 1952 com 33 unidades.

A atuação da CEP limitou-se assim, basicamente, à fixação de preços. Ela estabelecia os mesmos em tabelas que incluíam: arroz, açúcar, bacalhau, banha, bolacha, café moído, carne de boi e de porco, carvão vegetal, farinha de mandioca, feijão, fósforo, leite natural, leite condensado, leite em pó, macarrão, massa de sopa, manteiga, óleo, pão comum (francês), queijo (cuia, bola, prato, parmezon), sal, charque e sabão. No ano de 1951, localizamos quatro publicações de novas tabelas de preços do CEP, uma em junho, outra em julho, esta referente a preços máximos a serem cobrados nos postos de abastecimento, em agosto e outubro.

Comparando a primeira com a última, verifica-se que houve elevação nos preços do: arroz, bacalhau, carne de porco, carvão, leite em pó, leite condensado, queijo (cuia, bola, creme dz., prato, parmezon) e sal fino em saco de pano. A manteiga e o xarque tiveram seu preço liberado, enquanto o feijão e o milho sofreram redução, conforme tabela 1.

Estes preços, porém, não eram obedecidos pelo comércio local. Apesar da informação de preço pelos jornais ser assistemática, ela permite o confronto esparso com os tabelados pela CEP. Assim, segundo O MOMENTO, em junho, o açúcar custava Cr\$7,00 (tendo baixado em julho para Cr\$4,00 a Cr\$5,00, ainda superior ao dado da CEP), a farinha Cr\$6,00 a Cr\$7,00 (em julho também caiu para Cr\$5,00) e o bacalhau Cr\$22,00; em outubro, o feijão custava de Cr\$6,50 a Cr\$7,00. A TARDE em outubro informou que a carne não permaneceu com os preços de junho,

TABELA 1 CEP - PREÇOS MÁXIMOS - 1951

Produto		Em 12/06/51	Em 13/10/51	Produto		Em 12/06/51	Em 13/10/51
açúcar Cristal	Kg	3,80	3,80	Fósforo - caixa		0,34- 0,40	0,34- 0,40
arroz	60Kg	285,00	304,00	Leite natural-lata		4,00	5,00
" de 2a.	60Kg	-	289,00	Leite condensado-lata			
"	Kg	5,50	6,00	400 gs		6,20	6,50
" de 2a.	Kg	-	5,70	Leite pó natural-lata			
" japones	60Kg	260,00	279,00	450 gs		18,30	20,00
" " de 2a.	60Kg	-	259,00	Macarrão e talharim			
" " de 2a.	Kg	4,80	5,50	simples		7,00- 8,00	7,00- 8,00
" " de 2a.	Kg	-	4,80	Massa de sopa -	Kg	7,50- 8,50	7,50- 8,50
acafahu barrica no				Manteiga	Kg	31,00-34,00	liberado
varejo	Kg	18,70	17,70-20,70	Milho vermelho saco			
Idem de 2a.		-	15,70-18,70	de 60 Kg		125,00	100,00
acafahu caixão	Kg	17,70	17,70-20,70	Idem	Kg	2,40	2,20
acafahu de outro Esta				Óleo composto de			
do	60 Kg	1.100,00	1.100,00	la.		30,00	30,00
Idem	Kg	23,30	-	Óleo de Amendoim		20,00	20,00
acafahu do Estado	Kg	13,00-16,00	-	Óleo de Algodão		18,00	20,00
acafahu - saco de 50	Kg	275,00	-	Pão de trigo comum	Kg	5,00	5,00
"	Kg	-	6,50	Pão de trigo - 500 gs		2,50	2,50
acafahu côco miuda	Kg	8,00	8,00	Pão de trigo - 50 gs		0,30	0,30
acafahu de leite especial				Queijo de Cuia de la.			
acafahu granel	Kg	25,00	25,00	dz.		720,00	842,00
acafahu moído	Kg	-	24,00	Queijo de Cuia um		70,00	78,00
" " revendedor	Kg	-	26,00	Queijo de Cuia de 2a.			
acafahu de boi verde				dz.		600,00	720,00
acafahu s/osso		12,00	12,00	Queijo de Cuia um		60,00	68,00
acafahu de boi verde		8,0	8,0	Queijo bola creme-dz.		684,00	742,00
acafahu s/osso		8,0	8,0	Queijo bola creme- um		70,00	70,00
acafahu de porco fresca		13,00	15,00	Queijo prato -	Kg	30,00-36,00	40,00-45,00
acafahu vegetal lata		3,00	3,50	Queijo parmezão -	Kg	25,00-30,00	40,00-45,00
acafahu bola	50 Kg	184,00	-	Sabão massa especial			
"	Kg	4,40	-	cx. 20 Kg		155,00	155,00
acafahu de mandiô				Idem -	Kg	9,00	9,00
acafahu de la.	50 Kg	167,00	167,00	Sabão Azul			
Idem	Kg	4,00	4,00	cx. 20 Kg		145,00	145,00
acafahu de mandiô				Idem -	Kg	8,20	8,20
acafahu de 2a.	50 Kg	150,00	150,00	Sal fino granel-60	Kg	68,00	68,00
Idem	Kg	3,60	3,60	" " "	Kg	1,70	1,70
acafahu trigo-saco				Sal saco de pano-60Kg		95,00	120,00
acafahu de pano -	Kg	-	5,50- 6,50	" " "	Kg	2,00	2,00
acafahu de milho mulatinho	60 Kg	360,00	220,00	Xarque de la.	Kg	15,50-17,50	Liberado
"	Kg	7,00	4,30	" de 2a.	Kg	14,50-16,50	Liberado

ONTE: A TARDE

conforme a tabela de CEP, mas sim Cr\$14,00 ou Cr\$15,00 a sem osso, segundo o jornal A TARDE.

Posturas diferentes foram adotadas na análise dos pedidos de aumento dos gêneros tabelados pela CEP. Distinguiu-se nesses, a carne bovina, cujos grupos de pressão faziam com que medidas adotadas pelo Conselho fossem repensadas e modificadas. Sempre acompanhadas de grande repercussão pelo peso que o produto tinha na alimentação da época, consumido por todas as faixas de renda.

No ano de 1951, a CEP se deparou com dois estudos sobre preço da carne verde, um em março e outro em outubro. Em ambos ficaram visíveis a fraqueza do órgão e no primeiro, um péssimo reflexo político, numa conjuntura em que se esperava dos novos governos a baixa da carestia e, em especial, da carne de boi.

Na verdade, a alteração do preço daquele produto em março, resultou de uma orientação do próprio Vargas ao governador Regis Pacheco, para atender a uma das suas promessas eleitorais. Estabeleceu-se, então, de forma provisória, os preços de Cr\$ 6,50 e Cr\$12,00 para a carne c/osso e sem osso, respectivamente. Mas o jornal O MOMENTO denunciou em grandes manchetes que se tratava de "cínica demagogia". Comentou que os jornais da "sadia" anunciaram a baixa da carne de Cr\$7,50 para Cr\$ 6,50 e de Cr\$13,00 para Cr\$12,00, quando na verdade, os preços antigos foram mantidos para abatedores e criadores que eram fortes e "amigos do peito de Regis Pacheco" e alertou que em breve haveria a volta aos preços anteriores ou até mais elevados.<sup>11</sup>

De fato, a pressão dos abatedores se efetivou. A princípio, com a própria conclusão do estudo feito pela CEP, que como artifício para a baixa da carne de boi, incluiu um novo tipo - a popular com osso - ao preço de Cr\$6,50, enquanto as usual

mente consumidas ficaram ao preço de Cr\$ 12,00 (sem osso) e Cr\$8,00 (com osso). Depois, mais fortemente sentida, quando o Conselho da CEP foi simplesmente comunicado que, em reunião do Governador com abatedores e presidente do órgão controlador, havia ficado decidido os seguintes preços: Cr\$14,50 (sem osso); Cr\$8,50 (com osso) e Cr\$6,20 (com osso popular) e a sua resolução anterior ficava sem efeito.

Efetivaram-se as denúncias de O MOMENTO, o que fortaleceu suas críticas, mostrando a submissão do Governo aos abatedores. Com o novo tipo de carne de boi vendida nos açougues, iniciaram-se novas denúncias, relativas a irregularidade na sua comercialização. O MOMENTO afirmou que não passava de pelanca e muito osso, enquanto a carne verde ficava sô para os ricos e noticiou protestos, atritos nos açougues e manifestação na Praça Municipal. A TARDE noticiou as inúmeras queixas recebidas, que relatavam a quantidade em mais de 20% de osso no quilo da carne (percentual definido pela Portaria), a inexistência da carne de Cr\$6,20 e quando achada continha apenas pelanca e osso. Criticou, então, a ineficiência da fiscalização pela CEP.

Na Câmara de Vereadores, o processo de resolução da carne bovina em abril de 1951 foi debatido. A UDN culpou o governo pelo aumento. Osório Vilas Boas desmentiu e defendeu o governo e o PTB queixou-se que o partido da coligação, não podendo defender o Governador, acusava o Secretário de Agricultura.<sup>12</sup>

Em outubro, novos estudos foram feitos e a CEP decidiu-se pela adoção de uma tabela móvel, cujo maior defensor era o técnico do Instituto da Pecuária Ivan Fachinetti. A Associação dos Abatedores, presente à sessão que decidiria os novos preços da carne, pronunciou-se de acordo com a mesma, embora desejasse dois tipos de carne, ficando aprovado o tipo único.<sup>13</sup>

O pão era o outro gênero em destaque, quando estava em questão o pedido de aumento do seu preço. Mas nesse caso, a negativa foi mais comum e o nível de pressão para modificar decisão inicial foi bastante reduzida. Atitude que era utilizada para amenizar as críticas que recaíam sobre o órgão. No ano de 1951, logo após a crise da carne verde, em abril, a CEP se deparou com um pedido de aumento desse outro produto fundamental à alimentação local.

Desta vez, contudo, a Comissão Estadual de Preços reuniu-se, em 24 de abril de 1951, para decisão final, com a presença dos líderes das maiorias parlamentares na Assembléia, Câmara e Partidos Políticos, representante dos jornais A TARDE, Diário de Notícias e Estado da Bahia, além de um representante do Prefeito. O palco armara-se para ouvir a negativa do órgão ao aumento por seis votos e uma abstenção, a do representante da Associação Comercial. Nem as ponderações do advogado da Associação dos Estabelecimentos das Padarias, de que com o aumento das despesas, as padarias não poderiam continuar a fabricar o pão, fizeram com que a decisão se alterasse.

A repercussão da decisão na Câmara de Vereadores, comunicada por Osório Vilas Boas, foi positiva e o vereador Izidoro Bispo dos Santos aproveitou para declarar que apoiava a decisão da CEP e denunciar que os exploradores quando diminuíam um pouco do lucro, já diziam que estavam em prejuízo.<sup>14</sup>

Os dias que sucederam à decisão do órgão controlador foram de denúncias de falta do pão ou da perda de qualidade do produto, enquanto a Associação dos Estabelecimentos de Padarias, em nota paga, esclareceu que estava em prejuízo e como tinha permissão para ter 10% de lucro, iria suspender o fabrico do pão de 500 gr.<sup>15</sup>

Desta forma, um mes após a posse do novo Governo

Federal e Estadual, que anunciaram vir para combater a carestia, Salvador presenciou dois problemas fundamentais à sobrevivência de sua população: a carne bovina e o pão. Produtos da cesta básica, a qual absorvia cerca de 60% dos orçamentos familiares, pelo menos nas camadas de menor renda.

As mudanças realizadas na estrutura e organização da CEP não resultaram na eficiência da mesma e seus objetivos continuaram sem serem alcançados. Além das críticas da imprensa, de parlamentares, dos comunistas, da opinião pública e dos sindicatos ao órgão, o seu presidente reconheceu publicamente: "a CEP é de fato impotente para resolver o problema da carestia da vida e que o próprio presidente é muitas vezes voto vencido ante outros membros da comissão".<sup>16</sup> Apesar dos anúncios de estudos e ação conjunta com Prefeitura, Saúde Pública, Polícia e a CEP para acabar com a carestia em Salvador, estas não se efetivaram. A carestia persistiu e os abusos continuaram sendo denunciados, principalmente pela imprensa. Em dezembro de 1951, a Comissão Estadual de Preços foi extinta pelo Presidente Vargas.

#### 4.1.2 - A COFAP/COAP em Funcionamento

A Comissão Federal de Abastecimento e Preços chegou num momento de acirramento de insatisfações, com depedrações em açougues (Distrito Federal), campanha contra a carestia de vida (de caráter nacional), Congresso contra a carestia (Fortaleza), dia do Protesto contra a carestia (São Paulo e Salvador), Convenção Feminina pela Paz e Contra a Carestia (nacional), Liga Popular Contra a Carestia (Salvador, Ilhéus, Itabuna, Juazeiro, entre outras), greve branca de donas de casa contra e

levação de carne bovina (Rio de Janeiro), manifestação de protesto contra majoração de preços com apedrejamentos e incêndios em cinemas, açougues e bondes (Belo Horizonte).

Em 26 de dezembro de 1951 foi sancionada pelo Presidente da República a Lei nº 1522 que autorizou "o Governo Federal a intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo".<sup>17</sup> A intervenção prevista na Lei consistia na compra, distribuição e venda não só de gêneros alimentícios, mas também de gado (vacum, suíno, ovino e caprino para talho), aves, peixes, combustíveis, tecidos e calçados de uso popular, medicamentos, arames lisos e farpados, máquinas e equipamentos para a agricultura, instrumentos e ferragens de uso pessoal, artigos sanitários e outros de uso doméstico, cimento e laminados de ferro e produtos indispensáveis à produção de bens de consumo popular; fixar preços e controlar o abastecimento e desapropriar bens por interesse social.

Como órgão executor da Lei foi criada a Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP), vinculada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio mas com autonomia administrativa. Este órgão seria formado por um Presidente, em comissão, e treze representantes do comércio, indústria, lavoura, pecuária, imprensa, das Forças Armadas, cooperativas de produtores e de consumo, dos economistas dos Ministérios da Fazenda, Agricultura, Viação e Obras Públicas, Banco do Brasil e Prefeitura do Distrito Federal. À exceção dos dois últimos, do da impressa e das Forças Armadas, os demais seriam indicados em lista triplíce. Todos nomeados pelo Presidente da República. As resoluções do órgão seriam tomadas mediante maioria absoluta de votos e firmadas em Portaria.

As Comissões Estaduais de Preços (COAP) e Comis-

sões Municipais de Abastecimento e Preços (COMAP) seriam os órgãos auxiliares. As primeiras constituídas de oito a cinco membros no mínimo e doze no máximo, nomeados pelo Presidente da República.

A COFAP ficaria obrigada a publicar mensalmente no Diário Oficial uma relação de mercadorias adquiridas e vendidas e das multas aplicadas.

Quanto ao pessoal previa a requisição de servidores públicos de outras autarquias ou de sociedades de economia mista e só em casos excepcionais poderia admitir extranumerários. Os membros do Conselho da COFAP e COAP ganhariam gratificação por sessão em que comparecessem, até o máximo de dez por mes. Os presidentes da COFAP e COAP ganhariam pelo cargo, em comissão, mas o presidente e membros das COMAP prestariam serviços gratuitos, considerados de relevante interesse público.

Para presidente da COFAP, Vargas nomeou o ex-vice presidente da CCP, o Sr. Benjamim Soares Cabello. Exatamente o que fora acusado por um deputado de vínculos com o PCB.<sup>18</sup>

Na Bahia, a Comissão Estadual de Preços anunciou seu término na sessão de 15/01/52 e, só em agosto daquele ano, foi instalada a Comissão de Abastecimento e Preços - COAP.

O jornal A TARDE em maio de 1952, sob o título de "NEM CEP, NEM COFAP", reclamou que passados meses ainda não havia sido criado o órgão estadual - a COAP - e o povo se deparava com a exploração:

Os órgãos controladores dos preços diluíram se com o espantoso aumento do custo de vida. Há algum tempo existia uma Comissão de Preços. Com a mudança federal de CCP para COFAP, a congênere estadual transmudou-se em letras ilegíveis e hoje em dia é bem possível que a dita comissão tenha aderido ao bacalhau a 24 cruzeiros o quilo.<sup>19</sup>

A regulamentação sobre o funcionamento das unidades estaduais (COAP), como órgãos auxiliares da COFAP, na execução da Lei de intervenção no domínio econômico, só foi oficializada através da Portaria nº 39 de 19 de junho de 1952. Ficou estabelecido que a escolha dos representantes que comporiam o plenário da Comissão seria feita nos moldes estabelecidos para a COFAP. Como atribuições constaram: 1 - a promoção de inquéritos econômicos e pesquisas sobre custo de produção e distribuição de gêneros e mercadorias; 2 - verificar estoques de bens (art. 2. inciso I da Lei 1.522); 3 - regular e disciplinar a circulação ou distribuição desses produtos; 4 - tabelar preços máximos em relação aos revendedores para mercadorias e serviços essenciais; 5 - tabelar e estabelecer condições de venda para evitar lucros excessivos; 6 - racionar serviços essenciais e mercadorias (art. 2. inciso I), quando a produção não fosse suficiente para o consumo; 7 - auxiliar cooperativas de consumo e mistas agrícolas a obterem produtos; 8 - manter estoque das mercadorias citadas na Lei de criação da COFAP. Caberia também a COAP dirigir e fiscalizar as medidas que adotasse e os serviços que estabelecesse e remeter mensalmente um relatório à COFAP. As resoluções que adotasse também teriam que ser aprovadas pelo plenário, na presença da maioria absoluta de seus membros. A COAP poderia solicitar a criação de COMAPs (nos municípios) à COFAP.

Quanto ao pessoal, teria que ser solicitado ao Presidente da COFAP, para este providenciar a requisição dos mesmos e só em caso especial poderia haver a contratação extranumerário. Como solução para a fiscalização previa a indicação "de nomes de cidadãos de reconhecida idoneidade para atribuições de função de fiscal cujo exercício será considerado serviço público relevante sem direito a percepção de vencimentos ou gratifi

cações" (art. 36 da Lei 1.522/51).

Quanto a parte financeira, previa que o presidente da COAP poderia abrir conta corrente em nome da Comissão, em entidades bancárias federais e movimentá-las. Em caso necessário, e autorizado pela COFAP, poderia efetuar compras e vendas de mercadorias necessárias.

Não ficava estabelecido um regimento interno para as COAPs, dessa forma, elas seriam regidas pelo Regimento da COFAP e quando instaladas deveriam apresentar projetos de regimento interno próprio.

A COAP da Bahia teve o seu Conselho formado pelo Presidente e representantes da: Federação do Comércio do Estado da Bahia; Associação Baiana de Imprensa; Secretarias de Viação e Obras Públicas, Agricultura, Indústria e Comércio; Instituto Central de Fomento Econômico da Bahia (Banco do Estado); Forças Armadas, Federação das Indústrias do Estado da Bahia e do Instituto da Pecuária. Desapareceram os representantes populares (consumidores e sindicatos) que existiam na CEP. Havia também um Secretário do Conselho, assessoria jurídica, divisão econômica e o serviço de fiscalização.

#### As Primeiras Medidas

Na Bahia, o início de funcionamento da COAP se deu em 30/08/52, oito meses após a sanção da Lei 1.522/51. As primeiras resoluções a serem tomadas se referiram a "questões vitais para a economia", como afirmou o DIÁRIO DA BAHIA, que eram o bonde e a carne verde. Mas este jornal se mostrou descrente:

certamente terão os preços revistos pelo novo órgão controlador dos preços... a população não se esque

ceu ainda das intervenções da extinta Comissão de Preços que só funcionou para elevar ainda mais as agruras da população.<sup>20</sup>

O novo órgão, sob a direção do seu primeiro presidente Sr. Oscar Emerson do Rêgo Falcão,<sup>21</sup> de fato se deparou com uma terrível polêmica na questão da carne verde. Incidente que deve ter abalado as expectativas daqueles que acreditavam na força do novo órgão. Contudo, não achamos que esses existissem em grandes proporções, afinal essa não era a primeira tentativa de órgão com funções similares a da COAP e a morosidade na sua instalação local deve ter agravado as dúvidas sobre a sua eficiência.

Uma dona de casa, referindo-se ao período em recente depoimento, afirmou que entre 1951 e 1954 não havia um órgão de apoio a que se pudesse denunciar ou se queixar dos abusos praticados pelo comércio.<sup>22</sup> No entender do professor Cid Teixeira, que foi secretário da COAP de janeiro a julho de 1953, o incidente da carne bovina não determinou o descrédito no órgão, desde quando a questão do seu funcionamento dependia mais do que de um tabelamento. À princípio teria a COAP que resolver a problemática do abastecimento que se originava na colônia, lembrando que Salvador crescera e essa conjuntura marcou exatamente "o período de grande ruptura do equilíbrio entre a população e a condição de abastecimento". Esta permanência aos moldes do existente no império.<sup>23</sup>

Objetivamente, a primeira polêmica travada contra a COAP marcou o início de descrédito no tão propagandeado órgão do governo Getúlio Vargas. Afinal, a expectativa e a propaganda divulgada sobre o mesmo era o seu poder de intervir, controlar preços e especulação, e não solucionar o abastecimento dos seus entraves ao nível da estrutura produtiva. O que foi assistido na cidade do Salvador, não revelou o poder de intervir em

favor de menores preços pelo combate à carestia, mas um novo acordo entre governo e os poderosos abatedores.

O Sr. Oscar Falcão, ao estabelecer um preço fixo intermediário entre o cobrado no mercado pelos açougues vinculados à Associação dos Abatedores e pelo concorrente Fausto Oliveira,<sup>24</sup> em ato baixado pelo prazo de sessenta dias, não esperou que sobre si recaissem tantas críticas. Ao assumir tal atitude, contudo, Falcão se posicionou ao lado daquela Associação, que travou durante todo o período da pesquisa, uma ferrenha oposição ao abatedor concorrente. Este mantinha preços menores na venda da carne verde em seus açougues, o que gerou a denúncia dos demais, de que se tratava de uma manobra baixista, como ocorrera alguns anos antes.

O Sr. Fausto divulgou pelos jornais e rádios,<sup>25</sup> notas e entrevistas contra a medida que estabeleceu a proibição de venda da carne de boi com osso ao preço inferior a Cr\$10,00 (valor fixado pela COAP). Frisou, inclusive, que só venderia por aquele preço forçado por autoridade superior, uma vez que poderia permanecer vendendo por menos. Anunciou também que já enviara telegramas aos Presidentes da República e da COFAP, em protesto à decisão da COAP.

A TARDE assumiu a posição de defesa da medida do Órgão controlador. Apesar de comentar que alguns açougues estavam descontentes, porque vendiam a carne com osso por Cr\$8,00 e teriam que vender por mais. Lembrou, porém, que era uma medida temporária e publicou a explicação dada, pelo órgão:

o que houve foi um acordo... com a finalidade de se pôr cõbro ao evidente tumulto existente na distribuição da carne verde ao público... Portanto fique bem claro: adotando uma tabela provisória, com preços menores da oficial, em vigor quando surgiu a competição entre os abatedores (Cr\$11,00 com osso e Cr\$15,00 sem osso), a COAP teve em vista tornar pa-

cífica a distribuição de carne à população... fique tranquila a população que saberemos bem cumprir os nossos deveres.<sup>26</sup>

Era demais! Novamente o órgão controlador decidiu de acordo com a Associação dos Abatedores. Mais uma vez, a debilidade desse tipo de órgão se revelou nítida, no tratamento de algo tão fundamental à população de Salvador. Mas essa era, por outro lado, a parte que interessava a forte grupo da classe dominante do Estado: pecuaristas, criadores e abatedores. Restringir alguns benefícios aos espanhóis das padarias e mercearias era mais viável, mas não à grupos político e economicamente fortes.

As críticas ao Órgão se repetiram a cada dia. Na Câmara de Vereadores, lembraram que a COAP como a CEP só aumentava preços. Pronunciaram-se contra a medida: Cosme de Farias, Hermes Oliveira e Guimarães Covas.<sup>27</sup> Os presidentes dos sindicatos, em reunião, afirmaram que a decisão da COAP ajudou os comerciantes e prejudicou o povo que comprava a carne com osso a Cr\$7,00 e Cr\$8,00 em diversas firmas.<sup>28</sup>

O Sr. Oscar Falcão apelou aos argumentos fáceis de denunciar que o Sr. Fausto Oliveira tinha o intuito de, subversivamente, desmoralizar o órgão subordinado à Presidência da República. Argumento que tentava sensibilizar o legislativo e a população de Salvador, em uma conjuntura em que a discussão do crescimento das infiltrações comunistas nos Órgãos Públicos, e nas Forças Armadas estava na ordem do dia.

Fausto Oliveira respondeu que se querer baixar preços era ser subversivo, então, o Presidente do órgão o Sr. Benjamim Cabello também o era, pois reagira a proposta de aumento de comerciantes e produtores, em reunião na Associação Comercial do Rio de Janeiro. De fato, este se retirara da citada reu

nião, afirmando:

Não convoquei os senhores para ouvir propostas, como esta, e sim para estabelecer um convênio, que importe na redução dos preços dos produtos de primeira necessidade, até às novas safras. Preferia demitir-me do cargo a aceitar um conchavo dessa ordem, porque, se o aceitasse, desmoralizada não ficaria somente a COFAP, mas o governo... Jamais consentirei qualquer espécie de majoração de gêneros de primeira necessidade, enquanto perdurar a atual crise.<sup>29</sup>

Em setembro de 1952, a COFAP pediu esclarecimentos sobre o problema gerado da carne verde e no mesmo mes chegou a Salvador um técnico do órgão central. Como solução para o impasse criado com a tabela provisória do Sr. Oscar Falcão, o plenário decidiu pela liberação do preço da carne verde, de acordo com os estudos realizados. Em vez do anunciado congelamento de preços, quando da criação da COFAP, a Bahia assistiu a primeira decisão sobre fixação de preço do importante gênero alimentício: a sua liberação.

Para o Governo Estadual, a criação da COAP foi uma forma de se livrar da responsabilidade sobre a carestia de vida e aumento de preços, afinal, antes, a CEP era um órgão inteiramente vinculado à administração estadual. Dessa forma, o jornal vinculado ao PSD, o DIÁRIO DA BAHIA, sentiu-se à vontade para veicular nas suas páginas as críticas ao órgão. A exemplo disso, Renato Sampaio escreveu que os cariocas já chamavam a COFAP de "Comissão Oficial Fomentadora da Alta dos Preços", os baianos poderiam chamar a COAP de "Comissão Organizadora da Alta de Preços" e definiu o primeiro teste enfrentado pela COAP, com a carne verde, como um fracasso.<sup>30</sup>

Lembrando que o Órgão foi criado com o fim de combater a especulação, é importante destacar que na Bahia, pe-

lo menos, ele já reagiu compactuado com o setor comercial, sob quem recaiam as acusações de prática de manobras ilícitas. A escolha do presidente do órgão local já fôra um sinal. A nomeação do Chefe da Divisão Econômica, o Dr. Ranulpho Assis Baptista, foi uma nova revelação dos vínculos COAP-Associação Comercial.

Baptista era membro da Diretoria da ACB e, na sessão de 23/07/52 daquela Associação, comunicou o convite recebido e

antes de aceitar a indicação, consultava a Diretoria se via nisto alguma incoerência diante da sua posição de 1º secretário da Diretoria e dada a circunstância de ser possível o seu licenciamento.<sup>31</sup>

O Sr. Ranulpho Baptista, não só aceitou o cargo, como permaneceu na Diretoria da Associação Comercial da Bahia. Um verdadeiro porta voz da COAP na ACB e representante da ACB na COAP. Sempre presente nas reuniões do Conselho, opinando em processos e até indicado para ser um dos representantes do órgão no Encontro Nacional de Abastecimento, que a COFAP pretendia realizar. Só em julho de 1953, quando assumiu a COAP o Sr. Hélio Machado, o chefe da Divisão Econômica e Secretário da ACB pediu demissão, afastando-se do órgão de controle.

Esta articulação da COAP da Bahia com o setor comercial, já se manifestara no caso da carne verde, logo após a sua instalação. Um outro fato revelou a fraqueza do novo órgão, diante do setor que teria que, à princípio, combater. A primeira medida da COAP (Portaria nº 1), que estabeleceu um prazo para inscrição de produtores e comerciantes dos gêneros essenciais: carne, leite, açúcar, sal, farinha de trigo, farinha de mandioca, feijão, milho, arroz, xarque, bacalhau e outros peixes, café, toucinho, manteiga e sabão e a Portaria nº 03, que

estabeleceu um prazo de 15 dias para que comerciantes (exceto os de artigo de luxo) armazenistas, estoquistas e partidistas declarassem os estoques em 31 de agosto de 1952, tiveram que ter seus prazos de cumprimento adiados, pelo não atendimento.

Na sessão do Conselho da COAP de 29/10/52, foi discutido o fim do prazo já dilatado por duas vezes para as inscrições, que se findaria no dia 31 daquele mes. O presidente comunicou que

dada a falta de compreensão por parte de alguns interessados da função da COAP, determinara que a partir de 1º de novembro em diante, o setor de fiscalização começasse a agir, aplicando as penalidades aos faltosos,

mas se o plenário discordasse, seria dada nova prorrogação. Dessa vez, após críticas na Assembléia Legislativa, houve unanimidade quanto ao proposto pelo Presidente da COAP e uma recomendação de cautela na fiscalização pelo conselheiro representante da Federação do Comércio.<sup>32</sup> Assim, a COAP da Bahia não conseguiu ser ameaça a qualquer segmento da classe dominante, na sua criação. Aliada com fortes laços ao grupo de maior representação da burguesia comercial, articulada com pecuaristas, iniciou sua gestão com a desmoralização pública, que denunciou um acordo de preços com abatedores e descrédito do comércio às suas Portarias.

Nem por isso, contudo, o setor comercial baiano se omitiu no apoio ao projeto do deputado Armando Falcão para extinção do órgão.<sup>33</sup> Uniram-se burguesia comercial e liberais, tendo na UDN a representação política e como uma das bandeiras de luta a campanha pelo fim do Órgão Controlador e oposição às propostas mais radicais de intervenção, como o congelamento de preços.

## O Abastecimento

A intervenção no abastecimento praticada pela COAP, na Bahia, do período de sua criação até 1954, se dirigiu principalmente para acompanhamento dos estoques de farinha de trigo, carne verde e bacalhau.

No tocante a farinha de trigo, o órgão local solicitava à COFAP remessa do produto em situações de baixo estoque e estabelecia proibições de saída do gênero para outros Estados. Era comum nessa ação da COAP, a reivindicação para que a Bahia fosse melhor beneficiada e tivesse igual tratamento dado aos outros Estados. Apesar dos anúncios, nessas situações, de que o estoque da farinha de trigo só daria para um certo limite de dias e havia a possibilidade do colapso no seu fornecimento, sempre a Bahia era atendida em tempo, evitando-se maiores problemas no abastecimento. O órgão evitava, contudo, assumir a distribuição direta do produto, como ocorreu em setembro de 1952, quando foram recebidos 35.715 sacos de farinha de trigo, para entrega ao Moinho da Bahia, Bahia Industrial e Associação de Padeiras. Nessa oportunidade, o conselho debateu a conveniência da COAP assumir a distribuição, para evitar desvios e críticas, mas ficou finalmente decidido que o órgão apenas supervisionaria a distribuição.<sup>34</sup>

No tocante a carne verde, a COAP, além de estabelecer a fixação de preços, assumiu escassas medidas quanto ao abastecimento do gênero, de modo geral sem efeitos objetivos.

Uma das intervenções diretas praticada pelo órgão, para resolver uma crise no abastecimento da carne verde em Salvador, se deu no final do ano de 1952. Após a desastrosa tabela de preços do produto, em setembro daquele ano, (que pelas polêmicas geradas, acabou levando à liberação dos preços) foi de-

sencadeada uma crise, no mercado. A COAP se viu diante da redução da matança de bovinos e falta da carne verde, nos açougues. Como providências, solicitou a ajuda da COFAP; telegrafou aos Prefeitos dos Municípios que praticavam a engorda, pedindo dados sobre estoque e veiculando a possibilidade de requisitar gado e enviou ofício à Secretaria de Agricultura, solicitando medidas para proibir a matança de vacas e vitelas. Dois meses após essas providências, a COFAP comunicou a autorização para embarque de quarenta toneladas de carne congelada, a preço a ser fixado pela COAP. Diante da decisão do órgão central, o que ocorreu foi o recuo da COAP da Bahia. Esta solicitou que fosse sustada a remessa, alegando que teria que preliminarmente fazer uma sindicância para verificar as condições do frigorífico local e de açougues para venda do produto. Em 16 de dezembro daquele ano, contudo, o presidente da COAP, que se encontrava no Distrito Federal, telegrafou, informando que apesar das ponderações junto a COAP, não foi possível sustar a remessa, mas conseguira reduzi-la para vinte toneladas, que era a capacidade do frigorífico local.<sup>35</sup>

Em fevereiro de 1953, chegou à Salvador a carne congelada. Em um mes, as vinte toneladas foram vendidas à população local. Mas, dois fatos envolvendo a venda do produto, revelaram mais uma vez a pressão dos abatedores junto à COAP da Bahia.

Primeiro, foi a fixação do preço. Os jornais, como A TARDE e o DIÁRIO DA BAHIA, haviam anunciado que seria vendida a Cr\$6,00 o Kg. Mas a COAP acabou por fixar em Cr\$7,00 (tipo popular); Cr\$11,00 (primeira com osso) e Cr\$25,00 (filet). De início, A TARDE comentou sobre a reação que se armara contra a distribuição da carne congelada a preços inferiores, ressaltando que "os nossos comerciantes não estão acostumados a essa

concorrência" e divulgou-se que o produto estaria deteriorado.<sup>36</sup> Mas quando ficaram definidos os preços pela COAP, o jornal anunciou: "Decepcionou o Público o Preço Fixado pela COAP para a Carne Congelada" e afirmou:

anunciara a COAP que a carne congelada seria distribuída à razão de 6 cruzeiros o quilo. E por isso mesmo a providencia — que não foi dela, mas do órgão federal a COFAP —, de fazer vir à Bahia, essa partida de carne, mereceu aplausos, a que juntamos os nossos, pelo que essa medida significava, como a ajuda ao povo, que já não pode mais com a carestia... E outra coisa não é possível pensar, sinão que a COAP quiz salvaguardar o interesse dos abatedores, relegando a plano secundário a conveniência do público, da resolução que ela tomou, fixando para o "beef" importado os mesmos preços vigorantes em nosso mercado e que justamente constituem a razão da grita que se tem feito ouvir.<sup>37</sup>

Contestou a opção do tipo popular de Cr\$7,00, que era de qualidade inferior, "resto de carne" e alertou para o comprometimento da política de abastecimento pelo governo federal, com a decisão da COAP.

O DIÁRIO DA BAHIA, que também anunciara a chegada da carne congelada e os locais onde seria vendida, após divulgar os preços fixados pela COAP, destacou "o 'Bluff' da Carne Congelada" — "A COAP traiu o povo, carne ruim a preço alto". Afirmou então, que o jornal já esperava o "absoluto e completo fracasso da iniciativa da COAP. Menos pelo que ela representava em si mesma, do que pelo conhecimento da incompetência e da inaptidão dos dirigentes atuais daquele órgão de controle".<sup>38</sup>

O segundo fato, envolvendo a venda da carne congelada, foi a reunião dos abatedores com o presidente da COAP e o inspetor da COFAP Waterville Wilman, em 19 de fevereiro de 1953. Nesta reunião, decidiram que a carne congelada recebida conti-

nuaria sendo vendida aos preços estabelecidos de Cr\$7,00 (popular) e Cr\$11,00 (de la. com osso), em todos os açougues da cidade, enquanto a carne fresca permaneceria pelo preço estabelecido pela COAP em janeiro daquele ano, que era Cr\$12,00 a com osso e Cr\$16,00 a sem osso.<sup>39</sup> O acordo firmado foi anunciado na imprensa: "Os Abatedores Colaborarão com a COAP na Distribuição da Carne Congelada".<sup>40</sup> A experiência de regular o mercado da carne verde, através da venda de carne congelada, sob a intervenção da COAP não voltou a se repetir, pelo menos até 1954.

O terceiro produto que a COAP exerceu algum tipo de controle foi o bacalhau. O órgão local fazia o acompanhamento sobre o estoque existente e de acordo com a situação do mesmo, autorizava ou proibia a liberação do produto para fora de Salvador. A importância histórica no hábito alimentar era a responsável por tais controles, embora a elevação no seu preço já determinava a redução do consumo pelas camadas populares. Houve, inclusive, uma remessa do produto para Salvador, conforme telegrama do Sr. Cabello, adquirido na fonte de produção, em fevereiro de 1953 e no mes seguinte, diante da alta no preço do bacalhau, a COAP adquiriu o saldo existente do produto da Firma Manuel Joaquim de Carvalho e revendeu em menos de duas horas cerca de dezoito barricas.<sup>41</sup>

Outras medidas adotadas no tocante ao abastecimento alimentar de Salvador se limitaram a: 1 - retirada e armazenagem de 123 fardos de xarque do Porto, para venda posterior (25/09/52); 2 - recebimento de iscas para pesca, enviada pela COFAP, conforme prometera o Sr. Cabello, quando em visita a Salvador e entregue a Secretaria de Agricultura (12/12/52); 3 - solicitação de esclarecimentos ao Secretário de Agricultura sobre colonias, já que "parecia não estarem mais surtindo efeito no comércio de legumes" (18/12/52); 4 - controle sobre a saída de

cimento da cidade de Salvador (20/01/53); 5 - mediante constatação de crise no abastecimento de cereais (denunciado pelo sindicato do comércio atacadista de Salvador - para o feijão - e por inspetor da COFAP, que fez observação para todo o país), em fevereiro de 1953, a COAP decidiu, inicialmente, enviar ofício aos Prefeitos de áreas produtoras para evitarem a saída do feijão para outro Estado, até que o órgão dispusesse de "elementos práticos para maior intervenção" (12/02/53) e depois decidiu baixar portaria, regulamentando a proibição de saída do feijão, arroz, milho e bacalhau para outro Estado (19/02/53). O representante da COFAP sugeriu também que se solicitasse crédito ao banco estadual, com garantias do órgão central, para aquisição e distribuição de mercadorias.

A crise no abastecimento de cereais se manteve e se agravou nos meses seguintes, sendo discutida pelo Conselho da COAP nos meses de abril e maio do ano de 1953. A Portaria proibindo a saída dos produtos do Estado não conseguiu solucionar a crise na oferta do feijão, milho e arroz. Quanto a aquisição dos mesmos, para venda pela COAP, se tornou inviável, pela ausência de recursos financeiros. A COFAP propôs enviar milho, solicitado pelo órgão estadual, mediante pagamento antecipado, mas a COAP, apesar de concordar com o preço cobrado, discordou sobre o pagamento, que só poderia ser efetivado à medida que fossem sendo vendidos em Salvador pelos comerciantes.

Em abril daquele ano, o Conselho decidiu enviar um relatório ao Presidente da COFAP, onde se solicitaria recursos necessários para aquisição e distribuição direta ao povo de gêneros alimentícios.<sup>42</sup> A análise realizada pelo órgão indicava que problema no abastecimento de Salvador estava localizado nos canais da comercialização. Ivan Fachinetti, que também pertenceu ao Conselho da COAP, reafirmou que os maiores problemas

de abastecimento nessa cidade residiam ao nível da distribuição, que era extremamente precário.<sup>43</sup>

O reconhecimento da necessidade de intervir no abastecimento, através da aquisição e venda de gêneros (em especial cereais), permaneceu, sem que o órgão tivesse recursos necessários para tal objetivo. A imprensa, a exemplo de A TARDE, a Assembléia Legislativa e Câmara de Vereadores, através dos políticos de oposição ao governo Vargas, criticaram o fim dos antigos postos de abastecimento, que haviam sido herdados da antiga Comissão Estadual de Preços, sem que a COAP os reativassem.

A instalação dos postos de venda só se efetivou na gestão de Hélio Machado. Em agosto de 1953, quando assumiu a presidência do órgão, ele esclareceu ao jornal A TARDE que tinha como parte de seu programa à frente da COAP, a instalação de postos de abastecimento para fornecer e regular preços no mercado dos gêneros de primeira necessidade, que depois seriam transformados em cooperativas de consumo de bairro. O jornal iniciou a matéria, afirmando que:

no seu propósito de não transformar a COAP num simples órgão tabelador de preços, o que tem sido seu maior mal, o Sr. Hélio Machado procura assentar medidas que venham realmente ao encontro das necessidades do povo nesse importante setor do comércio.<sup>44</sup>

Realmente, alguns postos foram abertos na administração de Hélio Machado. Em dezembro de 1953 haviam quatro postos em funcionamento. Posteriormente, com a demissão deste Presidente, foram fechados sob alegação de falta de recursos e prejuízos. Só em abril de 1954, decidiu-se manter o posto 4 (Cairu), esperando que o lucro pudesse pagar as despesas. Três meses depois, iniciou-se o plano de vendas em caminhões-feira, que percorriam os bairros pobres com gêneros de primeira necessidade a baixos preços. Ocorreram reações aos mesmos por parte do

comércio. No largo dos Paranhos dois armazéns fecharam as portas ao chegarem os veículos,<sup>45</sup> e em Brotas houve apedrejamento aos caminhões.<sup>46</sup>

O presidente da COAP, na época, Sr. Euvaldo da Silva Caldas esclareceu ao Conselho do Órgão que não havia concorrência desleal ao comércio e cumpria a finalidade da COAP: fornecer ao público, produtos de boa qualidade, por preços acessíveis.<sup>47</sup> Mas essa eficiência foi questionada por A TARDE, nesse mesmo mes, ao denunciar que a venda pelo SAPS e COAP de gêneros não estava resolvendo o problema do custo de vida, pois vendiam por preço de mercado e exigia providências.<sup>48</sup>

#### O Controle de Preços

Apesar de o controle dos preços ser função prioritária do órgão, este estava despreparado administrativamente para operar a fiscalização. As pressões do "lobby" da carne-verde permaneceram. As discussões internas sobre como melhorar e conduzir a fiscalização, além das denúncias nos jornais pelo não cumprimento de preços e manobras altistas eram provas evidentes.

Quanto à fiscalização, foi nomeado em 19/09/52, no início de funcionamento do órgão na Bahia, um funcionário municipal para chefiar o setor, o Sr. Cardoso de Menezes, com reduzido número de auxiliares.

A inoperância da fiscalização, durante todo o período de 1952 a 1954, fez com que de tempos em tempos, o Conselho analisasse a viabilidade de credenciar pessoas não vinculadas ao órgão, para funcionarem como fiscais, a exemplo do que ocorrera em 1951 com os sindicatos e a CEP. Em uma dessas abordagens a respeito da questão, na sessão de 25 de novembro de

1952, o Conselho discutiu a hipótese de donas de casa exercerem a função de fiscais e concluiu que seria justo mas não viável, pois a fiscalização deveria ser reduzida e sob a liderança de alguém idôneo. O representante do comércio reforçou a decisão, alegando a necessidade da mesma ser "honestas e prudentes para evitar que firmas de tradição passem vexame".<sup>49</sup> Complementando a decisão, a COAP emitiu uma nota à imprensa sobre a fiscalização, sugerindo que os lesados denunciassem e pedissem notas de compras.

A carência de pessoal constante e a inoperância da fiscalização ficaram claras também em janeiro de 1953, na ocorrência de uma crise no abastecimento de carne bovina, caracterizada pelo total descumprimento do acordo de preços.<sup>50</sup> Assumiu a incumbência de fiscalizar, nessa ocasião, a polícia, uma vez que a COAP encontrava-se menos equipada e o poder daquela extrapolava a simples multa, para a de enquadramento na lei de crime contra a economia popular.

Em abril daquele ano, a discussão voltou a pauta do Conselho da COAP. Um Conselheiro (representante do Instituto de Fomento) sugeriu a inclusão de fiscais voluntários, dado o desaparecimento do órgão, mas nada decidiu-se. Em julho, foi adotada uma outra medida. Como alternativa para o reduzido corpo de fiscais, foi instalado um auto falante no veículo de fiscalização para chamar a atenção das donas de casa sobre os preços tabelados.<sup>51</sup>

Em março de 1954, diante do descumprimento da tabela do peixe, o presidente da COAP da Bahia informou que o órgão tinha apenas três fiscais.

Na gestão de Hélio Machado, a COAP tocou publicamente em outra questão relativa à fiscalização: a desonestidade. No dia 28/08/53, foi dada uma nota oficial contra indiví-

duos que se diziam fiscais e ex-funcionários que agiam irregularmente, solicitando ao "Comércio honesto" que repudiasse tal atitude. Esclareceu também que a fiscalização do órgão agia em conjunto, sob a direção de Walter Gonçalves.<sup>52</sup>

O problema de pessoal para fiscalizar permaneceu. Em março de 1954 o representante da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio pediu para que se estudasse a possibilidade de permitir-se que repórteres exercessem a fiscalização e a ABI daria os nomes capacitados para o credenciamento. O que não foi efetivado. Na gestão do Presidente Euvaldo da Silva Caldas, este informou que pretendia nomear pessoas idôneas como informantes, em especial no interior.<sup>53</sup>

As críticas à fiscalização pela COAP eram divulgadas pela imprensa. Algumas vezes, através de denúncias de não cumprimento de tabelas e em outras, pela acusação direta a inexistência e ineficiência da mesma.<sup>54</sup>

Um leitor escreveu à TARDE, dizendo que seria melhor que não houvesse tabelamento, porque assim a COAP não ficaria desmoralizada e o povo não ouviria desaforos do comerciante.<sup>55</sup> Em artigo, Junot Silveira escreveu que quem quizesse aumento não precisaria pedir à COAP, apenas comunicar, como ocorrera com a carne verde, tarifas dos transportes coletivos e café em pó, ao tempo em que sugeria ao órgão já que não conseguia ser eficiente com o controle dos preços, deveria se preocupar com o abastecimento, adquirindo no interior feijão, milho e farinha para venda à população de Salvador.<sup>56</sup> Outra denúncia feita constantemente pela imprensa era a limitação à fiscalização de açougues.

Nem a política de abastecimento, nem o controle de preços foi, assim, exercido pelo órgão que teria sido criado para acabar definitivamente com a carestia.

Quanto a definição da política de preços, a COFAP no início do seu funcionamento, substituiu o tabelamento de preços pela aplicação da fórmula CLD (custos, lucros e despesas). O órgão estabeleceu a margem de lucro permitida e a composição final do preço resultava do cálculo das despesas incorridas para aquisição do produto (custo do mesmo, impostos e transportes), conforme Portarias nº 36 de 13/06/52 e nº 40 de 28/06/52.

No princípio, só estiveram sujeitas ao controle pela fórmula CLD, os seguintes produtos:<sup>57</sup>

- feijão, arroz, farinha de mandioca, xarque e bacalhau – com margem de 10% de lucro para atacadista e 20% para varejistas (Classe Popular).
- gêneros comuns – 15% de lucro para atacadista e 25% para varejistas.
- gêneros especiais – 20% de lucro para atacadista e 35% para varejistas.

O presidente da COFAP ao anunciar tal medida justificou que estabelecia as margens de lucro, já que o congelamento dos preços demoraria por requerer estudos apurados.

Esse novo procedimento dificultava o conhecimento pelo público, dos preços que estariam de acordo com o órgão controlador e só uma fiscalização estruturada eficientemente poderia fazer com que a fórmula CLD funcionasse.<sup>58</sup> Isto não ocorria. Como já visto a fiscalização sempre esteve esfacelada.

Em novembro de 1952, o Presidente da COFAP autorizou as COAPs a ampliar a fórmula CLD de acordo com as peculiaridades locais. A COAP da Bahia, então, estabeleceu na Portaria 11,<sup>59</sup> a seguinte ampliação no controle de lucros:

- Produtos de Classe Popular: banha.
- Produtos de Classe Comum: farinha de trigo e produtos industriais à base da mesma; peixes secos e salgados;

cimento, arame farpado e grampos; azeite de oliva.

- Produtos de Classe Especial: queijos; passas; figo e outros; ameixa; nozes; castanhas; avelans e outros artigos de Natal.

Independente desses artigos, dos já estabelecidos pela COFAP como de classe popular e de produtos farmacêuticos,<sup>60</sup> que estavam sobre o controle da fórmula CLD à nível de Portarias estabelecidas, a COAP da Bahia tabelou alguns gêneros e homologou aumentos de certos produtos e serviços.

O tabelamento era estabelecido principalmente para a carne e o pão, mediante parecer dos pedidos de aumento desses produtos pelas respectivas associações.<sup>61</sup> Também foram tabelados: o leite, em dezembro de 1952, por Cr\$5,00, após consultada a diversas cidades quanto aos preços cobrados por esse produto;<sup>62</sup> o bacalhau, em novembro de 1953, mas retornando à fórmula CLD em janeiro de 1954, de acordo com pedido feito pelas firmas S.A. Magalhães e Paes Mendonça e Cia., ao Conselho da COAP;<sup>63</sup> o pescado e café em pó.<sup>64</sup>

Foram também homologados pela COAP aumentos de energia elétrica, água, bondes, ônibus, passagens intermunicipais, refrigerantes, telefone, cinema, cafezinho e média, serviços de barbearia, salão de beleza e lavanderias, gasolina.<sup>65</sup>

Sob o tabelamento de preços haviam, portanto, poucos produtos. Tema que assumiu repercussões em conjunturas específicas, a exemplo do começo do ano de 1953, quando o órgão foi alvo de críticas na campanha de Jânio Quadros para prefeito de São Paulo. Associou-se à derrota política do governo Vargas, a atuação do órgão controlador de preços. Como reação, a COFAP falou da possibilidade de retornar aos tabelamentos e o governo federal voltou a discutir a questão do congelamento de preços.

Nem a ampliação do tabelamento, nem o congelamento foram postos em prática, permanecendo ao nível de propostas. De concreto, em reação à derrota política sofrida em 1953, em São Paulo, ocorreu a mudança da direção do órgão. Em lugar de Benjamim Cabello que recebia críticas crescentes dos setores conservadores por seu antigo envolvimento com o partido comunista, assumiu o Oficial do Estado Maior, Helio Braga.<sup>66</sup>

O novo presidente da COFAP iniciou sua gestão com medidas administrativas punitivas, anunciando expurgos de pessoal por corrupção na fiscalização<sup>67</sup> e servidores comunistas, já tendo sido localizado um elemento de direção sindical do PCB.<sup>68</sup> De certa forma, uma maneira de associar à imagem negativa manifestada sobre o órgão em São Paulo, apenas a questão de corruptos e comunistas, que prejudicavam o funcionamento da COFAP.

Ainda em maio desse ano, A TARDE informou que a COFAP esteve propensa a abandonar a fórmula CLD, uma vez que os intermediários não fizeram jus à confiança que lhes foi creditada, passando então ao tabelamento direto.<sup>69</sup> Notícia que ficou desmentida alguns dias depois com um pronunciamento do Presidente da COFAP:

a política do governo não podia ser em hipótese alguma unilateral. Teria de olhar os dois lados no trabalho de contenção da alta dos preços —, tendo em vista o interesse do consumidor, mas não esquecendo também a posição do produtor. Pretendia, pois, estimular o comércio e a indústria, sem prejudicar os consumidores, mas eliminando tabelamentos empíricos e a burocracia retardatária.<sup>70</sup>

e concluiu afirmando que o governo estava estudando um plano de fomento da produção, instalação de silos e grandes armazéns, importação de produtos essenciais nas entre-safras. Coincidiu esta posição assumida publicamente, com a circulação no Congresso

do projeto de Armando Falcão pela extinção do órgão, agregando o apoio das Associações Comerciais.

A discussão pelo governo da possibilidade de intensificar o controle de preços voltou a ocorrer em março de 1954, quando discutiu-se também o aumento do salário mínimo que se estabeleceu em maio daquele ano. A COFAP, inclusive, chegou a nomear comissão para estudos sobre o congelamento de preços, conforme fôra sugerido pelo Ministro João Goulart antes de exonerar-se. Sindicatos e lideranças vinculadas ao extinto Partido Comunista assumiram a luta pela execução dessa proposta, alegando a necessidade de manter-se a conquista obtida com o novo mínimo. Os estudos não foram adiante e após a morte de Vargas, a COFAP anunciou um plano de liberação dos preços para combater a carestia.

#### A Desmoralização da COAP

As críticas à atuação do Órgão a nível federal e estadual se avolumaram e foram feitas pela sociedade como um todo: imprensa conservadora, vinculada ao PSD, e comunista; populares; liberais; burguesia comercial e parlamentares, em especial, os antigetulistas. Para cada um destes, as razões foram distintas e os argumentos diversos.

O Conselho da COAP ressentia-se com as críticas, sempre considerando-as injustas e apressadas. Já no mesmo mês da instalação do órgão na Bahia, se discutiu internamente sobre as medidas administrativas para combate às "críticas apressadas e de interesses pessoais".<sup>71</sup> No mes seguinte, o Conselho elogiou a presença de uma vereadora, Nemur Valle Laffette:

esse gesto, mui digno e criterioso da ilustre Verea

dora, era muito bem recebido pela Presidência e demais membros, ademais quando a COAP vem sofrendo algumas críticas apressadas por falta do conhecimento e da compreensão das suas atividades.<sup>72</sup>

Citou, então, as agressivas críticas feitas pela vereadora Laurentina Pugas que atacara o órgão e chegara a pedir a extinção do mesmo e demissão do presidente. O conselho destacou a atitude da vereadora presente que com um simples aparte ao vereador Isidoro Bispo dos Santos, em debate da câmara sobre a utilidade e eficiência do órgão, conseguira "sustar os ataques levianos e precipitados que eram feitos a êsse órgão".

Em sessão posterior, quando persistiram os problemas gerados pela decisão da COAP quanto a carne verde e discutiu-se sobre a liberação dos preços que fôra aprovado em 30/09/52), o relator do processo recomendou cuidado com as críticas pelo público, que queixava-se da alta do produto. Alertando também para a maledicência, pois chegara a ouvir de um espectador que "a carne subiu de preço para pagar os ordenados do pessoal da COAP". Para ele, sinal do desejo de desmoralizar o órgão e do desconhecimento dos sacrifícios impostos aos seus servidores.<sup>73</sup> Com essa liberação do preço da carne, as críticas aumentaram. Até então, A TARDE, que se mantiveram omissa às críticas, afirmou que se a carne estava escassa e cara, à COAP,

a verdade seja dita, cabe a maior culpa da nova situação criada, embora animada das melhores intenções quando liberou o comércio do "beef", num momento em que as divergências entre abatedores se tornavam mais profundas.<sup>74</sup>

O MOMENTO aprofundou as denúncias e aproveitou para no editorial "A COAP e o Preço da Carne" lembrar que Getúlio ao criar o órgão, anunciara-o

como o instrumento que iria acabar com a especulação dos tubarões dos lucros extraordinários, defendendo o povo de sua exploração gananciosa, liquidando com a carestia.<sup>75</sup>

Um órgão com amplos poderes em lugar da desmoralizada CEP. Mas a verdadeira resposta havia sido dada com a liberação da carne. A COAP "como Pilatos lavou as mãos na briga dos tubarões do Retiro e São Roque".

Depois do incidente da carne, o adiamento do prazo para inscrição de Firms pela COAP, que revelou mais uma vez a fraqueza do Órgão junto ao comércio local, foi mais um motivo de críticas. O legislativo alegou que o órgão não tinha como função prorrogar prazos ou aumentar preços. Em 11/06/53, o Conselho aprovou voto de protesto contra atitude de vários membros do poder legislativo, em especial da Câmara de Vereadores, que incompreendiam a natureza, finalidade e atuação da COFAP e esqueciam que era um órgão federal, resultante da lei elaborada pelos representantes do povo — o Congresso Nacional —. Resolveram então, a partir daquela data, mandar cópia da ata às casas do legislativo. Desta vez, o motivo de tais críticas, foi principalmente o equivocado aumento do pão, com uma fórmula que segundo A TARDE prejudicara o povo e tinha sido uma das mais infelizes atitudes do órgão.<sup>76</sup> Agregou-se a tais críticas, a decisão do aumento do café que havia sido superior ao solicitado pela Associação dos Torrefadores.

O Conselho ressentiu-se também com a Imprensa. Na sessão de 14 de maio de 1954, o presidente Euvaldo da Silva Caldas que substituiu Hélio Machado, lamentou que a Imprensa não colaborasse com o órgão, motivo pelo qual iria organizar um serviço de divulgação sobre a COAP para distribuir aos jornais.

A TARDE que em 19/12/51 anunciou que o povo esta-

va armado para defender-se dos exploradores e comentou

Na Bahia onde tudo é caro, onde as casas ficam fechadas esperando preços astronômicos, onde a tabela de preços nunca é respeitada, esta lei virá pôr cobro em tudo isto, desde que, condenados alguns "tubarões", os demais terão que optar entre retrair-se ou arriscar-se ao julgamento popular<sup>77</sup>

em 13/09/52, doze dias depois de noticiar a instalação da COAP na Bahia, já não revelou o mesmo conteúdo otimista, afirmando que "apesar da existência das comissões de preços, os gananciosos encontram sempre um meio de agir contra a bolsa do povo".<sup>78</sup>

Em 1954 já não tinha dúvidas sobre o fracasso do órgão. No editorial "Preços Sem Controle" declarou:

O insucesso das COAPs estaduais é um fato tão significativo, que sendo a COFAP uma entidade da administração federal destinada a vigiar e estabelecer as normas das tabelas dos preços de todas as utilidades de consumo no país, nem por isto aquelas suas congêneres têm conseguido existência que corresponda à sua tarefa.<sup>79</sup>

No DIÁRIO DA BAHIA, após tabelamento provisório da carne de boi em 01/01/53, Walfrido de Moraes elogiou a medida do governo e a perspectiva de importar carne congelada, mas criticou a atitude do presidente do órgão que comunicara a sua "disposição em viver em boa harmonia com a imprensa". Para tal, pretendia distribuir dois mil cruzeiros a cada representante dos jornais baianos,

o que evidentemente será repellido pois os moços da nossa imprensa são todos muito pobres, mas não se prestam a um expediente de receber "perus" para cessar campanhas que visam bem-estar coletivo, como a que vimos mantendo sob as maiores simpatias da família baiana.<sup>80</sup>

Também os trabalhadores, aqueles para quem Vargas

pretendera sustentar e ampliar o apoio político com a criação do órgão, já em janeiro de 1953, insatisfeitos com a ação da COAP no Estado, se dirigiram ao governador, representando a Federação dos Trabalhadores da Bahia, para comunicar que haviam entregue a Rômulo Almeida um memorial à Vargas, no qual pediam a exoneração do seu presidente Oscar Emerson do Rêgo Falcão.<sup>81</sup> Acreditavam, portanto, que o insucesso do órgão se prendia apenas a uma gestão ineficiente.

Porém, sem dúvida, a COAP da Bahia chegou a conquistar o apoio e simpatia popular, ainda naquele ano, na gestão de Hélio Machado.

#### 4.2 - O FENÔMENO HÉLIO MACHADO

Em 22 de junho de 1953 foi nomeado para a presidência da COAP na Bahia, o Sr. Hélio Ferreira Machado, após a gestão de Oscar Falcão e de Salustiano Senna, este na qualidade de presidente em exercício. Mais uma vez, o órgão que tinha uma história vinculada a política populista de Vargas não teve na sua direção alguém ligado ao PTB local.<sup>82</sup>

Hélio Machado além de estar desvinculado da vida política baiana, tinha uma história que revelava uma anterior oposição ao Presidente Vargas.<sup>83</sup> A sua apresentação pública mencionou apenas que ele era o gerente na Bahia da empresa aérea Cruzeiro do Sul.

A atuação do novo Presidente da COAP/Ba. marcou um verdadeiro parêntese na vida do órgão. Pela primeira vez na Bahia, a ação da COAP assumiu um caráter popular e teve à sua frente um verdadeiro político que conseguiu colher frutos elei-

torais com um órgão que, apesar de novo, já era alvo de críticas e descrédito.

Uma das primeiras mudanças ocorridas no órgão, na nova gestão, foi a exoneração do chefe da Divisão Econômica, Ranulpho Assis Baptista. Mas este ao comunicar à ACB seu afastamento da COAP, falou das boas intenções do novo presidente. Machado foi de imediato convidado a comparecer à sessão daquela Associação, tendo estado presente em 19/08/53. Nesta reunião não foi tratado nada relacionado ao controle de preços, mas sobre postos de abastecimento — sem concorrência desleal ao comércio, segundo compromisso do presidente da COAP — e a necessidade de estudar as causas que entravavam o abastecimento, afinal "a regularidade no abastecimento implica no equilíbrio dos preços e nos estímulos à produção no interior", conforme argumento do diretor Miguel Calmon. Esta relação amistosa entre Hélio Machado e a ACB não perdurou por muito tempo.

Naquele momento da conjuntura política baiana, Hélio Machado assumiu uma posição de destaque num órgão que fôra anunciado como solucionador da carestia, mas após dez meses de funcionamento encontrava-se totalmente desgastado, como já analisado anteriormente.

De imediato, o novo presidente pediu reexame de dois aumentos aprovados anteriormente: o pão, que fôra motivo de inúmeras queixas e críticas e salão de beleza. Para todos os dois, Hélio Machado obteve a reconsideração da decisão anterior.<sup>84</sup>

Com essas medidas, iniciou o presidente da COAP a angariar as simpatias populares, que tiveram, contudo, seu ponto máximo, ao tratar da questão mais polêmica para o consumo alimentar popular e que sempre fôra a fonte de maiores críticas ao órgão atual e à antecessora Comissão Estadual de Preços: a

carne de boi. Conseguiu também transmitir a imagem de eficiência, com criação de postos de abastecimento; denúncia pública contra pessoas que se faziam passar por fiscais; comparecimento à Câmara de Vereadores, que até então fôra reduto de críticas à ação do órgão; distribuição de tabelas para barracas de peixe; entrevistas em rádio e jornal; instalação de auto falante em carro da fiscalização. Os meses de agosto de 1953 a começo de janeiro de 1954, quando Hélio Machado demitiu-se da COAP, tiveram como tema em destaque a carne de boi.<sup>85</sup>

No começo de setembro, cerca de sete meses após o último aumento de carne verde, os abatedores articularam nova majoração. A forma como Hélio Machado conduziu essa questão foi surpreendente e ímpar na Bahia.

Nos açougues, a carne subia de preço ou escasseava. O jornal A TARDE noticiava a cada dia o agravamento da situação: "carne a Cr\$25,00" em alguns açougues (18/09/53), "Não há carne" (21/09/53), "Fechados os açougues" (22/09/53). Notícias que não revelavam uma novidade. A população de Salvador já conhecia aqueles sinais. Possivelmente, em breve, a questão seria resolvida com uma nova tabela.

Se pelo lado do comportamento dos abatedores não havia nada de novo, como a própria conservadora A TARDE reconheceu

Agora é o caso da carne que volta à baila. E voltará ainda outras, se não hcuver pulso forte, porque sabem os abatedores ser a carne o alimento básico, quasi indispensável, da nossa população. Forçam e obtem, quando e como querem, os aumentos extravagantes, sempre sob as vistas complacentes dos que poderiam e deveriam impedir a majoração,<sup>86</sup>

a atitude adotada pelo órgão controlador foi distinta das até então assumidas. Hélio Machado já anunciara, desde o dia 05 de setembro daquele ano que se os abatedores pleiteassem aumentos,

e insistirem no propósito, encontrarme-ão firme, decisivo, na negativa. E garanto que a população continuará a ter, nas suas mesas, o alimento básico de sua alimentação.<sup>87</sup>

No final de setembro, a situação radicalizou-se e, em reunião, os abatedores responderam à Hélio Machado que sem a COAP viabilizar a aquisição do boi em pé por menor preço não poderiam manter os de venda da carne. O presidente da COAP declarou, então, que a partir dali o mercado da carne estava sob a intervenção da COAP, que providenciaria o fornecimento do gênero à população local.

A imprensa falada e escrita noticiou o fato e publicou a nota oficial da COAP "ao digno povo da Bahia", esclarecendo que para impedir o aumento da carne verde, intervira no abastecimento da mesma e pedia a compreensão para os primeiros dias em que este se processaria de forma irregular.<sup>88</sup>

Como medidas para intervenção anunciou, inicialmente, o recebimento de carne de Goiás, depois substituído por um contrato com Fausto Oliveira - o concorrente não filiado à Associação dos Abatedores. Nesse contrato, constou a obrigatoriedade do abate médio diário de 200 cabeças por quinze meses, mantendo o preço de Cr\$16,00 para o quilo de carne sem osso e Cr\$12,00 com osso, em troca do monopólio do matadouro do Retiro.

A TARDE comentou que já ouvira rumores anteriores que este seria o plano previsto por Hélio Machado, o que foi desmentido pelo mesmo. O jornal elogiou a decisão da COAP no início, mas criticou que o contrato não previsse punição no caso do não cumprimento por Fausto Oliveira e não permitisse outro abatedor que aceitasse manter o preço a utilizar-se do matadouro do Retiro. Fausto Oliveira ficou, assim, com o monopólio desse matadouro e do de São Roque, os dois que atendiam ao mercado

de Salvador.

Esta situação, porém, não se manteve pelo prazo previsto no contrato. A oposição do lobby da carne se fez de imediato. Como primeira medida, os abatedores recorreram ao judiciário. Em nota paga, esclareceram a sua atitude em relação à COAP e denunciaram Fausto Oliveira como o responsável pela crise no abastecimento da carne verde, o qual havia sido "tanguido" de Aracaju por não cumprir contrato e descumpria cláusulas contratuais do arrendamento do matadouro São Roque.

E vociferaram:

Firmas tradicionais, algumas delas com mais de QUARENTA anos de existência, por certo não se poderão conformar com essa arbitrariedade ilegal e suspeita da COAP. As medidas judiciais e cabíveis já foram tomadas.<sup>89</sup>

A pressão dos abatedores se intensificou, marcando o início da grande oposição destes a Hélio Machado. Ao agir de tal forma fizeram crescer o respeito popular ao presidente da COAP, que assumia a figura de defensor do povo, inimigo dos grandes inimigos da família baiana, os abatedores. Manifestações de apoio a Machado ocorreram através de cartas à imprensa; telegramas de apoio enviados ao órgão e relatadas na ata de 13/10/53 e trovas populares, a exemplo do "Gás Helio nos Açougues" de Zé Povo:

Por isso é que o povo anseia,  
 Gas "helio" como energia,  
 Nos "zepelins" do açougue,  
 P'ra almoço, janta e ceia  
 É não a nova sangria...  
 Por isso é que o povo anseia,  
 Gás "helio" e não azougue,  
 Nos "zepelins" do açougue!  
 Quem mata boi, não é tiro,

Nem flexadas, nem tacape.  
 Quem mata boi é "machado",  
 Desses da marca "COAP",  
 Quer seja aqui, no Retiro,  
 Ou mesmo vindo importado...  
 Quem mata boi é "machado"  
 Desses da marca COAP!<sup>90</sup>

Enquanto a polêmica sobre a carne permanecia nas folhas dos jornais e nas rádios baianas, circulava pelo Congresso o projeto que dava autonomia política à Salvador, deixando de ser base militar, o que permitiria a eleição direta do futuro Prefeito da capital baiana.

Novas formas de pressão foram assumidas pelos abatedores. Nota paga sobre a situação dos açougueiros foi publicada na imprensa, ressaltando que estes, através do sindicato, haviam enviado telegrama ao Ministro do Trabalho para solução do problema que os atingia. Mas o teor da nota revelava a relação com os abatedores prejudicados, falando nas "firmas tradicionais" afastadas do comércio da carne e denúncias do comportamento irregular de Fausto Oliveira.<sup>91</sup>

Uma nova instância de pressão se incorporou em 30/09/53, quando a Associação Comercial da Bahia decidiu intervir, em nome do desemprego gerado para grande número de pessoas e dos "interesses feridos de um grupo de comerciantes legalmente estabelecidos".<sup>92</sup>

A tensão da crise chegou nos primeiros dias de outubro ao seu ponto mais alto. Aliado à pressão exercida pelos abatedores tradicionais e seus açougues fechados, a firma monopolizadora do abate e venda da carne verde encontrava dificuldades para abastecer a cidade do Salvador, por falta de açougues para revenda. Desta forma em 06/10/53, numa reportagem na imprensa intitulada "Os Jardins Estão Transformados em Açougues",

uma foto mostrou o Jardim do Campo da Pólvora com carnes penduradas nas árvores, com o seguinte dizer:

Na falta de açougues, a empresa monopolisadora do comércio da carne verde resolveu, para não deixar a população sem seu principal alimento, transformar as árvores dos logradouros públicos em ganchos de casa de talho <sup>93</sup>

A COAP mantinha-se firme no acordo feito com Fausto Oliveira, que associara-se a mais cinco pequenos abatedores, garantindo Hélio Machado que a distribuição seria normalizada.

Na Câmara de Vereadores debateu-se o problema da carne, com as galerias lotadas de açougueiros. Cosme de Farias criticou a COAP pelo "contrato imoral" de monopólio e outros criticaram a atitude de Hélio Machado, defendida por Osório Vilas Boas. Enquanto isso, uma carta de leitor em A Tarde, revelava a simpatia popular pela atitude do presidente da COAP.

Decerto haverá quem por interesse direto ou por desilusão da sinceridade de certas atitudes que muitas vezes serve de máscara para intentos inconfessáveis, maldiga ou se abstenha de contribuir para a exaltação do gesto da COAP com relação aos preços do precioso alimento. A grande maioria da população, porém, bate palmas à medida salvadora e exulta ao vêr que o Brasil ainda tem filhos dedicados e capazes de lhe defender o patrimônio moral e de impedir que o turbilhão de desatinos que inquieta o mundo o arraste para o abismo. <sup>94</sup>

Na primeira semana de outubro, encerrava-se a história do órgão controlador que resolvera entrar em conflito com o forte grupo de abatedores. Finalmente, com a decisiva intervenção do governo estadual, que mais uma vez se interpunha entre COAP e abatedores, dava-se por rescindido o contrato do monopólio, que durou cerca de quinze dias. Para tanto, os demais

abatedores poderiam voltar ao comércio da carne verde, com o acordo de manterem pelos 15 meses o preço do produto.

O governo estadual emitiu uma nota oficial, esclarecendo sua interferência:

O Governador do Estado, tendo em vista o problema do abastecimento de carne verde, nesta capital, agravado de maneira imprecionante nestes últimos dias por um evidente choque de interesse – e colocando, acima destes, os superiores interesses da população – manteve hoje pela manhã, sucessivas conferências no Palácio da Aclamação, respectivamente com o Sr. Hélio Machado, Presidente da COAP; diretores da Associação Comercial da Bahia e pecuaristas, resultando, dos entendimentos havidos, um esquema capaz de determinar a normalização do mercado, a partir de amanhã. Em tais circunstâncias, graças a interferência do Governador, dentro dessas 24 horas teremos sanado o impasse criado, restabelecendo-se a livre concorrência com o desaparecimento do monopólio existente e mantendo-se um compromisso de honra entre os elementos fornecedores e as autoridades, de que será respeitado o preço do bife, de acordo com a tabela fixada pela COAP.<sup>95</sup>

Para chegar-se a esse final, Hélio Machado reuniu-se com Fausto Oliveira e Orlando Moscozo, para que o primeiro aceitasse a rescisão do contrato vigente e o segundo concordasse em manter por 15 meses, os preços vigentes de Cr\$16,00 e Cr\$ 12,00 o quilo da carne sem e com osso, respectivamente.

Muito cedo as denúncias de não cumprimento do acordo apareceram na imprensa. A carne verde começou a escassear e desaparecer dos açougues. No final desse mesmo mês de outubro, já se solicitava que a COAP permanecesse enérgica e obrigasse o cumprimento do acordo, com o abate na quantidade estabelecida no mesmo. A TARDE pediu esclarecimento público dos abatedores, enquanto denunciava estar parecendo uma nova manobra

altista.<sup>96</sup>

As denúncias de escassez permaneceram nos meses de novembro e dezembro, junto com fraudes no peso de carne e de sobediência à tabela. Em vez de Cr\$16,00, muitos açougues vendiam a Cr\$18,00 e Cr\$20,00. Donas de casa ligaram para A TARDE, queixando-se contra a exploração e desrespeito.

Em novembro a COAP decidiu formar duas comissões para estudo e propostas. Uma sobre pecuária e outra sobre o abastecimento de carne em Salvador. Em 05/01/54, o Conselho da COAP reuniu-se para discutir e decidir sobre a questão. Terminava ali a participação de Hélio Machado no órgão controlador de preços, ao tempo em que se concedia novo aumento para a carne de boi. Mas, pela primeira vez, adiado cerca de quatro meses após o desejado pelos poderosos abatedores.

O relatório sobre o estudo da carne esteve a cargo do técnico do Instituto de Pecuária Ivan Maia Fachinetti, que era representante deste órgão no Conselho da COAP. As conclusões do estudo foram submetidas a votação do plenário. Ficou decidido, por unanimidade: 1- a impossibilidade de manter a tabela em vigor, em decorrência do preço do boi; 2- a adoção de uma tabela móvel, onde o preço seria corrigido mensalmente de acordo com o da arroba em Feira de Santana, devendo o quilo da carne verde ser cobrado ao consumidor acrescido de Cr\$0,30 sobre o preço do quilo do boi em pé; 3- a entrega da carne do abatedor aos açougueiros pelo preço de compra do boi em pé menos Cr\$0,30 e proibição de desossagem (exceto o filet); 4- a fixação do preço (dentro da tabela móvel) de Cr\$14,20 para o quilo da carne de boi do abatedor para retalhista e de Cr\$15,00 deste para o consumidor. Também fixaram o preço das vísceras do boi e rejeitaram o proposta de reduzir a matança para três dias na semana.

A sessão da COAP foi antecipadamente preparada por

Hélio Machado, que àquela altura já tinha consciência do rumo e da decisão que se tomaria. Admitir simplesmente o aumento, antes dos 15 meses que estabelecera manter sem alteração, seria a sua derrota e desmoralização pública. Assim, diante de duas emissoras de rádio que gravaram a sessão "para que o povo soubesse das resoluções da carne verde", Hélio deu seu voto pelo aumento de preço e após decisão final fez seu discurso, lembrando ao povo que aceitara o cargo para tudo fazer para evitar aumento do custo de vida.

Circunstâncias venceram todas as suas resistências e sentindo falta do apoio necessário e indispensável a solução deste e de outros problemas que afetaram o custo de vida,<sup>97</sup>

só lhe restava o pedido de demissão. Em solidariedade, demitiu-se todo o Conselho, mas só Ivan Fachinetti reiterou e manteve seu pedido.<sup>98</sup>

Ajudou a aumentar a popularidade de Hélio Machado, uma polêmica travada, através da imprensa, entre ele e a Associação dos representantes dos negociantes de carnes verdes. Esta, em nota paga, acusou o ex-presidente da COAP de inépcia, impotência ou cálculo. Machado teria assistido a elevação do preço do boi em pé, sem nada fazer, motivo pelo qual não puderam cumprir o acordo de manter o preço da carne verde por 15 meses. O acusado, em resposta pública "ao povo da Bahia", esclareceu:

A COAP (e não a pessoa do dr. Hélio Machado) não assumiu compromisso de manter o preço do gado em pé, pois não poderia fazê-lo desde quando um grande número de abatedores é ao mesmo tempo composto de engordadores, ou seja, grandes proprietários do gado em pé e fixadores de seu preço.<sup>99</sup>

e que o termo de compromisso assinado pelos abatedores previa que a COAP tudo faria para conseguir a estabilização do preço

do gado em pé. Isto, segundo Hélio Machado, fôra feito através de contatos com Orlando Moscoso, presidente da Associação dos Abatedores e Instituto da Pecuária, "entidade que congrega os fazendeiros de gado do Estado".

Argumentou, então, que se alguém cumprira o acordo foi a COAP, enquanto os abatedores não cumpriram com o prometido, nem enquanto a comissão acabava o estudo. Denunciou, mais uma vez, que os grandes abatedores eram também engordadores de boi, citando os nomes:

Empresa de Carnes Verdes e da família Martins (abatedores e engordadores), a Industrial Pastoril, de Orlando Moscoso Barreto de Araujo, cuja família é tradicional na engorda de bois, a dos srs. Heráclito de Carvalho, Farias de Carvalho, etc... são todas elas de engordadores e abatedores. Se eles são os donos do boi e ao mesmo tempo abatedores não há COAP no mundo que possa ter êxito fixando preço que eles vendem a eles mesmos e finalmente concluiu:

Não me sendo possível manter polêmicas pelos jornais porque isso é bastante dispendioso para mim que não ganho dinheiro à custa nem de carne, nem do sangue, nem do estômago do povo, podem os abatedores tentar livremente falsear a verdade dos fatos, com a mesma má fé com que sempre agiram. O povo saberá julgá-los na hora oportuna!<sup>100</sup>

A hora do julgamento a que se referiu Hélio Machado, era o dia 3 de outubro de 1954, data da eleição do prefeito de Salvador.

Naquele mesmo mes de janeiro de 1954, no dia 27, o Senado da República aprovou o projeto de autonomia da capital baiana, que deixava de ser classificada como base militar. A cidade poderia eleger o seu prefeito que deixaria de ser nomeado pelo Governador.

Hélio Machado ao sair da COAP incorporou-se ao Partido Democrata Cristão (PDC), que na época estava reorganizando o diretório local. A nova diretoria do partido, em janeiro de 1954, passou o ter como presidente Reinaldo Sales e como vice, Hélio Ferreira Machado.

O PDC era um partido pequeno, de linha conservadora. Os seus pontos de defesa eram: a harmonia social, com colaboração do capital e trabalho; defesa da família constituída, pelo casamento monogâmico e indissolúvel; amparo à maternidade, infância, juventude e velhice; moralidade aos costumes; fortalecimento da autonomia municipal; assistência a população rural (crédito e juros baixos); liberdade de culto e defesa das tradições cristãs; construção de casas operárias junto aos locais de trabalho; fortalecimento e liberdade das associações profissionais e sindicatos; e reforma da estrutura social em função do bem comum. O PDC posicionava-se contra: o ateísmo, o comunismo, o fascismo e sucedâneos; divórcio e similares; o açambarcamento, a usura e o latifúndio; os trustes, monopólios e cartéis; abusos do poder econômico; o limite na intervenção do Estado à ação de planejamento, orientação e coordenação; a corrupção e a licenciosidade no teatro e cinema e excessos no rádio e imprensa. Seu lema era "Nem para a esquerda, nem para a direita. Para Frente e para o alto. Tudo para o homem e o homem para Deus".<sup>101</sup>

Este partido, em 04 de maio de 1954 lançou em convenção, Hélio Machado para candidato à prefeitura de Salvador.<sup>102</sup>

A campanha do candidato foi considerada pela imprensa uma inovação. Pautada principalmente sobre a sua atuação na COAP, onde enalteceu-se a sua capacidade de trabalho, incorruptibilidade e devotamento ao povo, a campanha não se limitou a comícios e propagandas. Ela foi iniciada com a realiza-

ção de mesas redondas nos bairros da cidade, começando com os comícios só em meados de setembro, após encerrar a primeira etapa.

Houve uma oposição organizada à Hélio Machado, que distribuiu panfletos anônimos acusando-o de ter participado da Ação Integralista e ter lhe cabido no golpe de 1938 a tarefa de matar Vargas. O candidato negou publicamente o fato, lembrando que fôra absolvido por unanimidade e acusou os "gananciosos da COAP" que lutavam contra ele por ter defendido "a gente simples e humilde".<sup>103</sup>

Hélio Machado conquistou também o apoio do extinto Partido Comunista, que indicou-o como candidato à prefeito, ignorando a sua anterior militância integralista e o partido que pertencia, o PDC, ferrenho opositor do comunismo.

O jornal "O MOMENTO" na véspera da eleição reuniu os nomes dos candidatos que apoiava: Antonio Balbino para Governador; João da Costa Falcão para deputado Federal; Walter da Silveira, Humerito Dourado (líder sindical) para deputado estadual; Walmor Barreto (professor universitário), Manuel Araujo (líder sindical) e Anibal Santos (líder do funcionalismo) para vereadores; Hélio Cabal para Senador e o engenheiro Hélio Machado para Prefeito de Salvador.<sup>104</sup>

Em matéria de destaque sob o título de "O Povo Bahiano Elegerá Hélio Machado o Prefeito da Capital", e com os subtítulos de "Candidato Apoiado Pelas Forças Populares" e "Contra a fome e a Carestia", o jornal comunista ressaltou que Hélio Machado era o homem que enfrentara os tubarões e tomaria medidas para deter a asfixiante carestia de vida, assim como encamparia a Circular. Era ele o candidato vitorioso: pelo congelamento de preços, aplicação da lei do salário mínimo, reajuste de salários e defesa da previdência.<sup>105</sup>

Em 27/10/54, A TARDE, apresentou o placar eleitoral: Hélio Machado 38.001 votos; Fernando Baggi 14.962; Adolfo Freire de Carvalho 12.834; Abelardo Andrea 11.259 e Carlos Barbosa Romeu 6.470. Estava eleito prefeito de Salvador, o ex-presidente da COAP. Alguns dias depois, em entrevista, com o destaque "A COAP DEU-LHE POPULARIDADE", nesse jornal, o candidato vitorioso afirmou que o seu programa baseava-se na tríade "habitação, alimentação e educação". Sobre a campanha, explicou que fôra baseada na discussão direta com o povo sobre os seus problemas e esclareceu que a candidatura surgira

das manifestações populares, que recebia, por onde andava, ante a atitude firme na COAP, em defesa de sua economia sempre antes desamparada, sem ninguém ter a coragem de se bater por ela. Senti, então, que o povo precisava de alguém em que pudesse confiar.<sup>106</sup>

Nessa reportagem, Hélio Machado ao ser perguntado se gostava de ser chamado de "Jânio da Bahia", respondeu que bastava ser ele mesmo, prefeito eleito pelo povo. Era exatamente a COAP o elo que identificava os dois prefeitos, o que revelava a importância da questão dos preços dos gêneros alimentícios junto as massas urbanas.<sup>107</sup>

Getúlio Vargas se fôra, mas os apelos populistas e os problemas básicos das populações de baixa renda e desempregados permaneceram como questões a serem resolvidas. O órgão que criara, com o fim de por fim aos abusos dos "tubarões" e à ganância, não conseguiu amenizar os problemas da carestia, que ultrapassavam a simples intervenção de um órgão, ao nível conjuntural e limitado a setores mais frágeis da burguesia comercial, pois os grupos mais fortes sempre estiveram prontos a exercer pressão contrária à sua intervenção.

Uma atuação atípica no órgão, que pareceu aos o-

lhos populares sinal de combate contra os seus exploradores, não foi capaz de se impor diante do forte grupo de pressão, com respaldo político: os engordadores, criadores de gado e abatedores. Mas se isso não foi capaz de ser realizado, a COAP permaneceu como símbolo de uma questão que pesava decisivamente para as massas urbanas. Se em 1953 Jânio Quadros fôra eleito numa campanha voltada contra a carestia e críticas ao órgão controlador de preços prefeito de São Paulo, um ano mais tarde, Salvador, cidade onde a questão da alimentação associada a da carestia de vida, apresentava-se como um grave problema a ser resolvido, voltou a ter na COAP o símbolo maior da eleição do novo prefeito.

Confirmou-se, assim, através da Comissão Estadual de Abastecimento e Preços, um fenômeno na política baiana. Alguém, sem qualquer participação na política local, conseguiu atingir já a posição de Prefeito da cidade. Segundo Fachinetti

um fenômeno que não se repetiu. Não se encontra assim uma ascensão rápida na política, principalmente baiana, e naquele tempo em que a política era um patrimônio familiar que se transmitia e Hélio Machado não tinha nenhuma tradição política.<sup>108</sup>

Dessa forma, a questão mais emergente para as massas urbanas naquela conjuntura - a carestia dos gêneros alimentícios - estabeleceu as condições para o surgimento de uma liderança populista na cidade de Salvador. Alguém não ligado historicamente a Vargas, até fôra seu inimigo, passando a auxiliar na administração federal e que soube reconhecer a dimensão social do problema. Ao contrapor-se a fortes segmentos comerciais, responsáveis pela venda do item mais importante na alimentação e mais antipatizado pelo consenso popular e revelar as pressões exercidas pelos mesmos, transformou-se de solucionador a vítima

do problema da carestia. Variáveis mais que suficientes para estabelecer as condições do aproveitamento populista do tema carestia e da intervenção estatal com o objetivo de combatê-lo.

## NOTAS

1. A TARDE, 27/11/51 (Rio). p. 1
2. A TARDE, 14/12/51, p. 1
3. A TARDE, Ed. Abastecimento e Preços. 26/01/52, p. 3
4. A TARDE, 19/12/51, p. 2
5. A TARDE, 19/12/51, p. 2
6. DIÁRIO DA BAHIA, 17/01/52, p. 1. Este jornal era vinculado ao PSD. Costumava também denunciar a carestia e cobrar do governo federal medidas eficazes contra os "tubarões". Pelo seu caráter político partidário, defendia o governo estadual das críticas que lhe eram imputadas até a existência da CEP e, depois da criação da COFAP/COAP, mostrava que o governo local nada tinha com o controle de preços.
7. DIÁRIO DA BAHIA, 18/01/52, p. 1
8. DIÁRIO DA BAHIA, 05/01/52, p.3
9. A TARDE, 01/02/52, p. 1
10. CEP - Ata do Conselho de 24/03/51. Os agentes citados seriam pessoas credenciadas para fiscalizar.
11. O MOMENTO, 17/03/51, p. 1 e 4
12. Expedito Cruz que era o Secretário de Agricultura, Presidente da CEP e do PTB demitiu-se em 14/04/51, em decorrência da saída deste Partido da Coligação. Quando o PTB reuiu sua posição, reintegrando-se à Coligação, Cruz foi readmitido como secretário, mas é importante notar, não mais naquela pasta, e sim na do Interior e Justiça.
13. Ivan Fachinetti, em depoimento gravado (jan./85), reconheceu que a tabela móvel não chegou a funcionar, apesar da sua convicção de ser o método mais racional. Ela deveria refletir a lei de mercado, mas o jogo de interesses não permitia, tornando-a ineficiente, de acordo com o depoente.
14. A TARDE, 27/05/51, p. 2
15. Associação dos Estabelecimentos de Padarias. Nota paga publicada na TARDE de 27/04/51, p. 10
16. A TARDE, 20/09/51, p. 2. Pronunciamento de Nonato Marques na Mesa Redonda sobre a carestia. Este foi o Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio que substituiu Expedito Cruz.
17. Departamento de Imprensa Nacional - "Coleção das Leis de 1951", p. 110. A Lei 1522 vigoraria sessenta dias após sua publicação.

18. Benjamim Cabello, segundo Cid Teixeira, em seu depoimento (jan./85), foi "um velho revolucionário de 30. Um homem que, aparece com presença forte e atuante nos dias da Aliança liberal".  
No livro PCB - Memória Fotográfica: 1922-1978, na p. 50, há uma foto de prisioneiros na casa de Detenção do Rio de Janeiro, em 1936. Entre eles estava Cabello. Os demais eram Joaquim Silveira, J. Gay da Cunha, Barão de Itararé, Dinarco Reis e Maurício de Lacerda.  
O jornal comunista O MOMENTO, por sua vez, não poupou-lhe críticas em 1952, a quem definia como "político formado na escola do demagógico Getúlio" e "fantoche da política Getulista" (8/11/52, p. 3).
19. A TARDE. Ed. "Começa a Exploração": 15/03/52, p. 3
20. DIÁRIO DA BAHIA, 04/09/51, p. 1
21. Oscar Falcão era irmão do ex-ministro do trabalho Waldemar Falcão, primo do deputado federal Armando Falcão e comerciante. Havia chefiado o SAPS em 1941, foi representante da Associação Comercial da Bahia no Rio de Janeiro e segundo A TARDE era um homem de confiança de Vargas. O vínculo do primeiro presidente da COAP na Bahia com o setor comercial foi destacado no Capítulo 3.
22. Depoimento de Lúcia Borges Machado Mello, jan./85.
23. Depoimento de Cid Teixeira, jan./85.
24. Vindo de Sergipe, se instalou no mercado da carne bovina em Salvador. Fausto Oliveira monopolizava o Matadouro de São Roque, conforme contrato que assinara com o Governo local. Possuía cadeia de açougues e também promovia a engorda de bovinos. A oposição dos demais abatedores, em especial os mais tradicionais, ao intruso que não era filiado à Associação dos Abatedores era acirrada.
25. No dia 10/09/52, uma nota em A TARDE à p. 10, dizia "Ontem, às 21:30, sobre esse assunto, a Rádio CULTURA transmitiu uma reportagem gravada em vários pontos da cidade, quando várias pessoas se declararam indignadas com a COAP, tendo um dos entrevistados relembrou palavras do Presidente Vargas, que disse que o povo acabará fazendo justiça com as próprias mãos".
26. A TARDE, 08/09/52, p. 2
27. A TARDE, 13/09/52, p. 2 e 19/09/52, p. 2. DIÁRIO DA BAHIA, 12/09/52, p. 3
28. DIÁRIO DA BAHIA, Coluna Capital e Trabalho, 11/09/52, p. 2
29. Declaração de Cabello em reunião feita na Associação Comercial do Rio de Janeiro com comerciantes e produtores para assinarem convênio que estabilizasse os preços do milho, arroz, farinha de mandioca e feijão, publicado na TARDE de 11/09/52, p. 1
30. Renato Sampaio - Essa COAP, 17/09/52, p. 5
31. Associação Comercial da Bahia - Boletim Mensal, julho/52,

pp. 21/22

32. COAP - Ata do Conselho, 29/10/52
33. Decisão assumida na sessão da ACB de 03/06/53 pela extinção da COFAP e revogação da lei 1.522 de 26/12/51, (ACB - Boletim Mensal de junho/52, p.4)
34. COAP - Ata do Conselho, 25/09/52
35. COAP - Ata do Conselho, 16/12/52
36. A TARDE. Ed. A Carne Congelada, 04/02/53, p. 3
37. A TARDE, 07/02/53, p. 2
38. Gonçalo Mendes - Coluna Quarto Poder. DIÁRIO DA BAHIA, 08/02/53, p. 3
39. Estes preços foram fixados pela COAP em 31/12/52, mediante intervenção do governo estadual. No dia anterior o Conselho decidira o tabelamento em Cr\$10,00 (com osso), Cr\$14,00 (sem osso) e Cr\$26,00 (filet) e a publicação da portaria. Naquele mesmo dia, o Presidente da COAP foi chamado a reunir-se com o Governador, Secretário de Agricultura e abatedores, que propuseram o preço de Cr\$12,00 (com osso) e Cr\$16,00 (sem osso). No dia 31/12/52, o Conselho voltou, então, a reunir-se, com a participação de representantes dos abatedores, que chegaram a afirmar que a COAP antes de tabelar a carne verde deveria ter se reunido com os mesmos. A essa "petulância", o Conselho reagiu e protestou, alegando que um órgão controlador da República não tinha que estar obrigado a isto, quando, inclusive, os abatedores subiam de preço sem qualquer satisfação. Apesar desse protesto, o Conselho decidiu revogar sua decisão do dia anterior e aceitar a proposta do governo estadual. Um conselheiro-Fontes Lima (Sec. de Agric., Ind. e Com.)-votou com a observação de que aceitaria o preço da Secretaria de Agricultura, já publicado na imprensa, até que chegasse a carne congelada, entrando em vigor, então, a tabela da COAP. O que entretanto não ocorreu.
40. A TARDE, 20/02/53, p. 2
41. COAP - Ata do Conselho, 31/03/53
42. COAP - Ata do Conselho, 7/04/53
43. Depoimento gravado em janeiro/85. Outro pronunciamento, na época, que refletiu essa visão, foi dada pelo Conselheiro Fontes Lima que afirmou em 1954, em discussão sobre o abastecimento de legumes em Salvador, que o problema não era de produção, mas de distribuição, que encarecia o produto e sugeria a criação de uma cooperativa agrícola para Salvador.
44. A TARDE, 28/08/53, p. 2
45. A TARDE - "A COAP e o Povo"- Esclareceu na reportagem que os caminhões foram mandados pela COFAP, 9/07/54, p. 2
46. A TARDE. Ed.: "À Moda Al Capone" Sobre o incidente afir-

mou:

Pois não é que, segundo se informa, um dos distritos da cidade o de Brotas, u'a malta de desocupados resolveu atacar, depredando o caminhão de gêneros da COAP, visando ao que se diz, evitar continuasse o mesmo a vender gêneros a preços inferiores aos dos armazens particulares?

21/07/54, p. 3

47. COAP - Ata do Conselho, 13/08/54
48. A TARDE. Ed. "Providência Inútil". 23/08/54, p. 3
49. COAP - Ata do Conselho, 25/11/52
50. COAP - Ata do Conselho, 02/01/53
51. Esta medida foi adotada na gestão de Hélio Machado.
52. A TARDE, 26/8/53, p. 10
53. Naquela gestão (janeiro a setembro de 1954) foram criadas as COMAPs nos Municípios de Ilhéus, Alagoinhas, Camaçari, Ibicarai. Em realidade não passaram de indicação de um elemento para representar a COAP e encaminhar denúncias, que objetivamente não eram resolvidas pelo órgão.
54. A TARDE constantemente fazia essas críticas, a exemplo de: numa crise da carne verde, em 1953, culpou a COAP pela omissão e falta de corpo de fiscais (26/03/53); em 17/10/53 pediu fiscalização contra os açougueiros que lesavam no preço e no peso da carne de boi; em 28/07/54 apontou a falta de fiscalização como a responsável pelo crescimento "assustador" da carestia em Salvador; embora em 12/07/54 e 26/07/54 mostrou fotos de fiscais da COAP com balanças apreendidas, mostrando o resultado da ação dos mesmos. O DIÁRIO DA BAHIA, em 08/02/53, denunciou que a COAP era "metafísica" e distante do povo. Nem no centro da cidade se respeitava as portarias do órgão.
55. A TARDE, 29/02/54 - Cartas à Redação - de Bento Santos, p. 3
56. A TARDE, 07/05/54. Junot Silveira - "À COAP", p. 3
57. Na sessão da COAP de 06/11/52 o representante da Federação das Indústrias na Bahia - Otávio Machado - questionou a necessidade da COAP estender o controle de preços a todos os produtos. Ao que o presidente Oscar Falcão discordou, alegando que a COAP só podia intervir de acordo com determinação da COFAP e esta "por ora, só incluiu na fórmula CLD cinco produtos - charque - arroz - feijão - bacalhau e farinha de mandioca, razão porque não pode a COAP se estender a outros produtos, seja para tabelar, seja para restringir a circulação" (p. 47)
58. Isto decorria do fato de não ficar definido um preço fixo que fosse de conhecimento de todos. Para se verificar se um comerciante estaria praticando o preço certo se teria que aplicar a fórmula por produto, incluindo os custos e

- despesas incorridas previstas na Portaria, acrescentado o percentual de lucro permitido.
59. Após essa decisão, O MOMENTO denunciou que os gêneros mais consumidos tinham elevado de preço "escandalosamente", destacando o xarque e o toucinho (27/11/52)
  60. Em relação aos produtos farmacêuticos, foi estabelecido a margem de lucro de 30% com a obrigatoriedade dos catálogos dos laboratórios serem visados pela COAP, em novembro de 1952. Posteriormente, a COFAP determinou a redução em 10% no preço desses produtos (setembro/1953)
  61. Quanto ao pão, houve dois pedidos de aumento entre 1952 e 1954. Um em maio de 1953 e outro em junho de 1954. Ambos foram aprovados mas não conforme o pedido da parte interessada, que recorreu nas duas decisões. O primeiro foi revisado a pedido do novo presidente que assumiu logo após a resolução da COAP (Hélio Machado). Esta decisão decorreu das críticas geradas pela imprensa e populares à tabela da COAP que previu a menor fabricação para o pão de menor preço e de maior consumo (500 gs). Na nova decisão se estabeleceu o preço único para os três tipos de pão (50, 100 e 500 grs).
  62. Conforme telegramas recebidos pela COAP, os preços foram os seguintes: Espírito Santo Cr\$3,50; Alagoas Cr\$5,00, Florianópolis Cr\$3,00; interior de Santa Catarina Cr\$6,00; Porto Alegre Cr\$3,50; Curitiba Cr\$4,00; São Paulo Cr\$3,70 (dado da COAP/SP) e Cr\$3,00 (dado da Prefeitura/SP); Recife Cr\$4,50; Rio de Janeiro Cr\$3,90 (domicílio) e Cr\$3,70 (balcão); Minas Gerais Cr\$3,40. Diante das informações o Conselho questionou a necessidade de tabelar, enquanto Raulpho Baptista argumentou que era preciso concluir estudos. Resolveram consultar a COFAP e só em 30/12/52 decidiram sobre o tabelamento a preço acima de quase todas as capitais pesquisadas. A medida contou, inclusive, com a forte oposição e reação de um fornecedor de leite de Salvador - Edelwais.
  63. O Conselho além de liberar o preço, autorizou a saída de Salvador de 50% do estoque do produto.
  64. Sobre o café, a COAP tabelou em Cr\$28,50 o quilo, em abril de 1953, alterado para Cr\$33,50 em junho/53. Em outubro/53 a divisão econômica deu parecer favorável a Cr\$35,00 (para revendedor) e Cr\$40,00 (para consumidor) para o quilo de um tipo de café especial, a pedido da firma Mario da Silva Cravo, aprovado pelo Conselho. Novo preço para o produto foi estipulado em abril/54. Aprovado em Cr\$42,40 (grossista) e Cr\$48,80 (retalhista), com base em portaria da COFAP. Os torrefadores, porém, alegando que o povo não suportaria mais aumentos decidiram cobrar Cr\$40,00 e Cr\$46,00 respectivamente. Essa decisão da COAP foi alvo de inúmeras críticas.
  65. No caso de cinema, refrigerantes, cafezinho e média, barbearias e salões de beleza, a homologação não se deu no primeiro pedido feito. Todos tiveram aumentos concedidos em 1954.

66. É importante destacar que no segundo semestre de 1953 a COAP da Bahia teve uma gestão atípica, que resultou em vitórias políticas para o presidente do órgão local, como se rá analisado mais adiante, nesse capítulo.
67. A TARDE noticiou que "causou magnífica impressão, nos meios comerciais a atitude do novo presidente da COFAP, Cel. Hélio Braga, expurgando elementos que desmoralizavam o órgão controlador de preços" - se referia aos comunistas que foram encontrados na COFAP. Esclareceu também que o novo presidente mandara "cancelar as credenciais fornecidas aos fiscais que atuavam gratuitamente, porque vinha ensejando interpretações duvidosas daqueles que não eram compensados com salários e vencimentos" - 26/05/53, p. 2
68. A TARDE, 02/05/53, p. 1
69. A TARDE, 26/05/53, p. 2
70. A TARDE, 02/06/53, p. 2
71. Estas críticas se referiam as já citadas nesse capítulo, quando da primeira questão que a COAP enfrentou: a da carne verde. (Ata de 16/09/52)
72. COAP - Ata do Conselho de 14/10/52. Foi solicitado pelo Conselho que a vereadora convidasse outros colegas, em especial a vereadora Laurentina Pugas, a comparecer às reuniões do órgão.
73. Depoimento do Conselheiro Salustiano Senna que não nos parece capciosa mas ingênua. Cid Teixeira, em seu depoimento, afirmou que Senna era um senhor dos seus sessenta anos, vindo de uma prática de liderança sindical da Estrada de Ferro Nazaré, com idéias difusas anarco-sindicalistas e um "tributarista". Imbuído de sinceros propósitos e preocupado com a distribuição de riqueza via mercadoria - comércio - imposto, mais do que com a distribuição de gêneros.
74. A TARDE, 10/10/52, p. 2
75. O MOMENTO, 3/10/52, p. 3.
76. Esta decisão foi reconsiderada na posse de Hélio Machado.
77. A TARDE, 19/12/51, p. 2
78. A TARDE, 13/09/52, p. 2
79. A TARDE, 18/01/54, p. 3
80. Walfrido de Moraes. Coluna Governo e Povo. DIÁRIO DA BAHIA, 01/01/53, p. 3
81. O fato foi noticiado em A TARDE e no DIÁRIO DA BAHIA. No primeiro constou também que o presidente da COAP negou-se a falar do assunto, afirmando apenas que os trabalhadores

queriam um representante no órgão, o que não era previsto em Lei.

Não se pode esquecer que em 1951 os sindicatos conseguiram a inclusão de um representante na antiga CEP e se viram excluídos na COAP.

82. Este fato decorreu, possivelmente, das brigas internas do partido.  
O ex-deputado estadual pelo PTB Carlos Anibal Brandão Correa, em depoimento gravado (janeiro/85), justificou apenas que o grupo a que pertencia no Partido não era fisiologista, motivo pelo qual não brigou pela indicação do cargo.
83. Hélio Machado foi preso sob alegação de ter participado de um levante organizado pela Ação Integralista Brasileira para depor Vargas em 1938. Mas conseguiu fugir para a Argentina, tendo sido expulso da Marinha de Guerra, a qual pertencia como militar. Quando voltou ao Brasil foi piloto de cabotagem e posteriormente se vinculou a empresa Condor, depois Cruzeiro do Sul.  
Cid Teixeira, em depoimento, definiu o Presidente da COAP como "um homem sem vivência política partidária, mas muito vivo, sabedor das coisas", que tirou proveito da fraqueza e impopularidade do Governo Regis Pacheco e do apelo popular que o órgão continha.
84. No caso dos salões de beleza e barbearias, argumentou que era inoportuno pelo baixo poder aquisitivo da população. O representante da Secretaria da Viação e Obras Públicas (José Moreira Caldas) foi contra a revisão da decisão pelo plêniário, derrotado, votou contra a negativa ao aumento.
85. Outras medidas adotadas naquele período foram: criação de quatro postos de abastecimento; arquivamento do processo de aumento de refrigerantes; concessão de aumento do café em pó; homologação do aumento do telefone; tabelamento do bacalhau (outubro/53) e posteriormente a volta à fórmula CLD (janeiro/54); limite para a saída de bacalhau de Salvador (50%) em outubro/53 e liberação do mesmo em dezembro/53; reunião com Círculo Operário e sociedade de funcionários públicos para criação de uma cooperativa de consumo nas associações de bairro.  
É importante destacar que houve um esvaziamento das reuniões do conselho, não tendo havido quorum nas sessões de: 31/07; 04/08; 07/08; 11/08; 14/08; 18/08; 21/08; 25/08; 28/08; 01/09; 04/09; 08/09; 11/09; 15/09; 18/09; 22/09; 25/09; 29/09; 02/10; 06/10; 09/10; 16/10; 20/10; 23/10; 06/11; 10/11; 13/11; 17/11; 20/11; 27/11; 01/12; 04/12 e 15/12.
86. A TARDE, Ed. "O Caso da Carne" 22/09/53, p. 3
87. A TARDE, 05/09/53, p. 2
88. A TARDE, 23/09/53, p. 2
89. Assinaram a nota: Empresa de Carnes Verdes da Bahia Ltda; Antonio Rocha; Açougues Reunidos da Bahia Ltda; Cia. Industrial Pastoril; Edvaldo de Carvalho; Carlos Farias de Carvalho; Empresa Abatedora Santo Antonio Ltda., Empresa Sudoestina Carnes Verdes Ltda; Justino Farias; Walter Francisco Bahia; Domingos Targino da Silva. Publicada em A TARDE

- de 28/09/53, p. 9
90. A TARDE, 24/09/53, p. 3
91. A TARDE, 29/09/53, p. 9  
No dia seguinte, o jornal noticiou que os açougueiros reunidos no sindicato criticaram a atitude de Hélió Machado e Fausto Oliveira, mas o líder Eleutério Maurício Mota também acusou os abatedores por ter chegado àquela situação por não terem aceito as negociações com a COAP. (30/09/53, p. 2)
92. A TARDE, 30/09/53, p. 2
93. A TARDE, 06/10/53, p. 3
94. A TARDE, 02/10/53. Cartas à Redação - Romualdo de Almeida, p. 3
95. A TARDE, 08/10/53, p.2. O jornal afirmou que agora sim, a COAP saiu vitoriosa.
96. Em 04/11/53 a Associação de Representantes dos Negociantes de carne verde da Bahia esclareceu em nota paga publicada em ATARDE (p. 10), que os abatedores associados estavam mantendo a média de abate e acusaram Fausto de Oliveira de culpar o governo pelo seu não cumprimento do contrato com o matadouro São Roque, ao denunciar que a Estrada de Ferro Nazaré não lhe oferecia condições para o transporte da carne verde e de não aumentar o abate no Retiro para ajudar o povo.  
A resposta de Fausto Oliveira se deu no dia seguinte, negando irregularidades no seu contrato e denunciando os abatedores associados queriam era novo aumento para a carne verde, mas "o que é certo, é que a carne não subirá de preço, pois Fausto Oliveira continua vigilante ao lado do povo" (A TARDE, 05/11/53, p.12)
97. COAP - Ata do Conselho, 05/01/54
98. No depoimento gravado, Fachinetti disse que o desfecho foi surpreendente para ele, que não tinha percebido qualquer intuito político em Hélió Machado, até então. Sempre lhe passou a idéia de alguém a querer acertar e mais como um empresário, um técnico do que um político. Porém, "a demissão, o afastamento, a fuga no final do problema e posteriormente as indicações políticas levou-me a pensar se Hélió já não teria feito dos fatos uma preparação para o fim político, apesar de nunca ter revelado, nem parecido ter".
99. A TARDE, 12/01/54, p. 2
100. A TARDE, 12/01/54, p.2
101. A TARDE, 23/04/54, p. 10 - Publicação paga do Programa do PDC. Este Partido incorporou, na época, os dissidentes do PTB baiano, liderados pelo conservador Joel Presídio (deputado federal). Um dos políticos que mais se opôs ao Ministro João Goulart, acusando-o de aliado dos comunistas.

102. O PDC apoiou em convenção a candidatura de Pedro Calmon para o Governo da Bahia, indicado pelo PSD.
103. A TARDE, 14/09/54, p. 1 e 11 Carta aberta de Hélio Machado.
104. O MOMENTO, 02/10/54, p. 3. Dos candidatos majoritários apoiados pelo jornal (leia-se pelo PCB), o único derrotado foi o candidato ao senado, tendo sido Juraci Magalhães o vitorioso.
105. O MOMENTO, 02/10/54, p. 6
106. A TARDE, 12/11/54, p. 2
107. Hélio Machado, findo seu mandato de Prefeito foi eleito deputado federal em 1958. Nesse ano se candidatou também a vice governador, perdendo, porém, para o seu histórico opositor da COAP, Orlando Moscozo Barreto de Araújo. Em 1962 voltou a se candidatar a Prefeito, sendo derrotado por Virgildásio Sena.
108. Depoimento gravado, janeiro/85.

C O N C L U S Ã O

A situação estrutural de precariedade do abastecimento alimentar, agravado conjuntamente, tanto pelas condições que esse deficiente abastecimento passou a ter que atender, como pela depreciação de salários, fez com que a carestia dos gêneros alimentícios, em especial, se constituísse um problema emergente, que explodia espontaneamente. Diante desse caráter de insatisfação que se manifesta, a carestia tornou-se objeto de apropriação política oficial e da oposição.

As manifestações voltadas ao combate à carestia foram, muitas delas, independentes de uma organização com pauta definida, mas algumas repercutiram ao nível oficial, implicando em medidas esparsas dirigidas ao fator específico gerador dos protestos de rua. Houve também uma organização de donas de casa, mas estruturada apenas no Rio de Janeiro, voltado a uma oposição dirigida contra aumentos específicos e descumprimento de preços e normas por parte de comerciantes, colocando-se como aliada da política populista. Os movimentos contra a carestia de maior repercussão política foram mobilizados e organizados pelo Partido Comunista, que pretendia torná-los movimentos populares com conteúdo político definido e com pauta de reivindicações capazes de pressionar o poder político. Isso, contudo, não conseguiu concretizar-se e o movimento contra a carestia não adquiriu o grau de autonomia que a questão exigia, constituindo-se uma bandeira de luta de outras questões preconizadas pelo PCB.

Mesmo considerando que as insatisfações e mobilizações contra a carestia não resultaram em um movimento popular organizado, havia um consenso entre as massas urbanas sobre as causas do problema. Estas se vinculavam ao cotidiano dessas camadas, que viam nas práticas especulativas do comerciante as maiores responsáveis pela situação de carestia. Reconhecendo que os órgãos de controle existentes eram omissas no papel de corri

gir tais distorções. É importante notar que carestia era a palavra usual e sentida pelas camadas populares, assim como o "tu barão" era o vocábulo associado àquele problema, distante de uma abordagem que a vinculasse a uma linguagem mais econômica de inflação.

A dimensão que assumiu a questão carestia na década de 1950 implicou na absorção do tema pela política populista, que se dispôs, perante as camadas populares urbanas, a resolver o tão grave problema que lhes afetava. Mesmo levando em conta a importância que teve a praxis populista para as massas populares que participavam do cenário político, um avanço entre as práticas políticas até 1951 e do período que lhe sucedeu no pós 1964, a questão não se viu conjunturalmente amenizada, na dimensão que o tema exigia.

As tentativas impostas pelo governo populista de combater a carestia encontraram sérias pressões de grupos de interesse. A intervenção do estado nas questões que viessem a beneficiar aqueles setores eram aceitos e até cobrados do estado uma ação direta mais eficaz. Mas, uma intervenção que se voltava diretamente ao controle de lucros de um forte grupo de pressão na época, o setor comercial, se deparou com a oposição direta desse grupo. E não se pode entender o populismo sem o seu conteúdo de pacto e conciliação que o embasava. Nesse sentido, a política populista teve que ceder, em algumas reivindicações de um desses segmentos da aliança populista, às classes populares, mas ao mesmo tempo limitar esses avanços e recuar diante da pressão contrária dos grupos dominantes. E já é sabido que o segmento desse grupo que poderia manter o apoio às políticas populistas, a burguesia industrial, que se beneficiava do projeto econômico preconizado por Vargas e da baixa do custo de reprodução da força de trabalho urbana, não foi capaz de manter-

-se como grupo de apoio daquela política, inclusive, por não se constituir em fração hegemônica no bloco do poder.

Essas contradições contidas no populismo se refletem no aparelho burocrático de controle do abastecimento e da carestia criado pelo Governo. O órgão surgido, além de sofrer a oposição do setor comercial e liberal burguês, também enfrentou a oposição de outro grupo politicamente organizado que era o PCB. Os comunistas também se articularam, enquanto opositores do governo, para mostrar que o órgão de controle fazia parte do pacto populista e nada resolveria de substancial.

A COFAP e COAP se depararam, portanto, com a falta de um apoio político mais sólido que a tornassem suficientemente capazes de enfrentar as fortes pressões contrárias da burguesia comercial. Foi diante dessa situação que o órgão se viu, dia a dia, enfraquecido e esvaziado dos seus pressupostos e objetivos. Sendo que na Bahia, onde a burguesia comercial se constituía um sólido grupo de pressão, a COAP nasceu inteiramente dependente e dirigido pela mesma.

As pressões exercidas contra o primeiro presidente da COFAP, contudo, evidenciaram, de certa maneira, a tentativa de concretizar alguns objetivos, mas que não se viram consolidados. Na Bahia, o órgão viveu um momento atípico da sua existência nesse Estado, que durou de julho de 1953 a janeiro de 1954, correspondendo a gestão de Hélió Machado, que viabilizou o surgimento de sua liderança populista. A extemporaneidade daquele dirigente revelou a possibilidade de uma intervenção mais efetiva pelo estado e ao mesmo tempo a ausência de condições objetivas de apoio político que permitisse manter a oposição do órgão a fortes grupos de interesse vinculados ao abastecimento, assim como revelou objetivamente a sensibilidade de alguém com um projeto político e consciente da dimensão do problema carestia e

abastecimento para as massas urbanas, tornando-a uma questão pública de enfrentamento.

As condições políticas com que se defrontou a COFAP e COAP também se refletiram na própria aparelhagem do órgão. A sua estrutura funcional não se compatilizava com a dimensão das suas funções. A atrofia da sua organização em relação aos objetivos que tinha a alcançar revelavam também o engatinhar da administração pública, para penetrar no domínio econômico. Tarefa de imensa amplitude diante de um momento em que o liberalismo era fortemente defendido e até então praticado.

## BIBLIOGRAFIA

## A - LIVROS

01. ALMEIDA, Antonio Mendes (Jr.) - *Do Declínio do Estado Novo ao Suicídio de Getúlio Vargas*, IN: FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira - III O Brasil Republicano 3. Sociedade e Política (1930-1964)*. São Paulo, Difel, 1981
02. ALTHUSSER, Louis - *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa, Ed. Presença, 1980. 3a. ed.
03. ARAÚJO, Maria Celina Soares D' - *O segundo Governo Vargas, 1951-1954*. Rio, Zahar, 1982
04. AZEVEDO, Thales - *O Povoamento da Cidade do Salvador*. Bahia, Ed. Itapuã, 1969.
05. BAHIA. Secretaria de Saneamento e Desenvolvimento Urbano. *A Grande Salvador. Posse e Uso da Terra*. Bahia, 1978
06. BANDEIRA, Moniz - *O Governo João Goulart. As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio, Civilização Brasileira, 1977
07. BNB/SUDENE - *Suprimento de Gêneros Alimentícios da Cidade de Salvador*. Fortaleza, 1965.
08. BOITO, Armando (Jr.) - *O Golpe de 1954: A Burguesia contra o Populismo*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
09. BRANDI, Paulo - *Vargas: Da Vida para a História*. Rio, Zahar, 1983
10. CARDOSO, Fernando Henrique - *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes*. Rio, Zahar, 1971
11. CASTELLS, Manuel - *Movimentos Sociais Urbanos*. México, Siglo XXI, 1980
12. CHACON, Wamireh - *História dos Partidos Políticos Brasileiros*. Brasília, Ed. da UNB, 1981
13. CRUZ, Adelina Maria Alves Novaes et alii. *Impasse na Democracia: 1951-1955*. Rio, FGV, 1983
14. DECCA, Edgar de - *1930. O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1981

15. DIAS, Gentil Martins - *Depois do Latifúndio Continuidade e Mudança na Sociedade Rural Nordestina*. Brasília /Rio, UNB/ Tempo Brasileiro, 1978
16. ECO, Umberto - *Como Se Faz Uma Tese*. São Paulo. Ed. Perspectiva S.A., 1983
17. FARIA, Antonio Augusto e BARROS, Edgard Luiz de - *O Retrato do Velho*. São Paulo, Atual, 1984
18. FGV/INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA - *Pesquisa Sobre Orçamentos Familiares*. Salvador-Bahia. 1961-1962. Rio, Ed. mimeografada, s.d.
19. GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo - *A Formação e A Crise da Hegemonia Burguesa na Bahia. 1930-1964*. Salvador, Ed. Mimeografada, MCS/UFBa., 1982
20. GRUPPI, Luciano - *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio, Graal, 1978
21. HOBBSBAWN, E.J. - *Rebeldes Primitivos*. Rio, Zahar, 1970
22. IANNI, Octávio - *A Formação do Estado Populista na América Latina*. Rio, Civilização Brasileira, 1975
23. \_\_\_\_\_. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio, Civilização Brasileira, 1977
24. \_\_\_\_\_. *O Colapso do Populismo*. Rio, Civilização Brasileira, 1971
25. KRAKOVETSKY, Boriz - *A Carestia de Vida no Brasil. Causas e Métodos de Combatê-la*. Rio, CEB, 1957
26. LENIN, V.I. - *Quiênes son los amigos del pueblo*. México, Siglo XXI, 1974
27. LINHARES, Maria Yedda Leite e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da - *História do Abastecimento (1918-1974)*. Brasília, BINAGRI, 1979
28. MALAN, Pedro Sampaio - *Relações Econômicas Internacionais do Brasil (1945-1964)*, IN: FAUSTO, Boris (Org.) - *História Geral da Civilização Brasileira - III O Brasil Republicano. 4- Economia e Cultura*. São Paulo, Difel, 1984
29. MARANHÃO, Ricardo - *O Estado e a Política "Populista" no Brasil (1954-1964)*, IN: FAUSTO, Boris (Org.) - *História Geral da Civilização Brasileira - III O Brasil Republi*

- cano. 3 - Sociedade e Política. São Paulo, Difel, 1981
30. MARX, KARL - *Introducción General a La Crítica de la Economía Política (1857)*. Córdoba, Cuadernos de Pasado y Presente nº 1, 1972
31. \_\_\_\_\_. *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte*. Rio, Paz e Terra, 1974
32. MATTEDI, Maria Raquel Mattoso - *As Invasões em Salvador: Uma Alternativa Habitacional*. Salvador, Ed. mimeografada, MCS/UFBA, 1979
33. MATTOSO, Kátia M. de Queirós - *Bahia: A Cidade do Salvador e Seu Mercado no Século XIX*. São Paulo, Hucitec, 1978
34. MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO - Comissão Nacional do Bem Estar Social - *Pesquisa de Padrão de Vida. Síntese Preliminar*. Rio, 1952
35. MOISÉS, José Álvaro - *Contradições Urbanas, Estado e Movimentos Sociais*, IN: Revista de Cultura e Política - CEDEC 1(1). Agosto, 1979. São Paulo
36. \_\_\_\_\_. *Greve de Massas e Crise Política (Estudo da Greve dos 300 mil em São Paulo 1953-1954)*. São Paulo, Polis, 1978
37. \_\_\_\_\_. *Movimento de Mobilização Popular na Grande São Paulo*, IN: Contraponto, ANO III, nº 3, set./1978. São Paulo
38. OLIVEIRA, Francisco - *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio. Graal, 1977
39. \_\_\_\_\_. *Elegia para uma Religião - Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes*. Rio, Paz e Terra, 1977
40. \_\_\_\_\_. *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. São Paulo, Seleções CEBRAP 1, 1977
41. PINHEIRO, Paulo Sérgio - *Política e Trabalho no Brasil. Dos anos vinte a 1930*. Rio, Paz e Terra, 1975
42. POULANTZAS, Nicos - *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo, Martins Fontes, 1977
43. RODRIGUES, Leôncio Martins - *O PCB: Os Dirigentes e A Organização e o Sindicalismo e Classe Operária (1930-1964)*, IN: FAUSTO, Boris (Org.) *História Geral da Civilização*

- Brasileira - III O Brasil Republicano. 3. Sociedade e Política. São Paulo, Difel, 1981
44. SÁ, Francisco (Jr.) - *O Desenvolvimento da Agricultura nordestina e a função das Atividades de Subsistência*. São Paulo, Seleções CEBRAP 1, 1977
  45. SAES, Décio A.M. - *Classe Média e Política no Brasil 1930-1964*, IN: FAUSTO, Boris (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira - III. O Brasil Republicano. 3. Sociedade e Política*. São Paulo, Difel, 1981
  46. SANTOS, Mário Augusto Silva - *Sobrevivência e Tensões Sociais. Salvador 1890-1930*. São Paulo, Mimeografado, Tese de Doutorado, Fac. de Filosofia, Letras, Ciências Humanas da USP, 1982
  47. SEGATTO, José Antonio et alii - *PCB - Memória Fotográfica, 1922-1982*. São Paulo, Brasiliense, 1982
  48. SILVA, Hélio - *1954: Um Tiro no Coração*. Rio, Civilização Brasileira, 1978
  49. SILVA, J.F. Graziano da (Coord.) - *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*. São Paulo, HUCITEC, 1978
  50. SOARES, Sebastião Ferreira - *Notas Estatísticas Sobre a Produção Agrícola e Carestia dos Gêneros Alimentícios no Império do Brasil*. Rio, IPEA/INPES, 1977
  51. SOUZA, Maria do Carmo Campello de - *Estado e Partidos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976
  52. TELLES, Jover - *O Movimento Sindical no Brasil*. São Paulo, Ciências Humanas, 1981
  53. THOMPSON, Edward P. - *La Economía "Moral" de La Multitud En La Inglaterra Del Siglo XVIII*, IN: *Tradición, Revuelta y Consciencia de clase*. Barcelona, Ed. Critica Barcelona. sd.
  54. TORRES, Juan Carlos - *Esquema para Análise dos Movimentos Sociais na América Latina*, IN: *Revista de Cultura Contemporânea*. CEDEC/Paz e Terra 1(2) Janeiro, 1979. São Paulo
  55. VENÂNCIO, Alberto (Filho). *A Intervenção do Estado no Domínio Econômico*. Rio, FGV, 1968

56. VIANA, Werneck - *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio, Paz e Terra, 1976
57. VIEIRA, Evaldo - *Estado e Miséria Social no Brasil. De Getúlio a Geisel*. São Paulo, Cortez, 1983
58. WEFFORT, Francisco - *O Populismo na Política Brasileira*. Rio, Paz e Terra, 1978
59. WIRTH, John D. - *A política do Desenvolvimento na era de Vargas*. Rio, FGV, 1973

#### B - PERIÓDICOS

JORNAIS: A TARDE - 1950 - 1954

O MOMENTO - 1951, Ago. e Out.a Dez./1952, Out.a Dez./1954

DIÁRIO DA BAHIA - 1952 - 1953

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - Jan./Março/1951 e Jul.a Set./1951

REVISTAS: *DESENVOLVIMENTO E CONJUNTURA*

Rio de Janeiro, Confederação Nacional da Indústria  
1958 2(12); 1959 3(7); 1959 3(5); 1960 4(2)

*CONJUNTURA ECONÔMICA*

Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas  
1958 12(2) e 12(3); 1959 13(1)

OUTROS: Boletins Mensais da Associação Comercial da Bahia.  
Salvador - ACB - 1951-1953

#### C - FONTES PRIMÁRIAS

Atas da CEP - Fev./1951 a Jan./1952

Atas da COAP - Ago./1952 a Dez./1954

## D - DEPOIMENTOS

Carlos Anibal B. Correa

Cid Teixeira

Francisco José Meireles

Ivan Maia Fachinetti

João da Costa Falcão

Jorge Calmon

Lucia Borges M. Melo

Margarida Maria da Silva

Maria Arlinda Meireles